



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

WENDELL DE FREITAS BARBOSA

**A POLÍCIA DA BOA VIZINHANÇA: AS AÇÕES DA POLÍCIA EM CONTEXTOS DE
CONFLITO E A PRODUÇÃO INTERSUBJETIVA DE PRÁTICAS POLICIAIS LOCAIS**

FORTALEZA,

2014

WENDELL DE FREITAS BARBOSA

A POLÍCIA DA BOA VIZINHANÇA: AS AÇÕES DA POLÍCIA EM CONTEXTOS DE CONFLITO E A PRODUÇÃO INTERSUBJETIVA DE PRÁTICAS POLICIAIS LOCAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Leonardo Damasceno de Sá

FORTALEZA,

2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

B213p

Barbosa, Wendell de Freitas

A Polícia da Boa vizinhança: As ações da polícia em contexto de conflito e a produção intersubjetiva de práticas policiais locais. / Wendell de Freitas Barbosa. – 2014.
208 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2014.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá

1. Polícia – Aspectos Sociais. 2. Polícia Militar – Conduta – Ceará. 3. Polícia – Administração. 4. Policiamento comunitário. 5. Relações policiais-comunidade. I. Título.

CDD 363.2

WENDELL DE FREITAS BARBOSA

A POLÍCIA DA BOA VIZINHANÇA: AS AÇÕES DA POLÍCIA EM CONTEXTOS DE CONFLITO E A PRODUÇÃO INTERSUBJETIVA DE PRÁTICAS POLICIAIS LOCAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Leonardo Damasceno de Sá

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a. Jania Perla Diógenes Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio dos Santos Pinheiro
Universidade Regional do Cariri (URCA)

*Aos meus pais, “Seu Gilvan” e “Dona Irene”,
com amor e gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Já são seis anos de jornada acadêmica e cheguei aqui com a ajuda de muita gente. Sempre refleti sobre esta condição como um processo entre dar, receber e retribuir. Tratou-se, quase sempre, de transações cujo caráter era dadivoso e recíproco, do mesmo modo. Minha companheira, Andressa, mesmo com alguns fracassos no meu percurso sempre disse-me ser confiante no meu potencial, produzindo em mim a crença na superação e na esperança que tudo desse certo, meu amor, vencemos mais uma etapa, e você foi decisiva, obrigado.

Meus pais, meus formadores primeiros, apesar das muitas dificuldades financeiras que enfrentamos ao longo da vida, sempre esforçaram-se para incentivar eu e meu irmão, Wesley, a persistir nos estudos, condição para “ter um bom futuro”. Minha mãe guerreira, agricultora na infância, cujo sonho era ser professora, às custas de muito esforço e superação graduou-se em pedagogia e hoje exerce magistério no ensino infantil, motivo de muito orgulho para nossa família. Meu pai, batalhador, homem de coragem, migrou da cidade de Sousa-PB para Juazeiro do Norte - CE em meados dos anos 1980. Homem de fibra com muita coragem de trabalhar, um exemplo de integridade. Um debatedor contumaz da vida social e das mazelas do nosso país, produzindo micropolíticamente, em nossa pequena mercearia, contestações às injustiças sociais cotidianas que nos afrontam. Meu irmão, Wesley, tem se destacado em variados campos de estudo da Economia e tem, também, nos deixado muito orgulhoso.

A minha chegada a Fortaleza foi apressada, fui agraciado, desde o processo de seleção do mestrado em sociologia, pela generosidade da pequena Janny Eire, intermediadora da obtenção do local de estadia temporária para um mero desconhecido, demonstrando sua afabilidade e torcida pelo meu sucesso acadêmico, desde então. Obrigado, Janny.

Durante o curso de mestrado em sociologia conheci pessoas incríveis, pesquisadores talentosos com os quais pude construir uma rede de amizade. Construí, assim, um duplo pertencimento, primeiro o laço social do carinho, da amizade e dos momentos felizes vividos e, segundo, a admiração profissional por suas qualidades que os credenciam como competentes cientistas sociais.

A coletividade da turma do mestrado em sociologia do ano de 2012 teve um impacto na produção deste estudo. Sem querer parecer durkheimiano, refiro-me as colaborações produzidas em nossas interações coletivas dentro e fora da sala de aula e dos espaços da universidade. Não poderia deixar de agradecer especialmente a tertúlia construída com Gleison Maia, Glauber Barreto, Francisco Daniel “Goiaba”, Aline Monteiro, Genílria Rios, Luciana

Chermont, Ricardo Kaminski, Luciana Morales e Caio Feitosa. Aprendi muito com todos vocês, especialmente sobre os sentidos da amizade e do companheirismo.

Fui acolhido com carinho e respaldo pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC). Recebi a notícia de minha aprovação na ocasião da comemoração do aniversário do professor Leonardo Damasceno de Sá ainda em 2011, desde então, o laboratório tornou-se decisivo. Leonardo e eu desenvolvemos uma parceria intelectual e afetiva muito produtiva no curso de mestrado. As leituras nos cursos “Estratégias discursivas de poder” e “Seminário de etnografia”, ambos ministrados por ele, forneceram-me recursividades analíticas e teóricas sem as quais a dissertação não seria possível. O processo de orientação me fez amadurecer bastante sobre a teoria sociológica e antropológica e o trabalho de campo etnográfico. Sua tese de doutorado foi de grande inspiração literária e científica para esta dissertação, o que reflete sua coautoria decisiva neste estudo. Obrigado, Léo.

O professor Antonio dos Santos Pinheiro, tornou-se um parceiro acadêmico. Um amigo. Exigente colaborador intelectual de minha produção, desde os tempos da graduação em ciências sociais na URCA e agora componente da banca examinadora da dissertação. O estudo desenvolvido em sua tese de doutorado auxiliou-me na construção do projeto de mestrado e, do mesmo modo, suas reflexões ajudaram-me a pensar o objeto de estudo no decorrer da dissertação. Obrigado, Antonio.

A professora Jania Perla Diógenes Aquino, pessoa por quem nutro grande admiração intelectual, agradeço pelo aceite em compor a banca de dissertação e por suas contribuições na construção do estudo. O seu profundo conhecimento sobre o autor Erving Goffman transparente na leitura de sua tese, norteou muitos aprendizados sobre o autor. O brilhantismo dos seus trabalhos publicados revela uma antropóloga pesquisadora da temática da violência extremamente competente e sagaz, escolhida a dedo para compor esta banca de dissertação.

Da coordenação e pesquisadores aos bolsistas de iniciação científica e apoio técnico, as pessoas que compõe o LEV-UFC, agradeço a todos. Gostaria de destacar a atuação da Kalina Rosa, e agradecê-la por todos os “galhos quebrados”, durante esse meio tempo. Todas as oportunidades nas quais precisei pude contar com ela, graças a sua disponibilidade e atenção. Acabamos construindo um laço social de amizade. Obrigado, Kalina.

Passei por um momento delicado durante a jornada do mestrado, no período de adoecimento, guardo com carinho os momentos de preocupação e ajuda de Eliakim e Natália Ilka durante uma de minhas cólicas renais, obrigado, meus amigos. Durante esse período fui

agraciado pelas energias positivas e ensinamentos de tratamentos alternativos para o problema de todos os colegas de turma.

As sugestões apresentadas pelos professores Antonio dos Santos Pinheiro e Jania Perla Diógenes de Aquino, durante o exame de qualificação, foram decisivas para a versão final da dissertação, me ajudaram a corrigir possíveis pontos cegos da análise, melhorar a estruturação da escrita e apresentação dos dados.

A leitura atenciosa de trabalhos publicados no Encontro Anual de Pós-Graduação em Sociologia (ANPOCS) pelos professores Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB), Alexandre Werneck (UFRJ), Jussara Freire (UFF) e Gabriel Noel (UNISAM) no Grupo de Trabalho Sociologia e Antropologia da Moral, permitiram-me aprimorar-me no estudo sócio-antropológico das moralidades, explorando, por exemplo, os regimes de justificação e *accounts* na vida social. Os agradeço imensamente pelo interesse demonstrado em minha pesquisa, e suas recomendações.

Agradeço aos Policiais Militares do programa de policiamento Ronda o Quarteirão de Juazeiro do Norte - CE, meus parceiros, na multivocalidade desta dissertação. Dário, Gualter, Ben, Garcia e Jader, vocês foram decisivos para a produção desta dissertação. Obrigado.

Agradeço, por fim, a CAPES pela fomentação da pesquisa durante os dois anos do mestrado em sociologia.

*“Não há nada mais universal nem
universalizável que as dificuldades”*

Pierre Bourdieu

RESUMO

Esta dissertação é sobre a forma como práticas policiais são forjadas com base nos contextos situacionais locais do patrulhamento ostensivo da PM no Ceará. Procuro articular a produção das práticas policiais com as interações e relações mantidas entre polícia e população de bairros considerados “problemáticos”, em alusão ao grande contingente de ocorrências policiais incididas no local. Especial atenção é dada à tessitura conflituosa que permeia a execução do “serviço de rua” pelos PMs. Tal dimensão alimenta a produção de práticas reflexivas e manobras morais mediadas pelas maneiras de fazer, ver e dizer dos PMs e moradores da Zona de Policiamento *Noir*, nome fictício adotado para uma Área de Operações (AO) do programa de policiamento Ronda do Quarteirão em Juazeiro do Norte - CE. A polícia é investigada, aqui, sob uma perspectiva etnográfica, objetivando descrever e analisar as dinâmicas relacionais da vida social dos policiais e moradores com base na implicação do patrulhamento ostensivo, realizado a bordo de uma das Viaturas do Programa de Policiamento Ronda do Quarteirão em Juazeiro do Norte - CE, no cotidiano do local. Esse recorte construiu-se com base na minha participação a bordo da viatura junto aos PMs do referido programa durante a realização do patrulhamento da área no período de 2011 à 2013. Os dados, produzidos na etnografia, explicitaram os processos atrelados às dinâmicas relacionais de polícia e população, desencadeadas pela circulação da polícia diuturnamente nos bairros, convertidos em área de operações, durante a realização do patrulhamento. Há, aqui, a abertura para pensar as formas como a polícia realiza seu trabalho a partir das especificidades locais e como os moradores, a partir de seus contextos, acionam a PM em suas tramas cotidianas através dos chamados realizados à polícia. A etnografia explora como estas relações estão permeadas por disputas agonísticas, relações de poder reificadas por zonas de penumbras entre a legalidade e a ilegalidade construindo reciprocidades conflituosas entre polícia e população.

Palavras-Chaves: 1.Práticas Policiais; 2. Conflito; 3. Polícia da Boa Vizinhança; 4. Reciprocidade.

ABSTRACT

This dissertation is about how police practices are forged based on local situational contexts of Military Police (PM) ostensive patrolling in Ceará, Brazil. I analyze how the production of police practices are linked to the interactions and relationships maintained between police and population of neighborhoods considered “problematic”, in allusion to the large contingent of police occurrences in the place. Special attention is given to the conflictual network that permeates the execution of “streets patrol” by PMs. This dimension influences the production of reflective practices and moral maneuvers mediated ways of making, seeing and saying of the PMs and residents of “Zona de Policiamento *Noir*”, fictitious name adopted for the Area of Operations (AO) of the policing program “Ronda do Quarteirão” in the Juazeiro do Norte city. The police are investigated here under an ethnographic perspective, aiming to describe and analyze the relational dynamics of police and residents in social life based on the implication of the ostensive patrolling performed aboard one of the Policing Program Cars “Ronda do Quarteirão” in Juazeiro do Norte City, in everyday life in the place. This focus was built based on my participation on board the vehicle with the PMs of this program during the course of patrols in the area in the period 2011 to 2013. The data produced from the ethnography clarified the processes linked to the possibilities of relationships between police and residents, triggered by the police daily presence in the neighborhoods, converted into an area of operations, while performing patrols. There is, here, the opening to think about the ways police work from local specificities and how residents, from their contexts, request the police in their everyday plots performed through reports at police. The ethnography explores how these relationships are permeated by agonistic disputes, power relations reified by zones of shadows between legality and illegality building conflictive reciprocity between police and population.

Keywords: 1. Police Practice; 2. Conflict; 3. Good Neighbor Policy; 4. Reciprocity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Elementos da Viatura do programa de Policiamento Ronda do Quarteirão	45
Figura 2. Drogas e dinheiro ilícito apreendidos durante operação policial	90
Figura 3. Foto da moradora acusada de tráfico de drogas.....	90
Figura 4. Pistola - PT 24/7.....	114
Figura 5. Arma longa CT - 40.	117
Figura 6. Modelo normativo das etapas de um chamado realizado à polícia.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AO	Área de Operações
CB	Abreviatura da graduação Cabo
CCDS	Conselhos Comunitários de Defesa Social
CIOPS	Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CTB	Código de Transito Brasileiro
DEMUTRAN	Departamento Municipal de Transito
DPC	Delegacia de Polícia Civil
GCM	Guarda Civil Municipal
PC	Polícia Civil
PMCE	Polícia Militar do Estado do Ceará
POG	Patrulhamento Ostensivo Geral
PRE	Polícia Rodoviária Estadual
RD	Abreviação do veículo viatura de cada área operacional
SD	Abreviação da graduação Soldado
TMD	Terminal Móvel de Dados
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
PARTE I.....	17
INTRODUÇÃO.....	18
1. As crises na segurança pública no Estado do Ceará e o advento do Ronda do Quarteirão	20
2. As forças policiais como objeto de estudo sociológico: A construção de um objeto de estudo a partir do funcionamento do Ronda do Quarteirão	25
3. Desafios metodológicos para uma etnografia da PMCE e do Ronda do Quarteirão	34
CAPÍTULO I - O CAMPO: OS CAMINHOS DA PESQUISA E SEUS ACHADOS.....	40
1.1. A construção do acesso.....	40
1.2. Mediações de Gênero e recorte do objeto.....	42
1.3. A Viatura: Enquadramento observacional e conversacional, implicações no problema levantado	43
1.4 A Escolha da Área: Etnografando a Zona de Policiamento <i>Noir</i>	47
1.5. Construção do objeto	49
1.6. Acompanhar a transição: Dois Tomos.....	50
1.7. Mapeando as categorias surgidas em campo	53
1.8. Conseguindo o Colete: Como o que se descobre na pesquisa pode mostrar saídas para dificuldades do campo	58
1.9. Entre alteridades	60
1.10. O uso da ferramenta metodológica da entrevista gravada	63
1.11. Até onde ir? impossibilidades, capturas e sedução do objeto.....	64
PARTE II.....	67
CAPÍTULO II - REDEFINIÇÕES DA CONDIÇÃO DE MORADOR	68
2.1. “A rua é o teatro de operações”: papéis, classificação e operações da polícia	73
2.2. O crime, os criminosos e a polícia.....	80
2.2.1. “Pegando um Bucho do oficial”	85
2.2.2. Punições secundárias contra “vagabundos”	95
2.3. Jogos e trapaças: Maquinações e tramas.....	101
2.4. No Teatro das operações de Paquera	103

2.5 Um parênteses: Gratidão de moradores, servir à população e ser reconhecido.....	107
2.5. Morte de PMs: “Os Bons” são os primeiros que morrem.....	109
2.6. Algumas formas de classificação dos policiais.....	111
CAPÍTULO III - BUSCAR E FUGIR DA AÇÃO: LINHAS DE FUGA E FORÇAS CENTRÍPETAS NOS DILEMAS OPERACIONAIS DOS PMS	113
3.1. A dimensão relacional das ações da polícia: implicações nas interações cotidianas com moradores.....	116
3.1.1 Escolhendo o armamento	116
3.1.2. Abordagens policiais: formas especiais de encontro e interação de polícia e população	120
3.4. Construindo a suspeita	126
3.5. Ação e resposta: atitude suspeita interpretação da ação do outro.....	130
CAPÍTULO IV - OCORRÊNCIAS POLICIAIS: COMO OS ACONTECIMENTOS NOS BAIRROS TORNAM-SE CASO DE POLÍCIA.....	134
4.1 Os chamados para a polícia: denunciar e acusar algo ou alguém.....	138
4.2. Manobras morais de acusação para a polícia.....	144
4.3. Nem todos os crimes tornam-se incriminações	147
4.4. Subindo a fâsca: “Não faça a gente vir de novo aqui”.....	148
4.5. Os chamados à polícia de quem menos se espera.....	149
4.6. Negociar a ocorrência	151
4.7. A dimensão sociológica da denúncia.....	153
4.8. Um modelo actancial para as denúncias realizadas à polícia	157
PARTE III	159
CAPÍTULO V - ENROLAR, SE ENROLAR E DESENROLAR: RECIPROCIDADES ENVOLVENDO REGIMES DE PUNIÇÃO E ACCOUNTS ENTRE PMS E MORADORES	160
5.1. Quando o policial se enrola	162
5.2. Formas de omissão e provas do “desvio”	163
5.3. Perseguição contra policiais.....	168
5.4. Cometendo uma ação inadequada: O caso do soldado Jáder.....	171
5.5. Acidentes acontecem? Responsabilização, desculpas e infalibilidade na cultura policial	173

5.6. Reciprocidades envolvendo regimes morais de acusação e punição: conexões entre polícia e população	175
5.7. Perseguindo os “vagabundos”: Caçada moral, multiplicidades acusativas	180
5.7.1. A iminência do assalto, perseguição mal sucedida ao assaltante	184
5.7.2. As provas do Rolo	185
5.8. “Se deixar pela metade, o rolo volta contra a gente”	186
5.9. Se enrolar com mulheres.....	187
5.10. Truques da pesquisa <i>versus</i> truques dos policiais: Desenrolar	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
ANEXO	205
LINGUAGEM OPERACIONAL UTILIZADA PELOS POLICIAIS MILITARES NO PATRULHAMENTO.....	205
Código “S”	205
Código “T”	205
Código do “Q” (INTERNACIONAL)	206
Código Numérico.....	207
Alfabético nacional	208

PARTE I

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é sobre a forma como práticas policiais são forjadas com base nos contextos situacionais locais do patrulhamento ostensivo da PM no Ceará. Procuo articular a produção das práticas policiais com as interações e relações mantidas entre polícia e população de bairros considerados “problemáticos”, em alusão ao grande contingente de ocorrências policiais incididas no local. Especial atenção é dada à tessitura conflituosa que permeia a execução do “serviço de rua” pelos PMs. Tal dimensão alimenta a produção de práticas reflexivas e manobras morais mediadas pelas maneiras de fazer, ver e dizer dos PMs e moradores da Zona de Policiamento *Noir*¹.

A polícia é investigada sob uma perspectiva etnográfica, objetivando descrever e analisar as dinâmicas relacionais da vida social dos policiais e moradores com base na implicação do patrulhamento ostensivo, realizado a bordo de uma das Viaturas do Programa de Policiamento Ronda do Quarteirão em Juazeiro do Norte - CE, no cotidiano do local. Os policiais do programa são escalados em três turnos de oito horas em três equipes diferentes, permanecendo na realização do policiamento 24 horas por dia, a maior parte do tempo, circulando pela área.

Este recorte construiu-se com base na minha participação a bordo da viatura junto aos PMs do referido programa durante a realização do patrulhamento da área no período de 2011 à 2013. Os dados produzidos na etnografia explicitaram os processos atrelados às dinâmicas relacionais de polícia e população, desencadeadas pela circulação da polícia cotidianamente nos bairros, convertidos em área de operações, durante a realização do patrulhamento.

¹ Nome fictício dado a uma das áreas operacionais da Polícia Militar do Ceará (PMCE), localizada na cidade Juazeiro do Norte, situada ao centro sul cearense, assistida pelo Programa de Policiamento Ronda do Quarteirão. A área é composta por Bairros estigmatizados como pobres e violentos pela mídia local e polícia. O termo “*noir*”, remete ao gênero de romances policiais surgido nos Estados Unidos da América um pouco antes da Segunda Guerra Mundial e publicado na França na “*série noire*” podendo ser chamado de “romance negro” de acordo com Todorov (2003). O autor distingue os estilos narrativos dos romances policiais “enigma” e “*noir*”. Enquanto o primeiro dividi a história entre o crime e o inquérito, o segundo, ao contrário, funde os dois, não trata-se de um crime anterior a narrativa contada, a narrativa coincide com a ação. O enredo compõe-se de tramas paralelas, a história, portanto, não gira em torno de apenas um fato, mas vários. Julguei que o gênero comporta características comuns com a construção narrativa da etnografia realizada. A noção de penumbra implícita na concepção de “romance negro”, também conota as intersecções obscuras entre a legalidade e a ilegalidade descritas na dissertação.

Neste trabalho há a abertura para pensar as formas como a polícia realiza seu trabalho a partir das especificidades locais e como os moradores, a partir de seus contextos, acionam a PM em suas tramas cotidianas através dos chamados realizados à polícia². Ao correr dos capítulos buscarei explorar como estas relações estão permeadas por disputas agonísticas, relações de poder reificadas por zonas de penumbras entre a legalidade e a ilegalidade³. Essas questões estão pensadas na lógica do conflito e sua capacidade desarmonizadora e integrativa⁴, ou seja, o conflito, como reciprocidade imediata Simmel (1977), é a chave que permeia a constituição das reciprocidades acessadas no universo de relações estudado.

Dentre outras onze AOs da Cidade, a Zona de Policiamento *Noir* é local intenso de chamados realizados à polícia pela população, acionando os “policiais da boa vizinhança” para casos de diversas motivações, tais como: resolver impasses em jogos de futebol, constranger alguém através de denúncias falsas, tentativas de homicídio, violência doméstica, resgatar crianças perdidas, prender estupradores, coibir a venda e consumo de drogas, casos de ameaças, interditar acidentes de trânsito, transportar feridos e doentes para o hospital, mediar conflitos, interromper vias de fato de moradores, conflitos de vizinhança, lesão corporal, tráfico de drogas, atitudes suspeitas, posse ilegal de armas de fogo, cárcere privado, homicídio e tentativa de homicídio, abrir algemas em motéis... Esse universo de ocorrências pode ser ainda mais expandido, aglutinando casos sem fins de acontecimentos envolvendo os PMs do programa nessa área. As narrativas de tais acontecimentos serão exploradas na escrita da dissertação, buscando elucidar os processos relacionais adjacentes, produzidos na localidade, envolvendo policiais e moradores.

² Além da maneira tradicional de chamar a polícia, através do telefone 1-9-0, com o programa, as maneiras de chamar a polícia foram ampliadas, podem ser feitas pelo telefone móvel com número próprio disponível a cada área e, também, por meio de chamados desempenhados por moradores para viatura em deslocamento.

³ A discussão sobre norma e prática é um problema nas ciências sociais desde a antropologia clássica, ver Malinowski (2003). Misse (2002), Hirata (2010) e Telles (2010) inspirados na concepção de “bazar” (Cf. RUGGIERO e SOUTH, 1997), tem discutido as mediações morais por trás das concessões entre o ilícito e o legal, envolvendo constantes negociações, movimentando um grande mercado informal nas tramas sociais das cidades brasileiras. Esses autores apresentam uma perspectiva contemporânea para discutir as disjunções entre norma e prática na vida cotidiana.

⁴ Simmel (1977), ao discutir *la lucha*, propõe o entendimento do conflito como relação imediata de reciprocidade, mais do que isso, a categoria é destacada como inerente as relações humanas, não apenas em suas formas mais exacerbadas como, também, em suas formas sutis. Quanto mais os laços sociais estreitam-se, ampliadas são as possibilidades de desentendimento e conflito entre os atores sociais. Esse entendimento é fundamental para compreensão das relações de reciprocidade conflituosa envolvendo polícia e população.

Para efeito de preservar as identidades dos interlocutores da pesquisa, tomei a decisão de ocultar o nome de policiais e moradores, bem como, a numeração da AO, haja vista, a existência de informações que podem ser inconvenientes às pessoas envolvidas na produção do estudo. A AO etnografada segmenta-se em três partes, correspondentes aos três bairros, considerados lugares críticos pela polícia, principalmente, o Bairro 2. A Zona de Policiamento *Noir* desenha uma figura geométrica próxima do formato retangular, entrecortando bairros vizinhos fronteiriços aos Bairros 1, 2 e 3.

Acompanhar da viatura o que se passa no dia-a-dia de patrulhamento, realizado por equipes de policiais do programa, permite o acesso etnográfico de multiplicidades de práticas. Pude estar lá nas abordagens policiais, nos atendimentos a ocorrências e nas perseguições veiculares empreendidas contra suspeitos. Participei, também, das conversações dos policiais sobre suas atividades ao longo da carreira antes, durante e após a realização do patrulhamento. Pude, ainda, observar diretamente suas interações com moradores durante suas atividades cotidianas. Além de tais acontecimentos, outros aparecem no decorrer das narrativas trazidas na dissertação.

1. As crises na segurança pública no Estado do Ceará e o advento do Ronda do Quarteirão

No Ceará a profunda crise que afetou a segurança pública na década de 90, após o fim do período do Estado de Exceção (1964-1985), discutida por Barreira (2004), mesmo com algumas transformações esboçadas a partir de 97, construíram um processo de mudanças e resistências no Ceará. De acordo com Mota Brasil (2003, p. 90) “as crises foram geradas por um aparelho policial submerso em denúncias de crime de corrupção, extorsão, prostituição infantil, tráfico de drogas, torturas e até homicídios que diariamente estão estampados nas manchetes e nos noticiários da mídia em geral.”.

Pinheiro (2008) observa que a implantação dos CCDS⁵ em 1996, acompanhada, posteriormente, pela criação dos distritos modelos em Fortaleza no ano de 1997, foram

⁵ Os Conselhos Comunitários de Defesa Social foram implantados em 1996 pelo Governo do Estado do Ceará, com a intenção de criar espaços de participação da população no campo da segurança pública. A ideia era criar no interior dos Bairros conselhos comunitários chefiados por moradores para canalizarem informações para as instituições policiais do Ceará.

tentativas de melhorar o quadro da segurança pública no estado, objetivando resgatar a imagem das forças policiais, buscando construir canais de comunicação entre as forças de segurança e as comunidades locais. Tais tentativas, entretanto, esbarraram em resistências e práticas que alimentam aspectos privados na produção de segurança pública, de acordo com seu estudo.

O contínuo de crises políticas, cujo o tema central eram as instituições responsáveis pela segurança pública, perpetuou-se. Sendo, ainda, a tônica no quadro da segurança pública do estado. Como tentativa de dar respostas as crises contínuas, nas eleições de 2006, o então candidato, Cid Gomes, apresentou o projeto de policiamento comunitário de nome “Ronda do Quarteirão”. Com sua vitória nas urnas, no primeiro ano de seu mandato, o programa foi implantado. A proposta prometia investimentos progressivos na área de segurança e mudanças na formação e atuação da polícia, direcionando os novos PMs para um trabalho preventivo, objetivando aproximar a polícia das comunidades.

A concentração das políticas de segurança pública nas grandes capitais brasileiras, a exemplo de Fortaleza - CE, dispersou-se, em certa medida, com o fenômeno da “interiorização da violência” (Cf. WAISELFISZ, 2008), dizibilidade e visibilidade produzidas mediante a escalada do número de homicídios observados nos municípios brasileiros com mais de 2000 (dois mil) habitantes, incluindo regiões metropolitanas.

Os dados apresentados no mapa da violência e complementados posteriormente (WAISELFISZ, 2011), demonstravam o crescimento das taxas de óbitos no interior do Ceará motivadas, entre outras razões, por acidentes de trânsito, armas brancas e de fogo contra vítimas preferenciais, envolvendo questões de “gênero”, “geracionais” e de “cor/raça”. Esta configuração, no cenário do estado cearense, objetivou novas demandas por políticas de segurança, em razão da ascensão dos números de homicídio e também de crimes contra os bens, no município Juazeiro do Norte - CE de acordo com o estudo de Pinheiro, Barbosa e Sousa (2013).

O Ronda do Quarteirão, chega a Juazeiro do Norte em meados de 2008, sendo, um ano antes, implantado na cidade de Fortaleza - CE⁶. Os PMs, fardados de azul, apresentavam-se aos moradores da cidade sob o slogan da “Polícia da Boa Vizinhança”. Os bairros da cidade foram agregados em Áreas de Operações da PM produzindo novas territorialidades, delimitando perímetros geográficos⁷ a serem assistidos pelo programa. Locais onde,

⁶ O Ronda do Quarteirão foi ampliado nos anos seguintes progressivamente para os municípios do interior do estado com população igual ou superior a 50.000(cinquenta mil) habitantes.

⁷ As “Áreas Operacionais” delimitam o espaço de 1,5 a 3 quilômetros quadrados.

deslocando-se na viatura, os policiais realizam o policiamento ostensivo motorizado entre limites espaciais e simbólicos de outras AOs da cidade.

Entre os anos de 2006 e 2010, as agendas das políticas de segurança pública dos estados brasileiros pautaram e implantaram programas de policiamento pretendidos e divulgados como sendo de proximidade e/ou comunitário⁸. Não obstante, esta empreitada deu-se nos termos de uma importação de modelos de polícia de proximidade e comunitária para outros estados da Federação. Entretanto, não se desfez a expectativa alimentada pela polícia do combate ao crime como operação de guerra.

Esta ambiguidade, supostamente orientada por mudanças de paradigmas nas políticas de segurança públicas nacionais (em alguns casos, consideradas verdadeiras manobras eleitorais orientadas pelo *marketing* político), foi à condição de instauração de modelos de policiamento de inspiração similar no Brasil. Essa tônica trouxe novas questões sobre os desdobramentos da permanência da polícia em territórios que até então estiveram esquecidos pelas políticas de segurança e sociais.

A Polícia da Boa Vizinhança⁹, em Juazeiro do Norte – CE apresentou-se, inicialmente, como um marco diferencial em relação à “velha polícia”¹⁰ tradicional. Essas mudanças sinalizavam para a possibilidade de novas práticas policiais, contextualizadas na formação dos profissionais de segurança com a introdução de disciplinas de direitos humanos, mediação de conflitos, polícia comunitária, repressão qualificada ao crime, entre outras. As primeiras turmas de PMs, formadas para atuarem no programa, foram instruídas a prestarem um serviço mais personalizado nos bairros através de uma aproximação com os moradores, com o objetivo de conhecerem seus problemas e dificuldades. Foram adquiridos veículos e equipamentos novos para o programa, incluindo armamentos. As viaturas possuem câmeras internas e externas, com o propósito de registrar, em imagens, tudo o que os policiais realizam. A intenção seria evitar e punir aqueles que se utilizam, por exemplo, de práticas classificadas

⁸ No cenário midiático nacional teve destaque a implantação no ano de 2008 das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) em algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro onde, supostamente, o tráfico de drogas exercia uma rede de poder paralela e independente da autoridade pública estatal.

⁹ A Polícia da Boa Vizinhança foi o slogan do Programa de Policiamento Ronda do Quarteirão, com a intenção de vincular o patrulhamento ostensivo de caráter comunitário e de proximidade na difusão, implantação e circulação imagética do programa, através da grande imprensa, de *outdoors* expostos nas cidades e cartazes entregues à população nos anos iniciais.

¹⁰ A velha polícia militar do estado do Ceará é uma forma constantemente evocada para referir-se ao segmento do Policiamento Ostensivo Geral POG. Com o advento do Ronda do Quarteirão essa conotação ganhou bastante força e ainda repercute em apartações entre as seções da PM.

como “abuso de autoridade”, “uso excessivo da força” ou fogem de algum aspecto da disciplina militar no trabalho cotidiano.

Completos seis anos, desde sua implantação, os investimentos no programa diminuíram. A manutenção dos veículos tem sido menos regular, longe do ideal, a aparelhagem da viatura constantemente está em pane. O Programa modificou-se bastante, em relação a sua proposta inicial de policiamento, direcionado para a prevenção de caráter “comunitário”, passando a maior parte do tempo realizando o patrulhamento ostensivo e atendendo ocorrências policiais de toda e qualquer complexidade.

A princípio, nos primeiros anos do programa, as equipes de policiais, atuantes em cada área da cidade, tinham certa fixidez. Com o passar do tempo, tal condição deu lugar à rotatividade dos policiais do programa por outras áreas, ampliando o contingente envolvido em interações com os moradores dessa localidade. Entretanto, alguns dos PMs com mais experiência na área, somando entre três e seis anos operando regularmente no lugar, foram mantidos. Outros policiais enfrentaram problemas com o comando local por terem desempenhado ações consideradas inadequadas¹¹ e foram transferidos para outras cidades. Do mesmo modo, ocasionalmente, alguns policiais são deslocados de outras corporações para a cidade de Juazeiro do Norte - CE. Essas transações de policiais dinamizam a configuração da tropa e redistribuem os critérios na escalação das equipes de policiais pelos comandantes, não mais baseadas apenas na experiência de cada policial com a localidade em que atuou ao longo da sua carreira.

A implantação do programa traduziu-se na maior presença da viatura e, por conseguinte, da polícia, passando a ser mais constante nas ocorrências policiais do que outras seções da PM. O Ronda do Quarteirão, com o passar do tempo, após sua implantação em 2008, ganhou contornos especiais no cenário urbano de Juazeiro do Norte - CE, passando a ser mais acionado que o POG, até então, seção mais solicitada para o atendimento de ocorrências policiais. Disso resulta o envolvimento dos policiais da boa vizinhança no atendimento a ocorrências, até então inéditas, no passado recente da polícia local (BARBOSA, 2012).

O “Ronda do Quarteirão” é recente, porém, a polícia militar é antiga¹². A farda é azul, mas estão lá, na viatura, percorrendo as ruas dos bairros para fazer o policiamento

¹¹ Essas relações serão discutidas de maneira mais aprofundada a partir do Capítulo IV.

¹² Em 1835 foi criada, através de resolução provincial, a primeira força pública do Ceará. Em 4 janeiro de 1947, a força pública passou a ser a PMCE. A instituição tem atravessado mais de um século misturando-se a história do estado do Ceará e as transições de regimes políticos no Brasil. Fonte: <<<http://www.pm.ce.gov.br/>>>

ostensivo, pois são, também, PMs. A diferença, aliás, uma distinção, que pode ser feita entre as seções da PM no Ceará (no que diz respeito ao Policiamento Ostensivo Geral e Ronda do Quarteirão) são as táticas e execução do patrulhamento. Entretanto, por contar com maior efetivo de policiais e de veículos, os PMs de azul são os mais solicitados para o atendimento às ocorrências policiais, não importando sua complexidade, sejam ocorrências de pequeno porte ou de alto risco.

A equipe de policiais do Programa Ronda do Quarteirão se alterna em três turnos (A, B e C) sequencialmente correspondentes aos períodos temporais do dia. Das 6h00min às 14h00min é realizado o “serviço”¹³ correspondente ao Turno A, das 14h00min às 22h00min o Turno B. Até às 22h00min as pausas durante o patrulhamento não devem extrapolar os 15 minutos. No turno C, das 22h00min às 06h00min, as pausas podem se estender aos 40 minutos. A viatura deve ficar, a maior parte do tempo, em circulação pelas ruas de sua área durante a realização do patrulhamento. Cada turno possui uma “Composição”¹⁴ de PMs “escalada” pelos policiais de hierarquia superior, responsáveis pelo comando do programa na cidade, podendo conter entre dois e três homens.

Três bairros da cidade de Juazeiro do Norte - CE, considerados violentos e pobres pela polícia, constituem a AO etnografada nesta dissertação. A localidade é considerada a área mais violenta e superpopulosa da cidade. Conforme o IBGE (2012), a população total de Juazeiro do Norte, situada ao Centro-Sul Cearense, somava 249, 939 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e nove) habitantes no ano de 2010. Desse total, 14 % estão concentrados nos três Bairros que compõem a AO, onde residem, aproximadamente, 34, 601 (trinta e quatro mil, seiscentos e um) habitantes. Quando se observa a segmentação dessa população nos bairros temos os seguintes números: Bairro 1 - 7,110 (sete mil, cento e dez) habitantes; Bairro 2 - 17,859 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta e nove) habitantes e Bairro 3 - 9,632 (nove mil, seiscentos e trinta e dois) habitantes. Dependendo da Composição de PMs escalada, caso seja formada por 2 ou 3 policiais, há um total proporcional de mais de onze mil podendo ampliar-se para mais de quinze mil moradores por cada policial.

¹³ O “serviço” é a terminação lingual utilizada pelos policiais para demarcar o período de trabalho em que está escalado ou que seus colegas estão escalados. Alguns dos meus interlocutores dizem que “tiram” o serviço em dado turno e “rendem” o serviço de colegas que estavam escalados no turno anterior, cautelando o mesmo armamento utilizado pelo “companheiro de farda”. Esta é uma importante implicação da realização do trabalho da polícia militar nas dinâmicas locais.

¹⁴ Termo lingual utilizado pelos policiais para designar as equipes de policiais escaladas para realização do patrulhamento ostensivo.

A Zona de Policiamento *Noir* é patrulhada por policiais divididos por duas características: alguns deles atuam no local de forma relativamente fixa, operando em média de 1 a 6 anos, regularmente na área em particular; outros policiais não possuem área fixa sendo escalados aleatoriamente em todas AOs da cidade. Esses são, pois, os principais interlocutores na produção deste estudo, alguns deles, guardiões de episódios que vivenciaram desde seu ingresso como PMs. Esforcei-me para tornar tais acontecimentos, narrativas episódicas, permitindo a análise mais aprofundada da produção do patrulhamento ostensivo em seus contextos locais.

2. As forças policiais como objeto de estudo sociológico: A construção de um objeto de estudo a partir do funcionamento do Ronda do Quarteirão

Os estudos clássicos sobre polícia nas ciências sociais exploraram várias dimensões do fazer policial: a relação com as populações, a realização do patrulhamento, a especialização da polícia e do policiamento, a discricionariedade do trabalho policial, o controle do crime e a manutenção da ordem sob a lei, são exemplos de temas clássicos abordados nos estudos de Skolnick (1966); Bittner (2003); Bayley (2006); Skolnick e Bayley (2006) e Monjardet (2012).

A produção de conhecimento das ciências sociais no Brasil, dos últimos 20 anos sobre o tema, tem reforçado o caráter problemático da agência da polícia, no que diz respeito, por exemplo, a corrupção e o uso excessivo da força tanto na PM quanto na PC brasileiras (PINHEIRO, 1982); (MINGARD, 1992); (ZAVERRUCHA, 2001); (FERREIRA, 2002); (BENGOCHEA, GUIMARÃES, *et al.*, 2004); (BARREIRA, 2004); (RAMOS e MUSUMECI, 2005); (RATTON, 2007); (OLIVEIRA, 2007); (ARAUJO, 2008); (PINHEIRO e BARREIRA, 2008) e (SÁ e SANTIGO, 2011).

O advento do Ronda do Quarteirão no quadro da segurança pública do estado, despertou o interesse de pesquisadores enveredando por diferentes linhas temáticas. Sousa (2008) desenvolveu seu estudo nos primeiros anos de implantação do programa em Fortaleza, apesar de suas dificuldades na realização da pesquisa, analisou as possíveis mudanças no campo da segurança pública do estado com o “acontecimento” Ronda do Quarteirão.

Barreira e Russo (2012) discutiram a recepção do programa pela mídia local e população de Fortaleza, analisando por um lado a dimensão publicitária produzida pela implantação do programa, e, por outro, o impacto da implantação do “Ronda” nas “taxas de

criminalidade e violência” em Fortaleza - CE entre 2007 e 2010. Os autores pontuam que “nesse período ocorreu certo grau de “melhoramento na confiança nas instituições de segurança pública” (p.293) fruto de uma maior presença física da polícia nos bairros.

Cruz (2013) realizou o minucioso estudo sobre as dimensões curriculares, oficial e informal, da formação de policiais militares do programa entre 2007 e 2010. Sua análise tematiza os desdobramentos do confronto entre a “formação policial tradicional” e a possibilidade de uma “nova formação policial”. A autora demonstra o impacto do “contra currículo”, o aprendizado paralelo ao currículo oficial de aspectos relacionados à “formação tradicional” de PMs, no processo de aprendizagem do ofício de polícia nos cursos de formação dos policiais boa vizinhança no período.

Araújo (2013) discute os “ilegalismos” com base na agência policial, vigiada pelo sistema de vídeo-monitoramento das viaturas, descrevendo o contorno da dimensão oficial do serviço de polícia pela informalidade, e por vezes, ilegalidade das ações dos PMs do programa em serviço na cidade de Fortaleza - CE. Seu estudo revela processos agentivos oriundos da condição dos PMs serem “vigiados” e, ainda sim, agirem “fora da lei”, revelando novas dinâmicas das relações de disciplinamento dos policiais e seu impacto na produção de práticas policiais.

A abordagem pretendida nesta dissertação a respeito do tema é um empreendimento etnográfico, direcionado à descrição e análise sobre as dimensões da agência policial cotidiana no patrulhamento ostensivo e suas percepções. É uma investida de aproximação com o universo perceptivo e simbólico da vida social dos PMs, em suas relações com moradores no cotidiano de seu afazer¹⁵. Uma das chaves de leitura, encontradas no decorrer da pesquisa, são as relações de reciprocidade entre polícia e população, observadas em diferentes camadas, tornando-se redes conflituosas implicadas nas maneiras de fazer dos policiais.

Muniz (1999) e (2010) buscou entender de que modo o fazer ostensivo dos policiais de rua se institui, a partir de determinados recursos, nas ações da polícia daquilo que chamou de “manobras decisórias” no mandato policial. A noção de recursividade policial é uma possível leitura da produção de relações de poder entre polícia e população. Contudo, há elementos ainda não explorados nos trabalhos citados que redimensionam acontecimentos e descartam recursos tradicionais utilizados pelos PMs em seus mandatos cotidianos. Em tais ocasiões são exigidas

¹⁵ Alguns trabalhos de destaque nessa mesma perspectiva inspiraram a redação desta dissertação ver: (DURÃO, 2011) e (MUNIZ, 1999). Em comum com o presente estudo, as autoras acompanharam o patrulhamento ostensivo dentro da viatura e exploraram a partir da descrição das atividades cotidianas da polícia, sua agência e mundo profissional.

dos policiais saídas criativas e reflexivas, nos impasses emergidos durante a realização da atividade policial. O “certo” e o “errado” assumem caráter situacional nas circunstâncias cotidianas envolvendo processos de *accountability* (Cf. SCOTT e LYMAN, 2009). Os dados produzidos no presente estudo fornecem elementos para fazer novas problematizações a respeito da discricionariedade policial, com base no policiamento ostensivo e seus contextos localizados.

Bittner (2003, p. 256) evoca, ao discutir o poder discricionário da polícia, as sutilezas que envolvem a aplicação da lei pelos policiais. Tais aplicações seriam contextualizadas de acordo com o tipo de pessoa que a polícia interage (caso trata-se, por exemplo, de um cidadão comum, de um criminoso ou uma prostituta). É comum os policiais lidarem com termos linguais classificatórios do outro, produzidos e mobilizados na sua atividade, condicionando moradores a diferentes estatutos morais¹⁶ e diferentes formas de trato relacionais com os policiais.

A própria execução da legislação criminal, por exemplo, é condicional e subjacente aos processos simbólicos de classificação. Nesta direção, para entender as formas de reciprocidade envolvendo policiais e moradores, é importante ter em mente que as leis “aplicadas” ou ignoradas pelos policiais se entrecruzam em jogos incertos cotidianos. O caráter situacional (GOFFMAN, 1993), envolvendo os encontros de PMs e civis, entrelaça-se à aplicação da lei, passando por mediações combinatórias da multiplicidade de probabilidades dos desfechos das ações da polícia ao usar seus recursos de poder.

O confronto entre situação, interação e poder policial é crucial para a análise pretendida aqui. O estudo de Bayley (2006) define por “variações de poder” os níveis em que o uso da força pode ser mobilizado pelos policiais em casos específicos (controlar o crime, solucionar conflitos, controlar multidões etc.). Cotidianamente, os PMs da Zona de Policiamento *Noir*, operando em área, altercam variações de força, sendo solicitados a intervir em situações consideradas imprevisíveis.

A especialização da polícia e do policiamento no estado do Ceará, ou seja, a separação de casos de polícia, que seriam atendidos por uma determinada Seção¹⁷, é

¹⁶ Buscarei refletir sobre esses processos no Capítulo II desta dissertação.

¹⁷ Existem Seções na PMCE que possuem táticas e técnicas de policiamento diferentes. O Ronda do Quarteirão, o Policiamento Ostensivo Geral e a Força Tática de Apoios são algumas destas divisões. Em Juazeiro do Norte não há, todavia, designações específicas cotidianamente para cada uma delas. O combate ao crime, o controle de multidões, ocorrências de maior complexidade, acidentes de trânsito, desaparecimento de pessoas entre outras

redimensionada pela disponibilidade de efetivo de PMs, e não por sua especialidade em modalidades de ocorrência. Assim, são produzidos, cotidianamente, desequilíbrios entre o uso esperado da força e o uso efetivo da força. O conhecimento jurídico e prático dos policiais é menos construído no período de suas formações, e mais através das experiências acumuladas na carreira, mediante a vivência cotidiana do “serviço de rua”.

Foucault (2012, p. 54) define o poder enquanto relação de força “e até certo ponto uma relação de guerra”. As correlações de força, imbricadas nas dinâmicas da vida social de uma “área de operação”, podem requerer a obediência, a prisão, o acato à autoridade policial, sob “níveis e níveis” de complexidade. Na medida em que os contextos são construídos, reconstruídos e desconstruídos, através das interações e relações sociais entre PMs e moradores, forjam-se economias de poder e formas paralelas de justiça (FOUCAULT, 2012b).

Trata-se do entendimento de um poder, sobretudo, relacional. Destarte, as relações de força e de violência, enquanto expressões abusivas de poder, causando danos a outrem, como lembram Tavares (2009) e Barreira (2013), podem ser pensadas em seu caráter difuso. Os autores referem-se a crise do monopólio da força pelo estado, atentando para o surgimento de uma nova configuração da violência mais dispersa e diversificada: “o difuso relaciona-se claramente com a possibilidade de que, todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas presentes em diversificadas situações sociais” (BARREIRA, 2013, p. 224). Os recursos de poder, mobilizados pelos policiais em suas performances cotidianas, podem causar danos a terceiros e tornarem-se pontos cruciais das reciprocidades conflituosas entre polícia e população.

Certeau (2007) constrói duas ferramentas analíticas, ao pensar as maneiras de inventar o cotidiano, distinguindo as dimensões da possibilidade de agência no campo de ação próprio e no campo de ação do outro. Apesar da dificuldade em precisar as fronteiras dessas separações nas tramas da vida social, esse entendimento é a distinção entre “estratégia” e “tática”. A Força Pública¹⁸ e suas atividades distributivas da aplicação da força deslocam-se, frequentemente, sob esses dois possíveis empreendimentos agentivos. Entretanto, a capacidade discricionária nem sempre remete ao ordenamento prévio, surgindo mediante iniciativas

tipificações, dependem menos da especialidade de cada tipo de policiamento e mais da disponibilidade de homens e viaturas.

¹⁸A polícia é definida em duas dimensões: 1. Como elemento universal de distribuição e aplicação da força (como um “martelo”). 2. As finalidades que são socialmente atribuídas ao uso da força numa determinada sociedade (seu mestre). (MONJARDET, 2012, p. 23)

autônomas micropolíticas de quem executa o papel de policial, sem produzir necessariamente avaliações do “*mestre*”. Ao ser fundada, uma área operacional, paulatinamente, transita de uma zona tática para uma zona estratégica de ação policial, articulando um território operacional a partir de duas estratégias e duas táticas subjacentes à transição. Nos trâmites relacionais de polícia e população ocorre um processo similar: o território onde a presença da polícia era rara passa a contar com a sua presença diuturnamente.

Matos Junior (2008) traçou o esboço da operacionalização das estratégias policiais no espaço urbano em Fortaleza. Seu estudo sugere que as ações policiais estratégicas não capturam as “táticas astuciosas” dos usuários do espaço em situação de ilegalidade. A partir de seu empreendimento analítico é possível perceber a profusão entre as fronteiras de táticas e estratégias nas ações cotidianas na PM.

A agência, entre fronteiras táticas e estratégicas da polícia contra empreendimentos agentivos ilegais, é, sobretudo, mediada pela construção da situação na qual ocorre. Desse modo, é importante redimensionar as categorias analíticas num modelo interpretativo maleável. Considerando, assim, que as práticas policiais contextualizadas e produzidas localmente, constantemente invertem-se e revertem-se no fluxo de <<ações>> e <<respostas>> durante o patrulhamento de rua. Novas questões despontam neste estudo redimensionado essas ferramentas analíticas e suas fronteiras na vida social cotidiana da Zona de Policiamento *Noir*.

O processo civilizador discutido por Elias (1994) e (1997) refere-se às mudanças nos “sentimentos” nas configurações humanas rumo a novas direções. No entanto, tais modificações não resultam das contingências coletivas do acaso, nem do planejamento de alguns indivíduos na vida social, mas sim da construção das interdependências nas relações sociais. Tal condição é ilustrada na conversão dos guerreiros em cortesãos. Os mecenas, cavaleiros e outros atores responsáveis por grandes derramadas de sangue na resolução dos conflitos interpessoais, tendo como característica a agressividade e o talento para guerras, combates e assassinatos, foram incorporados à corte real, esse processo “iniciou-se e prosseguiu com grande lentidão no século XI ou XII até que, devagar, chegou a sua conclusão nos séculos XVII e XVIII.” (ELIAS, 1997, p. 217).

Assim, o estado dinástico, chefiado pelo monarca, passava a construir a monopolização do uso legítimo da força física acompanhada, também, da centralização da cobrança de tributos. Os guerreiros, agora, estavam na corte e tinham como missão a produção do controle social. Ao tornarem-se membros da corte, teriam de controlar suas emoções nas formas de concorrer por oportunidades de prestígio, com o intuito de manterem e melhorarem

suas posições na estrutura de poder do *Anciën Regime*, “promovendo uma transformação na economia das pulsões” (Idem, *ibidem*).

É preciso entender tal processo entre arrancos e recuos, quais sejam, processos civilizadores e descivilizadores, envolvendo formas de autocontrole decorrentes da produção de formas de controle social. Em meio a essas tensões ocorre a construção da autoimagem de uma configuração humana¹⁹ específica. A produção social dos sentimentos nas formas de convívio social, produzem redes relacionais de interdependência objetivas na vida social. Os códigos guerreiros e civis são negociados, ou melhor, redimensionados na construção do Estado-Nacional e encarnam-se nas relações sociais de polícia e população.

Ocorre, entretanto, que o processo pode se reverter. Processos civilizadores e descivilizadores, arrancos e recuos são paralelos na longa duração temporal. PMs estão intimamente atravessados pelo modo de vida militar, reportado ao militarismo (SÁ, 2002). Realizando sua atividade constitucional de manutenção da ordem sob a lei, seu ofício os impõe fortes tensões entrelaçando códigos guerreiros e civis, ao estreitarem relações com civis fora do espaço disciplinar do quartel, composto por militares. Esta condição está maciçamente intercalada em suas categorizações simbólicas e suas práticas. Neste sentido, tal característica estabelece mediações concernentes à maneira como tais códigos marcam a prática da polícia e não podem ser descartados na compreensão do universo do policiamento ostensivo.

Aspectos situacionais do trabalho policial cotidiano produzem relações específicas. Assassinatos de policiais, por exemplo, quando ocorrem, redimensionam a mobilização dos códigos redefinindo as relações entre polícia e população, ampliando, em certas ocasiões, formas de violência policial simbólica e física em busca de *vendeta*. Esse tipo de acontecimento está atrelado ao processo de subjetivação (FOUCAULT, 1995), pelo qual pessoas comuns, tornam-se sujeitos policiais militares. Assim as formas de assujeitamento, implicados no cotidiano das práticas da polícia, relacionam-se diretamente a sua abrangência agentiva e relacional.

¹⁹ Para ELIAS o conceito de configuração é a busca de superação do problema indivíduo-sociedade, abolindo esse esquema dualista verificando a partir da constituição de uma rede de relações de interdependência em processo as mudanças e permanências em comunidades humanas. “Tais figurações são tão reais com os homens singulares que as formam. Hoje em dia, o que parece ainda mais difícil de compreender conceitualmente é o fato de que essas figurações, formadas pelos homens, podem ter um ritmo de transformação mais lento do que o dos homens singulares que as formam.” (ELIAS, 2001, p. 39).

As tensões entre “ordem” e “lei”, desde Skolnick (1966), remontam ainda a complexidade do contexto das práticas policiais²⁰. De acordo com o autor, enquanto a ordem se reportaria a códigos morais institucionalizados e incorporados no trabalho policial, a lei designaria as restrições às formas de manter a ordem. A produção da ordem além de ser uma tarefa policial por excelência, retificada na lei e no dever policial, se opera cotidianamente, muitas vezes, escapando ao modelo normativo jurídico/institucional da instituição policial. São os jogos incertos, marcados, algumas vezes, pela surpresa e imprevisão, processos fundamentais no cotidiano da atividade policial.

O fazer da polícia é investigado, aqui, de acordo com sua abrangência relacional e suas implicações nas relações de reciprocidade de policiais e moradores. A investida é, sobretudo, compreensiva. Weber (1999) levanta uma questão fundamental ao tratar do fato dos atores sociais atribuírem sentido subjetivo às suas ações, ideia a partir da qual fundou os seus conceitos de ação social e dominação. O sentido bilateral da ação, para o qual chama atenção, são as divergências entre aquele que atribui sentido e o outro que interpreta o sentido empregado na medida em que se constitui uma relação. Neste impasse, os valores e os sentidos investidos na ação inauguram a multilateralidade de interpretações sobre a mesma. Esta valiosa contribuição é uma inspiração para elucidar as dinâmicas relacionais entre policiais e moradores em suas reciprocidades conflituosas.

A normatização da vida social por meio de regras e punições é um tema clássico das ciências sociais. Durkheim (1999) pensara como a sociedade produz penalidades para os indivíduos considerados criminosos, por terem realizados ações moralmente indesejáveis, afligindo a coletividade social. Malinowski (2003), rompendo com a noção de que “primitivos” não possuíam regras regulando sua vida social, demonstrou como os trobriandeses regulavam sua vida social através de interditos, que, quando rompidos, eliminavam a vida social do indivíduo acusado, o ignorando, processo, que, muitas vezes, culminava em seu suicídio.

Os policiais são cruzadores morais de regras sociais codificadas em legislações criminais, comportamentos socialmente indesejados e ações inadequadas. Becker (2008) propõe, a partir dos seus estudos, a categoria analítica “desvio”. O desvio assume sempre uma condição de relação com a regra, na qual, funciona como empreendimento moral, sobre o qual, ocorre a rotulação dos “impositores de regras”. O entendimento acerca da rotulação dialoga

²⁰ Nesta discussão, Oliveira (2007) observa que as polícias podem agir de modo seletivo em relação a garantia dos direitos humanos dos moradores. Nesse sentido, sugere que a polícia estabeleça essa seleção com base nas prioridades de ação e sobre a posição das vítimas na pirâmide socioeconômica, construindo formas seletivas de protegê-las e puni-las.

com a reflexão sobre estigma e manipulação da identidade deteriorada em Goffman (2012). O estigma é definido, pelo autor, como imputação de atributo negativo, nas relações sociais, manipulado pelo ator social na construção de sua carreira moral. Neste diálogo, incluo, também, a categoria “sujeição criminal” de Misse (2010) definida enquanto forma de assujeitamento em que o atributo negativo mistura-se a identidade do ator social sem que possa ser manipulada, condicionando-o a um status moral socialmente indesejado. Esse triáxono causa fricção com os dados produzidos em campo, relativizando as categorias a partir dos contextos de interação, ação e relação entre polícia e população.

Esta dinâmica, porém, não é dura. Novas formas de empreendimento podem surgir a partir do desvio. A contribuição dos autores elucida as dinâmicas que escapam às tentativas de normatização das práticas dos atores sociais. O esforço de pensar acerca da condição ambígua dos PMs de serem, por um lado, aplicadores de regras para moradores e, por outro, serem, também, alvos de regras e punições em sua carreira moral profissional, é fundamental.

A categoria analítica acusação surge, de certa maneira, como um disfarce em pano de fundo na análise de várias das relações emergidas nesta etnografia, principalmente, no que tange a ocorrência policial. Aparece, dessa forma, enquanto dinâmica implícita mobilizadora do fazer policial. As formas de acusar o outro se revelam na medida em que os processos de revista a moradores, de denúncias realizadas à polícia ou contra a polícia se interpelem no cotidiano dos PMs. Tais negociações de sentido, repercutem, profundamente, a consumação de operações construídas contextualmente, tornando-se acontecimentos policiais, desencadeando significativa profusão de agências de policiais e moradores.

Favret-Saada (1977), ao etnografar a feitiçaria na França, tornou um eixo chave da sua análise as formas como as pessoas acusavam umas às outras de terem sido enfeitiçadas por elas, causando-lhes intempéries. Tal achado foi possível à medida que ela própria foi avisada de estar enfeitiçada em sua inserção empírica. Ao descrever como as acusações redimensionavam as relações em torno dos feitiços, a autora revela importantes formas de reciprocidade e afetações na vida social, fundamentais para compreender as dinâmicas implicadas em dado universo de relações.

As acusações revelam aspectos das relações sociais, dinamizam as sociabilidades, os conflitos, redimensionam o bem comum, o bem de si e o bem de outrem (WERNECK, 2009) no plano da vida social. Acionam, também, processos de continuidades e discontinuidades entre singularidades e generalidades, humanos e não humanos, indivíduos e coletividades (BOLTANSKI, DARRÉ e SCHILTZ, 1984). As acusações produzem, ainda, a interface entre ações e respostas, envolvendo obrigações e escolhas nas possibilidades de dar, receber e

retribuir (MAUSS, 2003). Nas relações entre policiais e moradores o significado sociológico de tais processos é fundamental marcando, necessariamente, suas possibilidades de interação, divergência, gratidão e denúncia.

Boltanski e Thevénot (1999) chamam atenção para os “*critical moments*”, ocasiões cotidianas, nas quais, a capacidade crítica dos atores sociais é acionada para inaugurar e solucionar impasses conflituosos, ocorridos, por exemplo, em disputas na vizinhança, no trabalho ou no trânsito, mediadas por formas de equivalência que permitem acordos. Os momentos críticos, nas relações entre policiais e moradores descritos neste estudo, não são a exceção, e sim, a regularidade relacional desencadeada do patrulhamento ostensivo. Esta condição permeia a dinâmica do fazer da polícia ostensiva nos contextos locais, mobilizando multiplicidades acusativas.

O trabalho de Boltanski, Darré e Schiltz (1984) objetivou analisar como se define o alcance de maior grau de generalidade de cartas contendo denúncias públicas e a consequente publicação no jornal *Le Monde*. A análise permitiu a construção da “gramática da denúncia” (as regras que se impõe para que uma denúncia seja publicada, num jornal de grande circulação), verificando, por exemplo, se tal processo relaciona-se com a profissão, o grau de normalidade²¹ do acusador, dos recursos mobilizados, as provas da denúncia entre possibilidades.

A construção da “gramática da denúncia”, elaborada pelos autores, é um referencial para dialogar com alguns dos dados produzidos em campo: as denúncias realizadas à polícia. Os autores estão tomando por pauta uma face das relações sociais, não levadas em conta, nas análises sociológicas. A capacidade crítica dos atores sociais na vida ordinária torna-se objeto de análise. Não seriam, as ocorrências policiais, perpassadas por formas de agência, implicando acusações recíprocas e negociações de sentido, mediadas pelo estabelecimento de juízos de valor às ações uns dos outros? Desse modo, o caráter pragmático dessas ocasiões é um eixo fundamental das relações de reciprocidade conflituosa e interação simbólica na vida social da Zona de Policiamento *Noir*.

As interações entre policiais e moradores estão permeadas por formas de *accountabilities* no desenrolar de suas atividades cotidianas²². Esses atores, cotidianamente,

²¹ O grau de normalidade é uma conotação adotada pelos autores a partir de uma estratégia metodológica para considerar o grau de sanidade do autor e do motivo da denúncia, para aprofundar o conhecimento sobre o assunto ver: Boltanski, Darré e Schiltz (1984).

²² Essas relações serão aprofundadas na Parte III dessa dissertação.

acionam atos de fala produzindo acusações, desculpas e justificações, mobilizando formas reflexivas de interpretar e agir em suas tramas ordinárias.

Determinadas ações práticas dos policiais são racionalizações ramificadas nas atividades cotidianas nos bairros: disfarçar a situação de abordagem para surpreender os suspeitos com a ordem de encostar; pedir apoio a outras composições de PMs, no intuito de angariar vantagens em operações, nas quais, é preciso maior cautela, dentre outras ações, envolvem a necessidade de cálculo e controle emocional (Cf. ELIAS, 1997, 2001).

Em seu estudo etnográfico a respeito das esquadras da polícia portuguesa, Durão (2008) e (2011) analisa o mapeamento da cidade com base na formação de “geografias morais”. Esse procedimento permeia as práticas da polícia e reproduzem as desigualdades com base em classificações do espaço físico pelas forças policiais. Bourdieu (2003) chamou de “simbolização espontânea do espaço social” a codificação do espaço social no espaço físico, ligando determinadas localidades a hierarquias de posições sociais, ou seja, a naturalização do espaço social no espaço físico.

No entrelaçamento dos dois entendimentos está implícita a diferenciação a partir da qual espaços físicos estão associados ao status dos habitantes da espacialidade codificada. Mencionei, em outra ocasião, tensões semelhantes encontradas ao longo da pesquisa. A associação de espaços físicos ao status e estatura moral de seus habitantes entrecruza relações de classificação, estigma e poder na Zona de Policiamento *Noir*. Contudo, tais classificações podem ser dinâmicas, deslocando-se de um lugar para outro, na área (BARBOSA, 2012).

3. Desafios metodológicos para uma etnografia da PMCE e do Ronda do Quarteirão

Neste estudo, algumas questões despontam a partir de um deslocamento intersubjetivo (Cf. CRAPANZANO, 2005) e inventivo (Cf. WAGNER, 2010) em campo. Trata-se, portanto, de uma guinada que pretende entender a experiência do “outro” com base na sua própria noção perceptiva de si mesmo (Cf. GEERTZ, 1997). O *self* policial entrecruza-se a cena do fazer, do ver e do dizer policial, nessa imbricação é que a pesquisa se institui.

A ideia de que não se deve ser fiel totalmente às teorias dos autores, sem desconsiderar o poder analítico dos conceitos, é claro, é uma posição adotada ao longo do presente trabalho. Trata-se do primado de utilizar, heurísticamente, ferramentas conceituais que possam ser retiradas da lógica anterior, estruturada no modelo teórico dos autores, a fim de,

dilatá-las em novas apropriações que permitam ajudar a entender e pensar, da melhor maneira, a vida social. Nesse sentido, não se trata de aplicar teorias, mas de usá-las para compreensão de forma metodológica. Uso similar, para o qual Weber (2001) já chamava atenção quanto ao uso metodológico dos tipos ideais, segundo ele, dever-se-iam ser usados apenas enquanto meios de conhecimento e não como simples explicação da vida social. Dessa forma, tais ferramentas teórico-metodológicas seriam meios de conhecer. Trata-se de um método.

O microcosmo de relações sociais da Zona de Policiamento *Noir* é um caso possível de relações entre polícia e população. A produção local das práticas policiais, discutida aqui, revela dinâmicas relacionais e interacionais conflituosas de policiais e moradores, revelando a construção intersubjetiva da agência policial e suas formas de gestão do cotidiano na sua atividade profissional.

Como os policiais forjam suas práticas a partir dos contextos locais do policiamento? Quais tipos de transações, envolvendo trocas simbólicas, afetos, formas de punição e acusações, são efetivadas mediante a presença dos policiais cotidianamente nos bairros? Estas podem tornarem-se contribuições analíticas valiosas, interligando dimensões e acontecimentos locais às possibilidades de generalização com base na especificidade. Do microcosmo de relações sociais da Zona de Policiamento *Noir*, pode-se pensar como acontecem, na prática, as relações cotidianas entre polícia e população, possíveis pela presença da polícia em territórios, por muito tempo, esquecidos pelas políticas de segurança e sociais.

O mapa analítico construído, embasado nas categorizações emergidas durante o trabalho campo, conota uma dimensão interessante: a forma como os acontecimentos dos bairros se transformam em caso de polícia. Esta é uma inferência que atravessa vários aspectos: as possibilidades de comunicação com a polícia e a recepção dos policiais dos problemas dos moradores, por exemplo. A percepção policial *in situ*, dos aspectos que configuram cada acontecimento como potencial caso de polícia ou não, é negociada entre cada composição de policiais escalada para a realização do patrulhamento e as populações locais engajadas nos processos. Os eventos, todavia, podem tornar-se caso de polícia, com base na mediação dos repertórios de poder de polícia disponíveis para solucioná-los, ou descartá-los, mediante obrigações e escolhas. Tal transação tem como eixo decisivo a interação social e as situações inauguradoras e perpetuadoras das trocas.

Dessa forma, os chamados realizados à polícia, podem dizer muito sobre estas relações. Somado a isto, é preciso explorar as dimensões assumidas pela PM ao permanecer, 24h por dia, circulando em bairros habitados pelas camadas mais pobres da população, de territórios construídos socialmente enquanto violentos. Entendo que, deste processo, resulta o

entrecruzamento de formas de classificação, aproximação e reciprocidade, entre polícia e população.

É preciso levar em consideração como se constroem as formas de interdependência e reciprocidade na produção social das práticas e praticantes no universo estudado. Tais formas estão calcadas, profundamente, por relações conflituosas incessantes no cotidiano da atividade policial. Trata-se de um sistema aberto de relações em processo, que, algumas vezes, pode se reconfigurar e até se desconfigurar, mantido e dissolvido por relações de interdependência dinâmicas, envolvendo, ao mesmo tempo, simultaneidades de aproximação espacial e possibilidades de interação. Esta rede funciona, todavia, sob a demarcação da diferença, polícia e população, policiais e moradores na vida social dos bairros, tornados AOs da PM.

No que diz respeito as possibilidades agentivas da polícia, abordo em que medida os policiais são livres para fazer o que eles fazem, tendo “carta branca” para cometer inclusive ações deliberadas? E, ao contrário, em quais medidas não os são? Trata-se, aqui, da dúvida radical em relação aos esquemas de percepção, pensamento e ação dos policiais (BOURDIEU, 1977).

A despeito do caráter punitivo e preventivo das forças policiais, em suas práticas localizadas, é preciso ter em mente que tipos de economia de punição²³ estão atrelados às maneiras de fazer dos PMs do Ronda do Quarteirão em seu cotidiano de trabalho. Tais arrolamentos têm como motor, relações de força e de poder no cotidiano da área nas suas múltiplas possibilidades de envolvimento, descritas no decorrer do estudo.

Ao estudar as relações entre policiais e moradores em uma das áreas de operações do programa em Juazeiro do Norte - CE, realizei a pesquisa estando abordo da viatura com os policiais, patrulhando, conversando, observando e sendo observado pelos policiais, com os policiais e os policiais. Nessa condição, ao mesmo tempo, ocorreram dois processos: por um lado, as questões analíticas surgiram em campo; por outro, esses apontamentos foram levados ao campo de pesquisa para novos confrontos no universo empírico, produzindo achados e novas questões.

Levo em conta, na produção e análise dos dados, a tarefa de produzir “*grounded theory*” (GLASER e STRAUSS, 1967). Arriscaria traduzir o termo para “teoria fundamentada”. Ao discutirem estratégias de pesquisa qualitativa, os autores propõem o

²³ Seria a economia da punição tudo aquilo que é simbolicamente construído como prática jurídica na atividade policial? Ou seria a economia da punição práticas ilegais que orientam e conduzem as ações policiais de acordo com valores compartilhados no cotidiano e no fazer policial? Do ponto de vista descritivo analítico fronteiras entre as duas são exploradas no decorrer da dissertação.

“método comparativo constante na análise qualitativa”. A ideia é agregar dois *modus operandis* analíticos na pesquisa²⁴ com o intuito de produzir “descobertas de hipóteses” e não simplesmente testá-las. Possibilitando, desta forma, a produção de teorizações mais sistematizadas e fundamentadas nos dados.

Nos estudos sobre polícia são excepcionais as possibilidades de acompanhar, de perto, o trabalho policial. A trajetória em campo permitiu esta preciosa possibilidade da presença do pesquisador na viatura, durante o patrulhamento. Não optei por estudar, empiricamente, a política de segurança pública, atrelada ao programa, nem com isso, a pretensão de conhecer todas as áreas almejando compreender o policiamento da cidade ou do estado.

Não se pode, com isso, negligenciar o potencial generalizante deste estudo. A riqueza empírica dessa área, em particular, desponta e escapa os seus próprios limites espaciais e simbólicos. A não revelação do local coloca em suspenso seu caráter meramente localizado, tornando o localizado algo genérico, parte do campo de possibilidades de relações entre policiais e moradores, um caso possível entre outros casos possíveis.

Como salienta Becker (2007) não se pode estudar todos os casos de tudo. O processo de sinédoque pode ser, algumas vezes, uma armadilha, ou, em outras, um importante instrumento para a produção da complexidade e problematização do objeto de estudo. As questões levantadas ao longo da construção do campo não são tentativas de limitar a análise, mas de estabelecer conexões fundamentadas nos dados, permitindo acessar as capilaridades no campo, fundamentais para compreender as relações entre os moradores e a polícia, não negligenciando nem se desligando de novidades surgidas no decorrer da pesquisa. O recorte estabelecido ao longo da construção do campo, nesse sentido, não é mero isolador do objeto de estudo, mas revela conexões importantes para compreender as problemáticas levantadas e emergidas no e pelo campo.

Dividi em três partes esta dissertação. A Parte I centra-se na construção de um objeto de investigação explicitando as conexões entre o processo de escrita e o trabalho de

²⁴ Os autores pontuam duas formas de análise de dados qualitativos comumente adotadas: 1, torná-los quantificáveis para testar hipóteses de pesquisa, codificando-os e depois analisando-os; 2. Gerar conceitos, novas categorias e suas propriedades, hipóteses e hipóteses inter-relacionadas “o analista simplesmente inspeciona seus dados para novas propriedades de suas categorias teóricas, acrescentando-as às propriedades antigas.” [tradução minha]. Após discutir a incompletude de ambas as abordagens, propõem um combinado das duas estratégias “fazendo um procedimento analítico de constante comparação, incluindo a codificação explícita da primeira abordagem e o estilo do desenvolvimento teórico da segunda”. [tradução minha] (STRAUSS e GLASSER, p. 101-102)

campo etnográfico. Nela, trato das relações de conhecimento construídas com os policiais paralelamente a minha inserção no trabalho de campo. Busco, além disso, explicitar os recortes produzidos no decorrer do processo até a escrita desta versão final do trabalho. Reflito sobre a condição do pesquisador homem e sua influência na produção dos dados etnográficos. Faço uma breve introdução ao universo de categorizações simbólicas dos PMs e seu ofício, no qual, busquei me engajar. Revelo o descontrolado prévio do pesquisador sobre o uso das ferramentas metodológicas no decorrer de um empreendimento etnográfico. Discuto as desconfianças dos interlocutores e as estratégias de interação durante os processos de engajamento de face. Por fim, pontuo a grande chave encontrada para a produção do presente estudo: as economias de alteridade de policiais e moradores e suas relações com a produção de práticas policiais construídas localmente.

A Parte II é uma imersão etnográfica através da descrição das camadas envolvidas na produção de reciprocidades entre policiais e moradores. Discuto, no Capítulo II, os processos de classificação simbólica realizados pelos policiais no seu fazer cotidiano. Exploro como as classificações da figura de morador são redimensionadas pelas contingências situacionais e interacionais do patrulhamento cotidiano. Relaciono, ainda, como esses processos são chaves analíticas para as formas de reciprocidade, envolvendo obrigações e escolhas nas relações de dar, receber e retribuir. Descrevo situações, nas quais, a figura do morador é manejada a partir de estigmas, envolvendo status e estaturas morais e as dinâmicas relacionais decorrentes do processo. Artigo as dinâmicas táticas e estratégicas da agência da polícia com a realização do “teatro de operações”. Discuto, além disso, as relações de gratidão em torno de “servir” e ser “reconhecido” na percepção dos policiais. Discorro sobre como as paqueras com as mulheres, da área patrulhada, relacionam-se a redimensionamentos das aproximações entre polícia e população.

No capítulo III, abordo as tensões entre a busca e a fuga do fazer policial a partir de suas categorizações simbólicas e práticas cotidianas. Descrevo como se procedem as formas de elaborar índices de suspeição dos moradores. Analiso como as abordagens policiais são encontros cotidianos entre polícia e população envolvendo, ou não, o contexto criminal. Exponho como as tensões entre buscar e fugir da ação tem como interface as relações entre os policiais e a área patrulhada envolvendo suas populações locais.

No capítulo IV, trato das negociações travadas entre polícia e população para a produção da ocorrência policial nos contextos locais. Busco compreender, a partir dos casos conhecidos, como os acontecimentos dos bairros tornam-se caso de polícia, elucidando seus diferentes graus de complexidade. Debato como ocorre a participação da polícia nos conflitos

interpessoais da população. Procuo refletir sobre o papel dos chamados realizados à polícia, com a produção local de acusações e seu sentido sociológico. Discuto, ainda, um modelo actancial das denúncias realizadas à polícia.

A Parte III é destinada a discussão em torno da categorização nativa “enrolar” e seus desdobramentos. Busco uma imersão nas categorias e seus significados e implicações na carreira moral dos PMs. Discorro como as acusações e contra acusações, desculpas e justificações conectam reciprocamente os PMs e moradores no cotidiano da área. Por fim, realizo um apanhado dos dados produzidos e os principais apontamentos realizados nesta dissertação.

CAPÍTULO I

O CAMPO: OS CAMINHOS DA PESQUISA E SEUS ACHADOS

A construção do objeto de estudo, nesta pesquisa, misturou-se profundamente às relações construídas no curso da investigação etnográfica com policiais e moradores. O terreno foi permeado por reciprocidades, segredos guardados e aventuras etnográficas vividas. Fui atravessado, enquanto pesquisador, por mediações envolvendo relações de poder, de gênero e de moralidades contingenciais durante a realização da pesquisa.

1.1. A construção do acesso

Na condição de aluno de iniciação científica, em meados de 2010, cabia-me a tarefa de desenvolver o estudo sobre a implantação da Polícia da Boa Vizinhança em Juazeiro do Norte - CE. Meu orientador, Dr. Antonio dos Santos Pinheiro, da Universidade Regional do Cariri e eu, traçamos a tática metodológica de conhecer as Lideranças Comunitárias à frente dos CCDS da cidade. Através de conversações, mantidas com as lideranças comunitárias, descobrimos a mudança ocorrida na administração local do programa, novos comandantes haviam sido nomeados para coordenar a Célula Sul do Ronda do Quarteirão.

Agendamos uma visita com o Oficial da PM Capitão Gomes, então novo comandante, apresentando um pequeno resumo do projeto de pesquisa, explicitando o interesse em estudar a relação entre polícia e comunidade. O comandante demonstrou grande entusiasmo com a pesquisa, sentindo-se, também, envaidecido com o interesse sobre o programa de policiamento por ele coordenado. Durante a conversa, nos ofereceu a oportunidade de conhecer as AOs da cidade, através de suas viaturas, e selecionar policiais do programa para entrevistas.

O Capitão nos convidou, também, a participar de reuniões mensais ocorridas no quartel com a participação das lideranças comunitárias e dos comandantes do programa. Durante o ano de 2010, alternei a participação das reuniões do quartel, a interlocução com as

lideranças comunitárias nos CCDS e o acompanhamento do patrulhamento ostensivo nas diferentes AOs da cidade²⁵.

Já no primeiro encontro, nos deslocamos do Quartel até uma delas. Fomos apresentados aos PMs responsáveis pelo controle das viaturas que cobrem todas as áreas operacionais. O Tenente Bruno, a pedido do Capitão Gomes, solicitou aos policiais que nos dessem cobertura e proteção. Nos deslocamos entre o quartel e a área através da viatura fiscalizadora. Ao chegarmos no local combinado, nos foram apresentados os policiais do turno A de uma das RDs da cidade.

Ao adentrarmos o veículo e circular pelo bairro começamos a observar e ouvir os policiais a respeito de sua atuação no local. Nesta oportunidade observávamos as interações entre polícia e população durante a realização do patrulhamento. Conversávamos, também, sobre as percepções dos PMs a respeito da área.

No período inicial da pesquisa, dos PMs era exigida a realização de visitas comunitárias²⁶ no interior dos bairros por determinação do comando geral do programa. Através desta prática participamos de encontros entre policiais e moradores.

A conquista do acesso, autorizado pela rede de hierarquia local da corporação policial, rendeu a possibilidade de participação no patrulhamento de outras AOs da cidade. Semanalmente, passei a visitar outras localidades da cidade na viatura, conhecendo policiais e o fazer da PM nas ruas. Aos poucos, a participação do patrulhamento, abordo da viatura, foi se tornando especialmente mais interessante para investigar as relações entre policiais e moradores.

Assim, tabus e desconfianças, envolvendo tramas conflituosas entre pesquisadores e policiais, foram elementos negociados na construção da pesquisa. A proposta de estudar a relação entre polícia e comunidade, autorizada pelo comando local, abriu novos caminhos para a pesquisa. A aceitação transfixou interditos permitindo a minha participação, como pesquisador, em atividades resguardadas ao ofício prático dos PMs. A viatura, lugar móvel e

²⁵ Com a iminência das eleições, do ano de 2010, os CCDS e suas lideranças passaram a se engajar no processo eleitoral da cidade, principalmente, atuando como cabos eleitorais para deputados da região. As reuniões no quartel foram suspensas, e, conseqüentemente a pesquisa empírica destas relações esgotou-se no decorrer da pesquisa.

²⁶ A visita comunitária consiste, simplificada, na apresentação dos policiais aos moradores durante visitas regulares. Nesta interação, os policiais tentam extrair dos moradores informações acerca do bairro. Ao final da visita, os policiais passam aos moradores o número do telefone móvel da viatura e solicitam um telefone para contato do morador.

objeto central do patrulhamento motorizado, ganharia cada vez mais centralidade na pesquisa empírica sobre o programa.

A constante presença no quartel, paulatinamente, me tornou conhecido entre os policiais do programa. Ao mesmo tempo, construí uma vinculação de admiração e amizade com um dos coordenadores do programa. Participando das reuniões mensais sempre conversava com os oficiais responsáveis pelo programa. O Capitão Gomes mostrou-se um homem de bom humor e extremamente disponível. Repassou-me seu contato pessoal e seu endereço de e-mail. Avisava-me com antecedência as reuniões do quartel e jamais cobrou direta ou indiretamente e algo em troca da permissão. Sua personalidade extrovertida permitiu nossa aproximação. Depois de solicitá-lo ouvia o capitão explicar para seus subordinados: “Esse rapaz já faz uma pesquisa de longa data conosco, leve ele até a viatura para acompanhar as visitas comunitárias”. Demonstrando extrema boa vontade em todas as vezes que nos encontrávamos, a figura humana do Capitão Gomes foi decisiva para a realização da pesquisa. A sua autorização tornara a pesquisa um ordenamento aos seus subalternos, revelando algumas das relações de poder atravessantes do quartel e da atividade policial ostensiva e viabilizando a presença de um não policial na PMCE.

A possibilidade conquistada durante a realização da pesquisa, todavia, agrega ganhos e perdas. A centralidade da participação do patrulhamento ostensivo com PMs revela os sentidos construídos, intersubjetivamente, com base em suas lógicas perceptivas, agregando, também, percepções de moradores produzidas sob a mediação da interação deles com policiais. Não pude dar conta da interface revertida a partir dos moradores do bairro com profundidade. Nesse sentido, o estudo das práticas policiais é construído, aqui, com base nas dinâmicas relacionais elaboradas a partir das tramas e disputas em torno da definição legítima do real dos PMs.

1.2. Mediações de gênero e recorte do objeto

Quando reflito sobre as mediações estabelecidas e negociadas no campo empírico, percebo que, ser homem conduziu a pesquisa para caminhos específicos, permitindo, também, produzir acessos específicos. A fragilidade de não ter treinamento militar foi minimizada. Comportamentos encontrados em espaços de masculinidade não foram reprimidos, ao contrário, ao final das contas, percebo no fazer policial investigado muitos traços em comuns

com “o que faz um homem” (LIPSET, 2009). O autor sugere, ao reler Gregory Bateson, revisitando o conceito de masculinidade, que as ações explicitadas por coletividades do mesmo sexo, constituem ou definem pessoas como identidades do mesmo sexo circunstancialmente, de modo que a masculinidade é “condicional, mais do que intrínseca” (p.69).

Com isso, não quero dizer que meu acesso tem qualidade superior ou inferior ao de uma mulher nas mesmas condições²⁷. Quero registrar, simplesmente, a implicação de minha condição corporal de gênero nos dados construídos. Assim, pude participar e observar perseguições veiculares contra suspeitos, abordagem e revista a moradores, bem como, investidas afetivas a mulheres moradoras. Aos casos observados diretamente, agreguei as narrativas de acontecimentos ulteriores dos interlocutores, relatados por eles próprios.

Ao longo das interações da pesquisa, foi se efetivando o recorte de gênero, pois as interlocuções de conhecimento ao longo da etnografia sempre aconteceram com PMs homens. Todos os encontros na viatura ocorreram, também, com esta mesma configuração. Por esta razão os dados acessados e trazidos aqui, explicitam necessariamente códigos masculinos na percepção do trabalho policial. Tal condição não foi opção metodológica, mas resultado da experiência de conhecimento e, necessariamente, está implicada no processo estocástico da pesquisa realizada.

1.3. A Viatura: Enquadramento observacional e conversacional, implicações no problema levantado

O modelo HILUXSW4²⁸ transporta os policiais da boa vizinhança, ao adentrá-lo, o estofado marrom-claro de couro sintético junto à parafernália tecnológica, que se pode visualizar do banco traseiro, chega a capturar o olhar de tal forma que não é necessário nem ver das janelas o que se passa fora da viatura. Há um monitor, na região central do painel do carro reproduzindo imagens do interior e do exterior da viatura do Ronda do quarteirão. Do monitor

²⁷ Aquino (2009), por exemplo, por ser mulher, conseguiu construir mediações de gênero tornando-se amiga de mulheres de “assaltantes de instituições financeiras”, convertendo tal experiência numa imersão privilegiada em seu campo de pesquisa.

²⁸ Modelo de carro da Toyota conhecido no estado do Ceará como um automóvel pouco acessível às camadas mais pobres da população. Além disso é um símbolo de status social através do consumo, os significados dos veículos estão disseminados em músicas e categorizações simbólicas da população local.

os policiais podem ver a si mesmos e o exterior da viatura. No interior da viatura há um equipamento de comunicação por rádio, de cor preta, localizado no teto e outro móvel. No painel central, ao lado do monitor que reproduz as imagens das câmeras, existe, ainda, um telefone móvel muito próximo ao TMD²⁹, no lado direito. Através do rádio e do TMD os policiais são contatados e contatam a central de informações da polícia local, pelo telefone móvel os moradores é que fazem o contato com os policiais. Abaixo das câmeras, no painel, se encontra, ainda, os botões acionadores dos sinais sonoros e visuais da sirene usados em eventualidades específicas³⁰. Essas são as principais fontes de comunicação, no que diz respeito ao recebimento dos chamados que se convertem nas ocorrências policiais e os recursos utilizados durante as mesmas.

²⁹ Espécie de microcomputador que processa os dados online com a central de informações da polícia local através de mensagens de texto.

³⁰ Os alertas sonoros e visuais podem ser ligados para informar, no trânsito, o deslocamento da viatura em direção à ocorrência, mas podem, também, ser acionados para facilitar o deslocamento da viatura mesmo não estando em atendimento. Em alguns casos, o alerta sonoro, ligado após a efetivação de uma prisão, é um sinal que designa alertar, aos considerados “vagabundos”, que um deles foi pego, durante o percurso da viatura pelos Bairros até a chegada à delegacia.



Figura 1. Elementos da Viatura do programa de Policiamento Ronda do Quarteirão Fonte: Jornal Diário do Nordeste

As câmeras objetivam vigiar os policiais, tendo suas imagens registradas pelo comando do programa na capital Fortaleza. Os policiais veem a câmera sob ângulos discrepantes: um em que ela pode vir a prejudicá-los “enrolando-os” — por cochilar, fugir de algum aspecto da disciplina militar e/ou mesmo por ações ilegais envolvendo muitas vezes o uso excessivo da força —; por outro é uma oportunidade de registro de operações policiais bem sucedidas como perseguições, abordagens e atendimentos de chamados da população. Ao “se enrolar”, pelos registros de vídeos, os policiais passam a envolver-se, negativamente, por alguma ação inadequada ou ilegal em instâncias de julgamento que, em seu último grau, pode significar a expulsão do policial militar da corporação.

Tal aparelhagem está, diretamente, relacionada à forma de atribuir sentido as suas ações, do modo como operam suas racionalidades contingenciais para atuar em ocorrências e agir diante de dificuldades. Trata-se de dispositivos implicados na relação que envolve os chamados e as ações da polícia eclodidas por eles. Dessa forma, o que permite as relações entre

os policiais do programa e os moradores está, também, atrelado aos elementos simbólicos da própria viatura, na materialidade do seu TMD, do rádio, dos telefones móvel da viatura, do metal, da pintura e do motor da viatura, na dimensão de sua presença física circulando nos bairros.

É importante, além disso, considerar os mundos que se separam e se conectam dentro e fora da viatura, condição, esta, potencializada por uma configuração peculiar. O calor das ruas, das pessoas, se interliga ao clima artificial da viatura, em seu cenário de tecnologia no seu interior (TMD, monitor, rádio etc.). O veículo-viatura destoa dos carros e motos populares, bicicletas, casas rústicas com portas de madeira, pintadas à cal, ou ao cru dos tijolos à mostra de um observador transeunte qualquer. Essa conexão, entre objetos e humanos, é a condição de interação da polícia com os moradores, não podendo ser desconsiderada ao pensar essas relações, manifestando-se, também, na construção das alteridades relativas que diferenciam a rede de policiais em relação às populações locais.

Do banco traseiro do automóvel não é possível ver o que se passa na parte traseira do veículo, devido ao posicionamento do “xadrez”, onde são encurralados os corpos de moradores após a efetuação da prisão. É possível, no entanto, ver pelos monitores, com certo *delay*, o que está a ocorrer do lado de fora. Pelas janelas laterais do veículo é possível observar o bairro se movimentando, os acenos de algumas crianças para viatura, a passagem das fachadas das residências da população, as condições precárias de urbanização dos bairros, o deslocamento dos moradores para padarias, mercearias movimentando a economia do lugar. É possível notar o olhar atento de alguns moradores e a indiferença de outros à passagem da viatura. Com o tempo, o próprio clima de observação é dinamizado pela conversação sobre o bairro, sobre acontecimentos de outrora. É possível observar quase tudo, porém, com o deslocamento do veículo, a observação não é duradoura e sim instantânea.

Observar, ao mesmo tempo, interações, conversações, lugares, objetos e pessoas, é ser, a tal ponto reflexivo de saber compreender (BOURDIEU, 1997) os interlocutores, conduzindo as conversações evitando violências simbólicas e assimetrias entre pesquisadores e pesquisados. Percebendo-se na condição participante de pesquisador na “comunidade de interconhecimento”, revelando nossas implicações nas interações descritas e analisadas (BEAUD e WEBER, 2007). E, além disso, entender como as interações de conhecimento com os interlocutores, são possíveis na medida que revelam interações entre as diferenças simbólicas de disputas de definição do real (SÁ, 2010).

1.4 A Escolha da Área: Etnografando a Zona de Policiamento *Noir*

A escolha da AO, na qual o estudo é desenvolvido, está relacionada, sobremaneira, à alta frequência de ocorrências policiais do local. Na primeira vez que estive junto aos PMs na viatura do lugar, no início de 2011, os policiais estavam em clima de tensão. Era manhã, por volta das 08h00min. Os PMs estavam apreensivos com minha presença, falavam sem parar que a área era muito perigosa e que lá eram constantes as ocorrências. A conversação deu-se de forma diferente, pedi à composição escalada no Turno A que seguissem seu trabalho normalmente, que fizessem o que realizavam em seu dia-a-dia.

Ainda é viva a lembrança em minha memória da aceleração brusca do veículo. A viatura andava mais rápido do que nas visitas anteriores a outras AOs da cidade e isso afetava o próprio clima dentro da viatura. As janelas deslizantes do veículo estavam fechadas e o ar-condicionado ligado. Não se inalava o cheiro nem se ouvia bem os sons do bairro, exteriores à viatura. No momento em que a viatura ensaiava a curva numa das ruas do Bairro 2, um senhor, empurrando uma bicicleta de cor vermelha, parou a viatura batendo na janela, como se fosse uma porta, de forma razoavelmente discreta. Após o motorista da viatura baixar a janela, sem muito alarde, o morador comentou com os policiais sobre assaltos que estavam ocorrendo no horário da saída de um dos colégios localizados no bairro, relativamente, distante de onde estávamos. O morador informou aos PMs que um rapaz deslocando-se numa moto vermelha assaltara sua filha no dia anterior, nas proximidades do local. Dizendo isto, pediu para os policiais estarem atentos à praça localizada nas proximidades da escola. Questionado sobre o horário, o morador disse-lhes que estivessem lá às 12h00min da tarde. Sem se despedirem formalmente, ao fim da conversa, o morador seguiu seu caminho e os vidros da viatura, novamente, foram erguidos. Estranhamente, após o fato, os policiais não comentaram entre si a fala do morador. No entanto, mais tarde, aproximadamente no horário indicado pelo morador, os policiais circularam ao redor da praça onde havia uma quadra de futsal coberta, rodeada por bancos, onde garotos, sem farda, conversavam em pequenas rodas. Alguns moradores, em pouco número, estavam sentados às calçadas e, também, na região periférica da praça. Havia, ainda, alunos saindo da escola próxima ao local em direção às suas moradas.

Ainda no mesmo dia, os policiais receberam denúncias envolvendo, entre outras motivações, tráfico de drogas, som abusivo e violência doméstica. Assim como, há a espacialização da interação do morador com a polícia, em que a denúncia acontece face-a-face, existem chamados realizados pelos canais de comunicação da viatura que são, totalmente, não

identificados e outros que, necessariamente, envolvem a identificação do acusador. No primeiro caso pode tratar-se de um chamado que informe a atitude suspeita de algum morador, algo muito comum de se acontecer através de uma ligação anônima para o 1-9-0³¹. No segundo envolve a denúncia de alguém que está sofrendo ameaças ou é vítima de violência doméstica e, ao efetivar a denúncia, implica-se a construção subjetiva da vítima identificada solicitando proteção policial.

As denúncias, remontadas através dos chamados da população, feitos à polícia, surgiram, desde o primeiro encontro, agregando substancial significado sociológico, passando a nortear as primeiras problematizações da pesquisa. Nos encontros posteriores, as conversações passaram a ampliar, sem parar, os casos de ocorrência envolvendo chamados da área, fossem casos observados diretamente ou relatados pelos PMs.

Levou certo tempo para ter acesso às multiplicidades produzidas nas tramas relacionais entre polícia e população. Os encontros com PMs na viatura, durante o patrulhamento ostensivo entre 2011 e 2013 foram preenchendo diários de campo descrevendo objetos, interações, conversações, lugares e pessoas implicando-se, mutuamente, nas relações observadas.

A Zona de Policiamento *Noir*, aqui analisada, é, na verdade, o laboratório para pensar novas coisas sobre a polícia e suas maneiras de fazer, ver e dizer. Não poderia capturar, entretanto, esse universo de relações de uma forma aleatória. O recorte, nesse sentido, é uma ferramenta metodológica encontrada em campo para não tornar o pesquisador um mero colecionador de retalhos aleatórios a bel sorte.

As dinâmicas relacionais decorrentes da produção do patrulhamento ostensivo nortearam a construção de um problema sociológico: 1. Como são produzidas as práticas policiais a partir dos contextos situacionais locais da atividade policial cotidiana? 2. Como esse processo relaciona-se à produção de interdependências e reciprocidades conflituosas entre polícia e população? Essas duas indagações, acopladas uma a outra, permeiam a escrita desta dissertação.

³¹ Número de telefone para chamadas de emergência à central de informações local da polícia.

1.5. Construção do objeto

A construção do objeto de estudo não pode ser separada da experiência etnográfica³² (Cf. CLIFFORD, 2011). A proposta desta dissertação é compreender as relações entre policiais e moradores centrando a análise nos conflitos, nas denúncias realizadas à polícia e nas práticas policiais contextualizadas localmente.

Em Junho de 2012, retornei à 2ª CIA/ BPM para selar a volta a campo. Encontrei com alguns antigos interlocutores. Depois de conversarmos um pouco, um deles, o SD Dário me levou até as dependências onde se encontrava o Capitão Gomes. Ele mostrou-se surpreso com minha visita, entreguei-lhe alguns papéis para formalizar a pesquisa (tema do projeto, ofício solicitando colete a prova de balas e o cronograma de acompanhamento da viatura). O Comandante chamou, então, o “Fiscal Ronda”³³, através do rádio móvel que carrega em seu fardamento, solicitando a viatura o retorno ao quartel para embarcar-me.

Reparei que dois dos policiais escalados no turno B eram conhecidos de longa data, SD Gregório e SD Dario. Entretanto, SD Diógenes, que costuma tirar o serviço em outra área da cidade, foi escalado para exercer a função de motorista. Ao conversar por alguns minutos com Dario me virei para a esquerda e percebi o SD Diógenes curioso em saber o que eu iria fazer afinal. Nem precisei explicar, os SDs Gregório e Dario fizeram isso por mim. O SD Gregório dentro da viatura contou-lhe sobre o acompanhamento do patrulhamento realizado por mim, sendo complementado por Dário enfatizando a longa data do acompanhamento da área. Antes que os soldados concluíssem a explicação foram interrompidos por Diógenes, dirigindo-se a mim: “ah então tu vai no banco atrás aqui com a gente? Pois beleza, vamos lá...”. Dali, seguimos em direção à área.

Desde o dia 10 de Junho de 2012, mantive o acompanhamento do trabalho de campo quatro vezes por semana, incluindo acompanhamentos no turno C e nos finais de semana. Passei a produzir diários de campo extensos. Na maioria das ocasiões, participei de turnos inteiros, em jornadas de oito horas de trabalho de campo.

³² De acordo com a discussão de Clifford (2011), a experiência etnográfica remete ao contexto sócio histórico de sua produção. A descrição e análise, enquanto escrita, não escapam da produção da experiência vivida do pesquisador e seu devido contexto de produção de conhecimento.

³³ Por dia, assim como são escaladas as composições para as viaturas de cada área, também, é escalada a viatura fiscalizadora das demais, o comandante dessa viatura é o “Fiscal Ronda” do dia. Na ocasião, o capitão dirigiu-se a ele para que o fiscal solicitasse a viatura em questão.

A conversação na viatura revela a intervenção do pesquisador na própria construção e definição da situação analisada. Esta implicação é decisiva, no que diz respeito ao toque do pesquisador, naquilo que é produzido e talhado em campo. Um civil na viatura, durante a patrulha, pode se passar por vítima aos olhos de quem está fora do eixo de relações do interior do veículo. Um estranho para os policiais e um policial estranho para os demais³⁴.

No trabalho de campo abordo da viatura, as dinâmicas do trabalho policial, entrecruzavam o que a polícia fazia na área e as interações e relações com a população. Isto se tornou marca decisiva despertando aspectos muito importantes da vida social do local.

Há práticas que não podem ser ignoradas por conta de descobertas anteriores, a sensibilidade de perceber como uma coisa se articula a outra é uma saída ousada para não desperdiçar a construção dos dados, com base na trajetória de pesquisa.

1.6. Acompanhar a transição: Dois Tomos

Quando comecei a pesquisa, ainda na monografia, entre os anos de 2010 e 2011, a aparelhagem das viaturas que viabilizava o patrulhamento ostensivo encontrava-se em perfeito estado de uso. A viatura não apresentava panes mecânicas, o telefone móvel da viatura recebia ligações da população local, o ar-condicionado da viatura e o estofado encontravam-se em excelente estado. Nestas condições, iniciei minha pesquisa, interrompida por menos de um semestre por ocasião das aulas presenciais no mestrado.

Durante os três meses de trabalho de campo, realizado nos meses de Junho, Julho e Agosto em 2012, encontrei uma realidade diferente. O telefone móvel da viatura estava quebrado, a viatura estava em más condições, o estofado desgastado, as câmeras, porém, funcionavam normalmente, mas não demorou muito para o ar-condicionado do automóvel apresentar defeitos e, por cerca de dois meses, assim permanecer. Os chamados da população

³⁴ Uma ocasião em particular me fez ser confundido como policial e assumir esse caráter de figura estranha. Ao adentrar em dado estabelecimento, para comprar a refeição para outro policial, junto com a composição, me dirigi para comprar uma água, um dos seguranças do local aproximou-se de mim para perguntar por que eu vestia o colete, mas não tinha fardamento nem armas. Surpreso com a interpelação do segurança expliquei-lhe tratar-se de uma pesquisa, mas, não pude me alongar na conversa pois já era hora de voltar a viatura.

para a polícia chegavam através do TMD³⁵, pelo rádio, por “baixa frequência”³⁶, ou em interações face-a-face na própria passagem da viatura.

As visitas aos moradores, as chamadas “visitas comunitárias” na área, passaram a não acontecer. Alguns interlocutores explicaram-me serem as visitas um ritual de apresentação que não teria sentido de ser perpetuado, pois a intenção era conhecer os moradores, tornarem-se conhecidos por eles e distribuir o contato do telefone móvel da viatura. Como os aparelhos constantemente estão defeituosos, não haveria sentido em continuar as visitas no mesmo ritmo de outrora. Além disso, enfatizaram que a ocupação da viatura com o atendimento a ocorrências consumia o tempo que seria dedicado para visita aos moradores. Desse modo, durante a maior parte do tempo, a viatura, dependendo de cada composição de policiais escalada, permanecia circulando ou realizando pausas, também, em patrulhamento, os chamados “Pontos Bases”.

As equipes de policiais escaladas³⁷ são marcadas por características que definem a singularidade dos PMs em serviço, por um lado e, por outro, o desdobramento da ação coletiva do patrulhamento. As chamadas “composições” podem ser formadas por policiais considerados mais ou menos operacionais. A produção da distinção dos PMs singulares pelo seu grau de “operacionalidade”³⁸ redefinem como as composições agem com maior ou menor engajamento na produção do patrulhamento ostensivo. Tal condição pode relativizar a maneira como mostram “serviço”³⁹ no decorrer do turno de trabalho para o qual foram designados.

³⁵ Terminal Móvel de Dados é um dispositivo de entrada e saída de mensagens de texto utilizado para contato da central de informações. Através deles são repassados detalhes das ocorrências para, as quais, os policiais são dirigidos. Após atenderem as ocorrências os PMs devem enviar uma mensagem de texto sobre o desfecho da ocorrência.

³⁶ Expressão remetida à informação da ocorrência diretamente nos telefones celulares pessoais da polícia, pois, até então a frequência da polícia não é criptografada e outras pessoas tem acesso a transmissão, ainda que, não sejam policiais. A ligação para o telefone é feita para restringir a emissão, recepção e circulação da informação.

³⁷ As composições escaladas para o patrulhamento na viatura podem ter dois ou três policiais. Cada qual é escalado em sua posição: motorista, comandante e patrulheiro, quando a escalação tem apenas dois, o comandante acumula a posição de patrulheiro.

³⁸ O policial operacional é conotado como aquele que cumpre uma série de pré-requisitos, entre os quais estão o contínuo aprendizado acerca do fazer policial, a dedicação ao trabalho, a “honra à farda”, refletida na disposição de fazer o serviço da polícia, fundar suspeitas, fazer abordagens sempre com pró-atividade. Essa categoria será explorada de uma melhor maneira ao longo do trabalho. O trabalho de Storani (2008) em seu estudo sobre o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) do Rio de Janeiro, narra que a condição do “Policial operacional” tem implicações no *ethos policial*, relacionado ao sucesso do agente de segurança em sua missão de combate à criminalidade.

³⁹ Termo designador do expediente de trabalho na duração de um turno.

Observei, ao longo do trabalho de campo, como a rotatividade dos policiais na área passou a ser bem maior. Encontros com desconhecidos, policiais que, raramente, em toda sua carreira haviam sido escalados no local, tornaram-se frequentes. A escalação não era feita com base na familiaridade que os policiais tinham com cada área. Alguns PMs estavam insatisfeitos com tal condição, reivindicando isto para os comandantes do programa. Porém, a solicitação, na maioria dos casos, não surtia efeito algum. Além disso, vários dos PMs que conheci apresentaram-se para eu como “sem área fixa”, estar lá era fruto da aleatoriedade.

Durante a pesquisa não foram escolhidas, prioritariamente, participações na patrulha com policiais já conhecidos, no entanto, os encontros com eles ocorreram durante os três meses. Isto, porém, implicou circular na viatura com vários policiais, ilustres desconhecidos, até então. As presenças de SD Agamenon, CB Ben, SD Cain, SD Dario, SD Élcio, SD Falcon, SD Guálter e SD Garcia, velhos conhecidos difusos em composições escaladas durante o trabalho de campo, mediaram a interação com os policiais desconhecidos, permitindo implodir, parcialmente, a desconfiança em torno da figura do estranho profissional⁴⁰.

Com base no fato de que os policiais podem realizar o serviço em outras áreas, foi possível entender os acontecimentos da área, construída como campo de pesquisa, é possível apenas quando se considera a multivocalidade (BECKER, 2009) e (CLASTRES, 1995) que envolve realizar a patrulha em outros lugares, ou interagir com policiais e narrativas que atuam e compartilham acontecimentos de outras áreas. Além disto, por iniciativa dos policiais ou solicitação de apoio através do CIOPS é frequente o deslocamento de uma área para outra. De outro modo não é possível entender uma área desconectando-a das demais, haja vista que estas conexões estiveram explicitadas durante todo o trabalho de campo.

Com base nessa constatação registrei nos diários de campo descrições detalhadas da atividade policial. Abordagens policiais, desencadeadas ou não por chamados realizados à polícia. Um suposto “vagabundo”⁴¹ deslocando-se de moto ao longe, tornado alvo para cerco policial e realização de revista. Perseguições policiais veiculares contra suspeitos, das quais participei, incluindo, também, acontecimentos ulteriores narrados por meus interlocutores.

⁴⁰ Wagner (2010) descreve o antropólogo como estranho profissional em sua obra *Invenção da Cultura*. Trata-se do tipo de relação do estranho que se interessa pelo mundo desconhecido do outro criando uma relação intelectual entre universos intersubjetivos distintos numa compreensão que inclua ambos.

⁴¹ Termo lingual utilizados pelos policiais para reportarem-se a suspeitos durante a realização do patrulhamento. A categoria será melhor analisada e descrita com maior detalhamento na Parte II da dissertação.

As narrativas dos policiais de ocorrências eram incessantes, abrangendo diversas motivações, contextos e surpresas: algemas em motéis; incômodos pelo barulho do balançado da rede do vizinho; explosão de uma casa por um acidente com artefatos juninos; o esposo que “quebrava tudo dentro de casa” quando embriagado; crianças perdidas; nível de som abusivo, propagados de carros e residências; a filha que dava trabalho a mãe; pessoas em atitude suspeita; acidentes de trânsito entre muitos outros casos.

Durante o patrulhamento ostensivo, mesmo em diferentes composições, o Bairro 2, é o local onde a viatura permanece mais tempo circulando. Lá incidiam o maior número de revista a moradores e chamados realizados à polícia. O deslocamento para outros lugares acontecia, geralmente, depois de um ato de fala interrogativo “agora vamos dar um giro lá no Bairro 3? ”. O Bairro 1 é visitado de maneira esporádica, principalmente, quando a viatura contorna os limites da área inteira.

Na construção dos dados, a relação de interconhecimento com os sujeitos da pesquisa, redirecionaram o esforço analítico à dimensão intersubjetiva da produção local das práticas policiais. Pretendo, pois, articular as interações *face-to-face*, durante os processos de definição da situação, emergidas durante a realização do patrulhamento ostensivo da PM com a produção intersubjetiva da agência policial. É imprescindível, dessa forma, considerar a produção dos contextos que permeiam as ações, relações e interações de/entre polícia e população, com base em suas possibilidades de presença e proximidade física na Zona de Policiamento *Noir*.

A chave encontrada para a leitura destas relações foram as reciprocidades conflituosas que permeiam e redimensionam a matriz de práticas da polícia, abrangendo as maneiras de ver, fazer e dizer dos PMs.

1.7. Mapeando as categorias surgidas em campo

A participação na observação e na conversação é a própria condição que possibilita o presente trabalho. Na viatura com os policiais, caso viesse a interação com alguma questão ou problema de pesquisa, *a priori*, que precedesse o contato na condução da pesquisa, não se poderia acessar toda a riqueza de relações que o campo permite explorar. Estar na viatura circulando nos bairros da área de operações da PM era um verdadeiro passeio etnográfico. Na construção do diário de campo busquei dar conta de descrições de lugares, interações, objetos

e falas. Desde as primeiras incursões na área, devido à perda de alguns lapsos de observações importantes, adotei a medida de não compor o diário de campo no decorrer da observação, por conta dos muitos estímulos e acontecimentos para descrição. Optei, então, por confiar na memória⁴². No entanto, alguns cuidados devem ser tomados com a finalidade de aguçar a capacidade de observação e memória. Para tanto, antes das visitas, quando nos momentos que precediam as incursões na viatura, usei o diário de campo para anotações sobre as expectativas e horários antes da visita que funcionassem, heurísticamente, na recomposição mnemônica após as observações junto a algumas regularidades já observadas.

Durante as incursões no campo, novas descobertas surgiram a respeito da observação participante⁴³. Algumas vezes, a conversação entre mim e os policiais ou entre eles próprios dentro da viatura se desenrolava de tal forma – entre lembranças e experiências acumuladas ao longo de suas carreiras trazidas em suas falas no movimento do veículo pelos bairros – que as narrativas espontâneas ou a partir de questões dirigidas, se misturavam a ponto dos encontros na viatura tornarem-se verdadeiras entrevistas em profundidade sem a presença do gravador que, dificilmente, viriam à tona numa entrevista formalizada, em outro ambiente. A maleabilidade em tratar os dados e acessá-los não é uma perda metodológica, mas sim um ganho obtido a partir da persistência e da conquista de um lugar privilegiado no campo. Distinguir as formas de obtenção das informações passa a ser uma tarefa extremamente difícil.

Nessas entradas etnográficas, entre 2011 e 2013, na realização da pesquisa, construí o trabalho de campo em uma das AOs da PM em Juazeiro do Norte - CE, no sentido que (BEAUD e WEBER, 2007. p. 9) atribuem: “o campo é um trabalho, não uma passagem, uma vista ou uma presença. O *fieldworker* não vai tão somente ao campo, ele fica ali e, acima de tudo, trabalha ali”.

A participação nos primeiros patrulhamentos na viatura durava, aproximadamente, 4h00min, alguns policiais interlocutores passaram a desafiar minha permanência no turno inteiro, somando a duração de 8h00min de observação. Aceitei o desafio passando 8h00min seguidas em trabalho de campo, nos encontros que se sucederam. Iniciava a participação no começo do turno, fosse o turno A, B ou C, e terminava as atividades na “rendição” do turno.

⁴² Como sugerem Beaud e Weber (2007) em alguns casos específicos de observação. Pinheiro (2008) em seu estudo, também, adotou estratégia semelhante.

⁴³ Becker (1994) faz algumas considerações importantes em sua preocupação de sistematizar de modo científico a observação participante. Segundo o autor, ao adotar tal método deve-se distinguir as formas como as informações são colhidas em campo (se através de perguntas dirigidas ou de afirmações espontâneas dos informantes).

Concentrei a participação nos turnos B e C durante o trabalho de campo, por serem os turnos mais agitados em termos da atividade policial, principalmente, no atendimento a ocorrências.

Ao patrulhar na viatura em composição — envolvendo a quantidade de dois ou mais PMs — os policiais, munidos de seus aparatos de comunicação (rádio, celulares pessoais, telefone móvel da viatura e terminal móvel de dados), acionam uma interação coletiva de conhecimento, através, da qual, todos os partícipes se engajam e se interpelem produzindo uma multiplicidade comunicativa. Assim, pude me dar conta da análise combinatória de multivocalidades, em diálogo, nos esquemas de pensamento, percepção e ação dos PMs.

Neste sentido, as conversações funcionam, em algumas ocasiões, enquanto grupos focais⁴⁴ (BABOUR, 2009) potencializados, também, por vozes arquivadas na memória através de diálogos ulteriores. É preciso ter em mente que as ferramentas metodológicas de acesso aos dados produzidos em campo não são previamente definidas, ou mesmo estão objetivadas claramente sob a intenção prévia do pesquisador. Ao contrário, é necessário entender que há um descontrole positivo em torno das dinâmicas contingenciais da pesquisa, tendo, é claro, a reflexividade metodológica necessária à compreensão de como tais ferramentas são mobilizadas e necessárias durante a experiência de conhecimento para a construção dos dados.

Pouco a pouco, algumas das categorizações simbólicas dos PMs surgiram em campo. Entre elas a concepção de “ocorrência policial”, surgia tanto de relatos narrados como nas práticas observadas no desenrolar dos encontros. Esta aparecia, por vezes, como “S13”, termo que, na linguagem operacional⁴⁵ da polícia, designa ocorrência.

Os códigos do S e do Q⁴⁶ em particular, são mobilizados durante as ocorrências, mas, também, são evocados em interações descontextualizadas delas. Em algumas ocasiões são utilizadas nas interações conversacionais da própria composição de policiais em serviço.

⁴⁴ Barbour (2009) observa diferentemente da entrevista de grupo convencional que permite a análise de conteúdo; o procedimento metodológico grupo focal evidencia, também, as formas como as relações travadas na constituição da atividade repercutem no conteúdo produzido, tal ferramenta, desse modo, permite uma dupla análise.

⁴⁵ Chama-se, aqui, por linguagem operacional os códigos mobilizados no patrulhamento pelos policiais, seja o código do “S”, do “Q” e do “T”. As formas de se referir a números e letras de placas de veículos ou de documentos. Para entender melhor, consultar o apêndice I.

⁴⁶ Ambos fazem parte de uma linguagem operacional internacional, usada para a comunicação via rádio, utilizadas pelos policiais para promover uma comunicação técnica, pedir informações sobre pessoas, entender de situações específicas do trabalho etc. No entanto, o código do S, em particular, assume significados específicos a partir do contexto local, S 13, por exemplo, pode designar ocorrências policiais, problemas policiais, atividades a serem realizadas de cunho profissional e pessoal, por exemplo.

Constantemente, duas expressões, oriundas do código T: “TAN”⁴⁷ e “TAJ”⁴⁸, mediam indexação de estigmas misturando pessoas e objetos.

O termo “TAJ” é mobilizado na patrulha como forma de se referir a acontecimentos, objetos e pessoas “legais e/ou em boas condições”, adicionado do uso para referir-se a mulheres, moradoras, consideradas atraentes e “gostosas”. Ao contrário o termo “TAN” é relativo a algo “ruim e em más condições”, adicionado de um uso específico em referência aos moradores suspeitos da área, ou com quem os policiais têm relacionamento ruim. Às vezes, os policiais usam o termo se referindo uns aos outros de forma jocosa e/ou pejorativa.

Certa vez, conversava com Falcon sobre a ocorrência na casa de um cabo da corporação, cuja motivação era a agressão física do PM à sua esposa. O policial possuía um histórico de desavença com sua companheira, o que externou seu vício em crack e cocaína para boa parte dos PMs da corporação local. O cabo era um “TAN, cachaceiro, drogado e apanhava da mulher”. No contexto situacional citado, o termo remetia a uma dimensão pejorativa de conversão de atributo de objetos para humanos. Entretanto, nas brincadeiras entre os PMs, no decorrer do patrulhamento, um pode dirigir ao outro a pecha de “TAN” sem produzir os mesmos efeitos. Procuo analisar, na Parte II da dissertação os desdobramentos do uso dessa linguagem operacional nas relações com os moradores

Considero que os dados produzidos em campo, que serão apresentados no decorrer da dissertação permitem detalhar muitos elementos das relações entre polícia e população. Contudo, a observação e escuta não são lineares nem onipresentes. São, sobretudo, situacionais e limitadas. Em jogo está a corporeidade do pesquisador e seus limites subjetivos de ver, ouvir, sentir e escrever, na possível produção intersubjetiva da invenção cognitiva mediadora da compreensão do universo pesquisado.

Na realização da pesquisa me inseri também no quartel, chegando estrategicamente, antes da troca de turnos. Nessas oportunidades aproveitava o intervalo para conversar com interlocutores que chegavam do turno anterior e com aqueles que renderiam seu serviço⁴⁹.

⁴⁷ Termo que, a princípio, designaria um aparelho com defeito.

⁴⁸ Termo que atestaria o bom funcionamento da aparelhagem.

⁴⁹ Render o serviço de alguém é assumir a posição que outro ocupava no turno anterior. O Patrulheiro B rende o serviço do Patrulheiro do turno A, cautelando sua arma e munição para o turno seguinte. Os policiais costumavam brincar comigo perguntando quem renderia meu serviço, na prática a posição que ocupava na viatura não poderia ser ocupada tornando a rendição do meu serviço uma zona de indiscernibilidade para os PMs.

Desse modo, os registros de campo foram produzidos incluindo acontecimentos anteriores⁵⁰ ao embarque na viatura. Nos arredores do quartel, antes mesmo das trocas de turnos para o início do patrulhamento da equipe/composição de policiais designada, ocorrem eventos e interações muito importantes: as escolhas de armamento, as expectativas dos policiais, as conversas sobre o turno anterior e os acontecimentos do dia. Estas são dimensões atravessantes durante a preleção dos policiais, por práticas que corporificam e repassam os “bizus”⁵¹. A preleção é realizada pelo responsável do turno, o “Fiscal Ronda”, posto ocupado por sargentos, cabos e subtenentes escalados para a devida tarefa.

Bizus envolvem dinâmicas: “passar o bizu” e “ficar bizurado”. Uma vez passado, o bizu estava corporificado na memória de quem o repassou, passando a estar na de quem o recebeu. Está lá um repertório engatilhado, a metáfora de uma munição em um artefato belicoso é precisa para descrever essas relações. É um repertório engatilhado. É, sobretudo, um código de relações, uma relação de rede social, em alguns momentos, funcionando enquanto rede de trabalho *network*, em outros, como uma rede de lazer.

Apropriei-me dessas linguagens, não só como forma de compreensão, mas, também, como forma de interação, sem medo de errar. Encarei tal processo, enquanto tarefa de invenção intersubjetiva, para conquista de confiança, conhecimento e proximidade. Deve-se entender que, as relações com a comunidade de interconhecimento (Cf. BEUAD e WEBER) tem brechas, sendo um campo de relações poroso. Não se trata de tornar-se policial, mas de um devir etnográfico na experiência policial, em que o pesquisador é atravessado pelo devir policial⁵² (Cf. GOLDMAN 2003).

Além dessas, outras conexões entre as categorias, revelaram desdobramentos importantes do funcionamento do policiamento, das práticas da polícia, das interações e relações na área.

⁵⁰ Pode começar, também, na própria ida a campo e na oportunidade de acompanhar uma ocorrência através de observações diretas, o que já pude fazer por duas vezes.

⁵¹ “Bizus” é a denominação que, a princípio, remetia a um cochicho de pé de ouvido envolvendo dicas e macetes em quartéis para policiais. Contudo, o “bizus” é mobilizado pelos interlocutores da pesquisa como uma dica ou mensagem, às vezes, informações relacionadas a pessoas suspeitas, modelos e placas de carros suspeitos, formas de usar o colete, formas de segurar a arma, formas de efetuar abordagem. Porém, não remete apenas a isso, o bizu pode ser uma informação totalmente despojada desses caracteres, por exemplo, uma mensagem, SMS enviada por celular que diz “pega o bizu... eu vou ser pai”.

⁵² “O devir, na verdade, é o movimento através, do qual, um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição, outra.”. (GOLDMAN, 2003 p.464).

1.8. Conseguindo o Colete: Como o que se descobre na pesquisa pode mostrar saídas para dificuldades do campo

A Companhia de Batalhão é subdividida em segmentos da polícia, cada qual com seu comando, e todos com um comando centralizado do coronel, comandante do batalhão. Um capitão e um tenente eram, no período da realização da pesquisa, os oficiais responsáveis pela unidade sul do programa Ronda do Quarteirão. Através do capitão obtive permissão para participar, na viatura, do patrulhamento durante a pesquisa. Dos comandantes sempre ouvi a negativa de conseguir utilizar o colete à prova de balas durante o acompanhamento, argumentando indisponibilidade do equipamento.

Inversamente, o constante questionamento da permissão de estar lá, na viatura, geralmente questionada por alguns PMs de serviço, no início do trabalho de campo, tinha como alibi a autorização do capitão, instância maior dentro da hierarquia do comando do programa. “Ele é autorizado pelo capitão”, não importava a hora do dia ou da noite, essa fala era a carta branca para estar na viatura, sem produzir questionamentos sobre a natureza da ordem⁵³. A realização da pesquisa era uma questão de ordem de superiores inquestionável, quanto a sua aceitação, pelos subalternos.

Contudo, na continuidade do trabalho de campo, os documentos da minha solicitação ao capitão estavam nas mãos dos cabos e sargentos responsáveis pela chamada que precede o início dos turnos. Entre a papelada, encontrava-se a solicitação do colete por ofício. Apesar da negativa do tenente, alguns dos praças, contaram-me que na sala de armamentos haviam inúmeros coletes disponíveis. Um dos fiscais apontou a solução num dos fins de semana de trabalho: Cautelar o colete em nome dos policiais que tirariam serviço no turno. Era possível conseguir um colete através dos praças, mas não através dos oficiais⁵⁴.

⁵³ Sá (2002) já havia observado esse aspecto da obediência às ordens de superiores no modo de vida da PMCE em seu estudo sobre a formação do oficialato. Quando Weber (1999, p. 140) discute a crença na legitimidade nos modos de dominação, diz da obediência “[...] a ação de quem obedece ocorre substancialmente como se esse tivesse feito do conteúdo da ordem e em nome dela a máxima de sua conduta, e isso unicamente em virtude da relação formal de obediência, sem tomar em consideração a opinião própria sobre o valor ou desvalor da ordem como tal.”.

⁵⁴ A “Praça” constitui uma das divisões administrativas da corporação militar a partir de um ingresso específico na carreira, tendo possibilidades de graduação, ascendente, correspondente a posições hierárquicas e salariais demarcadas sob graduações: soldado/cabo/sargento/subtenente. Embora a “Praça” seja uma expressão definida no feminino, nos usos linguais dos PMs o termo é empregado como substantivo masculino. A outra divisão, os “oficiais”, corresponde a elite política militar, é fruto de outro ingresso e formação, ocupando cargos

Essa foi a deixa para irromper as barreiras simbólicas das formas de hierarquia da polícia militar e conseguir o colete para acompanhar as visitas protegendo-me de qualquer intempérie. O colete é um objeto de consumo restrito, oficialmente, para as polícias (militar, civil e federal), o exército nacional e empresas de segurança privada. Há um significado simbólico empregado no colete vestido sobre a farda e o distintivo. É uma marca imagética, dentre outras, de diferenciação simbólica. Já havia vestido o colete, em outra oportunidade, por sugestão do SD Dário, segundo ele o colete era pesado e quente. Quando o vesti pela primeira vez, senti dificuldade em me mover.

Boa parte do trabalho de campo com os PMs realizei sem o uso de colete balístico. Eram constantes, porém, as sugestões do seu uso, alertando, na maioria dos casos, para minha integridade física. Alguns policiais sugeriram, inclusive, que eu não fosse realizar a pesquisa de “cara limpa”, recomendando-me o uso de óculos escuros acompanhado de um boné. Aceitei a dica dos policiais, cautelando o colete por meio dos PMs em serviço, porém, não me sentia à vontade utilizando óculos escuros nem boné, optei por realizar a pesquisa de “cara limpa”.

Quando vestia o colete alguns PMs brincavam, pronunciando atos de fala como: “agora você está operacional”. O colete acabou funcionando como um indexador de maior proximidade com o universo pesquisado. Vesti-lo significava, dentre sua polissemia, estar sentido na pele um dos aspectos do trabalho policial comum aos interlocutores. Alguns PMs, ao longo das interações de conhecimento na etnografia, ofereceram-me armas e oportunidades para realização de revista em moradores.

Os PMs encaram algumas áreas específicas da cidade como locais de construção de conhecimento sobre seu ofício prático. Realizar abordagens, manusear armas e aprimorar sua agência cotidiana são objetos desta condição. Como passei a me engajar no universo da área e me vinculei gradativamente ao universo pesquisado, alguns policiais, tornaram seus próprios passos de construção da carreira (aprender a abordar, manusear armas de fogo, vestir o colete balístico etc.), algo que eu deveria também fazer, no decorrer da minha pesquisa. De modo que, em alguns casos sugeriram que fossemos procurar suspeitos para que eu aprendesse a abordar ou pediram para carregar armas para “já ir me acostumando”. Apesar de gostar do que estava

administrativos relacionados ao comando de segmentos da PM, ascendendo, hierarquicamente, também: tenente/capitão/major/tenente-coronel. Há uma relação de subalternidade dos praças, cujo ciclo de ascensão profissional hierárquica é descontínuo em relação aos oficiais (Cf. SÁ, 2002). Alguns praças, porém, podem fazer o curso de oficiais mudando de divisão administrativa desde que atendam alguns pré-requisitos (grau de instrução, ausência de pendências judiciais são alguns deles) outros podem vir a ser oficiais sem antes terem sido Praças, iniciando a carreira na PM como Tenente. Estas relações mantêm reciprocidades obrigatórias acionadas como ordenamentos.

acontecer, pois via estas interações como conquista de confiança dos interlocutores, neguei, prontamente, tais oportunidades, pelas consequências negativas que poderiam ser produzidas, tanto para eles quanto para mim.

Alguns policiais inclusive me sugeriram “entrar para o ronda” através do concurso público, pois “tu já está aqui direto, é como se fosse um estágio...”. Para alguns policiais interlocutores, que tornaram-se meus amigos pessoais, provavelmente, pela minha disciplina durante a pesquisa “queria ser um deles”, e teria de aprender o que aprenderam nas ruas. Me atentei a esses processos como possíveis forças de captura do campo e uma forma especial de “sedução do objeto”.

1.9. Entre alteridades

A forma de alteridade imediata de uma incursão etnográfica é a do pesquisador com seus interlocutores. É a alteridade como próprio método do fazer pesquisa. Trata-se de um processo repleto de pontos de referência numa alteridade espelhada do outro. Não se trata de pensar “não sou policial”, no sentido de “não sou esse daí”, mas os pontos de referência estão lá a todo o momento. “O policial age assim, pois...” o que pode substituir as reticências são raciocínios derivados dessa experiência de alteridade de si e do outro.

Foucault (2012) argumenta que práticas totalizadoras da razão na era clássica, por muito tempo, não conferiram a loucura e ao louco a condição de subjetivação e de sujeito. Ele encara esse processo como uma série de discontinuidades históricas nas quais a figura do louco funcionou como objeto e sujeito de alteridade para a razão. Ao dizer isto, o autor suscita que a forma de produzir uma alteridade é imediatamente um processo de produção de subjetividade e sujeição. Desse modo, as formas de alteridade são uma chave para adentrar os processos totalizadores e individualizantes atravessadores das produções discursivas e relações de poder entre polícia-população e pesquisador.

Não se trata de uma relação de empatia, enrustida na observação participante, mas da própria lógica de relação e experiência etnográfica (CLIFFORD, 2011). Não apenas como escrita, mas como interação para entrada no campo de relações e dos esquemas perceptivos do “nativo”. A alteridade é a grande chave, tão importante quanto compreender a concepção de *self* dos interlocutores. É fundamental, no empreendimento etnográfico, descrever e analisar

quais formas de alteridade marcam as relações entre policiais e moradores; quais corporeidades e subjetividades estão em jogo demarcando diferenças: nós-eles, eu-outro, policial-morador.

O esquema de alteridade precede a própria rede de policiais, demarcando uma interação entre os próprios policiais. Existem policiais que estão de corpo e alma engajados na profissão e os que esperam o tempo do serviço passar fazendo pausas nas sombras das árvores. Existem, além disso, os policiais “moitas” e os policiais “matadores” ou “vibradores”. A marcação de diferença, sob pontos de referência, é imprescindível para o entendimento e manejo metodológico das interações etnográficas. O etnógrafo tem de estar, ao mesmo tempo, atento aos esquemas do *self* e de alteridade.

Ao se dar conta disso é possível explorar um campo social aberto de relações. Mesmo geograficamente delimitada, a área é um sistema aberto de relações. As fronteiras mágicas da área são construídas pelo saber policial e produzem novas delimitações e vinculações entre territorialidades divididas em bairros, unidas agora sob o termo técnico: AO. Esta condição acaba objetivando o controle da presença física da viatura através de dispositivos como o GPS (Quando saem dos limites geográficos os policiais podem receber avisos via TMD e rádio transmissor dos controladores). Todavia, não há uma muralha de concreto cercando-a, impedindo o trânsito de pessoas, objetos e veículos, além do mais, existem maneiras de burlar os limites da área, dentro ou fora da viatura, nas maneiras de fazer dos policiais, seja por obediência a ordens, seja por atividades pessoais no dia-a-dia profissional dos PMs⁵⁵.

Por outro lado, a AO é a inauguração de uma espacialidade específica. Os policiais passaram a fazer parte do cotidiano dos bairros de uma maneira mais incisiva, permanecendo vinte e quatro horas por dia em três composições diferentes no local.

São interessantíssimas as fronteiras simbólicas das AOs da PM. Na Zona de Policiamento *Noir*, existe o “miolo” e as “beiradas”. As fronteiras intra-áreas são demarcadas mediante classificações dos policiais. Existem “áreas críticas” associadas ao tráfico de drogas, pontos de execução e locais de violência doméstica. Essas fronteiras se dão numa demarcação classificatória muito importante. A partir da separação dessas dimensões, misturando espaços físicos e simbólicos, ocorre uma organização etnocêntrica da “aldeia”, empreendida pelos

⁵⁵ Posso citar aqui dois casos exemplares. Um deles aconteceu, quando sob ordens do comandante do Ronda do Quarteirão local, certa quantidade de maconha apreendida foi buscada em outra área pela viatura designada, afastando-a, autorizadamente, dos seus limites geográficos definidos. Outra ocasião, também presenciada por mim, deu-se em razão de um dos policiais ter acompanhado sua companheira durante o patrulhamento, quando ela saía do trabalho seguindo-a até as proximidades da sua morada, já fora dos limites da área.

policiais, com base na sua experiência acumulada em saber, dissolvida nos repertórios de práticas policiais.

As formas de alteridade são uma porta de entrada, um portal. Elas se expandem diluindo-se na percepção da própria formação dos bairros enquanto área. A territorialidade que a delimita, a população que lá habita, as composições de policiais deslocadas para lá para fazer o policiamento. Os locais onde a viatura passa com mais frequência, as formas e fórmulas de como se relacionar com os moradores. Os escolhidos dos policiais para a abordagem e revista pessoal. As garotas escolhidas para investidas afetivas. Os alvos da violência policial nos bairros. Qual a relação com os criminosos, qual a relação com o “cidadão”. São apontamentos metodológicos, também, nesta direção.

Além disso, a própria geografia dos bairros, o tipo de veículo que faz o policiamento, os recursos⁵⁶ utilizados pelos policiais, são elementos que devem ser considerados ao empreender tal análise. A estrutura urbana da AO etnografada é marcada pela pobreza dos moradores e precariedade dos serviços mais básicos não oferecidos pelo poder público à população: vias não calçadas, ausência de saneamento etc. A tudo isto, soma-se o estigma de local violento imputado ao lugar. Essas alteridades são indexações da própria cena em movimento da etnografia. Dentro da multivocalidade encontrada na etnografia, existem experiências clarificadoras das conexões entre tais elementos e relações no cotidiano do patrulhamento das ruas realizado pela polícia, sobretudo, no que diz respeito as relações que se estabelecem entre policiais e moradores, como veremos, mais detalhadamente, da Parte II em diante.

⁵⁶ Há uma dilatação metodológica da compreensão dos recursos policiais. A recursividade como elemento teórico-metodológico, envolve a experiência policial acumulada em suas performances cotidianas, às quais poderão recorrer em dadas ocasiões de patrulhamento — atendimento a ocorrências, procedimento de revista corporal, paquera a moradoras e formas de não se “enrolar”, estão inclusas nesses processos — comportando-se de maneira mais ou menos agressiva, usando do diálogo — alternando estilos de “policial bonzinho”, “policial padrão”, “policial mal” entre outras possibilidades. As performances, por sua vez, englobam elementos físicos e simbólicos (armamentos, equipamentos eletrônicos, fardamento etc.) mobilizados nas suas práticas cotidianas, para possivelmente solucionar os “casos de polícia”, podendo, como efeito colateral, agravar sua complexidade.

1.10. O uso da ferramenta metodológica da entrevista gravada

Realizei três entrevistas em profundidade gravadas com três diferentes policiais que atuam, e atuaram, com certa regularidade, na área. Nos registros gravados, aparecia não apenas a voz do interlocutor, mas relatos que trazem à tona outros atores envolvidos nas experiências arquivadas na memória do entrevistado. As entrevistas remontaram diálogos com traficantes, moradores, comandantes do programa, companheiros de farda, entre outras vocalidades. As falas, quase sempre, na terceira pessoa do plural, ou expressões equivalentes, rebuscaram cenários de ocorrência e os aspectos do seu trabalho: como são fundadas as suspeitas, como atender as ocorrências, as relações com as mulheres, as relações com os criminosos — por vezes, referidos pelos termos de “meliantes” e/ou “vagabundos” — as boas relações com moradores da área, as maneiras de realizar o trabalho policial sem se prejudicar, dentre outras dimensões.

A conquista da entrevista se dá por uma negociação, equivalendo-se entre níveis de confiança do pesquisador com os interlocutores e disposição dos entrevistados em revelar suas falas num depoimento gravado. As entrevistas vieram de policiais com “muita história para contar” e, do mesmo modo, com bastante disposição de contar suas histórias. As narrativas de operações foram constantes. Durante a interação da entrevista, foi possível explorar o caráter episódico das narrativas, revelando não apenas uma opinião valorativa sobre o que a polícia faz, e sim relatos descritivos de suas atividades cotidianas, permitindo, assim, o acesso ao modo como desempenham e percebem sua carreira moral na PM, como policiais da boa vizinhança. Isto traz uma riqueza descritiva empírica importante.

Antes e após as entrevistas, elaborei pequenos diários de campo descrevendo e analisando as condições de negociação da entrevista, envolvendo, também, a trajetória dos PMs na instituição, remontando interações anteriores com o mesmo policial, de forma a esquadrihar, minuciosamente, durante a interação esses aspectos, fazendo-os render melhor na produção dos dados etnográficos. A intenção era situar a entrevista no escopo de relações do trabalho de campo mais amplo, fazendo com que a mesma emergisse do campo e não “caísse do céu” num passe de mágica.

Busquei, também, resgatar os aspectos da interação que escapavam o registro de áudio gravado como gestos, olhares, entonações e entrelinhas. Seguramente, as entrevistas que tiveram duração de 3h00min, em média, cada, remetiam a uma duração temporal mais ampla quando transcritas e acopladas aos diários de campo.

As entrevistas foram, na verdade, uma complementação às conversações já mantidas durante o trabalho de campo, fora das contingências do patrulhamento ostensivo. As conversações que mantive durante o trabalho de campo foram mais importantes e decisivas na produção do estudo.

1.11. Até onde ir? Impossibilidades, capturas e sedução do objeto

Não se pode desconsiderar que, ao criar uma rede de relações durante a realização de uma etnografia, acabam se estabelecendo pertencimentos e amizades implicadas em formas de afetações no sentido atribuído por Favret-Saada (1977) e Goldman (2005). Alguns dos dados produzidos, se não fossem maleados ficcionalmente, prejudicariam os policiais envolvidos ao longo da interação de conhecimento junto à instituição da Polícia Militar, dependendo das interpretações produzidas do presente estudo.

Atravessar esses impasses é um desafio. Naturalmente, ao longo do trabalho de campo e no desenvolver da pesquisa, pontos cegos surgem e questões importantes podem passar despercebidas. Apesar de justificar o recorte do trabalho e as considerações levantadas ao longo da construção das relações de pesquisa, não se pode desconsiderar as dimensões mais amplas, generalizantes, nem escapar da especificidade do campo. Em geral, os estudos sobre a polícia — que tematizaram os aspectos do trabalho policial, o policiamento, entre outras questões —, em raros casos, têm como possibilidade a incursão etnográfica na viatura junto aos policiais.

Não é possível resolver os impasses de campo com o estalar dos dedos. Logo, não se pode transformar quaisquer dificuldades, surgidas no percurso, numa perdição labiríntica de caminhos possíveis de traçar. Um problema de pesquisa emergido em campo é a solução para esse impasse, desviar-se, deliberadamente, pode transformar a pesquisa em outra experiência que não seja a de interconhecimento, resumindo a interação de conhecimento numa aventura puramente pessoal.

Inicialmente, pretendia estar na área com e sem a presença da polícia em momentos diferentes, entretanto, estar na viatura com os policiais, vestindo colete, explicitou fragilidades para o deslocamento entre as duas possíveis entradas em campo: dentro da viatura e fora da viatura.

Em alguns casos, estando na viatura, poderia ser identificado como possível vítima indicando abordagens, procurando suspeitos, denunciando criminosos, aguçando muitas

possibilidades do significado da presença do pesquisador no patrulhamento. Ao participar de inúmeras operações contra o tráfico de drogas na área, alguns traficantes e moradores que se sentiram preocupados com minha participação, nas mais variadas situações do patrulhamento, esquadriharam minha figura, se referiam a mim como alguém já conhecido, de acordo com as apresentações dos PMs de minha persona.

Por contas de jogos de encenação dos policiais, fui apresentado, assumindo facetas diferentes. Para alguns “traficantes” e “aviões do tráfico”, fui apresentando como “Delegado”, tentaram fazer o mesmo para com alguns repórteres. Para moradores com mais intimidade com a polícia, era apresentado como “Repórter do Polícia 24 horas”⁵⁷, nem sempre, porém, o papel era desfeito e a pesquisa revelada. Os jogos aconteciam entre os próprios policiais, apresentando, também, a figura desconhecida a outras composições usando da criatividade marcada pelo imaginário policial:

—Este aqui é um agente do CIOPS” ele vai fiscalizar a realização dos Pontos Bases.

— Conheçam aqui o capitão da PM, do serviço reservado.

Assim, algumas interações eram produzidas e revelavam dados mediante a ficção de papéis imaginários atribuídos e desempenhados.

A recorrência das apresentações do pesquisador pelos policiais nas interações de conhecimento, por vezes, não produzia desempenhos sinceros, e sim cínicos (GOFFMAN, 1985). Trata-se da dimensão do poder de apresentar alguém performaticamente. O papel de pesquisador foi atravessado por demarcações de posição, decisivamente presentes na produção dos dados. Isto, no entanto, se deu sob plena consciência. Irromper tais apresentações, poderia provocar desgastes em campo. Foi, de certo modo, a maneira de jogar o jogo, conhecer as regras e estabelecer elos.

Por vezes fui questionado por policiais, recém-conhecidos, a opinar sobre minhas avaliações sobre a polícia, a ponto de caso ocorressem esquivas e deslizamentos poder-se-ia comprometer o clima favorável à conversação e incitação da desconfiança que pesasse sobre as intenções da pesquisa. O SD Pires me questionou de forma direta: “Você acha que nós policiais podemos agir dentro da legalidade? ”. Ele insistiu tanto em sua questão, objetivando entender a dimensão valorativa, do pesquisador sobre a polícia, que respondi: “não”. Ele ficou feliz com a posição e passou a relatar sua apreensão. No dia anterior, o PM agredira um morador durante o atendimento a uma ocorrência e temia a representação judicial da vítima contra ele.

⁵⁷ Programa transmitido por uma famosa emissora de TV, cujo conteúdo apresenta cenas do patrulhamento de algumas das corporações das Polícias Militares Brasileiras.

Após o *critical moment* (Cf. BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999) o clima da cena etnográfica mudou de tom, em situação semelhante a narrada por Crapanzano (2005), a interação passou a ser mais dinâmica e receptiva e menos seca e mecânica, modificando seu tom de inquérito sob as desconfianças sobre mim. As cobranças por respostas cessaram, abrindo uma fresta clareadora de horizontes imaginários das tensões às quais os policiais estão atravessados na sua atividade: agir normativamente ou deliberadamente, de maneira legal e ilegal. Tais impasses aconteceram repetidas vezes. Não participar ante esses momentos poderia desfazer parcialmente o campo de pesquisa e descartar possíveis interlocutores.

Estas interações revelam que os engajamentos de face Goffman (2010, p. 135), em alguns contextos, necessitam não só de uma razão de ser, ou seja, a dimensão de uma interação interessada da pesquisa, mediada por redes de relação de hierarquia autorizadoras. Quando dissolvidos às relações *in situ*, encontros como o descrito, requerem a cobrança de pontos de equivalência entre estranhos. Uma vez encontrados, a interação passa a ser menos assimétrica reduzindo o desengajamento de faces estranhas, ou de outra maneira, evita-se o surgimento de uma razão para a rejeição do pesquisador.

PARTE II

CAPÍTULO II

REDEFINIÇÕES DA CONDIÇÃO DE MORADOR

Sáíamos do Quartel, era início do patrulhamento no Turno B, de serviço estavam Dario (comandante), Gregório (patrulheiro) e Diógenes (motorista). A Viatura deslocou-se, através de uma avenida da cidade, até o Bairro 2. Chegando ao ponto alto do bairro, local de onde se pode avistar uma escola pública, atravessada pela rede de eletricidade distribuindo a energia elétrica do local, o SD Diógenes reparou, distante de onde estávamos, dois jovens deslocando-se numa motocicleta, perguntando aos demais: “você viram os dois vagabundos passando ali embaixo? ”.

Imediatamente, Gregório acelerou o veículo bruscamente curvando à direita para fazer o cerco aos suspeitos. Com a aceleração do veículo e o ganho de velocidade as ruas se estreitavam, o veículo apertava-se entre os moradores passantes nas vias e nas calçadas. O percurso realizado desenhou o contorno lateral de três quarteirões, deslocamento, no qual, a viatura atingiu 60 Km/h em vias locais. Ao fazer a última curva à direita, os policiais esbarraram violentamente contra uma Motocicleta estacionada à esquina da via, no entanto seguiram na caçada. Ao avistarem os suspeitos os policiais empunharam as armas. O SD Dario apontou a arma para os rapazes e ordenou: “encosta e coloca a mão na cabeça”, reparei um dos jovens sorrindo para o PM cuja arma apontava, em riste, para seu corpo. Os jovens desligaram a moto, desembarcando e ficando de costas para os PMs.

Os rapazes vestiam *shorts jeans* e camisas de algodão coloridas. Enquanto Gregório realizava o procedimento de revista, apalpando as pernas, os bolsos do short, a região da virilha, o tórax e as costas, em ambos os jovens, SD Dario os interrogava. Os rapazes disseram trabalhar num dos pontos do bairro e, no momento, deslocavam-se para suas casas. Os policiais dispensaram os garotos (apesar de serem, aparentemente, menores de dezoito anos e estarem se deslocando sem o uso do equipamento obrigatório, o capacete).

Os policiais, antes de voltarem até a moto derrubada durante o cerco, comentavam e lamentavam o “prejuízo”, pois, quando ocorrem danos na viatura motivados pela imprudência dos PMs, ou quaisquer outras circunstâncias, nas quais, não se pode alegar “acidentes”, os policiais são responsabilizados e pagam o conserto.

O SD Diógenes, seguido de perto por Dario e Gregório, caminhava em direção à esquina, onde se situava um bar, no qual, o proprietário se encontrava à espera dos policiais. Os

três comentaram entre si, no caminho até lá, a possibilidade do proprietário da motocicleta ser um “vagabundo”, enfatizando, também, o fato do veículo estar estacionada próximo à esquina, o que constitui uma infração no CTB.

Os policiais tomaram a iniciativa de averiguar a documentação da moto e a situação do morador com a justiça. Pediram-lhe, sem cerimônias ou cumprimentos, sua documentação de identificação e do veículo, checando suas infrações de trânsito e sua ficha criminal. O homem aparentava ter em torno de trinta e cinco anos de idade, descamisado, corpo magro, com uma corrente de aço no pescoço, ostentando um crucifixo caído ao peito, apontando inúmeras tatuagens nos braços, nas costas e no abdômen. Em questão de minutos os policiais tomaram conhecimento de quatro mandatos de prisão impetrados contra o morador. Num dos processos não constava se o morador respondia em liberdade ou se não havia comparecido ao fórum. O morador respondia por assaltos cometidos na segunda metade da década de 90.

Depois de alguns minutos de conversação, a situação já comovia boa parte dos moradores na proximidade do lugar. Enquanto ele procurava, em seus pertences, a documentação comprovatória de sua liberdade, a população aglomerava-se numa pequena plateia, crescendo rapidamente. Assistiram à movimentação até o seu desfecho, produzindo burburinhos, repassando de morador para morador o que se incidia no local. Como o morador não encontrou o documento comprovador de sua quitação com a justiça, pediu aos seus familiares, já no local, para procurarem o documento em sua casa.

Os policiais teriam de levá-lo até a Delegacia de Polícia Civil para fins de obter o parecer definitivo da situação. Foi algemado por SD Gregório e levado no xadrez da viatura até a Delegacia Regional do Cariri. Nas conversações travadas entre eles, no caminho até a delegacia, o morador tratava por “senhor” todos os três policiais. No deslocamento, passados alguns instantes, o morador resmungou lamentações incompreensíveis começando em seguida a chorar.

Passamos cerca de trinta minutos na delegacia esperando a resolução do caso. Alguns familiares chegaram nesse meio tempo até o local com o documento de comprovação de soltura, liberando o morador. O morador foi aconselhado pelos policiais civis a andar “sempre com este documento no bolso”, para fim de evitar constrangimentos como esse. Prosseguiu em sua fala dizendo: “os meninos do ronda não tem culpa, eles só estão fazendo o trabalho deles”, a ocorrência acabou ali, a viatura retornou ao patrulhamento e o morador para seus afazeres.

Ao voltarmos ao trabalho, o clima era de descontração, SD Diógenes foi até um “peixe” do Bairro 2. A viatura estacionou, o PM desceu sozinho do veículo e passou a conversar

com o morador na calçada paralela a viatura. O morador entregou-lhe uma sacola, cujo conteúdo não foi revelado pelo policial até o fim do serviço. Enquanto isto, passei a conversar com os SDs Dário e Gregório no interior da viatura. Dário passou a falar a respeito do morador, “peixe” de Diógenes. Segundo ele, tratava-se de um “cidadão”, apesar de parecer vagabundo. “Você vê, né? Ele parece vagabundo, as roupas da mesma marca dos vagabundos, o jeito de se vestir... mas não é vagabundo não, ele trabalha aí”. O morador parecia ser conhecido dos policiais de longa data, trabalhava numa fábrica de alumínio no interior do bairro, vestia-se maltrapilho, parecia ter em torno de trinta anos. Vestia uma camisa de algodão, ostentava duas correntes de aço, uma no pulso, outra no pescoço. Dário prosseguia em sua análise: “Como é que chama isso mesmo? Você deve saber melhor que eu... ele se adapta para não ser excluído, nem ser morto. Já imaginou se tu vier aqui no Bairro 2 e entrar num bar desses, por exemplo, chegar de calça *jeans*, camisa golo polo... o pessoal vai perceber que você não é do lugar...”.

Entabulando o assunto, conversamos sobre abordagens empreendidas contra “vagabundos”. Perguntei-lhe qual o motivo de alguns moradores rirem para os policiais ao receberem a ordem de parada. De imediato, o policial mostrou-se contrariado dizendo: “estão pedindo para levar peia. A gente lida com isso dando uns tapas... Agora sabe quando é que isso acontece muito? Quando os caras tão perto de casa, aí dizem ‘eu moro bem ali’, tá armado, tinha feito assaltos, mas, mora bem ali”.

O PM relatou o caso de uma abordagem ocorrida no dia anterior. Na ocasião, o morador não obedeceu à ordem dos policiais de encostar e colocar a mão na cabeça, dizendo ser professor. Estava em frente à casa de sua namorada e ela observava da janela a interação. Ela havia estudado com o policial na universidade, lembrando-se dela Dário recobrou outra ocasião na qual conhecera o morador, agora abordado.

Ele havia se acidentado de moto machucando seriamente o pé, precisando ser socorrido pelos policiais. Na ocasião a companheira do então suspeito, agradeceu imensamente a Dário. A suspeição foi desfeita e a abordagem estancou. Dário e o morador passaram a conversar sobre o desfecho do acontecimento anterior, despedindo-se em seguida.

O morador, em companhia da sua namorada, dirigiu-se, após a abordagem, até o quartel para denunciar, seu antigo socorrista, por abuso de autoridade. Na ocasião, acusou os PMs de o terem agredido e tratarem-no pelo termo lingual “vagabundo”. Ao tomar conhecimento do feito do morador, o policial aprofundou o conflito produzido na interação, prometendo para si mesmo, e seus colegas de farda, abordá-lo numa próxima oportunidade para esquadrinhá-lo por completo. Lembrou-se do morador não possuir CNH, lamentando-se ter perdido a oportunidade de prejudicá-lo identificando sua infração.

A percepção imagética da construção da suspeita dissolve-se nas classificações produzidas pelos policiais sobre os moradores, durante a realização patrulhamento. E, ao serem impetradas no fazer policial, mobilizam tramites conflituosos das relações entre polícia e população, produzindo, em alguns casos, redimensionamentos da reciprocidade construída entre os atores.

Desde Durkheim e Mauss (2001, p. 400) a “função classificadora” é apresentada enquanto fato recorrente em diferentes sociedades. Tal processo, segundo os autores, implicaria, implicitamente, nas taxonomias produzidas, formas hierarquizadas das posições sociais (como nos casos dos totens, em algumas regiões da Austrália) sendo pensada enquanto: “classificar, seres e acontecimentos, em gêneros e espécies subordinando-os uns aos outros e determinar suas relações de inclusão e exclusão”.

Está é uma questão clássica da antropologia e da sociologia. As redefinições da condição de morador são produzidas, elaboradas e reelaboradas nas interações entre a PM e a população, com base na promoção do patrulhamento ostensivo. A polícia que socorre, também, pode ser denunciada por abuso de poder. O morador salvo numa ocasião poderá ser prejudicado numa ocasião futura.

O estigma, mais do que um atributo negativo, imputado ao ator social (GOFFMAN, 2012), passa a ser negociado e redimensionado na construção das relações ordinárias. A manipulação da identidade deteriorada, empreendida pelo ator social estigmatizado é, também, mobilizada por outrem. O policial funda a apresentação do outro com base em interações anteriores e redimensiona a figura do morador entre a interação anterior, a presente e a provável interação futura, dinamizando suas maneiras de fazer. Se na ocasião passada o morador não foi enquadrado por não possuir CNH, numa próxima oportunidade sua infração será punida.

As falas produzidas por PMs, a respeito dos moradores do Bairro 2, são plurais. Às vezes o lugar é apresentado como local familiar, onde pessoas ficam às calçadas de suas casas fomentando redes de sociabilidades locais admiradas pelos policiais. Em outras ocasiões, esta mesma característica pode ser associada à adjetivação “mundiça” ou a “vagabundagem” dos moradores, aludindo à falta de ocupação. Dessa forma, as classificações perpetradas, a partir de atos de falas dos policiais e produções discursivas representacionais do lugar, redimensionam uma complexa rede de reciprocidade desdobrada da permanência de PMs neste território.

O SD Dário, um dos mais “antigos” na área, costuma associar os moradores deste bairro ao “crime”. Segundo ele, a maioria possui passagem pela polícia ou está vinculada a alguma rede de criminosos, seja por questões de parentesco ou de amizade. Não fora a toa a especulação do SD Diógenes sobre a suspeição prévia da figura do proprietário da moto

derrubada, antes mesmo de averiguadas sua situação com a justiça. A dinâmica relacional da PM com os moradores funda-se nas formas de classificação simbólica perpetradas com base em adjetivações de si e do outro.

Mesmo quando desempenham atos considerados inadequados, os policiais, buscam formas de mobilizar recursos operacionais do seu ofício. Estas manobras, em certas ocasiões, podem redimensionar os panoramas assimétricos da relação, efetivando a restauração da vantagem na definição da situação, operando, a partir dessa condição, os arranjos de sua atividade cotidiana.

Lembro-me de um acontecimento produzido entre os policiais, revelando esta dimensão intersubjetiva. Ao realizar uma curva brusca na fronteira dos Bairros 2 e 3, os policiais quase colidiram com outro veículo de modelo *Pick-up*, carro aparentemente pertencente a pessoas de camadas mais abastadas da população. Ao escapar do choque os dois policiais da composição começaram uma conversaço:

— filho da puta...

— Ora... tu fazes a curva de uma vez e chama o cara de filho da puta...

— Eu falei filho da puta, não falei quem era...

Respondeu o motorista em tom irônico.

O assunto seguiu na pauta da conversaço. Os policiais comentavam o provável acontecimento do choque dos veículos e seus desdobramentos. Teriam de pagar o conserto da *Hilux* e da *Pick-up*. Um dos policiais, entretanto, especulou uma solução em tom jocoso: pediria a CNH do motorista acompanhada do licenciamento do veículo; caso a documentação estivesse sem pendências, rasgaria toda a papelada para se sair bem do impasse.

No dia-a-dia, os moradores quando em interação com os policiais, em variadas circunstâncias — através de uma ocorrência policial, uma visita ou uma abordagem policial, um aceno para a viatura — produzem relações atravessadas por formas de classificação simbólica. Em determinadas condições a figura do (a) morador (a) pode ser associada a status morais relacionados às classificações: “vagabundo”, “cidadão de bem”, “gata”, “gostosa”, “peixe”, “informante”, dentre outras possibilidades.

Estas associações adjetivam os moradores e mediam trocas diferentes com os policiais da boa vizinhança. A condição de “cidadão de bem”, por exemplo, pode trazer ganhos em termo de preferência e confiança recíproca com os policiais nos tratos cotidianos. Ocorre, porém, destas classificações não serem tão rígidas e poderem se proceder de diferentes maneiras.

Todavia, há confluências contingenciais condicionando a figura do (a) morador (a) no dia-a-dia. Em outra ocasião, conversava com SD Agamenon durante o patrulhamento. Os PMs pararam dois jovens abordo de uma motocicleta, abordando-os e empreendendo revista pessoal. Os jovens tiveram seus documentos checados, sendo dispensados por não terem pendências com a justiça. Quando os PMs embarcaram de volta à viatura, prosseguimos nossa conversa. O policial contou ser um dos jovens abordados, seu velho conhecido. Em outra oportunidade, o mesmo jovem foi pego com drogas e implorou ajuda dos PMs, pois, segundo ele, estava traficando por conta da dívida com um traficante do Bairro 2. Após ser pressionado, fisicamente, levando alguns golpes na face para revelar a identidade do seu “patrão”, fez um acordo com os PMs: denunciar o traficante com quem possuía a dívida para ser dispensado do flagrante.

Os PMs montaram uma equipe, à paisana, nos dias seguintes, levando o jovem dentro de um carro popular. O morador passou a indicar o local de tráfico intenso no Bairro 2. Os policiais “estouraram” o ponto de venda de drogas, dispensando o jovem de suas pendências com a justiça flagradas. O “vagabundo” converteu-se no informante⁵⁸. “Ele diz pra gente uma coisa, pra deixar uma dele passar”, comentou o PM, revelando serem, essas trocas, muito comuns em seu cotidiano. A partir de um “toma lá dá cá”, a figura do morador pode ser redimensionada.

2.1. “A rua é o teatro de operações”: papéis, classificação e operações da polícia

Os PMs aprendem, em seus cursos de formação, que a rua é um “teatro de operações”. O aspecto teatral remete à simulação de suspeitas envolvendo maneiras de fazer, ver e dizer de seu ofício. Os papéis são redefinidos *ad hoc*, os moradores convertem-se em suspeitos adjetivados de “vagabundos” em algumas ocasiões, em outras, podem ser vistos como “cidadãos” ou “íngrats”, por exemplo. O teatro de operações consiste em simulações realizadas para reprimir e prevenir crimes nas formas agentivas da atividade policial.

⁵⁸ A conversão do criminoso em informante é uma estratégia discursiva comum em contextos de justiça criminal. A “delação premiada”, como é conhecido o dispositivo jurídico, pode conceder ao delator vantagens em termos de redução da pena ou até mesmo o “perdão judicial”. No entanto, essa possibilidade não é atividade da PM, e sim das instancias de julgamento criminal posteriores a incriminação, tal conversão é, portanto, um redimensionamento moral, cotidiano e corriqueiro, do legal pelo informal.

O Ronda do Quarteirão distribuiu equipes de policiais em territórios delimitados, numerando diferentes AOs da cidade. Essa estratégia possibilitou o acúmulo de experiência de PMs no conhecimento das áreas, nas quais, atuam. Como mencionado anteriormente, alguns policiais, da área investigada, atuam desde seu ingresso na instituição mais regularmente no local. Isto permitiu o conhecimento prático aprofundado da área, tornado saber-fazer em seu cotidiano.

Nestas condições, o teatro de operações ganha um contorno ainda mais especial. Entretanto, os PMs entendem a implicação, por um lado, de vantagens e, por outro, de desvantagens na realização do seu ofício⁵⁹.

A vantagem, inegavelmente, é você conhecer a área. Por exemplo, eu trabalho três anos na mesma área, outros policiais do POG, que trabalham em Juazeiro há muito tempo, bem mais do que três anos, meu irmão, é policial, ele tem mais de 10 anos de carreira e ele sempre trabalhou aqui, boa parte do tempo, na viatura a gente entra em todo buraco e descobre lugares que nem sabíamos que existia, né? Só que você dentro daquela área, *you vira o mestre, you conhece tudo*. Depois de um tempo todo buraco você conhece, até os buracos você sabe onde é que tem. A gente consegue ter mais conhecimento da área do que policiais que tem 4, 5, 6 vezes mais tempo de serviço que a gente. Tanto que, quando eles têm uma dúvida eles procuram e perguntam à gente “onde é que fica tal e tal” a gente já sabe, é decorado. De cabeça mesmo, memória fotográfica: “na rua tal, você entra assim, assado, tem um prédio assim, fulano de tal que mora lá”.

Cicourel (2007) discute a integração entre cognição e cultura. Através desta chave de leitura ele corrobora uma apropriação do conceito *habitus*⁶⁰ como base na produção de esquemas de cognição, junto a “capacidades perceptivas, motoras, conceituais e verbais” (p. 169). A produção e transmissão de esquemas cognitivos no trabalho policial acontece durante o processo de construção de sua carreira. Trata-se de um aspecto pouco abordado para revelar

⁵⁹ A “familiaridade” que os policiais do programa desenvolveram em algumas áreas produziram problemas relacionados as já conhecidas, interfaces entre o público e o privado nas forças policiais brasileiras (PINHEIRO, 2008). Alguns PMs foram punidos por alimentarem-se gratuitamente em restaurantes em troca de uma maior presença da polícia nas proximidades dos estabelecimentos. Esses acontecimentos foram prejudiciais para imagem do programa e estão estritamente relacionados à maior rotatividade dos PMs por outras áreas, recomendadas pelas SSPDS.

⁶⁰ O conceito de *habitus* é utilizado pelo autor em menção ao trabalho de Bourdieu (1977), discutindo o conceito enquanto matriz infinita e limitada de práticas, a partir de disposições objetivadas pelas posições no espaço social dos agentes, envolvendo princípios de visão e divisão, nas formas de pensamento, percepção e ação.

que a prática da polícia é a forma imediata de conhecer a área, classificar as populações locais aprender seu ofício e transmiti-lo.

Os policiais do serviço de inteligência, às vezes procuram, a gente, para mostrar fotos, para saber onde o cara mora, qual a rua, qual a casa, é por que nosso trabalho é diferente dos outros policiais, a gente consegue saber onde a gente tá, ainda mais quando se passa muito tempo.

O mundo profissional dos PMs especializa determinadas seções. Estas seções, por sua vez, especializam-se em modalidades de patrulhamento produzindo esquemas de cognição específicos, implicando, vantagens e desvantagens.

A parte ruim, é que, às vezes, a gente conhece muito uma área, a gente conhece pouco outra área. Entendeu? Se eu sair da área que eu trabalho, porque, de um tempo pra cá, eu tenho trabalhado, também, em outras áreas, mais do que eu trabalhava antes, mas antes disso, se alguém me jogasse em outra área, como aqui na parte do Bairro X, do alto, dali do Bairro Y que também são áreas problemáticas eu não sei pra onde vai. Eu não conheço quem são os bandidos, quem não é bandido, não conheço os nomes das ruas, tenho uma vaga ideia das avenidas principais, pra que lado ficam, mas eu não sei, então, se tiver por acaso, eu trabalhar em outra viatura, e se a viatura de outra área precisar de apoio, como eu estou tempo demais numa área só e não conheço bem as outras fica difícil. As áreas vizinhas a gente conhece mais, porque vai pra ocorrência de apoio, agora áreas mais distantes assim é complicado da gente se achar, pois a gente não pode ficar restrito à uma área, achando que vai trabalhar lá sempre, não vai acontecer isso. Então isso é prejudicial, você fica especialista em uma área, em outra você fica voando. Um policial que trabalha comigo, conhece todos os bandidos da área, outro dia eu não estava trabalhando com ele, mas ele estava em outra área, e perguntou pro bandido, mais procurado da área, onde era a rua tal. Só depois que ele descobriu quem era o cara. Não tinha como ele saber, não tem como culpar o cara, tem alguns bandidos que a gente conhece só pelo nome, são famosos e tudo, mas a gente não vê a cara. Ai você tá em outra área, não sabe se aquela rua ali é uma área crítica, não sabe se é uma boca de fumo, se você vai parar para perguntar ou fazer uma visita. [Entrevista SD Dário]

Segundo ele, o problema de se especializar em dada área é não saber de quase nada a respeito das demais. “Não conhecer quem é quem” é o problema mais delicado. A tarefa de dar “nome aos bois” e conhecer os “bandidos” imageticamente, ou, de outra forma, adquirir os códigos de decifração para identificar suspeitos de uma determinada localidade, são questões fundamentais da realização do patrulhamento da PM. Esta é a função do teatro de operações.

No cenário, ou no palco de operações, são incluídos objetos e humanos. A viatura, os armamentos, a geografia do bairro e suas vias são operadas a partir de simulações imaginativas, estimuladas pelo conhecimento dos policiais sobre a área operacionalizada.

O SD Ben é considerado, por alguns policiais, um “Policial Operacional”. “Ele é diferente”; “ele dá o sangue mais que os outros”. Em alguns momentos, quando conversávamos sobre ser policial, durante a entrevista, ele se emocionou, chegando a chorar, estando muito comovido durante a interação. Nessa oportunidade, o PM contou-me sua percepção a respeito do chamado “teatro de operações”⁶¹:

Quando a composição está conectada, mesmo, com o que está acontecendo na área, com as informações, com as ocorrências que estão acontecendo, entendeu? Vamos dizer que durante o dia eu houve dois assaltos a pelo menos meia hora. Então, quando já tem em mente algumas denúncias, também, via CIOPS. Então quando ele já vem com alguns levantamentos, entendeu? Então mesmo que não aconteça nada, não tenha nenhuma ocorrência ainda envolvendo assaltos, por exemplo, ele deve entender que ele está num teatro de operações.

O teatro é a rua. A encenação no palco da área. Simulando, com base no que já aconteceu no local, o que está acontecendo e o que pode acontecer. São as formas de improvisar com os recursos disponíveis, tendo, em diversas ocasiões, a necessidade de mobilizar agenciamentos táticos sob a iminência de acontecimentos. Ao se engajar no teatro de operações é preciso costurar o enredo, buscando alteridades imaginativas, nas informações obtidas e nas probabilidades de ação do outro (o criminoso, “o cidadão comum”, as vítimas etc.). Trata-se da cena do patrulhamento em que o policial se engaja e encena.

Certa vez, pude participar do diálogo, muito interessante, entre um policial “mais antigo” e outro “mais moderno”⁶². Eles tinham desavenças interpessoais, mas mantiveram um

⁶¹ Gostaria de fazer uma pontuação sobre a forma como os policiais mobilizam termo “teatro de operações”. O termo é utilizado para explicar o que eles fazem quando estão em patrulhamento. A expressão não é corrente e se manifesta, na produção da patrulha, por outros termos linguais. A fala do SD Gregório, utilizada no início do capítulo “vocês viram o vagabundo passando ali embaixo” remete diretamente a essa categoria.

⁶² Os termos “antigo” e “moderno” são definições geracionais e hierárquicas dentro da corporação militar. Os “modernos” tem menos tempo de carreira na instituição que os “antigos”, quão mais “antigo” se torna o policial mais ele acende hierarquicamente nas relações sociais da PM. Trata-se de uma relação geracional nos termos *estabelecidos* e *outsiders* (Cf. ELIAS e SCOTSON, 2000), marcados pela temporalidade de pertencimento a instituição, mas com a descontinuidade hierárquica entre Praças e Oficiais, já mencionada. Na conversação descrita, interagiam dois Praças. O Cabo objetivava sua hierarquia nas formas de tratamento durante o patrulhamento, conduzindo a relação sob forma de ensinamentos ao policial mais “moderno”, por vezes, estigmatizado como inexperiente, inábil e incompetente. Entretanto, em algumas ocasiões o “Moderno” contava

diálogo, explorando o teatro de operações. Eram o SD Jáder e o CB Lauro. Estávamos no patrulhamento do turno C, realizamos um Ponto Base⁶³ nos limites espaciais do Bairro 2. O local escolhido fora uma pequena praça deserta. De lá se pode ver a vizinhança que cerca o local, graças a uma iluminação razoável, no entanto, os moradores já estavam dentro de suas casas.

Os policiais passaram a conversar sobre diversos assuntos, tais como: patentes militares e relações de hierarquia na corporação. Eu participava da conversação demonstrando curiosidade, cauteloso na intromissão. O assunto passou a ser um tiroteio, ou melhor, um tiroteio imaginário ocorrendo próximo ao local onde estávamos. Jáder perguntou a Lauro qual seria sua atitude diante de tal acontecimento.

O cabo respondeu secamente:

— Iria pela rua mais próxima...

O Soldado balançou a cabeça negativamente em desaprovação a resposta de Lauro. Emendando como agiria:

— Eu não... iria na direção contrária a das balas, isto é tático.

Lauro ficou pensativo e concordou com Jáder. As fronteiras entre táticas e estratégias, nas ações ostensivas dos PMs, são mediadas pelo teatro das operações possíveis. Podendo, em alguns casos, deslocarem-se entre linhas de ação mais seguras e adequadas, e outras mais arriscadas e deliberadas. As táticas são empreendimentos agentivos envolvendo “movimentos diferentes [inesperados], utilizando elementos do terreno” (Cf. CERTEAU, 2007 p. 98)

Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar, senão, o do outro. E por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como, o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bülow, ” e no espaço por ele controlado. (CERTEAU, 2007, p. 100)

vantagem dos seus conhecimentos sobre o ofício em relação ao “Antigo”, produzindo redimensionamento da relação de poder, redefinindo as tensões.

⁶³ Ponto Base é uma tática da PM, para produzir o “efeito de presença”, intercalando pequenas pausas durante a promoção do patrulhamento, mobilizando cinesia e a inércia com estratégia de policiamento. No dia-a-dia, os policiais possuem uma lista com lugares em que o ponto base deve ser feito. Na prática, porém, nem todos os PMs utilizam essa tática ou a seguem, tal qual, foi determinada pelos superiores.

Após alguns instantes de silêncio, perguntei se Jáder já havia usado sua arma em alguma ocorrência. O PM respondeu que sim, narrando, em seguida, um episódio, no qual, ele e outro soldado, do Ronda do Quarteirão, protagonizaram durante suas folgas.

Os PMs tentaram surpreender dois assaltantes, que, na ocasião, “estavam fazendo a parada num comércio”, localizado em outro bairro da cidade. Jáder relatou ter disparado a arma contra os assaltantes quando percebeu o fim do assalto. No desfecho da operação, um dos assaltantes conseguiu fugir pelos fundos do estabelecimento despistando os PMs, enquanto seu comparsa foi detido.

Lauro, por sua vez, “subiu a faísca”⁶⁴, passando a relatar um caso seu. Na ocasião o policial fazia um “bico”⁶⁵, acompanhando um caminhão, representante de uma conhecida empresa de cervejas, no traslado para Juazeiro do Norte - CE. Na época, o caminho de volta para cidade era conhecido pela recorrência de assaltos. Na ocasião, ele e outro companheiro estavam armados na parte de trás do caminhão, junto ao estoque de bebidas. Ao perceberem a movimentação dos assaltantes na estrada, Lauro contou que, com frieza, empunhava a arma esperando a aproximação do grupo. Antes que acontecesse o que ele esperava, o seu companheiro disparou o revólver, afugentando os bandidos que se dispersaram num matagal.

Jáder comentou ser muito perigoso agir desta forma, pois o projétil disparado pela arma do cabo poderia errar o alvo. Já o revide do assaltante poderia ser certeiro. Disse, inclusive, que na oportunidade, se fosse ele próprio no lugar do companheiro de Lauro na época, teria agido da mesma forma, antecipando o disparo.

Essas simulações envolvendo ações, consequências e respostas acionam a criatividade de táticas operacionais na vida social dos PMs ao realizarem suas atividades. O contexto do policiamento ostensivo é permeado pelas operações emergidas entre fronteiras táticas e estratégicas.

O Teatro é a rua, entendeu? É o ‘enquadrante’ lá da sua área, entendeu? É ali onde passa o teatro de operações. É ali que você vai tentar realizando o patrulhamento, você vai ter suas relações com a comunidade, né? Mas com essas relações com as abordagens. Então, o teatro de operações está relacionado com a abordagem... no meu pensamento está muito relacionada a isso, ao seu **conhecimento**, a sua atuação na

⁶⁴ Uso esta expressão para sinalizar que o Cabo não quis “ficar por baixo” do soldado.

⁶⁵ Silva (2010), em seu estudo sobre o trabalho de PMs em serviços privados de segurança, analisa a constituição do “bico”, trabalho realizado por policiais em seus horários de folga para aumento de sua renda mensal, como prática comum no cotidiano de PMs de Fortaleza - CE.

área. A realização de abordagens, a identificar algumas problemáticas, a fazer um levantamento. (Entrevista SD Ben)

Identificar “problemas” locais, relacionados ou não ao crime, revelam as dimensões simbólicas de “conhecer a rua” e “fundar a suspeita”. Tais processos interferem nas escolhas dos moradores a serem alvos da abordagem policial e, subsequente, revista pessoal, em virtude da suspeição de sua figura imagética e expressões corporais. Para o SD Ben, realizar abordagens é “adquirir conhecimentos” é aprender sobre seu ofício prático. Esse é, pois, um dos aspectos centrais do fazer policial no patrulhamento de rua.

Por exemplo, o teatro de operações, em uma determinada farmácia, houve um assalto nessa farmácia às 14h00min, então desloquei a viatura até lá para verificar se havia circuito de câmeras, né? De repente colher aquele circuito e repassar para todas as viaturas da área dentro da cidade, entendeu?

Então, aquilo dali é o teatro de operações, da minha área eu passei as informações para outra área, por que eles na viatura podem identificar os elementos e fazem uma abordagem. Então, o teatro de operações é mais isso daqui, é você inserido naquela área, a sua atuação, entendeu? O patrulhamento. (IDEM, *Ibidem*)

Características de suspeitos estão diluídas nas classificações simbólicas dos moradores. A cor da pele, objetos de consumo como marca de roupas, bijuterias difundidas no estereótipo do criminoso, tornam-se indexadores de estigma funcionando, enquanto mapas recursivos da polícia, no trato com os moradores. Por outro lado, a descrição de suspeitos, repassados em ocorrências, diluem os estigmas desencarnados em descrições corporais, supostamente, fidedignas ao suspeito produzidas pelas vítimas. Os arquivos policiais, enquanto conhecimento produzido e cristalizado, desempenha um papel fundamental no processo de construção da suspeita. Na produção do patrulhamento de rua cotidiano, tal conhecimento é atravessado por elementos surpresas que embaralham os critérios e produzem novas significações nas classificações de morador.

O palco de operações é a área, lá estão abertas as possibilidades para interações de papéis, encarnados nos policiais e moradores durante a cena do patrulhamento. As tramas, porém, sofrem, por vezes, processos de desrealização, implodindo as definições da situação, alterando o *script*.

O que parece uma coisa, na verdade pode ser outra. Quem acusa e se diz vítima pode passar a ser suspeito. As tramas são tecidas em durações temporais ampliadas, sem resumi-

las no patrulhamento sincrônico, acoplando, por exemplo, as ocorrências de dias anteriores, a história recente e antiga da área patrulhada.

Alguns policiais entram em cena para participar do teatro e serem protagonistas, outros para serem coadjuvantes, outros podem ser figurantes, apenas. Não há, necessariamente, um engajamento de corpo e alma, nesta atividade por todos os PMs da corporação. Geralmente, esta característica está associada, mais especificamente, aos policiais de rua que gostam do “serviço de polícia”.

Tornei a realização do teatro de operações a chave analítica para entender os redimensionamentos da figura de morador. As classificações de moradores funcionam, enquanto papéis atribuídos, sem o consentimento prévio de quem o “desempenha”. A classificação é redimensionada no plano das interações e suas consequências. O curioso é que o papel pressupõe uma relação, a constituição de um laço social que interliga polícia e população produzindo interdependências. Sem os moradores não haveria policiamento de rua. Sem os “civis” não haveria sentido de um teatro de operações dos “militares” no patrulhamento de rua, pois, também, não haveriam “vítimas”, “algozes”, “informantes” e “criminosos”.

Desse modo, o teatro de operações funda a configuração das relações entre polícia e população sob esquemas de percepção, pensamento, conhecimento e ação dos policiais. Os policiais alicerçam seus conhecimentos em sua prática e redimensionam suas percepções e ações durante a promoção do patrulhamento ostensivo. Esta condição define e redefine, constrói e desconstrói os panoramas simétricos e assimétricos de suas relações com seu interactantes. Prosseguindo nesta hipótese etnográfica analiso as relações entre crime, criminosos e polícia.

2.2. O crime, os criminosos e a polícia

A Zona de Policiamento *Noir* é local recorrente de incidências da incriminação de moradores por tráfico de drogas. O tráfico de pequeno porte, ocorrido em residências humildes, funciona, na verdade, como meio de subsistência para as numerosas famílias pertencentes às camadas mais pobres da população. O Bairro 2 é constante alvo de flagrantes que culminam na apreensão de balanças de precisão e quantidade considerável de entorpecentes como maconha, cocaína e crack, no processo da prisão do traficante.

Este mercado ilícito no seio da AO mantém uma trama social tecida entre os usos da polícia e seu regulamento. Ocorre, em certas ocasiões, de traficantes denunciarem à polícia, concorrentes para obterem melhor sucesso no comércio de drogas ilícitas.

O “desvio criminal” constitui-se, segundo Monjardet (2012), um dos alvos do “policiamento de ordem”, ou seja, “a proteção das pessoas e dos bens” p.143. O “combate ao crime” está associado a configuração da PM e sua missão cotidiana, é o motor simbólico narrativo da natureza de sua atividade no contexto brasileiro. No entanto, como pensara Durkheim, ainda no século XIX, nenhuma ação é estritamente criminosa, torna-se crime ao afligir a coletividade social, o crime é contextualizado em épocas e culturas diferentes.

Misse (2011) analisa as relações entre os inquéritos policiais e os processos de incriminação. Sua análise centrou-se nos procedimentos desempenhados pelo Ministério Público e pela Polícia Judiciária. Ele enfatiza que há o afunilamento dos crimes na produção de tais processos. Na parte mais larga do funil encontra-se o cotidiano da polícia ostensiva, a PM brasileira no patrulhamento de rua, depois a polícia judiciária e o encaminhamento à justiça. Existem processos de incriminação cotidianos, antes das últimas instâncias de sua efetivação. Esses processos revelam muitos aspectos das relações entre polícia e população.

A Legislação Criminal Brasileira estabelece penas a serem aplicadas contra determinadas atividades, o tráfico de drogas é uma delas. Instaurou-se, no estado do Ceará, assim como, em outros estados da federação, uma explicação, não embasada estatisticamente, de que os elevados índices de crime contra a pessoa e contra os bens (homicídios dolosos, assaltos, latrocínios e furtos) está associado ao tráfico de drogas de alguma forma. Esta conclusão, difundida no seio da governabilidade estatal, difundiu nas instituições repressoras a ordem de combate ao tráfico de drogas. A PM estadual, “*o martelo*”, através de seu “*mestre*”, tem direcionado a utilização da força pública como instrumento de repressão ao crime do tráfico de drogas, de maneira mais intensa.

Disto resultou a intensificação da interação entre polícia e traficantes, durante as operações cotidianas. Neste sentido, a produção e intensificação do contato revela dimensões intersubjetivas entre os aplicadores das regras e os desviantes. Descolam disso novos significados das relações entre polícia e criminosos, ao contrário do que suscita a guerra ou o combate à criminalidade, estas relações podem também serem amistosas.

[...] Hoje, eu estava no fórum e chegou lá um traficante do Bairro 2. Eu sentado aqui, ele a um metro de mim, chegou, me cumprimentou, estava lá no fórum para assinar o protocolo em que ele tem que comparecer certo dia do mês, perante a justiça dizer que

estava lá. E ele foi lá assinar e foi embora, a gente tem contato, mas é ele lá e a gente aqui. Às vezes, a gente se encontra na rua, quando não estamos trabalhando, a gente não vai dar abraço, você não vai sentar na mesa do bar para tomar cerveja, você não vai ser padrinho do filho dele, entendeu? Tem muitos que chamam, entendeu? A mim nunca pediram, nenhum bandido, aliás... por que morador muitos pedem. Às vezes, não sabem nem meu nome, mas pedem, mas não rola não. Mas tem, às vezes, a gente tem contato, às vezes, até um contato mais próximo, uma pessoa chama você pelo nome. Quando a gente chega na ocorrência ele já diz: “ó fulano, tu me conhece, não sei o que... não sou dessas coisas não me libera aí”. “Você sabe que eu respondo e tudo, mas isso aí eu não faço não” entendeu? Esse tipo de coisas. Eu, por exemplo, já prendi muita gente, mas a grande maioria, pelo menos uns 90% das pessoas que eu prendi, me respeitam, porque eu tratei bem. Eu não destrato a pessoa de graça. Tem coisas que você tem que fazer pra eu lhe destratar mesmo, tentar me subornar, ou me diminuir, alguma coisa desse tipo, aí meu tom muda, minhas palavras mudam, aí você vai ter ressentimento de mim. Se eu prender você, você tentou fugir, mas não reagiu, entendeu? É direito seu, tentar não ser preso, tentar mentir... apesar de que isso, também, me irrita. Eu sei que o cara tá errado eu pergunto a verdade e ele fica mentindo, aí eu fico com raiva e dou motivo pra ele ficar com raiva de mim. Agora, não sendo assim, eu trato bem todo mundo. (Entrevista, SD Dário).

A interação e a reciprocidade entre um policial e um criminoso não revelam apenas o delito enquanto instância punitiva, mas a forma como a interação se dá. Existem processos paralelos de simetriação e assimetriação, relacionais entre os PMs, e aqueles que a polícia pune, os criminosos. Os policiais tratam os moradores, associados ao crime, “como merecem” de acordo com sua percepção própria de merecimento, desequilibrando as perspectivas equacionadoras de um princípio de justiça universal exterior à relação. As justiças são mobilizadas a partir da situação em acordo com regras circunstanciais também ancoradas no crime cometido.

O SD Dário prossegue seu relato explorando tal dinâmica relacional:

Eu trato do jeito certo, trato com respeito pra ser respeitado e dá certo, na maioria dos casos. Tem pessoas que não gostam de mim, seria ingenuidade acreditar que não tem, mas a maioria me respeita, passa e diz “fulano” é gente boa. Tem até o caso do irmão da “fulana”, traficante do Bairro 2. Tem toda uma história da rixa da família deles com outra família. Ela tem um irmão, esse irmão dela foi roubado por um filho de outra família, que se conheciam, pois eram vizinhos, aí ele foi atrás dele e pediu “ei cara, devolve aí minha chinela” aí o cara atirou nele e ele ficou paraplégico. Até hoje ele tá na cadeira de rodas, e tem feridas de quase um palmo abertas na região da bacia, onde o fêmur se junta com a bacia.

O conhecimento do policial sobre a área, na medida em que se construiu permitiu-lhe o conhecimento mais aprofundado da trajetória e os conflitos interpessoais e familiares de criminosos. Ele prossegue descrevendo suas relações com o morador criminoso em questão.

No dia que aconteceu esse fato foi a primeira vez que tivemos contato com ele, a gente pegou as quatro armas, em outro momento, em outra ocorrência, em outra casa, mas com eles, mais de um ano depois, a gente invadiu a casa dele e tinha armas e tinha drogas, tinha quase 1kg de droga, tinha muita coisa errada. A gente vasculhou lá mais ou menos umas duas ou três vezes, só procurando e achando. E a família dele estava lá, só não recordo se ela estava, eu acho que estava, por ele estar na situação, tinham muitos policiais fazendo muitas críticas a eles. Tinha um policial com umas cinco pessoas presas, outro lá, guardando ele, tinham outros procurando no quarto, outro na sala, outro na entrada da casa, outros no quintal. E eu estava lá com esse irmão dela, paraplégico. Quando já estávamos encerrando, já na hora de levá-los presos pra delegacia, a moça pediu para termos pena dele e deixá-lo tomar banho.

O SD Dário, descreve uma sutil separação entre a subordinação e a boa vontade, condição que marcou sua atuação na ocorrência, permitindo o banho do homem pedido por seus familiares.

Eu sou soldado, lá tinha cabo, tinha sargento, tinha tenente e tinha o capitão também, que foi embora. Quem mandava era o tenente. No entanto, há coisas que dependem mais da boa vontade, por mais que você seja subordinado, de todos que estavam lá eu era o que menos mandava, eu estava bem abaixo mesmo, pois tinham soldados mais antigos e mais modernos que eu, entre os soldados eu estava no meio, eles estavam ocupados, eu permiti que eles deixassem dar banho nele e fiquei lá olhando, nisso eu nunca conheci, uma pessoa que tivesse tanto ódio no olhar quanto ele. E, pois, tinha muito ressentimento, o que eu via quando olhava pra ele, era alguém que tinha ressentimento e que queria morrer. Já estava a tempo demais na vida, só não se matava porque não tinha coragem. Sabe o que a pessoa dizer “eu quero morrer”; “eu quero morrer logo”; “deixa eu me acabar aqui, já que não tenho coragem de dar um tiro na cabeça eu vou me matar aos poucos”. Era o que eu via, também dava para perceber isso o ressentimento com as pessoas que estavam ali, com relação a situação dele. Tanto que ele falou que a sorte nossa é que quando a gente invadiu ele estava na cama e não tinha como ele pegar o revólver. E não teve como, pois, caso contrário, ele não ia se entregar, e atiraria em vocês, pois vocês usam colete, mas não tem colete na cabeça, e eu só saía daqui morto. Xingou a gente de tudo no mundo, disse que não éramos homens, enfim, o que ele poderia falar, ele falou, era uma coisa com ódio mesmo. Só que, comigo, eu conversei com ele.

A conversa construída entre PM e criminoso remontou fronteiras entre o respeito, o conflito, a violência e a “boa vontade”.

Eu não lembro, exatamente, o que eu falei pra ele, mas ele estava falando que determinado cliente dele era de um negócio lícito, falando em relação a dinheiro e a objetos dele que não eram ilícitos, era da família dele. Falei pra ele: eu estou aqui eu não tenho prazer em prender ninguém não, você tá errado e eu fazendo meu trabalho, não vim aqui para humilhar você, nem fazer mal contra ninguém de graça não, estou

fazendo meu trabalho, e eu falei com ele o certo, ele respeitou e a partir do momento que ele pediu a muitos, e os outros muitos não deixaram, deram as costas pra eles, eu tive essa atitude de deixá-lo lá no quintal, e ficar lá enquanto ele tomasse banho. Ninguém queria ficar, pois fedia muito. Fedia mesmo, tinha cheiro de carne podre. Até hoje ele tem esse respeito por mim, e o pessoal da família dele até hoje fala. Fulano ali é legal, pois no dia lá ninguém deixou ele tomar banho, só quem deixou foi ele. Então, tem esse tipo de coisa. Mesmo eu sendo, não vou dizer inimigo, mas estando de lados diferentes, ele no lado negro e eu não estou, jogamos em times diferentes. Nem por isso eu odeio o cara, nem quero que ele tenha motivos pra isso. Se ele rouba, se ele mata, se ele trafica e se eu tiver a chance de prendê-lo, fazendo isso eu vou fazer, pois é meu trabalho. E boa parte deles sabe disso, e por isso não reagem quando caem, são presos. Pois sabem que estão errados.

O PM por conta da interação descrita passou a ser “considerado”, tendo sua generosidade reconhecida pelo “criminoso” alvo do cerco e prisão policial. Em razão de ter se tornado antigo na área, em especial, passou a conhecer “quem é quem”, com base nos procedimentos classificatórios do teatro de operações, envolvendo as associações decorrentes entre *status* e estaturas morais dos moradores⁶⁶. Se o morador é conhecidamente criminoso, pesa em sua identificação social um atributo negativo, por outro lado, se ele é um criminoso com “alto grau de periculosidade”, sua estatura moral passa a ser engradecida nos processos de classificação. Do mesmo modo, o PM passou a ser conhecido pelos moradores do bairro, incluindo traficantes e criminosos com quem já interagiu em sua carreira.

Trouxe esse relato como passo de entrada para investigar as linhas de interação, com base nas relações entre policiais e criminosos. Do mesmo modo que podem haver relações amistosas, outras podem ser extremamente conflituosas.

Algumas operações contra o tráfico de drogas são chefiadas pelos comandantes do programa. Os oficiais, através de informações obtidas pelo serviço de inteligência da PM⁶⁷, de denúncias de moradores diretamente a eles ou através de uma inspeção de rotina, desarticulam pontos de venda no interior dos bairros.

⁶⁶ Ao discutir as denúncias públicas, enquanto objeto sociológico, (BOLTANSKI, DARRÉ e SCHILTZ, 1984) e (BOLTANSKI, 1990), entendem que a transição entre a singularidade do caso e a generalidade do problema, alcançada na denúncia pública, é mediada por “manobras de engrandecimento do actante”. O actante pode ser o denunciador, a vítima ou o perseguidor, o engrandecimento de qualquer um deles desempenha a transição do problema da esfera individual para sua abrangência coletiva. Esse processo revela aquilo que os autores denominam “economia de grandeza”. Faço a apropriação do conceito de “estatura” para articular a classificação moral do morador ao seu engrandecimento, envolvendo os processos classificatórios descritos no teatro de operações.

⁶⁷ A P2 é uma das seções da PM responsável pelo levantamento investigativo de informações sobre homicídios, tráfico de drogas entre outros crimes. Apesar de, o papel investigativo ser restrito, do ponto de vista constitucional, a polícia judiciária e a polícia ostensiva têm setores especializados na obtenção de informações por meio investigativo.

Conversava com Agamenon, curioso, sobre as formas como os oficiais obtinham o endereço exato das “bocas de fumo” no interior dos bairros. Ao ouvir minha indagação ele riu-se dizendo em seguida: “basta passar numa rua escolher uma casa e vasculhar”. Ele aludia ao fato do tráfico de drogas ser uma prática bastante difundida, segundo ele próprio, no interior dos bairros da área.

Nessas ocasiões, os oficiais identificavam o crime, os culpados e delegavam a responsabilidade para os praças de serviço no patrulhamento do local. Esta manobra visa envolvê-los na audiência judicial dos acusados, dispensando a presença dos oficiais. Esse tipo de relação é nomeado, nativamente entre os PMs, de “passar o bucho para” e “pegar o bucho de” alguém. É um desdobramento direto da organização militar das tropas da polícia ostensiva, assumindo, no caso, uma relação de ordem e obediência (WEBER, 1999).

2.2.1. “Pegando um Bucho⁶⁸ do oficial”

Acompanhava o turno B, já por volta das 16h00min, os policiais de serviço na área foram solicitados a realizar um S15 (deslocamento) em direção ao cruzamento de ruas conhecidas como “ponto crítico da área”, pela recorrência do desvio criminal “tráfico de entorpecentes”. Ao chegarmos ao local, lá se encontrava a “viatura do fiscal” onde um dos comandantes do programa estava acompanhado de um soldado, um cabo e um sargento.

Desembarquei do veículo, caminhando em direção ao SD Garcia. Perguntei-lhe o que se passava no local, fui informado de uma operação em andamento contra uma traficante flagrada pelo tenente Bruno. Dois dos PMs de serviço, Ivson e Hollanda, adentraram o recinto onde havia três jovens (com idade entre doze e quatorze anos) na companhia de uma mulher aparentemente mais velha, vestida em uma camisola, segurando uma criança de colo. Todas se encontravam sentadas, em cadeiras de plástico, na sala de estar do domicílio, na companhia dos PMs. A mulher possuía uma aliança na mão esquerda, estava sendo alvo de interrogatório do

⁶⁸ A categoria nativa “bucho” revela interfaces de relações de gênero e reciprocidade. Localmente, o termo é operado para remeter a mulher que engravida. Quando um homem engravida uma mulher, ele tem obrigação moral e legal de assumir o “bucho” e a mulher. A efetivação disto, é claro, envolve outras possibilidades. No sentido atribuído no modo de vida dos PMs, “o bucho” é uma relação de dar, receber e retribuir; “pegar um bucho de” ou “passar um bucho para”, quando, como no caso descrito, envolve “um bucho” repassado pelos superiores, a reciprocidade assume um caráter obrigativo eminente.

tenente Bruno sobre a localização das drogas, cuja existência era negada, insistentemente, pela moradora.

Na calçada da residência havia mais três “menores de idade”, duas delas moradoras do Bairro 2, e a outra moradora do Bairro 1, rendidas pelo SD Garcia. Além delas, havia um rapaz de corpo tatuado, esquelético e vestes sujas, repetindo, insistentemente, em alto e bom som ser “usuário” sob mesma condição. Garcia era o motorista da viatura do fiscal, contou-me que dirigia pelo bairro, quando de repente, o tenente ordenou a parada da viatura, desembarcado e enquadrando a mulher em atitude suspeita, perseguindo-a até sua residência. O soldado elogiou seu comandante “o tenente tem um faro da porra...”.

A casa tinha sua fachada resumida a um portão só, sua planta era dividida numa pequena sala de três metros quadrados, aproximadamente, um quarto com colchão de esponja posto sobre o chão, uma cozinha sem móveis, com um pequeno quintal ao fundo, acessado pelo corredor lateral do lado esquerdo da casa.

A frente da residência, pouco a pouco, montou-se uma plateia, ampliada com o passar do tempo. A princípio, os moradores da vizinhança, depois, os moradores das proximidades, somando-se aos transeuntes curiosos que passavam pelo local. Nesse meio tempo ocorria a chegada de familiares responsáveis pelas garotas que estavam dentro da casa.

A criança de colo, segurada pela acusada, era filha de sua amiga e logo veio buscá-la, sendo criticada pelo oficial por ter deixado sua filha “nas mãos de uma traficante”. Perto da viatura, próximo ao cruzamento, estava o SD Agamenon guardando a viatura e ostentando seu armamento, chamando atenção de alguns moradores. Desloquei-me em sua direção, caminhando até a esquina das ruas, observando toda situação. Um morador do local passou por perto me cumprimentando com um aceno. Agamenon o chamou. Passando a conversar com o jovem:

— E ai rapaz?

— Opa!

— Estava usando drogas?

— Não... eu não uso desde aquele dia... é mentira minha...só não usei hoje mesmo.

— Procura uma igreja pra você se tratar rapaz, saia dessa vida...

— Pode deixar, eu vou parar...

O rapaz estava em condições deploráveis, aparentava não fazer a higiene pessoal havia dias. Falava de forma lenta, quase jocosa, tal qual estivesse sob efeito de álcool.

Hollanda veio até a mim pedindo um caderno emprestado para anotar os dados das garotas sentadas a calçada. Entreguei-lhe o caderno e aproximei-me das garotas. Elas contaram

estar chegando a casa, justamente no momento em que aconteceu a abordagem. O tenente ordenou então a permanência das garotas no local.

Quando Garcia e Hollanda iniciaram o interrogatório com o intuito de obter os dados das garotas, sentadas à sombra na calçada da residência, elas, por terem visto que o caderno era meu, entenderam de outro modo a situação. A garota disse seu nome, enumerando, em seguida, o número de seu telefone celular. Ela pensara ter pedido seu telefone para conversarmos em outra oportunidade, como costuma ocorrer quando policiais obtém o telefone de garotas da área para futuras investidas afetivas. Garcia riu-se da situação, assim como eu não me contive, explicando a garota o objetivo, que era registrar seus dados pessoais em razão da ocorrência.

Antes, entretanto, os PMs já mostravam-se ouriçados por algumas das garotas, um deles chegou a dizer-me: “é uma menina bem novinha né? Tem base? Pega lá os dados pra mim”. Os dados desejados eram o endereço e o número de telefone das garotas. As suspeitas rendidas foram paqueradas e pré-selecionadas para futuras investidas afetivas.

Percebi, perto de onde estava que, por duas vezes, o rapaz “usuário” desobedeceu às ordens de Garcia. Saiu de onde estava sentando do lado das garotas. O soldado então alterou seu tom de voz: “é melhor você ficar aí, se não quiser levar uns tapas”, ele, por sua vez, retrucava dizendo não pretender fugir do local. Enquanto isso, o tenente procurava dentro da casa as drogas, provas do crime previamente suposto. Contrariado, solicitou, através do rádio, uma mulher da GCM para proceder a revista corporal nas suspeitas.

Com a chegada da GCM em outra viatura, uma agente adentrou a casa prometendo “dar a geral”. Uma a uma, as jovens iam até o quintal onde foram revistas. Na volta para a sala contavam detalhes umas às outras do que ocorrera lá. Uma das “menores” perguntou para a amiga revista se ela havia “apanhado”, ela respondeu negativamente: “nós não podemos apanhar não, porque eles não pegaram a droga aqui em casa”; “lei é a peste menina” disse a jovem em resposta, temendo alguma punição corporal. A revista empreendida não encontrou nada ilícito em posse das jovens.

O Sargento Rodrigues cogitava tomar uma escada de empréstimo para vasculhar o telhado da residência. Percebi, então, seu sorriso seguido de sua fala: “nem precisou, ele já achou...”. Nas mãos do tenente estava uma bolsa feminina, encontrada no telhado, próximo ao quintal nos fundos da casa. O adereço estava repleto de drogas; pacotes maiores guardavam pacotes menores com pedras de crack e porções, divididas em sacos plásticos de maconha e cocaína.

Ao ver a bolsa nas mãos do tenente a garota argumentou ter se mudado para a casa no dia anterior, complementando seu alibi, frisando o fato do tenente não ter encontrado a droga dentro da casa. O tenente solicitou, a um dos policiais, a contagem da quantidade de drogas. Enquanto isso, uma a uma, as garotas foram levadas para uma conversa no quintal da casa com o tenente.

A acusada afirmou aos PMs ser casada e ter dezesseis anos. Dizia, porém, não estar em posse de seus documentos. Nenhuma das garotas, de dentro da casa, queria ir na viatura até a casa de alguém, não revelado, para pegar a documentação.

Depois da insistência do tenente um garoto, do outro lado da rua, em meio a plateia, foi apontado pela jovem e chamado em seguida pelo nome. O garoto tinha aparentemente dez anos de idade, teve sua orelha puxada pelo tenente, sendo levado até a viatura onde embarcaram e seguiram em busca dos documentos da acusada.

Passei a conversar, junto com outros PMs, com as jovens garotas dentro da casa. Elas contavam terem sido convidadas pela dona da casa para ajudar numa faxina do local. No meio da conversação, fomos interrompidos por Ivson, anunciando ter achado a quantia em dinheiro de 114R\$ (cento e quatorze) próximo ao colchão, no quarto.

O soldado passou a interrogar a dona da casa como ela obteve o dinheiro. Segundo a moradora, o dinheiro foi adquirido através da venda de produtos de beleza, da rede de produtos de cosméticos, da qual era representante. Num desafio proposital, Ivson pediu a moradora a identificação de suas clientes e os produtos permutados. Relutante, a moradora disse que não precisava provar nada. Sendo provocada pelo policial: “a mentira tem pernas curtas...”⁶⁹.

Estremecida, uma das jovens se levantou da cadeira em que estava sentada, esbarrando com um dos pés nas drogas separadas e contadas pelo cabo no canto da parede, espalhando-as. O cabo, transtornado, ordenou a garota a separação e contagem das drogas, ponderando que, a quantia de pacotes devia somar a quantidade exata calculada anteriormente.

⁶⁹ “A vida passada e o curso habitual das actividades [sic] de um dado actor [sic] social, em geral, contém pelo menos alguns factos, que, caso fossem introduzidos no desempenho, desmentiriam ou enfraqueceriam as pretensões do “eu” que o actor [sic] tenta projetar como parte integrante da definição da situação” (GOFFMAN, 1993, p. 246). A respeito da “arte de administrar as impressões”, no contexto das interações entre polícia e população, a interação descrita, aqui, remeteu à sucessão de desmascaramentos recursivos do interactante acusado do crime, desarticulando suas fachadas pela inconsistência de seu papel diante das provas do crime, elaboradas ao longo da interação. Alguns PMs acirram hostilidades contra suspeitos que tentam negar o crime, elaborando fachadas de inocência, pois veem, em tal atitude, o adiamento da resolução do caso, promovendo maior desgaste e dispêndio de tempo em seu trabalho.

A garota obedeceu prontamente, sentando-se ao chão fazendo o exercício de forma rápida, separando as drogas pelo tipo, depois as contando de três em três unidades. Fez o procedimento rapidamente. O policial observou que a garota possuía “habilidade com o material” insinuando que a jovem já estivesse a “serviço do tráfico”, deixando-a desconcertada.

Enquanto isso, o tenente chegara. Apresentou-se da calçada com um sorriso irônico, perguntando, novamente, o nome da proprietária da casa. Ela havia dito um nome falso, anteriormente, e mentido sua idade. O tenente tinha, em suas mãos, seu registro de nascimento obtido através da mãe da moradora.

Atônita a jovem duvidava que o tenente tivesse ido até a sua casa. O tenente passou a ler seu registro de nascimento. A acusada disse, então, não tratar-se do documento verdadeiro, segundo ela, “entregaram o documento errado” para o policial. Duvidando, pediu ao PM, características da sua casa. A acusada contou ao policial que tivera uma desavença familiar com a mãe e não falava com sua genitora desde muito tempo.

Bruno chamou a mãe da acusada trazida na viatura. Ela chegou muito nervosa e emocionada, chorava e gritava com sua filha. Ela contou ter posto-a pra fora de casa por conta do tráfico promovido por ela em seu lar.

Ela lamentava o ocorrido, frisando o luto recente de seu filho, falecido há menos de uma semana. A mãe chamou-a pelo nome de “Dayane”. Naquele instante os policiais disseram em consenso: “ela disse outro nome, mais um crime, falsidade ideológica”.

A mãe estava muito nervosa, a voz faltava entre sobressaltos, dizendo as palavras “humilhação” e “desgosto”, repetidamente.

Daiane comoveu-se, começando a chorar, mudando de entonação, insistindo no fato da droga não ter sido encontrada dentro da residência. Sua mãe disse, fitando-a: “seu irmão trabalhava para ninguém da nossa família estar com essas coisas. ” A mãe lamentava os prováveis gastos com advogados a serem feitos por conta dos crimes da filha. A acusada, no entanto, pediu para “mofar na cadeia”.

Em seguida, uma mulher atravessou a rua, também, apreensiva. Era mãe de uma das jovens, “menores de idade”, dentro da casa. Ela olhou direto pra mim dizendo: “tu acha que é essa a vida que eu quero pra ela? ”. A mulher mestiça, de tom amarronzado, tinha uma expressão triste em seu corpo magro e olhos afunilados, seu nome era Maria. Reportando-se a filha, disse: “ô mulher tu tá aí, eu vou colocar você para pedir esmolas comigo...”. Uma das garotas começou a rir, Bruno sentiu-se incomodado com sua atitude puxando-a em seguida pelo cabelo. A jovem, entretanto, continuou-se a rir, afirmando estar com uma dor na barriga.

Conversei um pouco com a mulher, descobri, então, que a mesma era pedinte de esmolos, não conseguia, sequer, manter seus filhos, sua sorte, segundo ela, era seu filho. Para minha surpresa, o seu filho tinha apenas doze anos de idade, trabalhava desde os seis na feira do bairro. Logo o rapaz chegou ao local, a mãe, orgulhosa, dizia: “quem paga meu aluguel é meu filho”. Olhando para o rapaz, senti que ele esperava algo de mim, com sinceridade, parabeneizei-o pela sua história aconselhando-o a prosseguir nos estudos para ajudar sua mãe.

As drogas descobertas junto a quantia em dinheiro encontrada foram postas no capô da viatura, sendo fotografadas pelos PMs. O tenente passou a realizar ligações para repórteres locais, eles, por sua vez, logo chegaram ao local.



Figura 2. Drogas e dinheiro ilícito apreendidos durante operação policial

Passei a conversar com o tenente sobre o ocorrido. Ele, então, apresentou-me como delegado para a moradora acusada. Vi-me acuado no papel e nada disse. “Eu conheço ele, já”, disse a garota para minha surpresa.

Recobrei memorialmente tê-la visto na delegacia, outro dia, quando uma parenta consanguínea, sua tia, foi levada até o local pelos crimes de tráfico e aliciamento de menores. Na ocasião, estava em trabalho de campo. Meus interlocutores relataram que a mulher era considerada uma “cidadã” pelos PMs, pois, vez por outra, os acionava, através de chamados telefônicos, denunciando sons abusivos e também o tráfico e uso de drogas.

Segundo Agamenon, “ela passava os bizus direto para nós do Ronda”. A moradora tinha, inclusive, o contato pessoal de alguns dos PMs da área. O mesmo policial, disse, entretanto, que desconfiara pela primeira vez da moradora quando prendera um homem de sua vizinhança e, na ocasião, ela criticou os policiais. A tia da acusada foi pega em flagrante portando uma carteira de cigarros recheada de maconha. Vendo a aproximação dos PMs ela “dispensou a droga guardando a prova no bolso de uma sobrinha menor de idade”⁷⁰.

No intervalo de poucos dias, entre um acontecimento e outro, a moradora foi presa, e, coincidentemente, participei das duas ocasiões. Eu vestia uma calça *jeans*, camisa amarela por baixo do colete balístico. A apresentação da minha persona pelo tenente, contextualizada na situação, produziu uma fachada mediadora da interação⁷¹. Não me prolonguei na conversação com a moradora, pois, a ocorrência estava encaminhando-se para o fim. O tenente aglomerou todas as garotas “menores de idade” na sala, inclusive as que estavam no lado de fora, enfileirando-as. O tenente passou a chamá-las pelo codinome “semente do mal”, seguida de uma numeração atribuída: “sementinha do mal 1”, “sementinha do mal 2”⁷² etc. Elas acharam engraçado, rindo-se uma da outra.

Das três garotas sentadas do lado de fora da residência, duas foram dispensadas, a outra foi levada para prestar testemunho. daquelas flagradas dentro da casa, apenas uma foi dispensada, a filha de Maria, feito alcançado através dos insistentes pedidos ao tenente realizados pela mãe. A relação afetiva, convertida de sua comoção e apelo ao tenente, permitiram a concessão de seu desengajamento do crime da filha, renegociando a criminalização

⁷⁰ Nesta interação, a conversão da figura da moradora foi radical. Uma instância de desrealização, produzida mediante os encontros cotidianos entre polícia e população, redimensionou sua “classificação” engajada no teatro de operações. Na condição anterior de “cidadã”, o atributo imputado em sua identificação era “positivo” pelos policiais do local, porém, ocorreu um rearranjo de sua condição em virtude do mais novo *status* criminal de “traficante e aliciadora de menores”. Estas conversões são comuns, reavendo as dinâmicas relacionais dos policiais e moradores e suas trocas.

⁷¹ Esta condição é bastante problemática no que tange à construção dos dados. A apresentação do “eu” pelos interlocutores fugiu totalmente de meu controle. Eu acabei por ser um elemento mobilizado durante a teatralização das operações da PM engajado na cena do patrulhamento, mediante uma representação cínica, ainda que no papel concordante com a situação.

⁷² Aqui a classificação metaforiza o plano simbólico da classificação das jovens mulheres. Uma semente torna-se árvore, esta, por sua vez, produz frutos contendo sementes das quais brotarão as novas árvores. A semente é a metáfora da reprodução familiar. As garotas, tornar-se-iam mulheres férteis que terão filhos e seus filhos(as) também terão filhos(as), o contexto criminal, subscrevendo o termo “mal”, remete não só o fato do policial entender que elas tornar-se-iam criminosas e dariam luz a novos criminosos. A figura fêmea expressa uma clara dimensão de gênero, envolvendo a responsabilização da perpetuação de criminosos em seu devir mulher-mãe nas formas de classificação da polícia.

da garota por tráfico de drogas, destituindo-a da cena do crime nos procedimentos realizados na DPC.

Depois, porém, quando estavam para serem levadas à delegacia, Ivson dirigiu-se às garotas me deixando desconfortável: “o rapaz aqui, diferente de vocês, já terminou a faculdade, a pós-graduação e agora está no mestrado coisa que nenhuma de vocês vai ser.”. Uma delas discordou, argumentando que ainda tinha quatorze anos, mas admitiu não estar frequentando a escola. As meninas, porém, dirigiram-se a mim agradecendo por tê-las tratado melhor que os policiais: “você foi o melhor de todos”.

Antes de ser levada ao xadrez da viatura, Dayane mostrava-se profundamente irritada com os olhares direcionados para sua casa, gritando para a plateia aglomerada de frente a sua casa: “vocês nunca viram a polícia na casa de ninguém não? Poderia ser na casa de qualquer um de vocês...” dizia ela. Um morador caçoou da acusada gargalhando diante de sua fala, sendo ameaçado por ela: “você vai ver seu otário...”.

Era chegada a hora de a acusada ser presa, as expectativas aumentavam, alguns moradores do outro lado da rua ficaram de pé para ver melhor. Ela saiu da casa sem ser algemada em direção ao xadrez da viatura, muito emocionada. Nada dizia, contendo o choro. A viatura estava estacionada. O SD Agamenon abriu a porta do xadrez, os vidros laterais estavam fechados. Ela adentrou o xadrez da viatura espontaneamente. Quando a porta foi selada, desabou em choro. Após alguns instantes, pediu para os policiais abrirem as janelas do carro, pois “estava sufocada”, tendo seu pedido aceito.

Quando viu Dayane dentro da viatura Ivson fez piada com o peso da acusada. Comentou com as outras garotas que, por conta do seu excesso de peso, os pneus da viatura haviam baixado. Uma das adolescentes olhou em direção a viatura constatando a inverdade, repreendendo o PM: “é mentira... você não pode dizer isso não... respeite ela”. O policial, mesmo desconcertado, retrucou-a perguntando se a jovem gravara o que ele dissera para provar.

Chamou-me atenção o feito do fotógrafo. Enquanto os PMs levantaram, novamente, a porta do xadrez, o repórter aproximou-se fotografando a acusada, produzindo a seguinte imagem publicada no site “*Miséria*”.



Figura 3. Foto da moradora acusada de tráfico de drogas. Fonte: site Miséria

Garcia aproximou-se de mim, contando a respeito da história do “cruzamento” da AO. O policial apontava as casas enumerando a história dos crimes e dos criminosos: “aqui era a casa de fulana (a mesma traficante mencionada pelo SD Dário no trecho da entrevista anterior), ali era uma boca de fumo, essa casa verde, em reforma, também era; aquela casa ali de frente era um local que o pessoal comprava e usava drogas lá dentro. Todas, a gente já derrubou nesse mesmo cruzamento.”⁷³

Prosseguindo na conversação, ele me contou, em outra oportunidade em que a traficante “Mana”, figura conhecida do Bairro 3 pelos PMs, foi identificada na companhia de outra mulher. Após descuido dos PMs, a famosa traficante fugiu sem deixar rastros, deixando a quantidade de drogas que portava na posse da pessoa com quem conversava. Mesmo sem estar envolvida diretamente, a mulher foi levada até a delegacia e acabou respondendo pelo crime. Garcia justificou a atitude, argumentado não poder dizer, na ocasião, simplesmente, ter deixado a traficante escapar, “pois iria ficar muito constrangedor.”⁷⁴

⁷³ O estigma territorial é mediado pela classificação moral do espaço. O local é referenciado como “ponto crítico da área”, através da associação da localidade à recorrência do crime tráfico de drogas. O atributo negativo imputado desloca-se dos moradores acusados e responsabilizados pelos crimes, para a geografia moral do bairro. Esta dimensão enlaça moradores às casas, a vizinhança ao logradouro, o bairro ao tráfico de entorpecentes, humanos à não humanos.

⁷⁴ Na descrição do policial, o “bicho” ganha novo sentido. Ele é transmitido a alguém, forjando uma prova de um crime, não existente, para safar a composição envolvida no deslize. Para não “se enrolarem” os policiais

Eu, SD Ivson, SD Hollanda e SD Agamenon adentramos a viatura, levando no xadrez a acusada. Antes disso, por duas vezes, Agamenon estava contrariado: “não vou comer o bucho do tenente não, no depoimento vou dizer ter ido apenas dar apoio à ocorrência, e que o responsável era o tenente Bruno”, isto acarretaria o envolvimento do tenente na futura audiência judicial da acusada. Os SDs Ivson e Hollanda, porém, estavam convencidos a assumirem “o bucho”, respondendo, com silêncio, as provocações de Agamenon. Antes que a viatura partisse, o oficial chamou os policiais de serviço na área, perguntando se havia alguma dúvida quanto ao ocorrido.

O tenente explicou, detalhadamente, o que seria dito pelos PMs, apontando os crimes que deviam ser acusados contra a moradora: tráfico de drogas, aliciamento de menores e falsidade ideológica, entregando-lhes as provas (o registro da garota, a quantidade de drogas; as menores aliciadas, levadas na outra viatura) Os três resignaram-se, teriam de assumir o “bucho”⁷⁵.

A sirene do veículo foi ligada com seus alertas sonoro e visual, propagando nas ruas do bairro um potente som e a iluminação vermelha. Ivson fizera isto como um sinal, objetivando “passar uma mensagem para os vagabundos”. Esta era uma forma de dizer, segundo ele, que “um deles foi pego”.

“enrolaram a moradora”. Aprofundarei a análise dessa conversão da falha profissional na incriminação do outro na Parte III da dissertação.

⁷⁵ Neste caso, a incriminação ocorreu entre as situações “quando há uma situação que facilite essa demonstração, como nos chamados “flagrantes delitos”, em que há evidência por testemunhos e provas, o processamento é praticamente imediato, de um ponto de vista institucional. Quando a demonstração não é evidente, mas exige investigação e produção de provas, pode-se, ou não, iniciar o inquérito, a depender da avaliação da autoridade policial.” (MISSE, 2011, p.17). Após toda interação, as provas são entregues à Polícia Judiciária, como o crime não possui fiança, a moradora deve permanecer presa até seu julgamento, nesta ocasião, poderá ser absolvida dos crimes ou condenada. Há, aqui, um entrelaçamento entre humanos e não humanos para os quais Latour (1994) chama atenção. O autor menciona, tendo como marco teórico o estudo de Boltanski, Darré e Schiltz (1984), a forma como os objetos envolvidos nas possibilidades de denúncia, tornam-se provas da acusação, implicando as continuidades e descontinuidades entre singularidades-generalidades no processo. As “provas do crime”, também, são centrais na produção da incriminação do morador, objetivada e subjetivada, mediante a intervenção policial, acionando a conexão híbrida de humanos e objetos para o processo de subjetivação da conversão do morador (a) no “criminoso (a)”.

2.2.2. Punições secundárias contra “vagabundos”

Após prender um jovem a mando do tenente, por ser “avião do tráfico”, um rapaz de dezoito anos, de corpo magro, foi posto no xadrez da viatura da área, as provas foram entregues aos policiais da área (quantia em dinheiro, o celular do mesmo e um plástico contendo trinta pedras de crack. Os PMs levaram o jovem do local do flagrante até a DPC. Pela escalação, o motorista da viatura do dia era o SD Jáder, nas mãos do SD Ítalo, comandante da composição, estavam as provas. Enquanto ele manuseava o aparelho celular do acusado, a viatura atravessou dois cruzamentos. Percebi que Jáder fez questão de valorizar a passagem do veículo pelo trecho acidentado, acelerando e freando bruscamente. Fez isso intencionalmente como forma de castigo corporal e punição para o acusado de tráfico posicionado no xadrez da viatura, fazendo o mesmo nos cruzamentos seguintes.

Num dos breques, meu corpo foi arremessado com força para frente e para trás de maneira brusca. Imaginei, então, o quão pior fora a pancada no corpo do morador no xadrez da viatura. Percebendo o que ocorrera o SD Agamenon me avisou: “segura!”, dando a entender a continuidade dos castigos corporais.

Segurei-me no suporte que fica acima do banco traseiro, do lado direito, para não machucar-me. O jovem nada dizia diante da situação. O motorista, então, perguntou-lhe em tom de deboche:

— E aí, cara, doeu? Aperta o cinto... (rindo)

— Doeu não... podem ficar à vontade aí... (em tom de resignação).

De repente iniciou-se uma canção de *reggae music*. “Essa música aí, tem base” disse um dos PMs, pensava que estivesse sendo emitida do celular do soldado Ítalo, no entanto, o PM disse tratar-se do celular do “TAN”⁷⁶.

⁷⁶ TAN (T-A-N) é um termo de linguagem operacional aprendido no curso de formação dos PMS para modulação de conversações por rádio transmissor. São códigos indexadores de expressões maiores. O código dentro desse modelo significa “aparelho com defeito”. No dia-a-dia, porém, os códigos aprendidos na formação tornam-se polissêmicos a cada ato de fala, situacionalmente contextualizados. O termo, utilizado para a classificação de objetos e dispositivos, pode ser mobilizado para categorizar pessoas. Em certas ocasiões, o código operacional “TAN” equivale à condição de “vagabundo” de moradores. Entretanto, os níveis pejorativos que a expressão assume são condicionados ao contexto que são proferidos. Em alguns casos, o termo é empregado como tratamento jocoso entre policiais. Do mesmo modo, pode ser direcionado a moradores sem a mesma dimensão da classificação de “vagabundo”.

Num momento anterior do patrulhamento, o SD Ítalo iniciou a *playlist* de seu *smartphone* reproduzindo a música “Vida Loka” de autoria dos “Racionais MCs”, sendo alvo de brincadeiras. O SD Agamenon reagiu em desaprovação: “música de vagabundo”. Simulando, em seguida, a voz de prisão para seu companheiro de farda. Na conversação, produzida a partir do fato, Ítalo mencionou um acontecimento ulterior. Neste dia, combinou com os PMs em serviço, de aproximarem-se de um grupo de jovens ao som dos MCs Racionais, apresentando suas armas apontadas para cima, do lado exterior do veículo, balançando a cabeça continuamente para cima e para baixo ao som da batida do *rap*. De acordo com o soldado, diante da ação inusitada, os jovens, provavelmente, tenham se intimidado e pensado: “olha só, eles também são da quebrada...”⁷⁷.

Tratava-se de um modelo *Samsung Galaxy*, com teclado *touchscreen*, aparelho bastante despojado. Agamenon, surpreso, comentou: “Porra! O celular do T-A-N é melhor do que o meu... tá errado isso aí. Tu comprou de quanto esse bicho, tu comprou aonde?”. O jovem respondeu que tinha comprado o celular pelo valor de 122R\$ (cento e vinte e dois) na feira do bairro⁷⁸. Ofereceu o aparelho ao policial, caso ele desejasse. “Pode ficar pra você se quiser”.

Na prolongação da conversa, os PMs perguntaram o que havia ocorrido, afinal de contas. Ele contou sua versão dos fatos. Estava sentado no local quando um rapaz, não identificado por ele, jogou um pacote em sua direção, ao ver se aproximando a viatura da polícia. O jovem morador já possuía dezoito anos de idade, apesar da juventude já havia sido preso anteriormente com cocaína. O SD Agamenon aconselhou ao “T-A-N”: “se eu fosse você eu não comia essa bronca não, diga lá que foi ele. Saia dessa vida rapaz”. “Vá cuidar de vaca, vá fazer qualquer coisa... não se meta com a droga não, pois você vai se foder lá na frente.” Completou o SD Jáder.

⁷⁷ As simulações de alteridade são muito comuns no universo policial. Sá (2010) discorre sobre a forma como a produção simbólica das alteridades dissemina-se na vida social de interactantes, seja na atribuição de significados, seja na produção de suas maneiras de ver, dizer e fazer.

⁷⁸ A feira, à qual o acusado referiu-se, movimenta o mercado ilícito de objetos, produtos de assaltos empreendidos na cidade. O mercado informal permite o consumo de aparelhos utilizados por pessoas de maior poderio econômico por preços bem mais acessíveis. Esse mercado acionara, provavelmente, mais um crime do morador, “receptação de produtos roubados”. A acusação, porém, não foi formalizada contra o rapaz, provavelmente, pela “humildade” do morador no trato com os PMs, aceitando, inclusive, os castigos corporais sem questionar. A feira funciona como local de escambo de mercadorias lícitas e ilícitas, nas transações econômicas movimentadas no lugar. Curiosamente, alguns PMs de folga realizam “bicos” como segurança no local, munidos de suas armas pessoais. Assim, a trama social, movimentada pela feira, assume os contornos descritos no trabalho de Telles (2010) articulando as fronteiras do legal e do ilegal, inserindo, também, os PMs na “arte do contornamento”.

Castigos corporais são rituais punitivos recorrentes entre PMs. É comum os neófitos receberem e aceitarem duros golpes dos superiores durante o curso de formação, quer possuam alguma razão especial ou não, os castigos encadeiam-se nas relações de poder da academia. O dizer recorrente “conselho de polícia é peia” remete aos elementos punitivos corporais da atividade. As solicitações de moradores para o desempenho de aconselhamentos para acusados de alguma ação inadequada ou crime — acontecimento repetido em casos de violência doméstica e conflitos familiares — ilustram esta dimensão da conversão do conselho em “peia”⁷⁹.

Os rituais punitivos são apreendidos e difundidos na corporação, são conectados às “ruas”, por alguns PMs, no trato cotidiano com moradores em situações específicas quando designados para o patrulhamento dos bairros. Além de serem punidos pelo delito, cumprindo as sanções punitivas da legislação criminal, aqueles que cometem crimes podem, no percurso de incriminação, ser vítimas de punições secundárias. Essas punições, apesar de ilegais, ocorrem cotidianamente e dissipam-se, na maioria dos casos, sem desencadear acusações formais contra os policiais castigadores. Em muitos casos, as vítimas de policiais acatam como legítimas as práticas, como descritas acima⁸⁰.

Costa (2004, p.12) argumenta que “uma determinada prática policial vista como legítima, legal e até normal, pode ser interpretada como violenta, ilegítima, ilegal em outra época e sociedade.” Ele chama atenção entre as continuidades e discontinuidades da justiça. Neste processo descrito ocorrem formas de dizibilidade e visibilidade das práticas consideradas violentas, legítimas ou ilegítimas. Do mesmo modo, paralelamente, dá-se a discontinuidade, já mencionada, entre lei e ordem no trabalho policial cotidiano.

A criminalização de determinadas práticas da polícia, consideradas violentas, não as dissipa no processo histórico. As resistências nas práticas dos policiais, persistem e são marcadas por negociações informais alimentando ciclos de punições legais e extralegais apoiando-se, sob correlações de força, umas nas outras no dia-a-dia da atividade policial. Estas, por sua vez, envolvem processos de legitimação não capturadas pelo discurso “legalista”, mas

⁷⁹ O termo regional “peia” é utilizado amplamente para castigos físicos aplicados pelos pais nos filhos por meio tapas, socos e chicotes em razão da desobediência. A expressão pode ser também ampliada para contextos de agressão não diretamente implicada pelo contexto familiar.

⁸⁰ Sá e Santiago (2011) ao discutir as agressões físicas empregadas por policiais militares em Fortaleza - CE, contra jovens classificados como “vagabundos”, entendem o chamado “baculejo”, como um nível de punição corporal em que níveis assimétricos de poder estão em jogo, de um lado a polícia, de outro, os moradores, alvos da abordagem. Os PMs, compartilham entre si, técnicas de castigos corporais, sem deixar provas da ação cometida.

por relações sociais e justificações nos modos de existência de PMs implicados na construção de sua subjetivação e agência cotidiana.

As punições secundárias subsistem mesmo ao sistema de vigilância interna da viatura. É uma prática difundida nas maneiras de fazer dos PMs, envolvendo, tanto punições corporais como materiais. Por acaso, descobri que os policiais costumam quebrar objetos de “T-A-Ns”, geralmente moradores flagrados cometendo crimes e presos. Em certa oportunidade, fui surpreendido por um interlocutor perguntando-me:

— Essas coisas aqui na viatura são tuas?

— Sim, são minhas.

— Vixe, cara, eu já ia rasgar o teu caderno, pois pensava que era dos T-A-Ns, mas eu já desenrolei aqui...

O interlocutor justificou-se, pedindo-me desculpas:

— Ei foi mal pelo teu caderno, é que faço isso com os T-A-Ns, eu ia quebrando a viseira o teu capacete também, eu faço isso... Comigo é assim, vagabundo não procedeu...

O policial não completou a frase, mas deu a entender a produção de formas de punição contra eles. Existem mecanismos punitivos, simbólicos e físicos, diluídos entre os policiais, eles, porém, são aplicados com base em critérios de justiça domésticos e não civis⁸¹.

Existem formas paralelas de justiça descontínuas na longa duração temporal, como chamara atenção Foucault (2012). O castigo contra o morador direcionado aos seus bens, ganha sentido diferente do castigo primitivo a objetos assinalado por Durkheim (1999). A prática realizada pelo PM funciona, enquanto castigo paralelo, ilegal, aos bens do ator social considerado “criminoso” e penalizado oficialmente.

Essas justiças paralelas, todavia, não são um caso particular das instituições policiais. O dizer “bandido bom é bandido morto”, enquanto expressão representacional de uma forma de justiça, produzida em contextos de sujeição criminal (MISSE, 2010), é um exemplo forte da aceitação e cobrança, em torno das formas paralelas de punição. Esta dimensão

⁸¹ “The domestic world was extracted from a commentary of Bossuet’s work, *La politique tirée des propres paroles de l’Écriture sainte*. In a domestic world, people’s worth depends on a hierarchy of trust based on a chain of personal dependencies. The political link between beings is seen as a generalization of kinship and based on face-to-face relationships and on the respect for tradition[...].” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999, p. 370) Os “mundos comuns”, apontado pelos autores, são fruto do contexto histórico, econômico e político. O modelo que desenvolveram remete ao contexto republicano Francês. Procuro extrair a ideia de recursividade à diferentes gramáticas de justiça, como forma de justificação às ações dos atores sociais. A violência policial é coibida pela gramática de “justiça civil”, mas legitimada pela “justiça doméstica” do modo de vida dos PMs.

encontra-se difundida, amplamente, na coletividade social mais ampla, da qual os PMs, também, fazem parte.

2.2.2.1. “Bandido bom é bandido morto”: ressonâncias entre PM e população

Dois jovens, em posse de armas de fogo e de uma motocicleta, haviam assaltado uma loja em meados de 2012. Durante a fuga do assalto, os jovens foram perseguidos por PMs do FTA motos. A perseguição durou pouco mais de 00h40min entre as cidades de Crato e Juazeiro do Norte - CE. A perseguição veicular foi interrompida pelos estampidos de tiros em direção aos PMs revidados contra os assaltantes, matando um deles. Pela manhã, recebi a ligação de um interlocutor. Ele contou-me, por telefone, esta versão dos fatos. Dirigi-me até o quartel para fazer trabalho de campo no turno B do dia.

Ao chegar lá, reparei que se formava uma roda de conversa dos PMs, circulando uma fotografia retirada do jovem morto durante a operação. Ele possuía dezesseis anos, era branco, e tinha um brinco em sua orelha direita. Vestia uma camisa branca ensanguentada, seu rosto, porém, estava intacto. “Se fodeu vagabundo” disse um dos policiais. “Foi atirar na polícia, seria melhor ter se entregado”, disse outro policial. “E esse brinquinho dele porque não arrancaram? Deviam ter arrancado”, disse um PM, a morte não havia sido o suficiente para puni-lo pela transgressão de atirar na polícia.

O outro assaltante “maior de idade”, porém, sobreviveu e foi preso, não sendo alvejado, era o piloto da motocicleta e o corpo do seu parceiro foi seu escudo contra os disparos dos policiais. O jovem baleado ainda foi socorrido pela ambulância mas morreu poucos instantes após chegar ao hospital, seu comparsa foi detido e responde criminalmente pelo assalto a mão armada. A morte do jovem assaltante significava um trunfo, pois, “antes ele do que um de nós policiais” como mencionou um de meus interlocutores.

Os policiais produziram segredo sobre o autor do disparo, antevendo uma possível vingança, a autoria foi dissipada na coletividade da equipe do FTA motos de aproximadamente oito policiais, durante a perseguição, embora eles próprios demonstrarem-se curiosos em saber quem fora o autor do homicídio. Esta estratégia discursiva, orientada pela legitimidade da ação policial, reagindo de forma proporcional ao algoz, reforça o caráter coletivo da dimensão de pressionar o gatilho e efetuar o disparo. Vários dos PMs da corporação vibraram com a “operacionalidade” e “sucesso” da ação, colocando-se no lugar do policial responsável e como

possíveis autores da ação em seu contexto, outros até desejosos de serem eles próprios a efetivar o disparo.

Quando a notícia da morte resultado da ação da polícia foi postada num famoso *site* da região, grande parte dos comentários, tanto através das ferramentas do próprio site como através das redes sociais *facebook* e *Twitter*, parabenizavam a ação da polícia e repetiam: “bandido bom é bandido morto” sob a redundância e repetição de cada participação, identificando seus perfis pessoais e difundindo o acontecimento em suas páginas provocando “retweets”, “compartilhamentos”, “likes” e “comentários” de seus amigos.

A ação da polícia, do ponto de vista legal, foi correta, proporcional e justa. O efeito da ocorrência, tornada notícia jornalística e conectada, antes mesmo disso, a vida social dos PMs, acionou o entendimento coletivo de uma forma de justiça perpassadas por códigos de guerra e extermínio.

A produção social e simbólica da figura do morador “vagabundo”, associada, neste caso à subjetividade de “bandido”, está conectada a vida social coletiva mais ampla. O gatilho puxado pelo policial em serviço é em certo sentido agência coletiva de uma forma de justiça, ao mesmo tempo, civil e doméstica conectada às formas específicas de pulsões de desejo de morte para determinados sujeitos sociais.

Sua condição de humanidade é entreposta no limiar dos códigos civis de convivência. É convertido em sujeito caçado, subvertido a animalidade não-humana e, quando morto, torna-se troféu da forma de justiça que o justifica, acionado uma rede social coletiva de legitimação. O “vagabundo”, e suas formas de sujeição e assujeitamento, é, em alguns casos, a figura mais complementar engajada nos usos simbólico dos PMs, sendo ao mesmo tempo, a oposição radical, numa relação de produção social do inimigo e o aliado situacional nas maneiras de fazer dos PMs.

2.2.2.2. Objetalar as classificações de humanos: T-A-N

Sob a modulação de duas expressões do “código do T”, atributos de objetos, tornam-se polissêmicos, tornando-se, em alguns casos, adjetivações de humanos T-A-N (aparelhagem em má condição) e T-A-J (aparelhagem em boa condição). Esse dado etnográfico emergiu durante a pesquisa e diz respeito aos processos simbólicos de classificação da população realizados pelos PMs. As expressões misturam-se as outras formas de classificação

operadas, envolvendo status e estaturas morais, redimensionando a condição de pessoa de moradores.

Estas possibilidades remetem ao processo complexo da objetualização relacional do grande fluxo de acontecimentos do patrulhamento de rua, resumindo e modulando em termos técnicos e de fácil operacionalização, as formas de captura e codificação da população em sua multiplicidade e polifonia no teatro de operações. A ação classificativa performática converte o morador num elemento do teatro, com base no atributo negativo imputado.

Em ocasião da troca de turno, o SD Jáder, sugeriu ao SD Ben “abordar aquele T-A-N de novo”. Em seu ato de fala, referia-se a Clécio, morador do Bairro 2 de extensa ficha criminal, incluindo homicídios, assaltos e tráfico de drogas. Por ser abordado, insistentemente, pelos PMs da área, da última vez o “T-A-N” acusara os policiais de perseguição contra sua pessoa. Num dos muitos momentos de abordagem e revista contra o morador, ele repassou dados de identificação falsos. Usando-se da situação de não estar, em mãos, com seu documento de identidade, repassou nome e filiação de outra pessoa para escapar de um enquadramento por conta de seu histórico.

O ato de modular os moradores T-A-Ns dos bairros, ganha sentido, apenas, nas conversações entre PMs. O código não é ofensivo para alguém alheio ao eixo relacional de significação. A expressão é remetida a outras traduções possíveis do termo — ainda que, imprecisas para seu sentido original — quando transportada do serviço para a vida social mais ampla dos atores. Está atrelada, além disso, a elaboração de índices técnicos de classificação e categorização sob a lógica binária inicial da codificação, entretanto, segmentadas em diversas microescalas quando operadas, situacionalmente, em suas conversações. É, além de um indexador de estigma, um eficaz código de trabalho de restrita circulação e significado.

2.3. Jogos e trapaças: Maquinações e tramas

Dois homens travavam luta corporal quando foram avistados da viatura pelos SDs Ben e Cain. Os policiais se engajaram no acontecimento, interagindo com os dois. Ao constatarem o estado alcoolizado, de ambos os moradores, os PMs os enquadraram, oferecendo-os, em seguida, o rádio móvel, apresentando o objeto como se fosse um bafômetro, pedindo que os dois, alternadamente, soprassem a antena do objeto.

Após soprarem, os moradores ficaram receosos com a situação, temendo o que estaria por vir. Os policiais dirigiram-se até a viatura, digitando no TMD a palavra “ALCOOLIZADO”, apresentando o suposto resultado da avaliação aos moradores, eles, por sua vez, passaram a pedir desculpas aos policiais pelo estado em que se encontravam, implorando para não serem presos.

O SD Ben, então, tomou as rédeas da situação, anunciando que os moradores, para não serem presos, deveriam se redimir de algum modo. A ordem dada pelo policial foi para que os dois moradores se abraçassem, pedissem desculpas um ao outro e saíssem de mãos dadas pelas ruas do bairro. Sem pestanejarem os moradores acataram a ordem, abraçaram-se e seguiram de mãos dadas, andando de forma trôpega pelas ruas dos bairros, despertando gargalhadas da composição. A dupla passou todo o resto do serviço lembrando o fato e se divertindo, externando depois a história para a rede local da PM.

Não é crime estar embriagado, nas condições em que os moradores encontravam-se. As “vias de fato”, objetivadas no confronto físico entre os moradores, inauguraram um caso de polícia bastante peculiar. As condições identificadas *in loco* tornaram-se elementos do teatro de operações, convertendo-se numa cena digna de uma peça de comédia. A condição ébria dos moradores e sua ação inadequada foram o mote para os PMs entrarem em cena e produzirem uma interação, controlando, ficcionalmente, uma solução para o desentendimento. No processo entrelaçam-se a diversão dos PMs e a resolução, aparente, do conflito interpessoal entre os moradores.

As maquinações (GOFFMAN, 2012) são operações comuns no cotidiano de PMs, realizadas com base nas simulações do teatro de operações. Eles desenvolvem maquinações reflexivas sobre suas próprias tramas. Eu, na condição de pesquisador, fui bombardeado pelas suas maquinações — por um lado fui alvo de suas maquinações, por outro fui engendrado por elas em suas simulações. Isto, sem dúvida, repercutiu na produção de meus dados etnográficos. Seria muita presunção me ver, enquanto pesquisador, estranho profissional alheio aos “Esforço[s] intencional[is] de um ou mais indivíduos, destinados a manobrar uma atividade de modo que, uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa convicção a respeito daquilo que está acontecendo” (IDEM, 2012 p.118).

Ao desenvolverem artimanhas de maquinação em seu ofício, os policiais produzem, cotidianamente, “crenças do real” para si mesmo e para os seus interactantes. Eu tive a perspicácia, no desenvolver do trabalho de campo, de me situar, reflexivamente, nestes processos, engenhosamente, empreendidos.

Eu, próprio, fui apresentado, sob diferentes facetas, no trabalho de campo para produzir efeitos de realidade em terceiros. Foi assim com Dayane como mencionei anteriormente. Fui apresentado para outros PMs como sendo capitão da P2 e para alguns moradores como repórter do “Polícia 24 horas”. Em certa ocasião, fui apresentado como fiscal do CIOPS, que averiguava a realização dos pontos bases pré-determinados do patrulhamento. Pouco a pouco, costurei a interligação dos processos de engajamento de face, desempenho de papéis e maquinações no teatro de operações.

Nem sempre, como no caso descrito, no início deste ponto de análise as maquinações envolvem a diversão dos PMs apenas. São instrumentos objetivados para produzir formas de autovigilância e disciplina de si e de outrem numa relação assimétrica.

2.4. No Teatro das operações de Paquera

Os policiais da “boa vizinhança” são os mais jovens da tropa. Ao ingressarem na polícia um dos critérios de seleção é a idade entre dezoito e trinta anos de idade, como o programa é recente a média de idade atual dos PMs do programa no local é de vinte e oito anos, de acordo com um levantamento feito pelo *site miséria*.

Houveram muitos escândalos publicados na mídia cearense, aludindo ao envolvimento de PMs do programa com mulheres no interior das áreas patrulhadas. Alguns, mais graves, acabaram repercutindo em punições severas, culminando, em alguns casos, na expulsão do PM⁸² da tropa. Estas relações, se por um lado são alvos de críticas e descrédito para o programa, já apelidado por alguns moradores de “Ronda da Paquera”, por outro, revelam uma forma especial de aproximação com as populações locais, envolvendo reciprocidades importantes.

Se no teatro de operações, envolvendo táticas de patrulhamento, o objetivo é simular ocasiões de suspeição dos moradores para identificar e prevenir crimes, nas “operações de paquera” as dimensões são outras. Os códigos de decifração, envolvidos nas economias afetivas entre policiais do “Ronda” e as mulheres da área, envolvem feições estéticas e dimensões corporais diferentes para a seleção de moradoras “alvos” de investidas afetivas.

⁸² Buscarei refletir, na parte III dessa dissertação, como o envolvimento com mulheres da área pode resultar em policiais “enrolados”.

O SD Hollanda foi um interlocutor fundamental na revelação destas relações. Sempre que participava do patrulhamento, buscava “programar uma curtição para o fim do turno”, obtendo contatos telefônicos de mulheres do bairro e contatando aqueles já obtidos em ocasiões ulteriores, ou em permutas com seus colegas de farda.

As mulheres, consideradas atraentes, são alvos para interação. Nessas ocasiões, os policiais apresentam-se perguntado se elas têm o telefone da viatura, utilizam isto como mote para obter, simetricamente, seu contato telefônico. Caso a mulher selecionada não queira passar seu contato, os PMs oferecem o seu pessoal, esperançosos de uma ligação futura⁸³.

De forma jocosa o soldado me perguntou certa vez, qual tipo de mulher gostava da polícia. Eu mostrei-me alheio quanto ao assunto. Ele, próprio, respondeu jamais haver presenciado médicas ou “moças de família” perguntando sobre os policiais ou mesmo se “ouriçando por uma farda” e completou: “mulher que gosta de polícia é quenga⁸⁴ mesmo”.

Numa comparação, bastante engraçada, ele pontuou os diferentes significados de uma ação em mundos profissionais diferentes. “Você veja só. Se um médico está no consultório e sua esposa passa pelo seu local de trabalho e eles trocam carícias, o médico é considerado romântico e tal. Agora se é um policial, dizem logo, olha só, ao invés de trabalhar eles estão é paquerando...”.

Ele argumentava fazer isto para não “endoidar”, procurando apenas vagabundos na área. Alternando no turno, momentos de lazer, divertimento através das paqueras e momentos de abordagem policial a suspeitos e atendimentos às ocorrências.

Após presenciar uma interação entre Hollanda e uma jovem moça, aparentemente noiva, pois ostentava uma aliança na mão direita, moradora do Bairro 2, por ocasião do trabalho de campo, percebi a obtenção do número de telefone para contato pelo policial, objetivando um encontro futuro. Fiquei intrigado com o significado destes envolvimento entre o PM com antiga *affair*.

O PM, ao longo de nossas conversas, contou-me que as mulheres não eram simplesmente atraídas pra o sexo. Ele, na maioria das vezes, saía com elas apenas para “curtir”.

⁸³ Alguns policiais são conhecidos e distinguem-se na tropa, justamente, pela habilidade de manejar recursivamente elementos de forma a obter o contato das moradoras mulheres consideradas atraentes.

⁸⁴ A expressão tem forte conotação regional e remete a ambivalência com “moças de família” ou, ainda, “mulheres direitas. Em alguns contextos o termo é utilizado para referir-se a parceiras afetivas numa relação extraconjugal, em outros, a “quenga” pode ser encarada como uma mulher encontrada em bordéis e locais de prostituição.

Se tudo corresse bem ao final da noite, depois de um jogo de sedução, poderia acontecer dos dois irem para um motel e consumarem o coito.

Certo dia, quando cruzávamos o Bairro 3, deslocando-nos para uma ocorrência, avistamos cerca de quatro mulheres, uma delas fez questão de acenar para viatura olhando em nossa direção. Hollanda hesitou: “Espera aí... vamos olhar com calma essas suspeitas”, parando a viatura chamando-as em seguida. Uma delas, morena de cabelos lisos, estatura de 1m55cm (aproximadamente) e dotada de curvas sinuosas no corpo, vestia um *short* curto⁸⁵, passou a conversar com ele, como se já o conhecesse o chamando, inclusive, por seu primeiro nome.

— E aí “fulano” tá sumido...

— É que eu estava tirando lá em outra cidade...

— Naquele dia tu passou por mim e nem falou.... Só por que estava com tua mulher, né?

— Não... é que eu estava com uns problemas aí...

— Me dá teu telefone pra gente marcar umas coisas amanhã...

— Não acredito não que você excluiu meu telefone...

— Não eu fiz foi perder o celular...

— Anota aí (dizendo seu número). Me ligue mesmo viu?

— Pode deixar, amanhã a gente sai para curtir.

Neste mesmo dia a composição de PMs delegou, sob iniciativa do seu comandante, SD Olívio, uma ocorrência para outra viatura da área vizinha, pois o endereço indicado fazia fronteira com outras áreas, por preferirem “ficar olhando as beldades”.

Se envolver com mulheres da área, entretanto, constrói uma vinculação do policial e seu ofício com a moradora cortejada. Em certas ocasiões, a moradora repassa informações sobre os criminosos do bairro para o PM, “passando-lhe os bizus”.

[...] muitas vezes elas contribuem, inclusive, pro serviço da polícia. Por exemplo, tinha um colega meu que tinha um caso com uma jovem lá da área tal. Essa jovem passava informações para ele: apontava quem é que cometia crimes, quem é que traficava, quer dizer, ele teve o lado **pessoal**, mas teve o lado também **profissional**, e ele aproveitou os dois. *SD Garcia*

⁸⁵ É recorrente os policiais classificarem as mulheres consideradas atraentes pelo termo “T-A-J”. O atributo positivo do objeto ou dispositivo, “aparelho em bom funcionamento”, passa a adjetivar o status da garota elogiada.

De acordo com o PM, se envolver afetivamente com as moças paqueradas, pode acarretar uma relação de conhecimento útil para o seu ofício prático. Se por um lado, o afeto é convertido em estratégia e tática de conhecimento da área, por outro, a dimensão afetiva confunde o uso dos códigos, tornando a relação forma de proteção para as parceiras. Dificilmente, o pertencimento dos PMs, em razão do trabalho diário, não se converteria numa aproximação afetiva com a área na produção de laços sociais com as moradoras e moradores locais. O envolvimento com as mulheres redistribui a presença da viatura circulando nos bairros, fazendo de seus endereços de morada, locais onde é regular a presença da polícia.

Nem sempre, porém, a iniciativa de aproximação é dos policiais. Certa vez um dos PMs do programa, noivo, foi alvo de uma mulher da área do Bairro 2. Ela, atraída pelo policial, pediu para uma criança ir ao encontro do soldado e passar seu número de telefone, pedindo em troca seu contato. Em resposta, o PM mandou o recado: “eu sou noivo”. A criança transmitiu à moça a mensagem e trouxe de volta sua resposta: “ela disse que não quer saber se você é noivo não, queria só seu telefone”. Essas narrativas são contadas, entre os policiais, produzindo gargalhadas e práticas de cooperação e competição de masculinidade, nos processos de investidas afetivas às mulheres.

Estes diálogos surgem, recorrentemente, na conversão do ambiente de trabalho em círculos de masculinidade. Os PMs contam vantagem nessas ocasiões, ressaltando os fetiches sexuais de suas parceiras afetivas, com elementos de sua profissão. Os objetos de seu ofício são tornados fantasias sexuais. A farda, as algemas e armamentos ganham significados afetivos, simbólicos e eróticos de interação. Produzindo, além das atrações eróticas e afetivas, atrações entre polícia e população que não podem ser desconsideradas.

O SD Gregório contou para eu e outros policiais, muitas histórias de mulheres que ele “já tinha pegado” nas áreas onde atua. Na conversação dava detalhes íntimos de suas aventuras afetivas e eróticas com jovens mulheres, nos períodos de folga do serviço. Segundo ele próprio, O PM fora surpreendido com ligações, por diversas vezes, de mulheres o cortejando, tratando-o, inclusive pelo seu primeiro nome, perguntando de sua tatuagem (localizada ao abdômen) “que só tinha acesso quem já tinha brincado”.

Disse-nos já ouvir, de diversas mulheres, sua “tara” em algum aspecto do trabalho policial. Referindo-se a fetiches sexuais com objetos utilizados pelos policiais, a serem utilizados nas preliminares e liminares da relação sexual com as parceiras. Narrou, então, a ocasião na qual dirigiu-se a casa de uma moradora para consumarem o ato sexual. A parceira pediu-lhe, então, que a algemasse em sua cama. Para surpresa dos dois, ao final da consumação do coito, o PM constatou que um dos ganchos da algaema estava amassado e não abria com a

chave. O policial então pediu socorro a outros policiais, amigos seus, que estavam de serviço no dia, e após muita insistência, foram até o local o livrar da enrascada. Forçando a chave os policiais conseguiram liberar o pulso da parceira de Gregório e solucionaram o caso.

A paquera é uma parte decisiva do cotidiano dos PMs, não poderia ser descartada como um elemento importante das dinâmicas do patrulhamento, neste estudo. Atravessam em várias dimensões, as práticas, as dizibilidades e visibilidades produzidas em seus afazeres cotidianos. Não sugiro, com isto, a intencionalidade prévia dos PMs em converter as estratégias afetivas em estratégias de patrulhamento, trata-se de uma consequência decorrente do processo⁸⁶.

Ao obterem os contatos das “mulheres”, elas tornam-se sequências alfanuméricas de suas agendas telefônicas. Os contatos, em sua maioria, são distribuídos entre os policiais ampliando o contingente de PMs e mulheres envolvidas em prováveis interações afetivas futuras. É fato que, algumas dessas mulheres tornam-se “olhos e ouvidos da polícia no interior dos bairros”, no sentido atribuído por Bayley (2006).

Essas relações tecem, além de trocas afetivas, formas de aproximação entre polícia e população, assumindo dimensões bem diferentes das previstas oficialmente pela “coprodução da segurança pública”. Na aproximação não está em jogo a cidadania, propriamente dita, mas laços sociais, envolvendo reciprocidades, construídos com base em dimensões classificativas não capturadas pelo discurso estatal oficial, consideradas em muitos casos, inadequadas e indesejadas.

2.5. Um parêntese: Gratidão de moradores, servir à população e ser reconhecido

Neste trecho, transcrito da entrevista em profundidade gravada com o SD Dario, o mesmo realiza uma comparação contrária à relação de ingratidão, discutida no início do capítulo, quando o morador por ele socorrido há tempos atrás, após uma outra interação na qual foi abordado, denunciou o policial por abuso de autoridade.

⁸⁶ As relações com mulheres no trabalho policial aparecem na discussão de Bretas (1997) retratando a cena carioca no período entre (1907-1930). Na época, a mulher surgia associada a algumas práticas criminosas (furtos, prostituição, vadiagem e homicídios decorrentes de proteção ou perda da honra) por um lado; por outro lado, vistas como necessitadas de proteção policial.

Já tem outros que valem a pena, uma vez uma senhora de quarenta e cinco anos, estando na porta de casa, chamou a viatura quando íamos passando. E pediu:

- Por favor, meu filho, olha aqui minha mãe. Ela tá tão estranha, gelada pálida.

Após o pedido, desci entrei na casa dela, bem humilde, ao chegar lá me deparei com uma senhora entre setenta e oitenta anos deitada lá na cama, aí senti o pulso e nada. Meio gelada, meio fria. Só que pessoas com pressão baixa também ficam frias, pessoas desmaiadas, também, não dá para sentir o pulso em alguns casos. Aí fiquei na dúvida. Depois de fazer os estímulos que a gente faz, os chamados estímulos dolorosos, e a mulher não reagiu nada, cutucada no olho, na cutícula, entre a unha e a carne, na parte da clavícula. Percebemos que realmente ela havia falecido, não havia respiração, não havia nada. Aí falei, depois de perceber que ela havia morrido, ficamos lá bastante tempo e comuniquei ao CIOPS o ocorrido, a ocorrência de campo e tal. Só que o IML não vai pros casos de morte natural, e o hospital não manda médico para sair do hospital, e não tinha ninguém, chamamos a ambulância e não socorreu, pois não se socorria defunto. A gente ficou numa sinuca, durante tudo isso permanecemos lá com ela conversando enquanto ela avisava aos seus familiares, quando vimos que não ia ter jeito, recomendamos que ela acionasse a funerária até o local, pois, realmente a mãe da senhora faleceu. Aí ela me agradeceu e tudo, o que podíamos fazer a gente fez e fomos embora.

Mais de um ano após o fato, eu estava na calçada do quartel indo pra casa, quando passou uma senhora, por mim dizendo:

- Você lembra de mim?

Respondi que lembrava, mas não sabia de onde, às vezes a gente fica até desconfiado quando vê um rosto familiar pensando que é de bandido, mas às vezes nem é, são casos de ocorrência. Do mesmo modo, ocorre o contrário, acha que é de ocorrência, mas é bandido. É muita gente.

Ela então prosseguiu:

—Quando minha mãe morreu você me ajudou. Ó meu filho, agradeço muito a você até hoje, todos os dias eu rezo por você, nunca mais na minha vida eu vou esquecer de você. O que você fez por mim foi muito bom.

Escutar este tipo de coisa é gratificante, não tem preço. A gente se emociona na hora. Percebemos que, apesar de nossa atividade ser perigosa, de não ser valorizada quando volta alguém, lhe agradece de coração e você passa a saber que fez diferença na vida de alguém, às vezes, você até nem sabe, mas fez.

Algumas interações entre polícia e população, são profundamente marcadas por aspectos não remetidos ao uso da força. Mesmo sendo acionados para ocasiões não associadas comumente a casos de polícia esses encontros revelam relações de reciprocidade que marcam os processos de subjetivação de suas práticas.

O “cuidar do outro”, explicitado na narrativa e suas implicações criaram o vínculo com a moradora, convertido, por sua vez numa experiência significativa, engajada, portanto, no plano simbólico de sua atividade como “uma coisa que vale a pena de ser feita”. Essa observação, é claro, está contextualizada no plano das emoções diretamente implicada no tipo de relação entre servir e ser reconhecido.

Se, no ofício de PM produzem muitos “inimigos” por um lado, ao “realizarem seu trabalho”, por outro, também, constroem laços de gratidão “duradouros e sinceros”. As palavras

do soldado revelam uma reciprocidade rara, o reconhecimento da sua profissão, de acordo com suas maneiras de fazer, pelos moradores, aos quais, em sua percepção, “servem e protegem”. Esses ciclos são extremos, entre eles se tece uma extensa rede de relações indefinidas entre as fronteiras dos “parceiros” e “inimigos” da polícia.

2.6. Morte de PMs: “Os Bons” são os primeiros que morrem

No meio policial circulam muitas teorias nativas sobre assassinatos de PMs e suas consequências, sejam casos ocorridos em operações da polícia, em momentos de folga ou de realização de “bicos”. De acordo com um de meus interlocutores, cuja identidade não revelarei, nem de forma fictícia, os policiais que “dão o sangue” pela polícia e “honram a farda que vestem”, dedicando-se de corpo e alma a instituição, são os primeiros a morrer. Ele citara na ocasião o SD Ben. Quando conversávamos, disse temer pela vida do policial, tido como “irmão de farda”, em virtude da sua dedicação excessiva à instituição.

Ele contou-me que os policiais considerados “bons”, os melhores da tropa e mais dedicados a instituição, carregam em sua trajetória inúmeros processos judiciais na carreira.

Citando o caso de um PM, assassinado na história recente da polícia local, resgatou o quanto ele era bem quisto por toda tropa, conquistando essa posição por sempre dispor-se a ajudar os demais policiais e moradores da cidade. Segundo ele, o saudoso policial identificava assaltantes usando técnicas de investigações ilegais como a tortura, conseguindo, mediante esses métodos, recuperar objetos roubados da população. Lembra que carregava, entre seus processos judiciais, homicídios, por não fugir do confronto armado contra “inimigos” do ofício, encontrados ao longo da carreira.

Meu interlocutor confidenciou que sempre sentia “um negócio ruim” quando assistia vídeos, nos quais, policiais “morriam em operação”, e por isso, nunca foi um policial de se dedicar muito ao ofício. No seu entendimento, está preservando sua longevidade na carreira⁸⁷.

O personagem central de sua narrativa era o PM Itamar, assassinado quando transportava uma mala de dinheiro para uma empresa da região. Ele, fatalmente, foi

⁸⁷ Em outras ocasiões, o mesmo PM confessou-me desejar deixar em breve a polícia por temer os riscos que sua carreira profissional, implica para si, sua família e seu ciclo de amizades.

surpreendido com tiros à queima roupa, efetuados pelo assaltante, morrendo antes de chegar ao hospital. De acordo com o policial, o jeito de “Itamar agir, acabou criando o cara que o matou”. A figura simbólica do “matador de polícia” assume a instância de inimigo produzido pela própria vítima. Ao “dar o sangue” o PM acumula as chances de tombar, pois, ao passo que angaria reconhecimento e admiração, dentro da corporação, por seus feitos, enfileira inimigos em outra esfera de relações, dispostos a vingar-se⁸⁸.

O policial elaborou uma teoria sofisticada sobre a morte de PMs enquanto eu escutava-o, apenas. Após o acontecimento da morte, a comoção entre os PMs acionou, segundo ele, uma busca desenfreada por sangue. Segundo o policial, foi o dia que mais “bateu em vagabundo”, precipitou diversos socos e chutes no corpo de moradores classificados nesta condição. Foram mobilizadas ações conjuntas entre a PM, o DEMUTRAN, a PRE e a PC, montando inúmeras *blitz* por toda a cidade, objetivando a captura do suspeito. Através dessas operações, a busca foi potencializada e o encontro com “vagabundos” culminou em diversos episódios de agressão física, produzida pelos PMs contra moradores considerados “vagabundos”.

O suspeito do assassinato foi identificado rapidamente, esse fora seu sexagésimo homicídio. Ele, entretanto, conseguiu fugir da cidade, sendo caçado pela polícia nos meses seguintes. Enquanto caçado, sua família foi dizimada⁸⁹. O matador do policial morreu em outro estado em confronto, armado, com a polícia, quase um ano após o acontecimento.

A frenética busca de “sangue” no processo de *vendeta*, inaugurado por PMs diante da morte de um de seus companheiros de farda, instaura um processo ritual extraordinário nas interações sociais entre policiais e moradores. Ante estas situações, ampliam-se as formas de violência física e simbólica, impetradas por policiais contra moradores, objetivando equacionar o equilíbrio entre a perda simbólica do companheiro, com a punição do seu algoz. Neste

⁸⁸ A imanência do inimigo é regulada pela presença da economia de alteridade, entre o “guerreiro” e o rival agonístico, mediante processos de rivalidade, separação e interditos (Cf. CASTRO, 2011), até o confronto final da eliminação física. O autor elabora sua análise com base na economia de alteridade do Guerreiro *Araweté* e seu inimigo.

⁸⁹ Não consegui esclarecer as tramas sobre a dizimação da família. Não sei ao certo se ocorreu em razão de vingança por conta do assassinato do PM, da rivalidade com outros criminosos, ou dos inimigos produzidos em sua carreira moral de ser um “matador de aluguel” de extensa ficha criminal. Barreira (1998) discute a figura do matador de aluguel a partir dos “crimes de pistolagem”, de acordo com sua análise, muitas vezes, a saga do pistoleiro é marcada por tensões entre o prestígio e a morte. Para aprofundar a discussão sobre o tema consultar: BARREIRA, Cesar. **Crimes por encomenda: Violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

processo, aqueles não diretamente envolvidos, são engajados no teatro de operações, na tentativa de extrair informações para chegar ao verdadeiro culpado. Paralelamente a isto, alguns dos moradores são condicionados ao *status* moral aproximado do assassino de policiais, atribuindo-lhe a condição de “podia ser você, também”. Esta atribuição justifica, para os PMs, a produção dos rituais de violência envolvendo socos e chutes, narrados.

2.7. Algumas formas de classificação dos policiais

Os significados dos direitos da população na Zona de Policiamento *Noir* assumem uma pluralidade gigantesca, sendo validados, revalidados, selecionados e ignorados conforme cada troca. As aplicações da lei são redimensionadas conforme os moradores são condicionados a *status* morais e estaturas, diferentes e dinâmicas.

As redefinições da condição de morador, implicam-se nas trocas estabelecidas entre esses atores sociais, abrangendo as negociações da condição de “pessoa” (Cf. MAUSS, 2003), seus estatutos e estaturas morais. Digo isto, pois, as definições envolvem espaços físicos do bairro (logradouros, endereços, cartografias), assim como aspectos interacionais e situacionais — ocasiões em que na leitura dos policiais os moradores são enquadrados binariamente como “cidadão” ou “vagabundo”, por exemplo.

A alteridade como dimensão explicativa da classificação do outro, manifesta-se no plano das relações maquinadas pelo teatro de operações. Esta condição media as interações sociais envolvendo suas reciprocidades. Estabelece-se, assim, uma configuração humana, produzindo interdependências de policiais e moradores, redimensionando suas maneiras de fazer, atravessadas por conflitos e relações de poder. Assim, são construídos elos e rupturas nas relações sociais, através da inserção da PM no cotidiano de moradores e vice-versa. Tais elementos são acionados em diversos níveis: quando alguém chama a polícia, quando um suspeito é selecionado para abordagem policial, quando uma residência é escolhida para uma visita dos policiais, quando os moradores, de alguma forma, na percepção dos policiais, atrapalham ou ajudam seu trabalho, dentre outras situações já descritas.

Classificar os moradores, “dar nome aos bois”, saber quem é “cidadão de bem” e quem é “vagabundo”, são manobras policiais condicionantes da realização de seu ofício. A classificação é mediada diretamente por operações de simulação teatrais, objetivando um ordenamento simbólico da “Área de Operações”.

Nessa relação, atravessada de forma bidimensional, primeiro com a área, depois com os moradores, os PMs estão dotados de seu papel jurídico de “manter a ordem”. Ocorre, entretanto, de seu dever transitar entre o conflito e a confluência com as regras morais que o regem. A manutenção da ordem, dessa forma, apresenta-se enquanto algo constituído entre as fronteiras do legal e do moral no cotidiano da área de operações.

Conforme a condição de morador é dimensionada e redimensionada no cotidiano da atividade policial, diferentes formas de trato com os moradores também são arranjadas nas práticas da polícia. As classificações denotam a constituição de vínculos relativos, temporários e duradouros, dos policiais com os moradores. Os vínculos veiculam formas de lidar por meio da produção de afetos acopladas nas terminações linguais utilizadas. Assim são formuladas maneiras diferentes de agir com “gostosas” e “vagabundos”, ou com “cidadãos de bem” e “ingratos”.

Este, entretanto, não parece ser um vínculo unilateral dessas relações. Alguns usos simbólicos da polícia podem esclarecer o mal entendido puramente interesseiro do “toma-lá-dá-cá” dessa relação, isso pode ser percebido nas apropriações dos PMs das solicitações de “conselhos” realizadas por moradores. As palavras de conselho dos policiais são acompanhadas, em alguns casos, de golpes físicos autorizados pelos solicitantes. Trata-se de um acontecimento recorrente nos casos de violência doméstica, quando as vítimas não querem registrar o procedimento na polícia judiciária e pedem aos policiais para “darem conselhos” ao seu companheiro, geralmente, em estado ébrio.

As agressões autorizadas constroem, também, essa dimensão doméstica da atividade policial, compondo códigos afetivos de aconselhamento em rituais punitivos de ensinamento autorizados na relação com os moradores. Ao mesmo tempo essas interações, atravessadas por relações de poder, reificam o dizer recorrente de que a polícia não conversa, mas pune — “conselho de polícia é peia”—, produzindo, assim, parâmetros relacionais da prática da polícia na vida social dos bairros.

Vigiar, conversar, suspeitar, revistar, cumprimentar, “dar conselho”, bater, paquerar... são interações mediadas decisivamente por modos de classificação na tessitura dos conflitos de policiais e moradores no cotidiano do patrulhamento ostensivo. De outro modo, as trocas, permutadas nas relações sociais, produzidas *in loco*, conectam-se ao forjamento de práticas policiais locais. Esses processos entrecruzam as formas de classificação descritas e analisadas aos modos de “tratar como merecer” na Zona de Policiamento *Noir*, configurando um espaço dos possíveis nas relações entre policiais e moradores na vida social.

CAPÍTULO III

BUSCAR E FUGIR DA AÇÃO: LINHAS DE FUGA E FORÇAS CENTRÍPETAS NOS DILEMAS OPERACIONAIS DOS PMS

A busca de ação conota o desejo de operar na área por parte dos policiais. Alguns policiais de rua entendem que, quanto mais estão envolvidos com operações, sejam abordagens, ocorrências, apoio a outra área, o serviço em que estão escalados tende a terminar mais rapidamente e ser mais prazeroso. Trata-se, segundo o SD Dário, de uma complexa teoria da relatividade. O tempo é relativizado na medida em que os policiais estão envolvidos em serviço, isto significa dizer que, ao contrário, as famosas pausas, denominadas oficialmente de “pontos bases”, feitas em demasia, costumam atrasar o andar do relógio, resultando no prolongamento do turno tornando-o tedioso.

Tal busca tem, como pano de fundo, na verdade, a tensão entre buscar a ação nas atividades cotidianas policiais, e, ao contrário, evitá-la, fugir dela. São confrontos entre duas figuras de alteridade incorporadas em categorizações simbólicas de policiais: o policial operacional e o policial comunitário. Ambas são figuras que desempenham tal busca, mas de formas diferentes: o primeiro realiza o teatro de operações procurando situações suspeitas para fazer abordagens, prevenir crimes, repassar informações às outras viaturas para surpreender criminosos etc.; o segundo, se prestaria a fazer tudo que um policial comunitário pode fazer: conversar com os moradores sobre seus problemas, durante o atendimento a ocorrência, conversar com as pessoas envolvidas, distribuir seus contatos pessoais na comunidade, ser prestativo, participar dos eventos na comunidade etc.

Alguns policiais podem ser classificados como sendo policiais operacionais, outros como sendo comunitários, por um ou mais policiais. Essas categorizações podem ser expressas em algumas ocasiões como elogio. O mesmo policial pode agregar características de um policial operacional de rua como, também, de um policial comunitário. São figuras de alteridades não opostas, mas engajadas e complementares no pensamento simbólico do universo policial.

Alguns de meus interlocutores costumam dizer que a Zona de Policiamento *Noir* é um lugar para desopilar e “não ficar apenas morgando viatura”. Parte dos PMs em ação, ao serem escalados na área, concentram o patrulhamento no Bairro 2, antevendo os processos de construção da suspeita convertidos em abordagem e revista policial. O local concentra a maioria das ocorrências da área, produzindo a identificação do lugar como ponto preferencial do policial

operacional. Ademais, o bairro conta com muitas mulheres classificadas como “atraentes”, alvos potenciais das investidas afetivas dos policiais.

Evidentemente, essa busca não é uma regra geral, nem todos os policiais estão interessados em agitar o serviço, esse é um entendimento compartilhado com alguns, mas não por todos os policiais. Contudo, nesta lógica de operacionalização policial, está em jogo um tipo de interação com a área, envolvendo, diretamente, os moradores do local.

Por outro lado, existe a fuga da ação. Uma condição como contraponto, imediato, da outra, pode ser expressa por duas atitudes possíveis em operação na área: policiais desejosos de prestar apoio em ocorrências de outras áreas próximas; policiais recusadores das ocorrências — afirmando serem de outras áreas —, ou se omitem em prestar apoio aos colegas de farda, ante as mesmas circunstâncias.

Estes dois casos são, na verdade, categorizações simbólicas não encontradas em exemplos puros nos policiais singulares. São classificações, de um para outro e de outro para um, reconhecidas por mais de um policial. Esta distinção está colada a outras: os policiais “que honram a farda”, “que dão o sangue”, e policiais “que não honram a farda”, planejando deixar de ser policiais o quanto antes. Existe toda uma teoria nativa a respeito desses policiais: quem são, o que fazem e seu provável destino. É a narrativa de um herói, a narrativa épica do policial que “dá o sangue”, vive para polícia, ajuda a população, acaba se envolvendo em casos de tortura, abuso de poder, matando alguém, “arrastando um monte de processos nas costas” e tendo uma morte trágica justamente por ser prestativo demais. Quase todos gostam dele, é querido e admirado por significativa parte da tropa, mas pode, também, ser invejado e cruzetado⁹⁰.

Cara, um **policial operacional** é aquele que atende inúmeros pré-requisitos, entendeu? Ele atenta, ele tá sempre querendo aprender algo novo, entendeu? *Ele sabe que tá em situação sempre de aprendizagem, ele tá se descobrindo... ele tá aprendendo algo...* e tem aquela vontade, entendeu? O policial operacional ele se define através de sua atuação como: ele gosta do que tá fazendo, do que tá é... *ele começa a ver que ele tá adquirindo uma série de experiências, entendeu? Práticas, entendeu? E teóricas também, né? E ele começa a ver a imagem no espelho, né?* Na medida em que *você olha no espelho, você vê um policial, entendeu?* Aí operacional o que é, é aquele que atua, é aquele que ele é proativo, entendeu? Ele procura adquirir conhecimento, **ele não se omite**, entendeu? Ele é companheiro. Ele puxa. Ele sua. Ele identifica a problemática naquela área. Ele já começa a levantar os retratos falados da área. Ele já sabe com a quem ele pode ficar com abordagem, entendeu? Ele mesmo que nunca tenha visto o elemento, ele já abarca de... de outros conhecimentos,

⁹⁰ Ser “cruzetado” é o tipo de relação em que um colega de farda policial fala mal de outro pelas costas, o que pode causar uma série de prejuízos na carreira do policial “cruzetado”, como será discutido no capítulo V.

entendeu? Ou seja, ele tá aberto para aprender, entendeu? Ele tá aberto... *O policial que tá aberto para aprender, ele gosta do que tá fazendo, entendeu?* Ele sabe que se depara... Ele por esse gosto ele pode tá mais... é... posso dizer o termo... mais, é... corre o... termo risco, né? Esqueci o termo apropriado, mas de... não usa esse se enrolar, né? Mas onde ele se depara com uma ocorrência até mais críticas. (SD Ben)

A maior parte das composições escaladas para o patrulhamento são mesclas de PMs classificados como matadores (vibradores) ou moitas. O trabalho de Sá (2002) discute os policiais matadores como aqueles que, além de serem operacionais no policiamento de rua, são guerreiros. Os “moitas” seriam aqueles que se reservam ao trabalho de meio, muitas vezes, galgando relações de apadrinhamento, não trabalham, mas cuidam de sua carreira.

Certa vez, conversava com o SD Garcia. O interlocutor perguntou-me se eu conhecia a distinção entre “matador” e “moita” dos policiais da corporação. Respondi já ter me deparado com a questão, mas não saber definir a diferença. Ele me descreveu o “matador” como aquele disposto a ir até a ocorrência de outra área, realizando abordagens a suspeitos sem esperar os moradores denunciarem, “aquele que vai com gosto de gás”. Enquanto conversávamos, um PM aproximou-se, a chegada dele foi a deixa: “aqui tá um matador”; imediatamente o policial disse não “matar ninguém”, rindo, e, logo em seguida, aceitando o adjetivo. Ele continuou seu raciocínio descrevendo “o moita” como aquele que “evitava ao máximo as ocorrências” questionando-se “não sei se eu vá”, e, segundo SD Garcia, “se escondia nas costas do matador”.

Todas estas categorizações simbólicas trazidas até aqui vão passando camada a camada dimensões importantes do *self* policial. Assim, podem haver composições mais ou menos “matadoras” e, mais ou menos “moitas”; da mesma forma que, composições comunitárias e operacionais. São passagens sutis, do singular para coletivo, firmadas a partir das categorizações simbólicas.

É importante considerar que, havendo a busca de ação, ou não, existem implicações nas formas de como as maneiras de fazer da polícia repercutem em suas interações e relações com os moradores da área onde operam. Seria em vão qualquer tentativa de separar uma categorização da outra, ou separar, num batalhão, quem são os policiais “moitas” e quem são os policiais “matadores”, por isso, a tentativa é perceber as percepções e implicações destas dimensões no cotidiano da área.

3.1. A dimensão relacional das ações da polícia: implicações nas interações cotidianas com moradores

A presença da polícia, diariamente nos bairros da cidade, propiciou maior intensidade de interação entre policiais e moradores. Deste desdobramento, situações como as ocorrências policiais, passam a ser chaves de leitura interessantes para acessar tal dimensão, mas não esgotam o universo da dimensão relacional das ações da polícia. Ao longo desta parte, serão apresentadas algumas ocasiões que revelem esses desdobramentos começando pela simples escolha do armamento.

3.1.1 Escolhendo o armamento

Os armamentos disponíveis aos policiais do “Ronda do Quarteirão” variam de acordo com alguns aspectos. Alguns armamentos são fornecidos pela corporação, são os casos das armas de fogo, pistola 24/7 e a arma longa CT-40. A arma longa só pode ser cautelada quando a composição possui três homens, caso contrário, os policiais só poderão cautelar a pistola 24/7. Armas brancas, como facas, podem ser usadas, mas, apenas, quando compradas pelos policiais, o mesmo acontece com o *teasers* e o *spray* de pimenta. Alguns policiais têm e utilizam esse armamento, mas isto ocorre de forma independente do fornecimento oficial de armas por parte da corporação.



Figura 4. Pistola - PT 24/7. Fonte: <<<http://www.taurusarmas.com.br/>>>



Figura 5. Arma longa CT - 40. Fonte: <<<http://www.taurusarmas.com.br>>>

O armamento assume significado especial nas formas de sociabilidade dos policiais. Participei de uma conversa sobre a utilização dos artefatos. O SD Cain conversava com o SD Falcon, durante o patrulhamento. Ele comentou sobre a arma utilizada por ele durante um tiroteio, quando tirava serviço em outra cidade do estado. Segundo ele, enquanto o estouro, provocado pelas armas dos “vagabundos”, provocava um estampido, não muito alto, o impacto sonoro de sua arma era bem maior: “pooow! ”. Falcon, por sua vez, contou possuir um revólver calibre 38 de cor prata reluzente, segundo ele, os disparos são mais lentos, porém, “derruba um de um tiro só. O estrago é grande. ”.

Os armamentos utilizados remetem à diferenciação no plano simbólico do poderio de fogo das armas nas relações de poder. Os policiais costumam reforçar seu arsenal pessoal comprando armas de fogo de valor entre 1500R\$ (hum mil e quinhentos) e 3000R\$ (três mil), variando de acordo com o calibre e tipo de armamento. Existem constantes conversações sobre a posse pessoal de armamentos, abordando a comparação do arsenal pessoal.

Os policiais costumam comparar seus armamentos, como elemento de diferenciação, com os “vagabundos”. Ao embarcarem na viatura, os policiais sacam suas armas posicionadas na lateral direita de sua calça, no porta-armas, segurando-a em suas mãos. O motorista da viatura, a guarda entre as pernas, no banco da viatura, por estar com as mãos ocupadas. A arma, assim como, a farda, o colete balístico e a viatura, são objetos inanimados, tornados fonte de especial significado, no universo da força policial. Esses elementos são engajados no patrulhamento de rua e produzem novos manejos simbólicos de seu significado.

O uso da CT-40 é facultativo, e pode ocorrer, apenas, quando a composição do dia possui três policiais. As armas longas requerem preparo prévio, para que, em situações adversas, a efetuação de disparos seja bem sucedida. Necessita ser utilizada com perícia. O cano deve apontar na direção do solo, quando carregada, seja na viatura ou no patrulhamento a pé. Ao observar os minutos restantes da troca de turnos, entre as composições de policiais, encontrei com o soldado Agamenon. Conversamos um pouco, pedi-lhe, então, para cautelar um

colete a prova de balas em seu nome para mim. Após ter me entregue o colete, o policial, que costumava solicitar somente uma pistola, se questionou num monólogo:

— Será que devo pegar uma arma longa?

— Não tá com a porra não de hoje acontecer alguma coisa...

— Eu vou levar.

Em seguida, pediu a arma ao responsável, ao receber a CT-40 ergueu a arma à altura do ombro, apontando, no sentido oposto ao meu corpo, em direção a um dos muros que cercam o batalhão. Ainda com a mira na arma, ele contou-me que sofria de astigmatismo e miopia, não tendo uma boa mira para disparos com armas longas, a escolha da arma, segundo ele, era para “intimidar os vagabundos”.

Este episódio evoca a perspectiva relacional em que o sentido da ação é investido. A escolha de armamento no monólogo surge a partir de uma relação de reciprocidade: “intimidar os vagabundos”. O sentido da ação é investido para “intimidar”. Sua escolha, em virtude da estética bélica do artefato, se deu sob um uso ressignificado do armamento. Para concretizar mais sua intenção, ao entrarmos na viatura o policial posicionou a arma projetando-a para fora do veículo, apontando o “cano” da arma em direção às ruas. A arma foi ostentada à vista dos moradores, residentes nos locais patrulhados, emitindo a imagem contundente do armamento. Tal fato não teria a mesma eficácia se fosse, apenas, a Pistola 24/7.

Este jogo, iniciado na escolha do armamento, trouxe elementos em torno do interesse na obediência, explanando formas de dominação, com base no uso de artefatos bélicos, empregados no sentido do patrulhamento, buscando intimidar pessoas e demonstrando o poder da polícia. Tudo se passa como se o fato de demonstrar maior ou menor poderio bélico, reforçasse a dimensão da presença da polícia em seu fazer ostensivo, para intimidar o crime. Desde o momento da escolha, do sentido investido na ação, seus efeitos colaterais são desencadeados. Não só os criminosos veem a arma, mas “o cidadão”, as crianças, idosos, pessoas doentes, mulheres gestantes, também poderão ser intimidados (as), elaborando suas próprias interpretações a respeito do artefato.

Para Weber (2009 p. 187) “todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciada por complexos de dominação”, evidentemente, quando falamos de relação entre polícia e moradores esta dimensão é ainda mais latente. A ação do policial, porém, revela uma discrepância, pondo em cheque a própria “*crença na legitimidade*” para angariar obediência. Sua atitude aloca-se em formas de violência imagética para conseguir seu objetivo. A arma, realmente, chamava a atenção: a cor preta em tom reluzente, os detalhes em seu quase hum metro de diâmetro impressionava até mesmo a mim, relativamente, familiarizado com

artefatos bélicos, durante a trajetória no campo. Mais tarde, descobri na ação do policial, um efeito colateral inesperado.

De fato era possível perceber, da viatura circulando pelos bairros, os olhares curiosos dos moradores, a ação do policial provocava, ainda mais, as reações dos mesmos. Alguns deles entravam em suas casas, trancando suas portas. Outros olhavam, receosos, a passagem da viatura, atitude provavelmente influenciada pela exposição do armamento.

A arma de longo alcance já diz muito sobre seu uso. Ela, geralmente, é usada em operações envolvendo possibilidades da ocorrência de trocas de tiros, potencializadas por territórios mais acidentados, geograficamente. Nesses casos, os pontos altos e baixos fornecem pontos estratégicos para disparos contra “inimigos” à longa distância. Evidentemente, não era o caso, nem a intenção.

Mais tarde, os policiais se envolveram com outra viatura, no “estouro” de um ponto de venda de drogas, no interior do Bairro 2. Os policiais de serviço, então, se dividiram: um deles ajudava na operação procurando drogas ilícitas no interior da casa; outro foi colher anotações sobre a identidade de algumas testemunhas presentes na ação. O SD Agamenon, munido da arma, posicionou-se por trás da viatura, próxima à esquina de um cruzamento, bastante movimentado do Bairro 2. Algumas crianças se aproximaram do policial, admiradas com a arma, uma delas, inclusive, tentou passar a mão no objeto, sendo repreendido pelo policial, comentando em seguida: “olha a arma dele, que massa! ”.

Os jovens não pareciam intimidados com a arma, muitos menos, faziam parte do grupo visado, tendo no máximo dez anos de idade. O jovem sentiu-se atraído pela arma, curioso com o uso do artefato no local, chegando, inclusive, a tentar tocá-lo.

O objeto, entretanto, foi atravessado, nesse caso, por várias significações possíveis nas relações sociais conectadas a ele: numa delas o policial usou a arma, mobilizando elementos racionais, vislumbrando meios e fins (intimidar vagabundos), desconsiderando o uso tradicional da arma, atribuindo-lhe um sentido subjetivo particular; noutro plano, a arma despertou subjetivamente, nos outros atores em interação, diferentes possibilidades de interpretação. A criança, por exemplo, atribuiu outro significado à ação do policial, imprevista na escolha intencional do armamento: sentia-se admirada e atraída pelo objeto.

No microcosmo de interações cotidianas, a simples escolha do armamento e sua exposição desloca relações de poder e formas de reciprocidade e significação na vida social. Esta, no entanto, é uma dimensão que se estende entre outras ações da polícia.

3.1.2. Abordagens policiais: formas especiais de encontro e interação de polícia e população

Voltamos ao patrulhamento. Após realizar o ponto base, era o turno C. Seguindo as direções apontadas pelo CB Lauro, a viatura era conduzida pelo SD Jáder pelo Bairro 2. Durante o patrulhamento, surgiu uma curiosidade minha, depois de encontrarmos uma moradora que estava deitada a calçada. Desconfiados da moradora, um deles chegou a comentar: “se passarmos aqui às 3h00min essa mulher vai estar aí, só repassando drogas”. Perguntei-lhes se poderiam abordar e proceder a revista corporal na mulher. Lauro respondeu-me, positivamente, Jáder complementou dizendo “que deveriam, apenas, evitar constrangê-la”. Lauro explicou mais detalhadamente. Segundo ele, tudo se resumia a fundada suspeita. Caso a suspeita tivesse muitos indícios eles poderiam revistar inclusive a intimidade corporal da mulher. No Bairro 2, há muitos moradores dormindo nas calçadas, essa cena se repetia conforme caía a madrugada e observávamos os corpos, repousados ao frio gélido do chão batido.

Seguimos de lá para o Bairro 3. O local estava completamente desértico. Depois de circular por alguns minutos, ouvi a primeira passagem de carro, ficando cada vez mais raras com o andar do relógio. Conforme fazíamos o patrulhamento, o cabo cismou com a passagem de um carro, modelo *Corola*. Apesar da insistência de Jáder, afirmando conhecer o carro e seu proprietário, ele persistiu em segui-lo, mesmo depois de perceber tratar-se de duas mulheres, ele insistiu.

Quando o carro perseguido chega ao seu destino, uma residência no Bairro 3, os policiais estacionaram logo atrás. Lauro desembarcou do carro, se aproximou sozinho. Por coincidência eu conhecia uma das mulheres abordo do veículo. Observava, a média distância, a interação. Os policiais cumprimentavam as moças bem vestidas, tal qual, voltassem de uma *happy hour*. O PM solicitou o documento de identidade e o licenciamento do veículo em posse das moças. Nada de “errado” ou “inadequado” fora encontrado, os policiais se despediram e entraram na viatura. O cabo justificou estar “bizurado” quanto a um carro do mesmo modelo. Segundo ele, o capitão Gomes alertou, outro dia, a tropa a respeito de um carro, com essas características, alvo de perseguição veicular mal sucedida.

A construção da suspeita é atravessada pelas informações obtidas, mediante o teatro de operações. Os “bizus”, repassados e incorporados, desempenham papel central no mapeamento de códigos, transformados em informações sobre objetos, pessoas e lugares suspeitos. As associações entre crime e mulheres aparecem, em Bretas (1997), como uma

relação importante com as questões da ordem social; as associações entre crime e condição feminina das moradoras, em seu trabalho, apresentam decisivamente as relações das mulheres com a polícia nas primeiras décadas do século XX marcadas pelo traço social do racismo e por casos envolvendo a proteção ou perda da “honra”. No histórico recente de incriminações de mulheres no Ceará, o envolvimento no controle dos mercados ilícitos como o de drogas ilícitas⁹¹ tem forjado novas conjecturas de envolvimento criminal, redimensionando as mulheres também como prováveis suspeitas de crime de tráfico de drogas.

O estereótipo absorvido como estigma, na experiência policial, é convertido na suspeição do morador (a) em certas ocasiões. Em outras circunstâncias, estas relações são diluídas em razão de informações mais precisas. O modelo de carro, tornado suspeito, é objeto de consumo de camadas mais abastadas da população, contrariando as características, mais comumente, associadas à construção da suspeita⁹².

Diariamente, os “bizus”, circulados na *network* dos PMs da cidade, constroem uma suspeita preferencial: duplas masculinas de jovens deslocando-se em motocicletas. A esta suspeita preferencial soma-se outras mais refinadas. Placas e modelos de veículos associadas ao transporte de drogas ilícitas, também, são difundidas. Algumas informações são alvo de maior restrição, pois envolvem sistemas de competição; a informação do porte de arma de fogo⁹³ de um determinado morador e seu endereço enquadra-se nesse tipo de restrição.

A abordagem policial envolve uma interação, na maioria dos casos, não implicada pelo contexto criminal, mas pelo contexto da “fundada suspeita”.

As abordagens policiais nas ruas da cidade configuram situações peculiares de encontro entre polícia e população, em princípio, não relacionadas ao contexto criminal (diferentemente, por exemplo, do registro de uma ocorrência na delegacia, do pedido de intervenção da polícia num conflito em curso, ou da experiência de ser detido sob alguma acusação específica). Noutras palavras, constituem momentos em

⁹¹ O trabalho de Pinheiro, Barbosa e Sousa (2013) discorre sobre alguns casos de incriminação de mulheres por tráfico de drogas. Na cidade de Juazeiro do Norte – CE, parte significativa dos mercados ilícitos de entorpecentes são chefiados por mulheres. Em alguns casos descritos e analisados pelos autores, as esposas de traficantes assumem as atividades ilícitas dos parceiros no período de reclusão, ocorre também, do comércio ser chefiado por mulheres sem estas implicações de ordem familiar.

⁹² O racismo e a associação entre crime e pobreza continuam, ainda, sendo marcas problemáticas das ações da polícia. Não negligencio tal caráter, apenas, amplio do ponto de vista analítico, em razão dos dados produzidos em campo, os aspectos da fundada suspeita.

⁹³ A arma apreendida é premiada com uma quantia em dinheiro, podendo variar entre 600 e 800R\$ (seiscentos e oitocentos), dependendo do tipo de arma apreendida.

que as pessoas têm contato direto com a polícia, na qualidade de cidadãos comuns – nem delinquentes, nem vítimas - e situações que, ao menos em tese, podem ocorrer, cotidianamente, a todo (a) e qualquer cidadão (ã). (RAMOS e MUSUMECI, 2005 p, 57.)

Estes encontros de que tratam o estudo das autoras revelam dimensões importantes destas relações. A abordagem, apesar de ser uma interação, a qual, a maioria dos moradores está suscetível, é esquadrihada por processos de seletividade e refinamento. Os policiais não podem, simplesmente, “abordar” todos os moradores com os quais se encontram. O grande intuito do procedimento é objetivar um flagrante, com base numa suspeita fundada, caso não houvesse tal intenção, seria, totalmente, sem razão e propósito tal prática.

Quando lida com os significados da abordagem policial, na prática da polícia, um dos meus interlocutores traz à cena as ações da polícia, consideradas “operacionais”. Estas situações, vivenciadas pelos policiais na carreira, são acionadas em diferentes formas. O SD Ben costuma narrar cercos a suspeitos, produzindo a conversão da suspeita no flagrante do crime, após a abordagem. São relatadas, dessa maneira, evocando os aspectos quase cinematográficos dos casos⁹⁴.

A gente estava operando na viatura de outra área... no nosso horário de almoço, e estávamos almoçando, e de repente a gente recebeu a ocorrência de um indivíduo que estaria conduzindo uma arma de fogo nas mediações próximas, à distância de dois quarteirões de onde a gente estava almoçando. Então, de imediato a gente deixou, a gente nem almoçou, embarcamos na viatura e fomos identificar. Então, bem ali, naquele começo, para você notar como é o serviço. Então como? Recebi um chamado, uma denúncia. Um elemento de camisa vermelha, trajando camisa vermelha, de short claro, com uma bolsa... então, quando a gente se deslocou a gente se deparou com um elemento com o formato de denúncia, fizemos a abordagem e daí começamos a identificar. Fomos com cautela, entendeu? Eu estava ali com dois parceiros já experientes, já acostumados a tirar serviços juntos [...] Então foi bastante, foi uma abordagem bastante operacional mesmo, entendeu? Ainda observou com cautela, porque ele estava de frente a uma casa e quando foi feita a abordagem e encontramos, era uma arma calibre 22. (SD Ben)

⁹⁴ Aquino (2010) faz um paralelo interessante, envolvendo as aproximações cinematográficas dos assaltos às instituições financeiras. Esta interface, também, foi acessada na adjetivação cinematográfica das práticas de abordagem, empreendidas por PMs. De acordo ainda com a autora, há modos diferentes de performance que marcam a prática de assaltos produzindo subjetivações específicas. As performances de assaltantes de instituições financeiras articulam-se a produções de fachadas relacionadas a *modus operandis* distintos. De certa forma o aspecto “operacional” das ações, mencionada pelo interlocutor, também aciona as dimensões de performance e fachada das práticas da polícia acrescentadas ao aprendizado e aquisição de experiência pelos PMs.

O horário de almoço constitui-se de um intervalo de folga para os policiais da área. Quando participei no trabalho de campo do rancho, observava os policiais sentados à mesa para fazerem sua refeição, ligando o rádio de comunicação móvel, escutando o que está a passar na frequência: informações de outras áreas, avisos de placas suspeitas ou de veículos roubados etc. Casos como esse, podem ocorrer, mas são raros. A composição de três policiais embarcou na viatura conseguindo identificar o suspeito, apreendendo uma arma que se transformou em recompensa financeira, dividida para três. O sucesso da ação transformou-se em narrativa de “abordagem operacional”, em futuras conversas com outros policiais, acrescentando o repertório de “histórias para contar”.

Confirmar a suspeita do morador, baseado nas informações da denúncia, cercando o suspeito com cautela, retirando, uma a uma, suas possibilidades de fuga ao escalarem as armas em sua direção, abordando-o, em seguida. Depois de procedida a revista corporal e identificado o crime, a voz de prisão é emitida. Ocasões, como a descrita, são experiências significativas para a carreira moral dos PMs. Ações como essas produzem confirmações do desempenho “operacional” assumido, e adjetivado pelos companheiros de profissão.

Contudo, na maioria das vezes, as buscas pessoais, realizadas pela polícia não, necessariamente, identificam objetos ilícitos ou confirmam a fundada suspeita. Abordar “pessoas comuns”, no sentido de não tratar, diretamente, de uma ocorrência de crime, ou efetuação da prisão a pedido da justiça, é a regularidade deste tipo de ação. Esta é uma forma de interação, em particular, onde o poder de polícia se manifesta, revelando, em alguns casos, controvérsias.

As chamadas “abordagens”, iniciadas, em alguns casos, por atos de fala interrogativa “vamos abordar?”, ou uma decisão deliberada cometida por um dos policiais sem comunicar aos demais, previamente, inicia-se o ritual de interação (GOFFMAN, 2011). As armas são apontadas para moradores, dali em diante, o morador é encurralado no papel de suspeito de um delito viraval. São tratados de forma “padrão”, pois, supostamente, podem reagir contra a polícia, estando armados. Seus corpos são posicionados de costas para os PMs, os atores revezam-se entre ação de revistar o morador e dar cobertura àquele que revista. Após a busca corporal, os documentos do morador são solicitados pra uma consulta na central de informações, através de modulação por rádio transmissor.

Algumas vezes, observei a precipitação de empurrões, tapas e socos protagonizados pelos policiais. Esses acontecimentos emergiram no decorrer da interação da abordagem, geralmente, por conta de condutas do morador percebidas pelos PMs como desacato e desobediência.

Um rapaz, em situação de “liberdade provisória”, “respondia” criminalmente por assaltos cometidos, tomou um tapa na cabeça, durante uma interação que observei. Ao contrário do que possa parecer, a agressão ocorreu em razão de o rapaz continuar fumando um cigarro após ser selecionado para abordagem, não obedecendo a ordem de “ficar parado com as mãos na cabeça”.

Em outra oportunidade, um homem foi abordado em virtude da coincidência de informações repassadas pelo rádio, descrevendo um assaltante deslocando-se de bicicleta naquelas proximidades. Em comum com o suspeito, o morador era proprietário de uma bicicleta, cuja cor e modelo correspondia às informações dos PMs. Por conta disto, ele e seu filho foram abordados e revistados. Conforme se descobriu não se tratar do suspeito descrito, a abordagem estancou. O homem, insatisfeito questionou:

— A gente não pode ficar mais na calçada conversando não? Vão atrás dos vagabundos...

A fala do morador despertou a ira de um dos PMs. Ele empurrou o morador contra a parede perguntando-o: “vai querer inchar mesmo é?”. Após o empurrão, a interação se encerrou e os policiais voltaram à viatura. O policial agressor mostrou-se, depois, arrependido de sua precipitação. Disse ficar irritado com a atitude dele, mas ao notar suas mãos repletas de calos e ainda sujas de massa de construção, percebeu se tratar de um trabalhador e interrompeu a precipitação da agressão. A associação entre a condição de “trabalhador” e a cidadania, previamente, suposta é fruto, também, de uma forma situacional de classificação dos papéis dos moradores, realizados pela PM. Esta constatação interrompeu a continuidade de uma punição corporal, empreendida contra o morador.

Há casos, nos quais, o suspeito ri dos PMs e leva tapas na face “para se orientar” e não desdenhar de suas ações. A fórmula encontrada por um dos meus interlocutores é simples: “tratar como merecer”. O “tratar como merecer”, obviamente, é uma relação, ao mesmo tempo, bilateral e assimétrica. Em alguns casos, ocorrem tratamentos extremamente desproporcionais — como uso da tortura — em outros casos, pode se desenvolver na forma de um diálogo bem humorado ou, até mesmo, uma situação de compreensão e respeito recíproco.

Essas variações estão conectadas à forma como se dá a interação, independente, da qualidade negativa ou positiva atribuída que pesa sob o morador.

Porque na abordagem, eu prefiro abordar um cara que é bandido, que ele não tenha problema em dizer que é bandido e que já foi preso, do que abordar um cara que se diz “cidadão”. Porque a pessoa mais chata de abordar é “o cidadão”, é o cara que para e diz: “eu sou um cidadão” (SD Dario).

O “cidadão”, em alguns casos, contesta a polícia dizendo o que ela deveria fazer e como deveria fazer. “Não aponta a arma não por que ela pode disparar!” Dizem alguns; outros, como o homem “trabalhador”, ordenam que os policiais “procurem os vagabundos”, destratando-os.

O pior lugar pra você abordar alguém é perto da casa dele ou, então, pessoas da família dele vendo, porque essa criatura chama logo a mãe: “mããããeee”, e eu não estou brincando, pode ser o matador que for, o traficante que for, se alguém tiver por perto ele chama logo a mãe. “Mãe, não sei o que...” aí vem mãe, vem tia, vem cachorro latindo, é horrível. A gente parou certo dia na rua tal no Bairro 2, e foi abordar os três indivíduos que estavam vadiando na calçada, aí paramos, achamos suspeito e decidimos abordar, durante a abordagem o pessoal estava distante uns quinze metros dele, todo mundo já se levantou: “é meu filho, é meu filho”, quando os policiais estão fazendo a abordagem, sempre fica alguém na cobertura dele, isto é, quando a composição está em três, um faz a cobertura de quem está fazendo a busca, e o terceiro faz a cobertura de quem faz a cobertura de quem faz a busca. Eu no caso era o terceiro, o pessoal vindo pra cima de mim e eu dizendo: “Afasta! Afasta! Fica aí!” Usando dos meios que a gente tem, usando do uso progressivo da força, no caso a intimidação, também, tá arma, aponta arma e sai daqui, porque a gente não sabe se o cara tá vindo armado quem são as pessoas, o que vai sair dali. Então você não pode achar que no momento da abordagem não vai acontecer nada, porque pode acontecer... [...]

Alguns de meus interlocutores compartilham o entendimento de que “vivem num sopro” e “cada momento pode ser o último” de suas vidas. Esse dizer nativo é reforçado por casos de colegas de farda, mortos ao longo da carreira, em razão de terem “errado” ao se descuidar e relaxar durante o serviço.

Na abordagem a gente não pode errar, porque só temos uma vida. Se errar não dá pra *resetar* e jogar novamente. [...] E tem gente que não deixa você fazer seu trabalho, que atrapalha. Tem tantas formas de atrapalhar nosso trabalho... se a gente está numa abordagem, querem chegar perto, querem passar na linha imaginária entre a ponta da minha arma e o alvo, que é o cara que pode reagir. As pessoas têm o prazer, mórbido, de passar entre o policial e a pessoa abordada. Tanto que, às vezes, por ter uma pessoa muito perto, geralmente homem, se aproxima, também, muito curioso, a gente pede para sair e ele não sai, vai pra parede também. Quer ser abordado? Então vá pra parede também. As pessoas não conseguem respeitar seu espaço de trabalho. Se você está escrevendo um texto, está no computador, você não vai chegar no cangote da pessoa olhar o que ela está lendo, o que ele está escrevendo. Entendeu? Só que as pessoas querem fazer isso com a gente, é difícil.

A abordagem aos cidadãos comuns, ou contra suspeitos, pode acontecer, indistintamente, no cotidiano da área. Os policiais costumam dizer que, no Bairro 2, quase todos

os moradores têm algum envolvimento com o crime, seja ele próprio envolvido, algum familiar ou amigo envolvido. Isto acarreta o desbotamento dos limites da distinção operada pelos policiais, entre potenciais “cidadãos” e potenciais “criminosos”, nas interações.

Dependendo da composição envolvida, os encontros entre polícia e população, promovidos a partir de um tipo de interação e troca específica, “tratar como merecer”, podem acontecer de maneira mais frequente e intensa, quando os PMs estão atraídos por forças centrípetas de seu ofício. Desse modo, são eclodidos diferentes desfechos e produzidas reciprocidades conflituosas entre policiais e moradores.

3.4. Construindo a suspeita

Escrevi no meu diário de campo que:

“Durante o traslado para uma ocorrência de violência doméstica haviam cinco jovens, concentrados em torno de um carro, com motos ao lado, que olharam desconfiados a passagem da viatura. O comandante da composição SD Élcio comentou, “aí uma situação boa de abordagem”, O motorista Jáder perguntou se ele queria abordá-los, eles hesitaram e a viatura seguiu em direção à ocorrência” [passagem do diário de campo]

Construir a suspeita é uma forma, particular, de construir o índice de acusação do outro. Esse é o traço característico da formação dos PMs, principalmente, nos aspectos concernentes à realização do patrulhamento de rua. Quando esse tipo de ação ocorre em bairros de periferia e estigmatizados como violentos, as suspeitas são fundadas com frequência considerável. Isto pode ser conectado com a construção temporal das ações da polícia no território, implicada na produção dos arquivos policiais e articulação entre normatividades de denúncias e convenções de suspeitas e classificações da PM nestes lugares.

A suspeita, ela se funda, infelizmente, no estereótipo, aquela pessoa de tatuagem, na maioria das vezes, até por que, embora nem todos tenham envolvimento, mas grande parte tem. Não sei se, felizmente ou infelizmente, o local que ele está, às vezes, é suspeito. Por exemplo, no Bairro 2 ali tem trechos que a gente sabe que ocorre o tráfico de drogas, uma pessoa que tá naquele local ali é suspeito, ou como usuário ou como traficante. A suspeita se dá pelo local, às vezes, pela vestimenta, não assim, que uma

peessoa que tá com camisa longa e calça folgada vai ser sempre suspeita, mas com base em informações, por exemplo, ocorreu um assalto e um indivíduo com essas características aí, possivelmente, tá armado, né? Ou que, às vezes de histórico. Houve um tempo que ocorreu vários assaltos de um indivíduo de capacete rosa, há umas três semanas. Quer dizer, não é a pessoa, é o conjunto de informações de ocorrências anteriores, que indivíduos com aquelas características cometeram o crime. (SD Garcia)

Fundar a suspeita é sempre uma relação de inferência, com base na possibilidade de “envolvimento com o crime” do morador suspeito. São formas diferentes de realizar o teatro de operações, baseado no conhecimento do policial da área. Seja através da leitura corporal do morador — de acordo com o imaginário, a intuição e experiência acumulada —, através das informações repassadas através dos meios de comunicação disponíveis aos PMs — seja pelo rádio, pela descrição dada por algum morador —, ou ainda combinando, ambas, possibilidades. Geralmente, alude à associação de crimes específicos.

Os policiais recorrem a meios de significação diferente para fundar suspeitas do tipo: “esse morador, com certeza, liga o som de forma abusiva”. A corporeidade é adicionada de outros elementos, a medida em que diz respeito a tipificações diferenciados de crime. Os casos relacionados aos crimes envolvendo tráfico de drogas e o porte de armas de fogo ou brancas são mais estritamente esquadrihadas com base na construção policial de um corpo suspeito.

O SD Ben descreve com grande riqueza a construção da suspeita articulada às corporeidades do suspeito e do policial, revelando a dimensão intersubjetiva da suspeição:

A fundada suspeita, ela principia pela denúncia, né? Mas pode acontecer sem ela, com apenas o trabalho de patrulhamento, quando a gente identifica o indivíduo, ela vem de várias formas. Por exemplo, a expressão de quase 90% do ser humano é a **expressão corporal**, né? Então, a partir do momento que você nota alguém, apressa o passo, entendeu? Ela tenta se evadir do local ou de repente joga algo, tenta esconder algo que pode ser uma droga. Então assim é fundamentada uma suspeita. Outro exemplo também de indivíduo na moto, né? Utilização de viseiras, né? A questão de placas de motos alteradas, **tudo é uma soma**. Só que a gente tem uma coisa, tem que pensar rápido, porque de repente um elemento desse que está *sob a fundamentada suspeita* ele tenta ludibriar a composição, ele só vai culminar a fundamentar a suspeita quando ele percebe que ele vai ser abordado. Então isso é rotineiro. Quando a viatura percebe um elemento que ele está cometendo assalto na área, ele está armado, mas ele não demonstra, mas a partir do momento que ele vai sentir que vai ser abordado aí ele já... **ele se denuncia**. Empreendendo fuga, dispensando uma arma. Então é mais por isso aí. Esse tema aí depende mais da perspicácia do policial, entendeu? *O policial olhar bem o semblante do olho dele assim e vê se denuncia alguma coisa*. Aí ele vai somando, é aquela coisa, ele tem que pensar rápido e aí aborda? Aí tem a questão do **elemento surpresa**. São inúmeras coisas que influenciam não só a fundamentar a suspeita, mas a própria relação da prática da abordagem policial, da cautela na

abordagem, da composição. São dois, são três homens, como eles vão se comportar no momento da abordagem, então são inúmeras coisas. Mas o termo perspicácia é o que é isso aí, o que vai determinar é isso aí. *Tem policial que ele não vai conseguir identificar uma fundamentada suspeita, entendeu? Mas vai ter aquele outro policial que vai identificar inúmeras, entendeu? Aí em cima disso ele vai querer fazer a abordagem.*

Um ponto deve ser considerado com cautela. Existe uma linha de força entre o conhecimento tradicional da polícia e o conhecimento cotidiano construído no devir “antigo” atravessante da subjetivação do policial. Neste sentido, os arquivos policiais constituídos enquanto saber-poder a despeito de regularidades criminais — possibilitando assim, a construção de um “perfil” de criminosos em potencial, acionando, ou não, formas de racismo no estereótipo do “vagabundo” ou “elemento” — estão estritamente articulados às formas policialescas de construção da suspeita e do suspeito.

O relato do SD Ben prossegue em seu raciocínio, a partir de um caso real, remontando as camadas simbólicas constituintes da fundação da suspeita que culminam no flagrante de uma prática criminosa mediante processos de visibilidade e dizibilidade:

Estava com meu parceiro e a gente estava percorrendo as mediações da rua tal do Bairro 2. Então, nós já sabíamos que havia ali uma... uma... através de denúncia já é alguns elementos que ficavam naquela área ali, que eram traficantes e aí a gente andava nesse quarteirão já com toda a atenção. Aí a gente se deparou uma situação de se deparar com dois elementos em uma moto, dois elementos em uma moto, pararam, entendeu? E mais, uns dois elementos em conversação, e quando eles notaram que a viatura estava se aproximando, eles tentaram ligar a moto para sair do local, ou seja, já fundamentou alguma coisa ali.

Há, no fazer do SD Ben e seu parceiro, a implicação decisiva do “teatro de operações”. A precipitação corporal dos suspeitos converteu-se na leitura de uma “tentativa de fuga” na percepção dos PMs, sendo o suficiente disparador simbólico de sua agência.

Por que eles queriam sair dali quando a viatura estava chegando? E, também, que a gente já tinha informações, que aquela área já tinha problemáticas de elementos que andavam suspeitos, né? Então, em cima disso a gente resolveu dar voz de parada na moto com dois elementos e os dois que estavam conversando com os mesmos. Aí, a partir daí, a gente identificou mais alguns adolescentes na calçada e uns dentro de casa, porque a porta estava aberta, né? A abordagem foi feita em casa, mas de frente a calçada eram os mesmos que estavam naquela residência, avistamos os mesmos entre eles, as mesmas pessoas. Então, eu acho, assim, na faixa de uns cinco elementos na parede já eu questionei os mesmos a saírem da residência para a realização da

abordagem, haja vista, uma certa suspeita, porque eles estavam juntos, né? Então fiz isso e ficamos com sete elementos na parede.

Ao construir a seleção dos alvos para abordagem, por estarem em desvantagem numérica, com apenas dois policiais, renderam os suspeitos e pediram reforço de outra viatura. O acontecimento tornou-se ocorrência policial, foi criada por conta própria dos PMs sem a realização da denúncia da população, por meio de processos de engrandecimento de complexidade.

Chegou uma viatura, [...] e fazendo a nossa cobertura eu realizei a busca e não encontramos nada, né? Com a proprietária da residência eu questionei se podia entrar na residência e ela liberou... Com seu consentimento eu adentrei a residência, aí, foi que eu identifiquei o elemento de fundamentada suspeita para culminar na apreensão.

O policial adentrou a residência e começou a construir a elucidação do crime, conforme combinava as peças do quebra-cabeça.

E tudo vai se somando uma série de fatores, como? Na hora de entrar na sala, eu identifiquei que tinha bebidas e alguns resquícios de entorpecentes, de cocaína, e algumas viseiras, fumês sobre o chão da sala, né? Então, vários elementos numa casa, entorpecentes e viseiras fumês? Então, no mínimo, eles estão fazendo, deviam está fazendo assalto e estavam gastando o dinheiro do assalto dentro daquela residência, né? Então, você já começa a fundamentar, né? Então, o que foi que eu fiz? A gente adentrou até o quarto e identificamos mais um elemento. Ou seja, tinha um elemento que estava dentro do quarto, que estava armado que poderia agir contra a composição, entendeu? Você faz todo um levantamento. A casa, ela não tinha saída pelos fundos, entendeu? Ou seja, não podia sair pela frente. Então, ele ficou ali perto, naquele quarto. Mas, como a gente teve a decisão de adentrar a casa, identificou ele. Foi para fora da residência e feita a busca também. Aí, ao realizar a varredura dentro da casa identifiquei uma arma, um *holsters* 38, inclusive, com a numeração raspada. *Então, são justamente essas coisas que falo “direitos dos manos” e tudo. Imagine só um elemento desse. Na lei, uma numeração de arma raspada não cabe fiança, mas imagina aí, eu passar em menos de uma semana identificar o mesmo elemento, entendeu?*

Toda essa operação ocorreu em questão de poucos minutos, desde o seu início até a chegada do apoio e as diligências pelo local que, fundamentam a suspeita e classificam as infrações, “enrolando” os moradores. Há um repertório policial utilizado para organizar o

sentido do que é encontrado na medida em que, os policiais estão se deslocando num suposto “campo inimigo”.

Do mesmo modo, nestas circunstâncias emergem as possibilidades imaginativas do que poderia “dar errado”, emaranhando ações deliberadas e planejadas no curso dos atos da polícia. Essas dinâmicas atravessam o fazer dos policiais de rua até a efetivação do aprisionamento e a produção das provas do crime⁹⁵.

Estas interações revelam a dinâmica das respostas da polícia às situações, com as quais, se depara em seu cotidiano, quando, em interação com moradores da área em que atuam. Elas estão entrecruzadas a interpretações do outro, com base na produção de escalas acusativas. Em alguns casos, esses mesmos procedimentos podem promover a leitura errada dos acontecimentos, podendo culminar em precipitações de abordagens sem sentido, não enquadramento do delito, e, em casos mais extremos, a precipitação da violência letal.

3.5. Ação e resposta: atitude suspeita interpretação da ação do outro

Com base na elucidação da dimensão relacional e situacional, das interpretações de atitudes suspeitas de moradores, empreendida pelo policial ou pela composição de policiais, em razão do patrulhamento de rua, deter-me-ei, aqui, a alguns dos meus dados etnográficos. As descrições acrescentam novas dimensões importantes das interações analisadas. Uma das cenas ocorreu na madrugada. Passavam-se das duas da manhã, a dupla de soldados Cain e Duarte acabava de ter realizado uma perseguição contra dois jovens, deslocando-se em duas motocicletas que empreenderam fuga da viatura em alta velocidade, despistando os policiais seguindo em direções opostas do Bairro 2.

Este ocorrido alterou o clima da viatura, elevando a adrenalina dos PMs. Percebi isto pelo tom da conversa entre os policiais após perderem, de vista, o suspeito escolhido para continuidade da perseguição. Depois disto, seguiu-se a completa ausência de movimento

⁹⁵ Segundo o SD Ben, mesmo a elaboração das provas, comprovando o porte de arma ilegal, cuja numeração do artefato bélico estava raspada, as mesmas não efetivaram a incriminação inafiançável do acusado. Esse tipo de acontecimento é, para alguns PMs, produtor de insatisfação e desmotivação da sua atividade. É reforçada pelo dizer: “a polícia prende, a justiça solta”. Mesmo produzindo estratégias discursivas, competentes para incriminar o morador, fazendo-o ser punido pelo crime cometido, as ações da polícia ostensiva foram desfeitas, segundo ele, na duração temporal de uma semana.

nas ruas dos bairros da área, os encontros com outras pessoas dos bairros tornaram-se, extremamente, raros.

Não mais que, minutos após o ocorrido, surgiu uma moto à velocidade média a frente da viatura, até então, o fato não foi considerado nada demais. Eis que o piloto vestido no capacete, por duas vezes olha para trás, enfia a mão em um dos bolsos retirando um objeto de cor preta. A ação do morador foi suficiente para que o soldado Cain, motorista, sacasse sua arma posicionando-a pela parte interna do para-brisa do carro mirando-a. Por sorte, no reflexo o soldado Duarte avisou ser um celular, o objeto sacado pelo morador, impedindo a efetuação dos disparos contra o motociclista.

A interpretação errada da ação do morador por um dos policiais por muito pouco não provocou a eliminação física, ou na melhor das hipóteses, o ferimento por projéteis de bala. A bilateralidade entre a ação realizada pelo morador e a interpretação dos policiais, divergiram quanto ao seu sentido, repercutindo na reação do policial. Esta dinâmica é uma condição peculiar da interação entre tais atores, que podem trazer tanto consequências menores, como sérias complicações num desfecho trágico, o que não ocorreu no caso citado.

Dessa forma, a reação do policial não é simplesmente um ato deliberado, e sim, uma ação situada. Ainda que, no sentido, puramente, imaginativo do teatro de operações, na interação descrita estava em jogo a sobrevivência dos policiais, no confronto com seu provável “algoz”. Esta reação, motivada pela atenção em torno do elemento surpresa, caracteriza a manutenção da “alerta constante”. Caso esta atitude reflexiva seja se perdida, poderá um dia resultar na morte do policial. Há, entre os policiais, narrativas repetindo o seguinte: “de onde menos se espera, poderá acontecer o pior”. O caso mais citado, entre eles, é a morte de um policial em ocorrência, na área considerada mais tranquila da região.

Há, em meus registros etnográficos, inúmeras ocasiões de “fundada suspeita” que se desdobram em abordagens. Há um ponto bastante reforçado nos diálogos travados entre policiais, conferindo maior suspeita a homens em dupla, locomovendo-se de motocicleta. Eles são suspeitos em potencial, tornados alvos para abordagem, associando, interpretativamente, a possibilidade de vinculação dos suspeitos com práticas de assaltos, por exemplo.

No início do turno B, ao se aproximarem de uma conhecida feira⁹⁶, situada ao Bairro 2, Dário e Guálter perceberam a chegada de dois rapazes de moto, a dupla de policiais aproximou a viatura, inaugurando a abordagem com o ato de fala: “encostem aí”. Depois de

⁹⁶ É o mesmo local mencionado no ponto, “2.2.2. Punições secundárias contra vagabundos”, pelo jovem como o local onde fora adquirido seu aparelho celular.

averiguar os rapazes, posicionados de costas para os policiais com as mãos na cabeça e pernas afastadas, descobriram serem, ambos, menores de dezoito anos, portanto, não possuíam habilitação. Os jovens disseram aos policiais estarem no local para compra de DVDs. Apesar dos jovens estarem praticando ações “fora da lei”, em virtude da abordagem acontecer sem resistência, sob o *reconhecimento do erro*, acatando a ação dos policiais, os dois foram dispensados de maiores punições.

Esta ocasião chama atenção para um princípio, constantemente, evocado: “tratar como merecer”. Em outras ocasiões, se o morador “inchar”, contestando a ação da polícia, as consequências punitivas tendem a se agravar. Assim, são produzidos princípios de equivalência, e não equivalências circunstanciais, distinguindo “tratamentos” e “merecimentos” diferenciados mediados, em acordo, com o sentido interpretado da ação do outro desdobrado em reação, ou resposta.

A busca de ação é, na verdade, uma importante dimensão das interações entre policiais e moradores fundada em ações, interpretações e reações que se forjam, simultaneamente, as práticas policiais no dia-a-dia.

Propõe-se, aqui, a superação da sutil diferença entre: o que é ação dos policiais e o que é a prática policial. Nem sempre todas as ações dos policiais são consideradas práticas policiais. Há, nesta proposta, um agravante que desbota, ainda mais, as fronteiras entre uma categoria e outra. O uso da força, de técnicas de mediação de conflito, técnicas do corpo para abordagem policial, fundar a suspeita, estão no rol das práticas policiais, reconhecidas, amplamente, por esta denominação.

A proposta, aqui adotada, por outro lado, revela ações como, por exemplo, a simples escolha de uma arma de longo alcance, com a intenção de intimidar “vagabundos” — por ter maior tamanho e expressão bélica — em certa ocasião, não é, usualmente, tratada por prática policial, entretanto, tal prática revela aspectos importantes neste campo de relações que permeia a execução do patrulhamento ostensivo cotidiano.

Explorar as ações policiais do ponto de vista sociológico torna-se mais interessante na medida em que, suas ações revelam dimensões de alteridade relativa com os moradores. Dito de outra maneira, suas práticas remetem e acionam as dimensões relacionais entre PMs e moradores, no cotidiano das AOs.

A relação com o “outro” encarnado no morador (num sentido plural), dentro do teatro de operações, multiplica as possibilidades e impossibilidades de encontros e desencontros, mediadas pela busca e fuga da ação. Suas ações, reações e interpretações, produzidas *in situ*, têm, como pano de fundo, formas de acusação negociadas a partir da

interação situada. Alguns elementos, aqui abordados, não são meramente particularidades singulares, mais identificam aspectos importantes das ações policiais em outros lugares. Sinalizando, dessa forma, padrões compartilhados entre PMs em sua ação cotidiana na produção de práticas com base nas localidades onde atuam.

CAPÍTULO IV

OCORRÊNCIAS POLICIAIS: COMO OS ACONTECIMENTOS NOS BAIRROS TORNAM-SE CASO DE POLÍCIA

“Cara, a ocorrência policial, quando a gente vai, temos que estar preparado pra tudo, a gente tem que lembrar que nunca saberemos o que vamos encontrar.” SD Dário.

O que é um caso de polícia? Esta indagação poderia remontar a todo um levantamento jurídico, do papel das forças policiais que organizam, selecionam e distribuem o que seria, por excelência, atribuição da polícia ou da atividade policial, tendo, por base, a manutenção da ordem pública. O “caso de polícia” está pensado a partir da interação de conhecimento com policiais militares, de forma que, analiso a expressão a partir do cotidiano da Polícia Militar, em suas atribuições no policiamento ostensivo e preventivo.

Todavia, o caminho investido, aqui, é outro. O centro da questão, para a construção da discussão pretendida nesse capítulo, é o seguinte: O que se torna caso de polícia no cotidiano do trabalho policial? Não se trata de restringir as possibilidades do envolvimento da polícia, mas de elucidar, com base no que ocorre cotidianamente, como se constroem as atribuições do ofício dos PMs. Para tanto, concentrarei o esforço analítico nas formas como eventos ocorridos nos bairros, envolvendo conteúdos plurais, podem vir a tornarem-se ocorrências policiais.

A ocorrência policial está pensada, aqui, como *os acontecimentos nos quais a polícia se engaja, desempenhando performances para sua possível resolução, com base nos seus recursos disponíveis.*

O trabalho policial, como forma de evitar e punir o crime ou ser chamado para entremeter-se nos conflitos de moradores, em determinados territórios, são caminhos apontados. Contudo, há uma chave de leitura que cabe ao inusitado, a imprevisibilidade e a surpresa, enquanto elementos agregadores da própria ocorrência policial. Há, no imaginário policial, marcadores de diferença de acordo com aspectos particulares de cada área, algumas delas, inclusive, não têm ocorrências com tanta frequência.

O tipo de ocorrência varia de área pra área, tem área que não tem ocorrência, por exemplo, o Bairro tal, a ocorrência que tem lá é som alto, mesmo assim, têm dias e lugares específicos, furto em residência, mesmo assim, não é muito. Tem áreas que costumam ter assalto. O lugar que tem mais ocorrência, sem dúvida nenhuma, é a parte do Bairro 2, do Bairro 3 e do Bairro 1. A ocorrência de todo tipo que você imaginar existe, até os tipos que você não imagina existem. *SD Diário*

Esse caráter é ilustrado através de casos que escapam, até mesmo, às tipificações de ocorrências, enquanto regularidades estatísticas. A área etnografada é narrada, por um dos seus policiais mais “antigos”, como local “de onde podem emergir ocorrências até mesmo inimagináveis”. Agregado a esta interpretação está a dimensão probatória de um mesmo tipo de ocorrência, ou seja, as maneiras como as coisas podem se dar na ocorrência. Essa pluralidade é remetida ao “elemento surpresa”.

É que muitos, desde quando eu comecei o trabalho, trabalho na polícia, define como uma ocorrência, ela nunca é igual a outra. [...] Então, se nós estamos com uma ocorrência de perturbação do sossego alheio, não quer dizer que a gente vai ser chamado, e outra, com a mesma definição desta ocorrência vai ser a mesma coisa. [...] Por exemplo, abordagem de um indivíduo suspeito, a gente recebe, o CIOPS modula para determinado local e definida como abordagem de indivíduo suspeito. Então, até aí se chamarem dez ocorrências para essa mesma tipificação, [...] nós vamos ter dez tipos de ocorrências diferentes. Como? A primeira poderia ser trote; a segunda poderia ter um indivíduo, mas não em situação suspeita, não é verdade? Vamos identificá-lo, mas não era em situação suspeita, [...]? Ou, de repente, a gente pode chegar e era um indivíduo em situação suspeita, e pode ter passado a arma para outra pessoa e a pessoa ter saído do local. De repente, esse indivíduo estava armado ou escondeu a arma em algum local. (Entrevista SD Ben)

As formas de recepção da PM, dos acontecimentos dos bairros, são centrais. São várias as maneiras, existem as chamadas “ocorrências de campo”, aquelas, com as quais, os policiais se deparam no transcorrer do patrulhamento, seja através do chamado do morador, ou da identificação do acontecimento em sua plena ocorrência. Existem, ainda, outras formas oriundas das ligações telefônicas para o 1-9-0. Através desta mediação é realizada uma chamada telefônica para a central de informações local da PM, os acontecimentos descritos são registrados e localizados, sendo repassados para as viaturas através do rádio transmissor, com o intervalo de tempo da transição da informação até o local de patrulhamento. Quando o telefone móvel da viatura está em pleno funcionamento, também recebe os chamados da população, entretanto, esta não tem sido a tônica dos últimos tempos. As recepções podem envolver outras dimensões. Alguns PMs, por exemplo, distribuem seus contatos telefônicos

para moradores no interior dos bairros, incluindo as mulheres “paqueradas”. Em alguns casos, esses moradores (as) realizam chamados diretamente aos policiais, eles, por sua vez, repassam a ocorrência pela central de informações, passando a se engajar nos acontecimentos.

Diante dos acontecimentos, os policiais deslocam-se em coletividades, em composição, desenvolvendo formas de “anteceder” através das manobras discutidas nas seções anteriores.

Esse fator, fator composição, como é que a gente vai chegar com dois policiais na viatura em três homens? Então, nunca uma ocorrência ele vai ser igual, ela vai ter. A gente tem que se anteceder, anteceder, é... anteceder os fatos. Como ele poderia acontecer, isso é uma série de fatores, né? Que é a questão da perspicácia mesmo policial, a atenção, a segurança. Porque a gente se depara com homens que estão... Que pode acontecer algo fatal e um elemento pode reagir contra uma composição.
(SD Ben)

Aquilo, mencionado pelos PMs remetendo ao caráter surpreendente iminente das “ocorrências”, diz respeito ao caráter agonístico, previamente, suposto enquanto possibilidade real. Na percepção dos PMs, o desfecho da ocorrência pode ser trágico, e uma possível reação dos suspeitos contra a composição ser fatal a um ou mais policiais. Existem inúmeras narrativas que mantêm isso. Uma delas nos conta o mesmo policial:

[...] Recentemente, a gente deparou-se com alguns em situação suspeita e conseguimos abordar um, fizemos uma segunda abordagem, descobrindo que esse elemento estava armado a revólver e, antes de empreender fuga, dispensou a arma e a bicicleta. Eu consegui dominá-lo, né? E quando eu peguei a arma dele, estava com a munição picotada, entendeu? Ou seja, já poderia ter reagido.

Tal dimensão acirra a rivalidade contra o morador, alvo da abordagem, por ser acusado ou estar em suspeição de ter cometido algo inadequado ou relacionado ao crime. Durante as ocorrências, ele pode ser um potencial algoz, encurralado neste papel pelos policiais, durante a abordagem, até concluírem não se tratar de uma potencial ameaça à integridade dos PMs.

Existem elementos cruzados nestas interações: a composição, os moradores, as razões. Tudo se passa com base nas circunstâncias locais. Esses fatores tornam-se elementos

considerados em seus vários sentidos e possibilidades, durante a constituição da ocorrência e as ações da polícia, para avaliá-la e tentar resolvê-la⁹⁷.

Essa pluralidade assume, de certa maneira, a centralidade das relações entre polícia e população. A análise, de algum modo, recai sobre os modos de ver, fazer e dizer antes, durante e depois das ocorrências policiais, do ponto de vista da polícia. Não se tratam, apenas, de ocorrências relacionadas ao crime, mas emergidas a partir de conflitos, muitas vezes, classificados como banais, nos quais, a polícia se entremete e participa decisivamente.

A fundada suspeita. Ela principia pela denúncia, né? Mas tirando o... mas tirando a suspeita, sem vir a denúncia com apenas o trabalho de patrulhamento, quando a gente identifica o indivíduo, ela vem de várias formas, por exemplo, a expressão de ‘quase noventa por cento’ do ser humano é a expressão corporal, né? Então, a partir do momento que você nota alguém, apressa o passo, entendeu? Ela tenta se evadir do local ou, de repente, joga algo, tenta esconder algo que pode ser uma droga. Então assim, é fundamentada uma suspeita. Outro exemplo, também, de indivíduo na moto, né? Utilização de viseiras, né? A questão de placas de motos alteradas, tudo é uma soma. Só que a gente tem uma coisa, tem que pensar rápido, porque de repente um elemento desse, que está fundamentada a suspeita ele tenta ludibriar a composição, ele só vai culminar a fundamentar a suspeita, quando ele percebe que ele vai ser abordado. [SD Ben]

Com base na construção do índice acusativo dos moradores pode instaurar-se uma ocorrência policial. Tal jogo perpassa uma série de eixos analíticos, no método dos PMs. As interações cotidianas são mediadas pelo deslocamento da viatura e os encontros *face-to-face* ou *car-to-face*⁹⁸. Um dos pilares está na “fundada suspeita”, esta ferramenta enumera, uma a uma,

⁹⁷ Goffman (2011) pensa situações comuns aos processos descritos, com base na ideia de “*maquinas decisórias*”. Mediante tais rituais de interação, estão envolvidas as possibilidades de arriscar chances consequenciais, percebidas na situação em que faces se engajam. Ocorre como numa aposta, onde estão postas as possibilidades de ganhar e perder, dar certo e não dar certo.

⁹⁸ Estou levantado a hipótese de que a viatura constrói um engajamento entre faces especial, nas relações entre polícia e população. Esta condição, define o espaço público, como espaço de interações entre faces conhecidas e desconhecidas através no traslado dos policiais pelos bairros. A agência humana e não humana do veículo constrói socialidades veiculares, nas quais o carro funciona como a rua às avessas, revelando interações instantâneas com inúmeras possibilidades de desentendimento e não correspondência, justamente pela condição passageira da polícia. “A rua” na compreensão dos policiais é o local do patrulhamento ostensivo é estática, um lugar. A viatura, ao contrário, move-se, é um vetor de mobilidades relacionais, visuais e comunicacionais. Seu movimento pode ser controlado pelo motorista, em interação com a equipe de policiais, e também redirecionado pelos usos locais da polícia dos moradores. Estas possibilidades ilustram socialidades veiculares implicadas, também, nas dinâmicas relacionais de policiais e moradores na promoção do patrulhamento ostensivo, como aspectos decisivos de conflitualidades marcadas pela presença não-humana do veículo-viatura.

in situ as potencialidades de suspeição do morador, avaliando o local onde se encontra suas características físicas, o veículo em que se desloca, suas expressões corporais diante da passagem da polícia etc. Alguns casos culminam em abordagens policiais ou perseguições veiculares. Pode ocorrer dos PMs não identificar atitudes fora da lei dos moradores suspeitos, avaliando, em quais casos, os moradores devem ser punidos ou se pode “deixar passar” seus delitos e infrações.

As ocorrências são classificadas com base em “níveis e níveis” de complexidade. Entretanto, estas codificações são enumeradas num momento posterior ao seu desenrolar. Por isso, agreguei a centralidade da análise nas maneiras, os acontecimentos são informados aos PMs produzindo os casos de polícia no bairro.

4.1 Os chamados para a polícia: denunciar e acusar algo ou alguém

É curioso entender como as ocorrências podem começar por um “chamado”, procedendo à descrição de pessoas, lugares, problemas, situações etc., podendo ser trotes, descreverem percepções exageradas, propositalmente, ou mesmo, especulações, apenas. Exagerar uma situação para criar uma passagem de um problema individual para uma abrangência coletiva é uma manobra similar às discutidas por Boltanski, Darré e Schiltz (1984) de “engrandecimento do *actante*”. Entretanto, tais manobras revelam negociações de sentido particulares, ocorridas cotidianamente. É um “compromisso pelo bem comum” singular, circunstanciado e não geral, que move tais relações.

Existem formas pelas quais os chamados são recebidos, contudo, houve limitações relacionadas ao sucateamento do programa⁹⁹ desde sua implantação.

No começo do nosso trabalho, os chamados eram divididos entre CIOPS e as ligações no telefone da viatura, só que esse telefone é muito problemático, porque é um chip de celular, num aparelho de celular comum, só que os aparelhos já eram pra quando o telefone fixo da viatura apresentasse problemas, e já faz bastante tempo que eles não estão funcionando bem, esses celulares eram mais ou menos top de linha mais de

⁹⁹ Vários policiais do programa comentaram que, eles, junto com o “Ronda”, de uma maneira geral, estão sendo vítimas de retaliações do Governador, por terem liderado o movimento grevista de 2012. Esta tônica se expressa na ausência de manutenção das viaturas, com aparelhagem danificada, e nos fardamentos e armamentos dos policiais de rua (ainda são os mesmos de quando ingressaram na polícia).

2008, mais ou menos quando começou o projeto, e, mesmo assim, já estavam ultrapassados, só que agora a gente já tá em 2012 eles, também, já não funcionam bem e não houve renovação, não chegaram celulares, então o chip no celular quebra um galho aqui outro acolá, a própria “OI” [operadora de telefonia] também não colabora, você liga, às vezes, não dá certo e tudo, então, a quantidade de ligações diminuiu bastante. (SD Dário)

Do ponto de vista normativo e legal, as etapas de um chamado realizado à polícia constituem-se, duramente, por atribuições selecionadas à polícia, sob um determinismo estrito. Necessariamente, envolveriam infrações, crimes e delitos, previamente, supostos. De forma a haver a conexão irremediável com a polícia civil, conduzindo os acusados à delegacia, onde se realizaria “o procedimento legal”, colhendo os depoimentos e instaurando o inquérito policial, acionando o termo circunstanciado, ou realização de boletim de ocorrência, com a participação da vítima e testemunhas. As etapas seguintes seriam realizadas pela polícia civil, enviando o caso à justiça. Os chamados realizados à polícia pressuporiam, desse modo, a existência da vítima, do perseguidor, do denunciante e das testemunhas implicitamente.

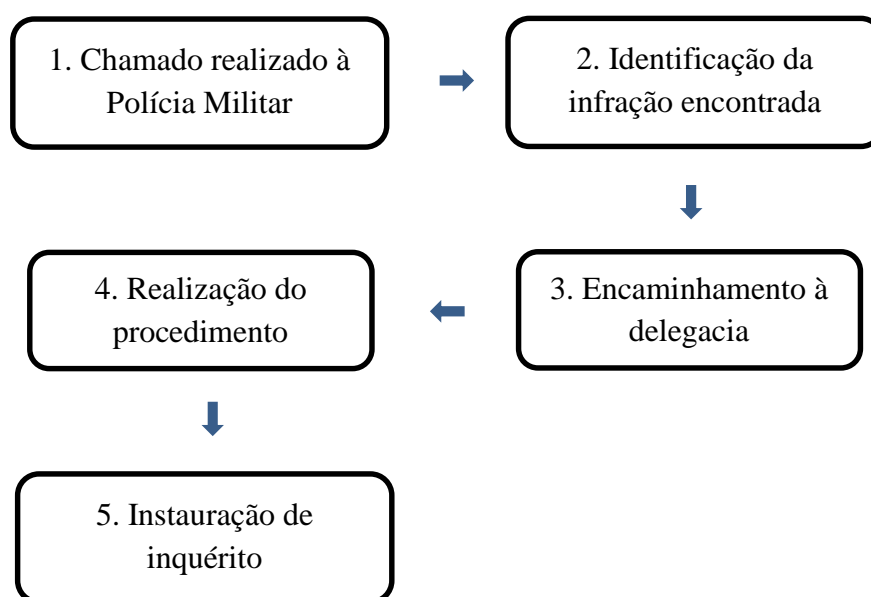


Figura 6. Modelo normativo das etapas de um chamado realizado à polícia.

Trata-se da caracterização geral dos chamados, pela natureza suposta do crime ou do delito, em tese, relacionados à manutenção da ordem — atividade constitucional¹⁰⁰ da polícia

¹⁰⁰ Tais atribuições estão citadas no artigo 144 da constituição cidadã de 1988.

militar, responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo. Neste esquema, está sintetizada, de certo modo, a forma normativa prescrita às etapas da ocorrência policial. Cada uma delas pode ser segmentada em microescalas, marcadas, ao contrário, do que a lei prevê, de jogos incertos. Durante a realização do procedimento, os policiais fazem o relatório da ocorrência e se envolvem na futura audiência judicial, no julgamento dos infratores. Esta, no entanto, é uma das possibilidades, apenas, do desfecho de uma ocorrência policial. Antes da identificação da infração, há a possibilidade de resolver ou “desenrolar” a ocorrência no local.

Misse (2010) chama atenção às dimensões morais dos usos dos códigos. Tal entendimento agrega elementos importantes a serem considerados, do ponto de vista das acusações, que incriminam em diferentes níveis os atores sociais, contextualizados por uma frágil noção jurídica de igualdade perante a lei. No cotidiano de práticas policiais, as dinâmicas acusatórias assumem significados situacionais, quase instantâneos, permeados por tensões semelhantes. Kant de Lima (2011), ao tratar discrepâncias entre o normativo e as práticas efetivas, tem como chave de leitura a noção de sensibilidade jurídica, marcada, em alguns casos, as posições e interesses específicos defendidos, instituindo disjunções entre lei e a prática.

Como relata um interlocutor:

A maioria, a grande maioria das ocorrências, a gente consegue resolver no local, até porque, não haveria condições, se a gente fosse levar tudo ao pé da letra nós entraríamos em serviço 06h00 da manhã, quando fosse 06h002min, já na primeira ocorrência, a gente já estava na delegacia. Ia passar o resto do serviço na delegacia, e o mesmo ia ocorrer com todas as viaturas, porque não há viatura que não atenda ocorrências. (SD Dário)

Na fala do policial, algumas infrações podem ser “deixadas passar”. Caso o contrário, o policiamento seria inviabilizado diariamente. É um contraponto interessante, caso a instituição cumprisse a lei ao pé da letra, não haveria policiamento ostensivo e preventivo. A contradição, no adjetivo, influencia diretamente os policiais a adotarem flexibilizações da lei. Nessas flexibilizações estão em jogo seus interesses em confluência com a construção das situações, produzindo as avaliações *in loco* dos “acontecimentos”, cuja atuação da polícia é mais relevante e como ela deve se proceder (agenciamentos estratégicos e táticos a serem mobilizados).

A primeira apreensão de arma de fogo da área ocorreu sob uma disputa inusitada. As viaturas do programa dispunham do telefone em perfeito estado. Entre o tempo de alguns minutos, uma viatura obteve vantagem em receber a informação, através do chamado de

moradores, descrevendo e localizando um “homem armado”. Numa ação calculada, a composição de policiais informada não repassou o “bizu”, pelo rádio, às demais viaturas, objetivando a vantagem de tempo para fazer a apreensão, autuando em flagrante o acusado — resultante na premiação financeira de 600 reais, previamente designada¹⁰¹. Os policiais podiam fazer outra coisa naquele momento: se afugentar, compartilhar a informação, cooperando e somando o número de policiais envolvidos, diminuindo a parte que caberia a cada um, mas não o fizeram. Caso tratasse de uma ocorrência mais complexa, em que houvesse um grande número de pessoas armadas, a logística de operação se daria de outro modo.

Em outra probabilidade, caso a denúncia fosse ignorada e não repassada para a central de informações, se, tragicamente, a arma fosse utilizada para um homicídio ou lesão corporal, a composição estaria em apuros e sofreria graves punições. Estas são dinâmicas atravessadoras da percepção da ocorrência pela composição, que nem sempre são consensuais.

Ao contrário do que parece, as denúncias feitas à polícia são invenções incrivelmente surpreendentes, não se compõem de um quadro geral espelhando, meramente, regularidades estatísticas de uma forma determinista. Os policiais são muito precisos ao afirmarem: “nenhum chamado é igual a outro”. Apesar de poderem ser tipificadas como “violência doméstica”, “arma de fogo”, “atitude suspeita”, cada caso, quando atendido, sempre está previamente dotado do “fator surpresa”. Alguns casos são bastante exemplares.

Num inusitado caso de ocorrência, os policiais receberam um chamado descrevendo a precipitação de um conflito interpessoal num campo de futebol através do telefone móvel da viatura. Ao chegarem no endereço descrito, os policiais se engajaram na situação e descobriram tratar-se de um impasse decorrido de uma jogada anterior da partida de futebol, travada num campo de várzea do bairro 2. Um dos times alegava ter a bola ultrapassado a linha do gol enquanto o outro negava prontamente. A desavença produziu o estremecimento do conflito beirando o confronto físico dos membros das equipes. Um dos policiais assumiu a mediação, o Soldado Fagner, sugerindo em seguida que o impasse fosse decidido pela cobrança de uma

¹⁰¹ O sistema de premiações, instaurado nas forças policiais do estado do Ceará, não envolvem as dinâmicas abordadas por Skolnick e Bayley(2006) quanto ao sistema de recompensas adaptado ao “policimento comunitário”. A definição da eficiência das ações dos PMs está, sobretudo, codificada no “combate ao crime” localmente. Duarte (2013) tematiza, em seu estudo, “o policiamento comunitário do Ceará” como ferramenta de governabilidade, imputando no seio da cultura policial local a dimensão empreendedora organizacional. Disto desdobra a produção de um sistema de recompensas financeiras para premiar PMs. Estas recompensas, entretanto, limitam-se ao “combate ao crime”. Os policiais são premiados com folgas por efetuarem prisões, recebem recompensas financeiras por apreender armas de fogo, mas não há premiações mensuradas pelo “aumento da confiança na polícia”, por exemplo.

“penalidade máxima”, feito que culminou na cobrança desperdiçada e a continuidade da partida entre os times, aliviando as tensões.

O que a princípio não seria um caso de polícia tornou-se forma de dissolver a precipitação de conflito numa disputa de futebol através da agência policial. Negociar a solução do chamado remonta a inúmeras outras possibilidades de conflitos: entre familiares, entre vizinhos ou entre marido e mulher. Nesse acontecimento, desencadeado pelo chamado realizado a polícia, a conexão comunicacional dos policiais com a população, permitiu tornar algo banal, mas ao mesmo tempo potencialmente conflituoso, numa situação de atividade policial, exigindo a performance criativa na mediação do “desentendimento”. A dimensão do “acontecimento único” expande o que a denúncia pode acionar como “elemento relacional” entre os policiais e os moradores vinculados ao território comum da “área de operações”.

Outro caso atípico, desta vez no Bairro 3, foi o de Rosana. A moradora identificou-se após ligação efetuada para o telefone móvel da viatura, comunicando aos policiais o endereço de determinada residência, no interior da localidade, denunciando uma “boca de fumo”. Ao chegarem ao local, os policiais descobriram, no entanto, que o endereço descrito era da nora da denunciante, com quem apresentava relacionamento familiar muito difícil. Ela havia feito a denúncia para causar-lhe constrangimento com a inesperada visita da polícia aos olhos de toda vizinhança. Os usos sociais da polícia revelam conflitos e envolvem os PMs nessa complexa teia de relações.

Chamar a polícia, denunciar alguém, além de engajar os PMs na tessitura conflituosa da vida social, indexa estigmas morais sob a figura de moradores. Tramar uma visita inesperada da polícia aos olhos da vizinhança tornou o acontecimento “fofoca” nos círculos de sociabilidade, produzindo a imputação do atributo negativo na moradora denunciada que teve sua casa vasculhada e foi acusada pela própria sogra de ser uma “traficante”. Os usos locais da polícia revelam, não apenas a proposição da “solução de problemas da comunidade”, mas uma caixa de ressonância e aprofundamento dos conflitos preexistentes nas populações, acionando a produção social do estigma local reforçado pela agência da polícia.

A esses casos somam-se muitos outros, nos quais, há possibilidades de resoluções dos conflitos dos moradores, ou sua inauguração e manutenção. Desse modo, ocorrem redimensionamentos da economia das conflitualidades locais, conectadas às práticas da polícia e implicadas em suas relações com os moradores.

É importante sublinhar, em meio as ações da polícia, as situações, nas quais, ocorrem reviravoltas das acusações produzidas pelos moradores, conforme os PMs deslocam-se para as ocorrências, engajam-se nas situações locais e interagem com seus partícipes.

Quando a viatura aproximava-se de um bar, aproximadamente às 19h00min, uma senhora, saindo do estabelecimento, chamou os policiais; com a aproximação da viatura, a moradora denunciou aos PMs sua vizinha, descrevendo as pedras atiradas pela perseguidora na porta de sua residência. A moradora indicou o endereço de sua morada, relativamente, distante do ponto onde a viatura encontrava-se. Através de uma conversa¹⁰², entre a composição na viatura, um dos policiais questionou a denúncia realizada, entendendo ser, apenas, uma forma de despistar os policiais daquele local. Por fim, conjuntamente, os PMs decidiram adentrar o estabelecimento, encontrando lá dentro cinco jovens tornado alvos de abordagem. Após o procedimento de revista, nada foi encontrado.

O contexto, criado e narrado pela denúncia, foi questionado com base na situação em que a vítima denunciadora encontrava-se. Após a escuta, o acontecimento e seus elementos situacionais foram redefinidos, convertendo a denúncia da moradora numa “atitude suspeita”. Deste processo sucederam instâncias de avaliação e tomadas de decisão, culminando na reviravolta inesperada da situação.

Os dados produzidos revelam manobras morais situadas nos contextos dos chamados dos moradores e das respostas da polícia. No entanto, a própria construção situacional da motivação desdobra novas avaliações sobre as respostas a serem dadas. Em alguns casos, o padrão convencional de respostas é redimensionado em razão das possíveis interpretações dadas às situações pelos atores sociais nela engajados.

Ao atender a ocorrência, os policiais foram mobilizados por chamados de moradores que manobram as possibilidades de uma dada situação motivadora da acusação à polícia. Os policiais participam na construção da situação e são definidos por ela.

Acontecimentos lúdicos, inusitados e conflituosos são construídos como ocorrências policiais mediante as formas dos atores lidarem com as possibilidades de denúncia e sua recepção, ampliadas na recepção móvel da socialidade veicular da viatura. Para abordar

¹⁰² A produção de “vocabulários de motivos” nas denúncias para a polícia, revela que nas formas de conversa¹⁰² “[...] may be concerned with the factual features of a situation as they are seen or believed to be or it may seek to integrate and promote a set of diverse social actions with reference to the situation and its normative pattern of expectations” (MILLS, 1940, p, 904). A denúncia trazida na conversa¹⁰², revela formas de ação situada, e ocorre originada de um motivo razoável, baseando-se em padrões sociais de resposta. A realização da denúncia se desdobra numa ação que está situada e motivada, explicitada pelo morador acusador na descrição do acontecimento e do acusado. No entanto, a própria construção situacional da motivação desdobra novas avaliações sobre as respostas a serem dadas. Em alguns casos, o padrão social de resposta é redimensionado em razão da interpretação da ação pelos atores sociais, nela engajados.

analiticamente esses casos, a perspectiva de análise situacional detalhada¹⁰³ pode fornecer recursos interessantes na compreensão das manobras morais dos actantes descritas.

Na produção social da ocorrência policial, os PMs são, comumente, mobilizados por “chamados” de moradores. Esta relação é permeada por manobras possíveis de dada situação motivadora na formalização de acusações à polícia. Neste processo, os policiais participam na construção da situação e são definidos por ela, todavia, esse jogo de cena é mediado pelo repertório de práticas policiais disponíveis. Há, desse modo, manobras desempenhadas com base nos mapas de recursividade agentiva policial. Tratam-se de cenas que revelam muitas dimensões em jogo para solucionar, ou não, ocorrências, satisfazendo, ou não, as expectativas dos partícipes do chamado tornado ocorrência policial. A atuação nas relações conflituosas

4.2. Manobras morais de acusação para a polícia

Ao atender a ocorrência, os policiais foram mobilizados por chamados de moradores. O chamado para a polícia manobra as possibilidades em dada situação de modo a torná-la motivadora da acusação. Assim, ocorre a conversão da trama social, formalizada na denúncia do acontecimento, em potencial caso de polícia. Neste processo os PMs são engajados na construção da situação e sua definição, envolvendo em alguns casos, assimetrias de poder.

A esse jogo de cena antecede a mediação do repertório de práticas policiais disponíveis, mobilizado de forma reflexiva e recursiva pelos policiais. Trata-se de cenas reveladoras, portanto, de muitas dimensões em jogo para solucionar ou não solucionar

¹⁰³ A afinidade com a análise situacional emergiu mediante a produção dos dados de pesquisa. “A meu ver, a análise situacional pode ser muito útil para se lidar com esse processo de opção, isto é, a seleção feita pelo indivíduo, em qualquer situação, de uma variedade de relações possíveis - que podem ser, elas mesmas, governadas por diferentes normas- daqueles comportamentos que consideram que, melhor servirão a seus objetivos. As relações e normas selecionadas podem, provavelmente, variar com referência a situações similares de um indivíduo e outro.” (VIELSEN, 1987, p. 364). Há, entre os dados descritos produzidos e a análise dos fatos, a imbricação de sua compreensão com a forma de sua obtenção. Nesse sentido, esses relatos revelam manobras morais na agência cotidiana de moradores e policiais, de acordo com situações específicas, há o esforço analítico nesta direção para entender as significações das práticas policiais mediadas pelo contexto situacional de sua produção.

“ocorrências”, satisfazendo, ou não, as expectativas dos partícipes do chamado que se tornou ocorrência policial.

Em alguns casos, denúncias despreziosas acionam a interação da polícia, desdobrando o engrandecimento de complexidade do caso exponencialmente. Ouvir um suposto pedido de socorro no vizinho, e, por conta disto, chamar a polícia pode ser o ato disparador inaugural de uma grande operação policial, como descreve o SD Dário:

Certa vez, chegou uma ocorrência pela CIOPS que tinha uma pessoa numa casa, lá no Bairro 2, escutando alguém pedindo socorro. A gente chegou lá, bem tranquilo, eu desci da viatura, o meu parceiro ficou da viatura olhando, aí eu bati na porta tranquilo, a casa normal, sem problema nenhum, a gente até estranhou, mas era lá o endereço repassado, batemos na porta saiu lá uma mulher bonita, assim, nova uns vinte anos no máximo, olhos verdes bonitos, com uma irmãzinha, também, bonitinha. Aí eu perguntei, tá havendo algum problema aqui?

- Não por quê? Por que foi que chamaram vocês aqui? (Respondeu ela)

O tom que ela falou isso me fez ficar meio receoso, parecia esconder alguma coisa, estava assustada. Expliquei-a que disseram que tinha alguém pedindo socorro, gritando na casa.

- Não teve nada não, aqui não. (Respondeu ela)

Falei tá certo, tudo bem. Mas aí, aquilo ficou me incomodando, no dia seguinte, houve um assassinato de um cara muito conhecido aqui que era um tal de “zé das patas”. A gente encontrou com uma senhora na rua chorando, a gente parou, e eu perguntei por que ela estava chorando, ela contou que mataram seu marido, “o Zé das Patas”.

- mas eu sei quem foi, foi fulana de tal, tá na casa tal, tá cheio de gente lá e eles tão comemorando a morte do meu marido. Uma casa preta, na rua tal, o número da casa é tal, tão tudo lá dentro, comemorando a morte do meu marido, eu digo mesmo.

Dali, a gente ligou pro cento e noventa e informou, pois não podíamos chegar lá batendo na porta só assim. A informação foi repassada até o serviço de inteligência, eles foram lá, fizeram o cerco, enquanto isso, a gente não saía de lá, porque sabíamos o que ia acontecer e ficamos pelas redondezas, quando a gente percebeu que eles estavam fazendo o cerco fomos também, mesmo sem eles chamarem, eles bateram na porta da frente e o pessoal começou a correr pelos fundos, só que nós já estávamos nos fundos, aí a gente deu de cara com o pessoal, conseguindo fazer a prisão. Meu parceiro subiu na casa, viu uma moça lá bem bonitinha, escondida dentro da caixa d'água, numa bolsa de mulher, que estava com ela tinha só duas pistolas e dois revólveres, e munição até a tampa, foi preso todo mundo, quando chegou lá que a gente deu a volta para ver qual era a casa, era a mesma casa do dia anterior, e as mesmas bichinhas bonitinhas. “Bonitinha e perigosa”, essa moça comandava o tráfico de determinada parte do Bairro 2 e já foi assassinada pelos mesmos familiares do “Zé das Patas” o nome dela era Fulana.

Estas dinâmicas atravessam a dimensão intersubjetiva das interações cotidianas dos policiais. Foram, justamente, os traços de empatia e desconfiança que permitiram o surgimento de possibilidades, até então imprevisas — na constituição dos jogos de poder, entre a polícia e a população, envolvendo denúncias —, trazendo, à tona, práticas criminosas no interior da Zona de Policiamento *Noir*. Pouco a pouco, um chamado desprezioso — com grandes chances de

ser considerado trote ou falsa interpretação, do denunciador do acontecimento, pelos PMs —, construiu-se, na duração temporal de um dia, um grande caso de polícia. A ocorrência policial relatada figura entre o rol das maiores operações policiais realizadas na cidade. A presença da polícia, circulando através da viatura, provocou o encontro com a viúva chorando, externando, aos PMs, o assassinato do seu marido por uma família rival.

Ao tornarem-se antigos, os policiais passam a conhecer as redes de conflitos dos bairros da AO, costurando alianças e suas práticas, através deles. Através da viúva, os policiais da “boa vizinhança” iniciaram a elucidação do crime, se envolvendo junto com o serviço reservado na operação que culminou na prisão dos criminosos.

Apesar de, juridicamente, o papel investigativo ser tarefa restrita à Polícia Civil, as tramas da vida social produzem novas formas de contornar os limites da lei. A investigação foi a ação central, a montagem do quebra-cabeça, através da curiosidade e interesse pelo “problema da moradora”. A ruptura entre investigar e patrulhar é prejudicial ao serviço de polícia, caso ela fosse levada às últimas instâncias, o crime flagrado não seria esquadrihado em sua dizibilidade e visibilidade. A PC, participou do processo, apenas, recebendo a acusação produzida pelos PMs, adicionadas das “provas do crime.”

A conversão do acontecimento do bairro, em ocorrência policial, produz a cooperação entre as seções da PMCE, seja por sua especialização¹⁰⁴ ou pela ampliação do número de homens necessários a operação¹⁰⁵. Assim, envolvem-se conjuntamente, ou assim permitem-se, mesmo não sendo, previamente solicitados. O desfecho da ocorrência policial foi na DPC, com a prisão, em flagrante, dos envolvidos. Porte ilegal de armas, tráfico de drogas, homicídio doloso e cárcere privado, são alguns dos crimes, dos quais, os moradores foram acusados.

¹⁰⁴ A seção P2, também conhecida como “serviço reservado”, é especializada como sendo o “setor de inteligência”. Os policiais não usam farda, nem seguem a disciplina militar, e envolvem-se na investigação e prisão de criminosos. O trabalho de Cavalcante (2013) faz uma discussão sobre as atividades de inteligência na PM a partir deste segmento.

¹⁰⁵ Algumas ocorrências necessitam da participação da GCM e do DEMUTRAM, pois extrapolam os recursos de ação disponíveis aos policiais. Caso seja necessário reter o veículo de algum morador, em razão de suas infrações de trânsito, os agentes do DEMUTRAM são acionados através de modulação por rádio transmissor. Do mesmo modo, caso não desejem constranger mulheres suspeitas para abordagem e revista corporal (como no caso da “traficante Dayane” mencionada no capítulo anterior.), os PMs costumam recorrer às agentes femininas da GCM, na falta de PMs mulheres de serviço na cidade.

4.3. Nem todos os crimes tornam-se incriminações

Outros casos, ainda que tipifiquem crimes, como de “lesão corporal”, por exemplo, podem ser “resolvidos no local”, dispensando a participação da polícia judiciária em sua elucidação. Esses acontecimentos são aqueles, cujas estatísticas criminais, produzidas através dos dados oficiais, não capturam. Esses casos são mediados pelas negociações *in loco* forjadas entre PMs, vítimas e agressores. Para se ter uma ideia, mais precisa, tomemos o relato do SD Ben:

Então, ontem a gente se deparou com uma situação que, a gente estava passando em um cruzamento de um bar e começou a vir alguns barulhos, deu para perceber que existia uma briga no local. Se tratava de um elemento que estava jogando garrafas contra o dono do bar, entendeu?

E de pronto, a gente percebendo isso aí, a gente adentrou ao bar e realizou a abordagem desse indivíduo, entendeu? Ele não reagiu, obedeceu a composição, foi feita a busca pessoal e a partir daí a gente foi identificar o que estava... qual era a problemática. Era óbvio que era a questão da bebida, era o consumo da bebida alcoólica ali e os ânimos alterados, e por conta até de uma conta que ele não quis pagar, não tinha pagado, então gerou uma discussão. Na verdade foi uma lesão corporal, para você ver, já teve uma tipificação, uma lesão corporal. E ao jogar uma garrafa, ele lesionou o amigo no pescoço e até a gente conduziu para o Hospital Regional. Então bem, foi resolvida. O elemento pagou a conta, na conversa e tudo, pagou a conta, disse até que ali era vinte anos de amizade, né? Então, para você ver, são níveis e níveis de ocorrência, né? (...) Imagine se fosse inimigo, não é?

São separações tênues entre os níveis de complexidade, interferindo na decisão de conduzir, ou não, as ocorrências policiais à polícia judiciária, resolvendo a ocorrência no local. Há um conjunto de elementos envolvidos nestas decisões. “A amizade de vinte anos” e o pagamento da dívida, no caso citado pelo policial, contribuiram para a não representação judicial da vítima contra o amigo, dispensando a acusação formal pela vítima. No caso, as partes sequer recorreram ao chamado à polícia, pois o caso foi, na verdade, uma “ocorrência de campo”.

A maioria dos acontecimentos, tornados casos de polícia, produz a negociação entre polícia, vítima e perseguidor, construindo o consenso situacional de interesses para a resolução da ocorrência, confirmando a tese de um de meus interlocutores: “a maioria das ocorrências resolvemos no local”. Os policiais, por um lado, não desejam passar horas e horas na delegacia à espera da realização do procedimento, o agressor está arrependido e resolveu pagar a conta, a vítima não desejava “representar” a acusação contra o mesmo.

Se por um lado, algumas ocorrências podem ser resolvidas no local de maneira regressiva, ou seja, aliviando as tensões interpessoais mediando o conflito; por outro, há “resoluções” mediadas pela progressão da tensão entre polícia e acusado, ampliando a complexidade da ocorrência.

4.4. Subindo a fâisca: “Não faça a gente vir de novo aqui”

Era um sábado ensolarado, acompanhava o patrulhamento no turno B, poucos minutos após seu início, a ocorrência de “som abusivo” no Bairro 1 recebida através do TMD, dava início ao serviço policial no dia. O local descrito era um bar. Lá, havia clientes sentados à mesa e vários carros estacionados na rua. Um dos carros estava com o aparelho de som ligado, porém, ao chegar ao local, os policiais baixaram janelas deslizantes laterais para ouvir o som ambiente, considerando que o aparelho não estava em intensidade “abusiva”.

Como não poderiam dar o flagrante, não dirigiram a palavra ao proprietário, retornando ao patrulhamento. Ao se distanciar do local, novamente, através do TMD os PMs receberam nova denúncia no mesmo local. A viatura novamente foi dirigida até o lugar, desta vez, porém, o motorista da viatura o SD Flávio, sem avisar ao restante da composição, tomou a frente da interação. O PM perguntou para os clientes quem era o “dono do carro” em questão. Dirigindo-se a ele ordenou a diminuição do volume, caso o morador estivesse o aumentado, conforme a polícia havia se afastado anteriormente. Em tom ríspido, disse para o morador: “não deixe a gente voltar aqui não, porque da próxima vez vai ser diferente”.

Pela terceira vez, horas depois, mais uma ocorrência de “som abusivo” no local foi recebida. Solicitando o apoio de outra viatura, os policiais promoveram uma operação ousada. Cercaram o local promovendo abordagens a todos os clientes do estabelecimento. Entre eles, estava “o dono do carro” denunciado, enquanto os clientes foram posicionados de costas para os PMs numa das paredes do bar, o carro emissor do “som abusivo” teve seu porta-malas fechado e o som desligado. Após as revistas não efetivarem flagrantes, os PMs saíram do local, finalizando a ocorrência.

São comuns denúncias de moradores relacionadas ao barulho provocado por aparelhos de som, principalmente, no interior do Bairro 1. Casos envolvendo o “som abusivo” são um exemplo, particular, de acusação. Geralmente, ocorre a denúncia de alguém afligido pelo barulho provocado pelo aparelho de som, denunciando, em alguns casos, vizinhos. Em

outros casos, são denunciadas pessoas desconhecidas presentes em estabelecimentos privados dispersos pelo bairro.

Este tipo de acusação envolve, além das pessoas, os objetos causadores do mal estar, motivando o chamado. Em casos assim, os desfechos podem ser vários. Uma das possibilidades pode ser a apreensão do aparelho de som pelos policiais, caso o proprietário negue-se a desligá-lo ou baixar o volume, levando, também, o acusado à delegacia para instaurar os procedimentos legais. Em outra situação, como é bastante comum de acontecer, o som é desligado ou baixado, a partir da interação com a polícia, com um pedido vocalizado pelos PMs, podendo ser cordial ou mais ríspido, conforme cada situação.

4.5. Os chamados à polícia de quem menos se espera

Os usos da polícia nas tramas cotidianas conflituosas ganham contornos especiais, em certos casos. Nestas circunstâncias, os casos envolvem os chamados realizados por aqueles interactantes, mais comumente, associados ao papel de denunciados.

Num caso bastante conhecido pelos policiais da corporação local, o jovem Fábio de 19(dezenove) anos, considerado “vagabundo”¹⁰⁶, após sofrer uma tentativa de homicídio, precedida de uma série de ameaças feitas por rivais de seu bairro, chamou a polícia. Na ocasião, o rapaz pediu a proteção dos policiais, pois estava prestes a morrer, acionando, como última possibilidade de salvação, a força pública. Os PMs o levaram até a delegacia para denunciar os possíveis algozes, instaurando um boletim de ocorrências indicando os acusados do crime de ameaça e tentativa de homicídio.

A solução provisória se deu nesses termos, a pedido do próprio acusador, conhecido pelos policiais pela prática de assaltos em outros locais da cidade, além do seu envolvimento com o tráfico de drogas e a prática de homicídios, residente no Bairro 2. A sua carreira moral de criminoso tinha tornado os conflitos interpessoais, construídos ao longo do tempo, em inimigos dispostos a assassiná-lo. Semanas após o ocorrido o jovem foi assassinado e o

¹⁰⁶ A figura do vagabundo é uma categoria nativa do policial, no sentido adotado pelo policial na conversa, o “vagabundo” era um jovem conhecido dos policiais por cometer assaltos no Bairro 2. Os usos do termo vagabundo pela polícia merecem discussão mais aprofundada.

procedimento, junto a solicitação de proteção, não objetivaram a manutenção do seu direito a vida.

Os usos da polícia manobrados por criminosos constituem uma trama importante na tessitura da construção das ocorrências policiais. O Bairro 2 da área é tido pelos policiais como local de concentração de inúmeros pontos de venda de drogas ilícitas, as chamadas “bocas de fumo” ou “biqueiras”. A difusão deste mercado ilícito gera inúmeras disputas em torno da territorialidade, do comércio e do lucro. O “crime” é tema de denúncias anônimas feitas, segundo os policiais, pelos próprios traficantes, denunciando outra “boca”, com a qual, competem mais diretamente¹⁰⁷ pelo comércio ilegal.

As várias possibilidades de denúncia para a polícia têm capilaridade nas formas de interação com os PMs da área desde a implantação do programa, como menciona o interlocutor:

Pode acontecer quando a gente já conhece o pessoal na área que alguém, que seja da nossa confiança, ou então que a gente já conhece de outras épocas, de passarmos nosso telefone pessoal. [...], até hoje o pessoal liga. “Roubaram a moto do meu amigo” ou então: “estou morrendo aqui na peia vem me ajudar” acontece muito também, o que acontece é de alguém que tem seu telefone ligar pra você pra você ligar pro 1-9-0. Aí eu sempre oriento: pode ligar pra mim, mas ligue primeiro pro 1-9-0”. *SD Dário*

Cada uma dessas denúncias, entretanto, pode ocorrer de diversas maneiras: através do telefone móvel da viatura, do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS¹⁰⁸), em conversas informais com moradores, no telefone pessoal dos policiais, ou, inesperadamente, numa batida de janela.

¹⁰⁷ O trabalho de Pinheiro, Barbosa e Sousa (2012) discute essa relação, a partir de traficantes presidiários residentes do Bairro 2, na cidade de Juazeiro do Norte - CE.

¹⁰⁸ Sigla que nomeia a central de informações responsável por gerir as denúncias efetuadas a partir do 1-9-0.

4.6. Negociar a ocorrência

Elucidando melhor como chegam as denúncias da população aos policiais da “boa vizinhança”, tudo se passa por meios de negociação de sentido, interesses e disposições dos policiais de serviço. Acontecimentos, em tese, não relevantes ou inviáveis, para intervenção policial, podem ser negociados e tornarem-se casos de polícia.

Casos tidos como de “fácil resolução” podem precisar da intermediação da polícia judiciária. Assim como, ocorrências, geralmente, levadas à polícia judiciária podem ser resolvidas no local. Em suma, ocorrem reordenações de possibilidades, conforme se constroem os casos, e ocorrem as “tentativas de resolução” das ocorrências.

Existem casos exemplares, como o narrado pelo soldado Dário:

O cara ligou pra CIOPS, informando que ele tinha sido roubado, no dia anterior, e que ele tinha achado o celular, e sabia onde o celular estava [...] quando chegamos lá, morava no edifício tal.

Ai ele disse:

- Olhem, meu telefone é da LG ele tem um localizador, um GPS

E ele estava com o *tablet* dele.

- E eu estou vendo aqui que o aparelho, ele tá no cruzamento da rua tal com rua tal no Bairro 3, tem como a gente ir lá para ver se acha?

Agente falou, tem. Só que o único problema é a gente chegar lá e não encontrar, pois o GPS não é preciso 100%. Ele não vai dizer o número da casa que tá, caso ele esteja dentro de uma casa não vai ter como invadirmos o local atrás desse celular [...].

Da negociação, entre a vítima e os PMs, iniciou-se uma operação inusitada: de perseguição ao invisível. Enquanto a viatura deslocava-se pelo rastro do GPS, do aparelho celular, o objeto era deslocado do Bairro 2 para o Bairro 3 e, novamente, para o Bairro 2. Depois de a perseguição durar quarenta minutos, o aparelho foi abandonado em plena via. Sendo apanhado por um morador do Bairro 2, identificado pelos policiais, objetivando a recuperação do bem do morador.

Foi muito interessante essa ocorrência, pois partiu da vontade, entendeu? No nosso caso, a nossa atividade, tem muito da sorte da vítima, que ela vai dar de quem vai estar dentro da viatura. Pois cada pessoa é um universo. Cada policial, antes de ser policial, ele é uma pessoa. Tem pessoas que são preguiçosas, tem outras que não são. Alguns são proativos outros não são. Pessoas que tem liderança outras não, algumas se interessam, outras, não estão nem aí. Tem gente que entra na viatura só para passar o

serviço, tem gente que entra na viatura, só para estudar, pensando em entrar em outro concurso, tem gente que entra sem pensar em nada, e tem gente que entra na viatura para fazer o serviço, entendeu?

A “sorte da vítima”, de encontrar policiais dispostos a se aventurar em ocorrências como a descrita, talvez não se repetisse com outra composição de policiais. Boa parte dos chamados passa pelo crivo dos atendentes do CIOPS, nas denúncias realizadas pelo 1-9-0. Lá, as denúncias são recebidas, ouvidas e distribuídas para as viaturas. As denúncias, só então, são encaminhadas à viatura. Caso não sejam trotes, estarão abertas as negociações de sentido entre policiais, vítimas e acusados — ou apenas, com o acusado e vítima, em separados. A partir dali, são abalizadas as possibilidades e decidido o desfecho, ou não desfecho dos acontecimentos, constituindo, ou não a ocorrência policial.

A ocorrência não é apenas o acontecimento tipificado, mas o desenrolar das etapas interacionais *in loco* até as instâncias judiciais futuras, delas emergidas.

Neste caso, a composição de dois policiais conseguiu recuperar o celular, arrancando elogios da vítima. O rapaz tirou fotos com os policiais, a serem divulgados na rede social *facebook* “os melhores policiais da melhor polícia”, dizia a vítima¹⁰⁹.

A negociação envolve uma troca de ordem simbólica. A transação é perpassada por “*máquinas decisórias*”. As ações da PM tornam-se apostas efetivadas, ou não, como ganhos em termos de reconhecimento, diversão e gratidão.

Esta interação pode ser remetida ao ponto discutido, anteriormente, a respeito da gratidão de moradores e a reciprocidade de “servir” e ser “reconhecido”. Nessa direção, esse tipo de relação é um eixo decisivo das ações cotidianas da polícia, revelando as negociações simbólicas entre vítimas, PMs e algozes, repercutem em novas elaborações dos significados de sua profissão.

¹⁰⁹ Esse tipo de relação remete a conjugação do “servir” e ser “reconhecido”, como no ponto tratado na seção 2.5. **Um parêntese: Gratidão de moradores, servir a população e ser reconhecido**”. Estas relações são marcas decisivas nos processos intersubjetivos implicados na agência policial. Nestas ocasiões, os laços construídos entre PMs e moradores inscreve em suas memórias — imbrincadas nos seus esquemas de percepção, pensamento, cognição e ação — uma dimensão do sentido da atividade policial articulada a questão existência da profissão: “Qual o sentido do que faço?”.

4.7. A dimensão sociológica da denúncia

O modo de acessar as ocorrências policiais, oriundas de chamados, ou de ocorrências de campo, a partir da interface etnográfica da observação e das falas nativas, é difícil de ser operacionalizada da forma como fizeram Boltanski, Darré e Schiltz, (1984), através da análise estatística. A denúncia à polícia, sinônimo de “ligar pra polícia”; “chamar a polícia” ou “chamar o ronda”, é acessada de formas diferentes, não se compondo, apenas, de um registro formal do CIOPS (denúncias realizadas através do 1-9-0), possuindo propriedades que não podem se desvincular do cotidiano dos policiais, da observação direta e de registros informais.

As formas de acusação encarnam-se de forma peculiar nas interações de policiais e moradores, as circunstâncias e os motivos para acusar alguém, denotam, como observa Werneck (2009), uma recomposição de regras rompidas no plano das circunstâncias particulares das relações sociais. Esta condição é reveladora da produção social da acusação e é trazida aqui como acontecimento mediador dos usos sociais da polícia e suas consequências.

A recomposição descritiva e analítica das denúncias realizadas à polícia permite acessar formas de convivência social particulares, atravessando possibilidades de discordâncias e juízos de valor sobre as ações do outro, ensejando formas de conflitos na tessitura da vida social.

More frequently, the scene turns into a discussion in which criticisms, blames and grievances are exchanged. The scene develops into a dispute. The word ‘scene’ suggests domestic quarrels, and the word ‘dispute’ judicial litigation. The first are seen as informal, whereas the second are managed by the judiciary system. But there are plenty of intermediate cases, like, for instance, disputes on the shop floor or the office, between customers and employees, or disputes in the street, between drivers. We have investigated the common features of those very different situations and, thus, tried to outline a general framework for the analysis of the disputing process in a complex society. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 360)

Os autores estão tomando por pauta uma face das relações sociais a serem levadas em conta nas análises sociológicas. A “capacidade crítica”, mobilizada no plano da vida social ordinária, é tornada uma dimensão importante de diferentes “gramáticas de justiça”, em alguns casos, relacionadas às formas sociais de acusação. Todavia, a perspectiva de encarar a acusação

como um convite ao acordo, tem de ser relativizada para pensar a agencia policial cotidiana nas respostas e recusas aos chamados dos moradores.

A denúncia de um morador, todavia, pode ser um convite ao acordo como, também, uma acusação rompedora de relações. Um chamado para solucionar um problema de “som abusivo” de um vizinho conhecido, pode, perfeitamente, passar de um convite ao acordo para um estremecimento complicador dos laços sociais, precipitando uma rixa. Um traficante denunciando seu concorrente, objetiva eliminar um adversário no comércio de drogas, e o acordo é, apenas, unilateral.

As multiplicidades, explicitadas na tessitura social pelas denúncias realizadas à polícia, se aproximam da concepção sociológica de conflito. Os momentos de conflito podem precipitar, tanto acordos como ruptura de laços, ao obrigar atores antagônicos a concordar ou repelir-se completamente.

Em condição de paz, o grupo pode permitir que membros antagônicos convivam em seu interior, numa situação indeterminada, porque cada um deles pode seguir seu próprio caminho e evitar colisões. Uma condição de conflito, todavia, aproxima os membros tão, estritamente, e os sujeita ao impulso tão uniforme que eles precisam concordar ou se repelir completamente (SIMMEL, 1987, p. 154)

Uma ocorrência de conflitos de vizinhança, ao ser denunciada à polícia, por uma das partes, pode se desenrolar de diferentes formas com base nas circunstâncias da interação. As formas de agir da polícia, diante da situação, a gravidade da acusação e da responsabilização, condições correlacionadas, podem modificar o desfecho da ocorrência, mas não a produção da acusação.

A denúncia à polícia traz para o processo de acusação, ou de crítica, o estado na forma dos agentes policiais. Foucault (2002), ao analisar a genealogia do inquérito, chama a atenção para a forma como através dos tempos, os processos de acusação, pautados nas demandas por justiça nas diferentes épocas, com o passar do tempo, deixaram de ser uma relação entre acusador e acusado, desde quando o Estado se apropriou de ferramentas que esquadrinharam a construção da verdade nos procedimentos acusatórios. Sob esta mediação o processo de acusação, prova e restituição torna-se condição das maneiras sociais de acusação baseadas numa estrutura de justiça ocidental.

Em certo sentido, a denúncia pode ser percebida enquanto estratégia discursiva de poder na agencia policial cotidiana. Dessa forma, deve-se levar em conta, também, que a

capacidade crítica, ou de acusação, por assim dizer, não se esvanece nos conflitos relatados nos chamados acionadores da polícia. Os policiais encarnados na agência micropolítica estatal estão, também, sujeitos, a acusação dos atores envolvidos na interação.

Existem casos, nos quais, ao intervir nos conflitos interpessoais dos moradores, tornados ocorrências policiais, os PMs passam a entrar em conflito com os atores envolvidos na ocorrência. Estas possibilidades ampliam as chances dos policiais se “excederem” e serem denunciados¹¹⁰.

Como no caso de uma travesti que estava num bar, num posto de gasolina desse, aí quando foi sete horas as da manhã foi pagar a conta e dava três reais, uma cerveja, aí ela quebrou o copo, pois ficou com raiva de sei lá o que foi...aí a conta deu três reais da cerveja mais o valor do copo quebrado, só que ela não quis pagar. Mas ela estava com um complexo lá de que era preconceito, por que ela era travesti, e estavam querendo cobrar dela e ela tinha dinheiro, já tinha morado na Espanha, que ela tinha um carro, tinha uma moto e ela tinha dinheiro para pagar. Mas não ia pagar. Chegamos lá, ela, a gente tentou conversar com ela, ela desacatou a gente dizendo que estávamos com preconceito, e veio pra cima da gente, aí tivemos que imobilizar, e algemar, como algemou ela ainda continuou se esperneando, chutou a gente, aí a gente usou da força, levou ela pra delegacia. [...] Agora, se você olhar, friamente, o caso, você vai levar uma pessoa presa por que estava devendo três reais? Não faz sentido. Ah! Os policiais foram abusivos, foram autoritários, mas aquela situação exigiu, aquele contexto exigiu. Na delegacia “a gente ficou foi colega”, a gente tirou onda com ela, ela tirou onda com a gente, do tanto de tempo que ficamos lá esperando, mas foi necessário, às vezes, parece que não é, mas é necessário no caso dela, caso tivéssemos deixado ela lá seria pior.

A denúncia à polícia, dessa forma, apresenta-se como forma de acionar os policiais para interferir em circunstâncias do dia-a-dia, ocorrendo como ação dos moradores em contextos e situações, cujos conteúdos são plurais (vizinhos barulhentos, perturbação da ordem, briga de vizinhos, violência doméstica, tráfico e uso de drogas etc.). Argumento serem, as denúncias realizadas à polícia, mediadas por disparadores morais dos atores ao “chamarem a polícia”. Após o disparo, a informação do acontecimento denunciado, independentemente de seu motivo, pode tornar-se caso de polícia. Além de ser uma manobra, a denúncia não está

¹¹⁰ O estudo de Pinheiro (2008) realizou um levantamento na corregedoria da polícia do Ceará, seus dados revelam descrições dos casos de maior recorrência de denúncia de policiais militares e civis tipificados como: “Agressão física e moral/Ameaça de morte/Invasão de domicílio/Extorsão”. Durante o atendimento às ocorrências, caso os policiais cometam “excessos” poderão ser denunciados na corregedoria. É muito comum os PMs serem denunciados no quartel da polícia local. Caso a denúncia chegue até os comandantes, o policial terá de prestar contas de seus atos e poderá ser punido, como já ocorreu com alguns interlocutores, podendo ser transferido, receber advertências por escrito ou preso no quartel.

desconectada de códigos de condutas e regras a serem seguidas, ou, de outra forma, uma circunstância desencadeadora.

Austin (1970), em seu famoso texto “*A plea for excuses*”, discorre sobre a forma como as desculpas dadas pelos atores sociais na vida ordinária são uma importante fonte para pensar a ação social. O autor define as desculpas como frases proferidas por atores acusados de terem feito algo inadequado, podendo se configurar como justificativas (quando se admite a culpa, mas se contextualiza para explicar a ação acusada), ou uma desculpa (quando não se admite culpa, argumentando ser acidental e não intencional etc.). Parte decisiva das interações e acontecimentos inauguradores de ocorrências policiais está permeada por formas de acusação.

Acusar alguém é uma ação social dotada de sentido, há uma negociação por trás do processo de acusação, engatilhando a possibilidade de compreensão. Negociar o “bem do outro” é a chave de leitura, interessante, para pensar a denúncia de um caso de violência doméstica de um casal vizinho — chamado constante no cotidiano dos policiais do “Ronda do Quarteirão”.

Entretanto, mesmo negociando o “bem” do morador vizinho, a acusação poderá causar o “mal” a alguém. Por exemplo, denunciar um aparelho de som em nível abusivo, pode causar um constrangimento ou penalidade ao proprietário do som denunciado. Entretanto, o som, em níveis altíssimos, aflige a toda a vizinhança próxima do local de onde o som se propaga.

Chamar a polícia, nesse sentido, é a expressão de um processo cotidiano e corriqueiro, antepondo lado a lado denunciadores e denunciados inaugurando, também, a possível mediação da polícia em intervir nas situações, localizadas pelas informações repassadas à polícia. Assim, as conexões entre as ações dos moradores — levando em consideração sua agência frente às circunstâncias cotidianas —, e as formas reflexivas e acusativas nos modos de agir policialescos, traduzem um universo intersubjetivo de produção de práticas e praticantes.

Nessas narrativas, “falar é fazer” (AUSTIN, 1955), de outra forma, a denúncia não, apenas, descreve um estado de coisas, mas de outro modo, produz um estado de coisas. A denúncia é performática, podendo ser pensada como um empreendimento moral dos atores sociais, não, meramente, no sentido de criadores e impositores de regras como pensa Becker (2008), mas em empreendimentos engenhosos, antevendo manobras através de regras já existentes ao seu favor, ou de outrem.

Via de regra, nem todas as denúncias podem repercutir em ações de resposta, mas a denúncia não é pensada como uma ação vazia, no sentido de desconsiderar um *feedback*, mesmo sendo negativo¹¹¹.

Ocorrem no processo de chamar a polícia, assim como, as fofocas enquanto “[...] as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas, uma as outras[...]” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.121) transmite-se, de certa forma, informações depreciativas sobre alguém; como no caso da sogra que denuncia a nora de promover tráfico de drogas, citado anteriormente. A denúncia à polícia não precisa, necessariamente, ser transmitida por mais de uma pessoa. Embora, receber várias denúncias de um mesmo caso potencializa as chances da polícia ir, ou chegar mais cedo ao local, e de certa forma, angaria mais legitimidade à acusação, desconsiderando a possibilidade da denúncia ser um trote.

4.8. Um modelo actancial para as denúncias realizadas à polícia

Boltanski, Darré e Schiltz (1984), a partir do estudo estatístico das cartas de denúncias públicas enviadas ao *Le Monde*, propõem um modelo actancial, com quatro actantes: “1) celui qui dénonce; 2) celui en faveur de qui la dénonciation est accomplie; 3) celui au détriment de qui elle s'exerce; 4) celui auprès de qui elle est opérée. ”. Os autores pensam o modelo com base das denúncias públicas analisadas, pois se relacionam a coletividades e indivíduos e denunciam, também, perseguidores desconhecidos ou coletividades (empresas privadas, o Estado etc.). O modelo antevê, além do denunciador, da vítima, do perseguidor, o receptor/julgador da denúncia.

Cada caso denunciado pode expandir um actante em detrimento de outro, alcançando menor ou maior grau de singularidade-generalidade. O modelo actancial é, na verdade, o método de pensar as denúncias públicas analisadas. No que se refere às denúncias feitas à polícia, a construção de um modelo actancial necessita ser expandido para pensar outras

¹¹¹ A não resposta às denúncias é motivo de depreciação à instituição policial. Caso o policiamento não responda às solicitações da população, o conflito entre polícia e população passa por instâncias de engrandecimento. A omissão pode ter consequências negativas, não só para a população, ao ter desprezada sua solicitação, mas, como para os policiais omissos. Estas implicações serão discutidas de maneira mais aprofundada no Capítulo V.

questões. Denunciar alguém para a polícia pode envolver a denúncia de um lugar, de um bairro, um endereço, um objeto e, é claro, não se pode esquecer o próprio ator social denunciado.

A denúncia feita à polícia, nem sempre precisa ser identificada¹¹² ou, de outra forma, a identidade do denunciador, que pode, também, ser a vítima (*celui en faveur de qui la dénonciation est accomplie*) nem sempre se efetiva na conversão dos acontecimentos em casos de polícia. A denúncia é ampliada pela circulação do veículo, uma recepção móvel da denunciação mediada pelo dispositivo viatura. Há uma transação entre quase ações, quase pessoas e quase objetos, na produção das denúncias na Zona de Policiamento *Noir*.

A noção de “bem comum”¹¹³ é ressignificada pelas denúncias observadas, a acusação não, necessariamente, está atrelada a um compromisso pelo “bem comum” da vizinhança, do bairro ou de toda a sociedade (esticando um esforço de tornar um problema singular implicado na abrangência coletiva maior). Às vezes, o que está em jogo é um “bem particular” específico a cada tipo de situação, mesmo alcançando abrangências mais generalizantes, a partir da singularidade de cada caso. A denúncia de um traficante contra outro traficante, motivada pela disputa do mercado de drogas, do tráfico no bairro, pode ser pensada como negociação de um “bem para si próprio”, feito alcançado através das pretensões de um ganho coletivo (a prisão de um criminoso), se disfarçando, dessa maneira, para alcançar seu objetivo.

¹¹² O telefone móvel da viatura não identifica o número do telefone de quem denuncia. As denúncias chegadas através do TMD, em sua maioria, não descrevem seus autores. As modulações de conversações por rádio transmissor, raramente, revelam a identificação do denunciador.

¹¹³ “O bem comum” está, aqui, associado ao desenvolvimento de justificativas com base nas diferentes gramáticas de justiça, às quais, os atores sociais recorrem para desempenhar as denúncias à polícia.

PARTE III

CAPÍTULO V

ENROLAR, SE ENROLAR E DESENROLAR: RECIPROCIDADES ENVOLVENDO REGIMES DE PUNIÇÃO E ACCOUNTS ENTRE PMS E MORADORES

Neste capítulo, pretendo esmiuçar como ocorrem formas de reciprocidade, envolvendo policiais e moradores, mediadas por dispositivos morais de acusação, repercutindo na produção das práticas policiais do local. Buscarei descrever e analisar as formas de *accountabilities* efetivadas com base nas circunstâncias locais, e atravessadas por moralidades contingenciais policiais.

A forma de desempenhar o trabalho, sem prejudicar a construção da carreira moral, é uma subjetividade implicada em diversos mundos profissionais, seja na carreira policial, acadêmica ou médica. Ocorre, como demonstrou Becker (2008), que qualquer carreira moral está atrelada em sua construção de possibilidades de desvio, inclusive, como forma de conquistar sucesso e reconhecimento em dada rede de relações.

A categoria nativa “enrolar” é uma fórmula de espelho, atravessando as escolhas intersubjetivas dos policiais em ação: eles podem enrolar alguém, seja policial ou morador, como podem, também, “se enrolar”, ao desenvolver seu trabalho. Trata-se de uma cruzada moral que, por vezes, se volta contra os próprios policiais.

Todavia, é necessário recorrer à noção de contexto¹¹⁴, como o entrevero da produção das práticas consideradas desviantes. Na construção das relações dos PMs em seu mundo profissional, objetivado na rede militar local, alguns policiais conectam-se intersubjetivamente a Zona de Policiamento *Noir*. Neste processo, as relações de hierarquia e seus desdobramentos implicam-se na realização da atividade policial fora dos limites físicos do quartel, nas ruas¹¹⁵, implicando, desse modo, nas interações entre policiais e moradores do local.

¹¹⁴ O contexto está pensado, aqui, como o entrevero de ações práticas e expressões situacionais, contextualizadas em práticas, atos de fala e flexibilizações de racionalidades, contínuas e contingentes, dos atores da pesquisa, entendimento inspirado em Garfinkel (2006); Goffman (2011) e Becker (2008).

¹¹⁵ Embora os limites físicos do quartel enquanto instituição total (GOFFMAN, 1974) sejam bem delimitados, seus limites simbólicos estendem-se até a viatura em seu sistema de vigilância e de contato no patrulhamento de rua desempenhado pelos PMs em serviço. Esta condição é muito interessante do ponto de vista analítico, ou seja, o quartel conecta-se a rua na atividade policial do patrulhamento ostensivo.

De forma metafórica, pode-se entender “enrolar” como envolver-se ou envolver alguém em “rolos”. Os “rolos”, por sua vez, podem ser desenrolados ou não. As consequências do rolo estão instanciadas com base em sua complexidade *ad hoc*. Um rolo pode ser uma ação ilegal (acidental ou não) cometida pelo policial ou morador, com base na percepção policial. Ao ocorrer a acusação, articulada ao desvio, formas de punição podem ou não ser mobilizadas, sendo descartadas ou efetivadas com base nos contextos situacionais.

As formas de punição, nestes casos, podem ser legais e extralegais. Às vezes, “se enrolar”, não necessariamente, tem correlação com desviar-se da legalidade na realização do trabalho policial, mas realizá-lo amparado legalmente.

Neste sentido, tais relações estão, profundamente, arraigadas nas relações de poder dentro da organização posicional hierárquica, repleta de códigos morais normativos – traços característicos das redes de polícias militares – que extrapolam os limites da lei pela ordem (SKOLNICK, 1966). Os limites da lei são flexibilizados por códigos de obediência (ordens). Caso sejam rompidas, produzem a insubordinação¹¹⁶ e o desvio considerado negativo, portanto, passível de punições.

Quando ocorre de um policial militar “enrolar um par”, trata-se de uma relação de *cruzetagem*. O “Cruzeta” ao tomar conhecimento de ações, consideradas inadequadas de colegas de farda, pode difundir a informação dentro da corporação ou repassá-la aos comandantes, policiais de hierarquia superior. Esse processo pode conduzir o acusado à provável retaliação.

Segundo alguns interlocutores, tais ações estão atreladas às formas de competição dentro da corporação, tendo em vista, em alguns casos, ganhos em termos de prestígio para os que “cruzetam”, e perdas significativas ao *status* moral do policial “cruzetado”. Neste sentido, para os PMs, “se enrolar” envolve diferentes camadas de complexidade, correspondentes a microescalas entre as gravidades acusativas.

Os arrolamentos destes processos dão-se com base na elaboração dos repertórios de equivalência e de reciprocidade no modo de vida dos PMs. A expressão nativa enrolar e suas derivações estão, intimamente, dissolvidas nas interações produzidas entre a rede de PMs e a população — redefinida em suas múltiplas condições de morador —, durante a realização do patrulhamento ostensivo. Manifestando-se, também, em outras esferas da vida social da rede

¹¹⁶ A insubordinação no modo de vida dos PMs, é de acordo com seu código disciplinar, um crime, indiciada entre escalas de rebeldia e motim que redimensionam a gravidade do crime que pode ser punido sob a discricionariedade dos superiores regulada pelo CPM (Código Penal Militar).

militar, eclodindo, em alguns casos, a partir de *critical moments* peculiares às suas rotinas e carreiras (Cf. BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999).

Com base nessa diagramação progressiva dos “rolos”, as ocorrências policiais podem ser “desenroladas” no local, não causando dispêndio de tempo na DPC. Muitas vezes, o feito é alcançado através de truques desempenhados pelos PMs durante o atendimento dos acontecimentos, tornados casos de polícia, nos bairros da AO. Pode, também, ocorrer do policial “se enrolar” por ter feito algo considerado inadequado dentro de um escopo de relações situadas, passando, assim, a estar suscetível às punições da corporação militar.

O “enrolar” é uma categoria relacional acusatória do “outro”, espelhada para si próprio: “se enrolar”. Não há, aqui, a pretensão de prescrever os manuais utilizados pelos policiais para se livrarem dos “rolos”, mas sim, o esforço compreensivo de entender a lógica perceptiva destes atores sociais na busca de “não se enrolar”. Do mesmo modo, buscarei capturar as formas de enrolar alguém, seja policial ou morador. Há de se destacar as multiplicidades relacionais entre policiais e moradores e, nesse sentido, o esforço de captar uma regularidade é, desde já, entreposto ao situacionismo radical no empreendimento da análise, sem desconsiderar as assimetrias nas relações de poder.

5.1. Quando o policial se enrola

Na construção da carreira de praça da PM, desde o ingresso do soldado na tropa, o policial passa a se engajar no universo de possibilidades de trajetória, passando a ascender hierarquicamente, deixando de ser “moderno” e tornando-se “antigo” na rede local de polícia a qual pertence.

Ocorre que, neste processo “cada policial é[ser] um universo”. Muitos estão com planos, meramente, temporários de estar na polícia e desejam mudar de profissão, trabalhando administrativamente e concluindo os estudos, em nível superior, construindo carreira paralelas; outra parcela está entregue de corpo e alma à polícia militar, dentre outras aspirações. Até se objetivarem os agrupamentos designados para o “serviço de rua”, há uma longa cadeia de possibilidades, envolvendo escolhas e obrigações dos praças da PM.

Recordo de uma conversação, da qual participei em 2011, com dois interlocutores, policiais de rua. Eles reclamavam-se da dificuldade de “ser policial sem se enrolar”. De acordo com ambos, às vezes era fácil de subir na carreira, mas da mesma forma, para descer era “daqui-

pra-ali”. Dito isso, os policiais mencionaram ser “difícil suportar a pressão profissional”. Um deles foi relutante: “não dá para eu não, vou tentar fazer concurso de outra coisa, acho que não vou aguentar trinta anos não”.

Os “policiais de rua” reúnem características importantes. Eles estabelecem relações, envolvendo conexões não apenas na rede militar, estendendo suas possibilidades de interação, troca e poder para as populações locais residentes nos bairros patrulhados. Esse entrevero de relações conecta a carreira militar com as populações locais, tornando possível a compreensão das formas relacionais articuladas às possibilidades eventuais dos policiais se enrolarem, enrolarem e desenrolarem.

5.2. Formas de omissão e provas do “desvio”

Omitir-se é um caso costumeiro resultante em policiais “enrolados”. Conversava com o SD Guálter, durante a realização de patrulhamento no Turno B, quando ele me mostrou sua agenda através do seu *smartphone*, apresentando as datas de nove audiências judiciais para um só mês, das quais, estava incumbido de participar. Dizia-se orgulhoso ser aquilo sinal de realizar seu trabalho como devia. Ele lamentou, no entanto, o fato de muitos policiais se reclamarem do seu trabalho e não o desempenhar como deveriam. Isto foi reforçado, por diversas vezes, em nossa conversa.

Certa vez, quando Guálter estava de serviço com SD Dário no turno C, ao fim do serviço, no amanhecer do dia, percebeu a fumaça escura saindo de uma residência¹¹⁷. Ao questionar seu parceiro sobre o que fazer, os dois decidiram ir até o local para ver o que se passava. Lá, os policiais encontraram vizinhos que já haviam arrombado a porta do local, passando a adentrar o recinto, ardendo em chamas, na intenção de resgatar possíveis vítimas. No local, foram socorridas duas mulheres: uma com queimaduras de terceiro grau, outra, sem muitos danos no corpo, foram, então, levadas até o Hospital Regional da cidade.

¹¹⁷ Embora pareça uma dimensão óbvia, muitas das ações policiais são desencadeadas por processos indiciais de assimilação do que acontece na vida social do bairro. A assimilação indicial(*index*) entre fumaça e fogo, ou “fumaça e incêndio” enquanto caso de polícia é uma operação que pode ser comparada a uma grama de outras operações indiciais de construção da suspeita para a intervenção policial, esta condição pode ser tornada hipóteses sobre as formas de indexicalidade na atividade policial em estudos futuros.

A ação dos policiais entrelaçou-se a um universo de possíveis desfechos do evento. Infelizmente, a vítima socorrida, com as complicações oriundas das queimaduras, veio a falecer pouco tempo depois. Com pesar, os policiais lamentaram o que ocorreu, pois, teriam além da gratificação de cumprir suas missões e salvarem uma vida, a condecoração da composição dos dois policiais com a ascensão à graduação de cabo. Ambos eram soldados e realizariam um salvamento, atividade considerada por excelência do Corpo de Bombeiros Militar. Sob estas circunstâncias, tal tipo de desvio, entretanto, é considerado um ato heroico e, ao ser devidamente documentado e comprovado, resulta na premiação dos policiais.

No seio da corporação militar existem sistemas de premiações e punições, funcionando como sanções normalizadoras (FOUCAULT, 2012, p. 171) do trabalho policial. Por um lado, os policiais militares do programa podem ser premiados, ganhando folgas, recompensas financeiras, medalhas etc. por efetuar prisões, apreenderem armas, “estourar bocas-de-fumo”. Por outro lado, caso se “enrolem”, ao “não agir como deveriam”, tendo deixado provas de tais ações ou omissões, podem sofrer punições chegando a culminar em advertências administrativas, transferências para outras cidades, prisões, reciclagem e até a expulsão da corporação. Essa melindrosa separação que, na verdade, mistura-se a ponto de confundir-se — tentando alcançar premiações, os policiais podem “se enrolar” — é uma confluência determinante em suas ações cotidianas.

Para ele, esse exemplo de atuação não era seguido pelos colegas. Uma a uma foram somadas outras narrativas, apontando esta conclusão. SD Guálter mencionou outra ocasião. Ao tomar conhecimento de um assalto ocorrido em uma das áreas da cidade, quando estava de folga, repassou a mensagem ao CIOPS¹¹⁸ e, ainda sim, chegou ao local antes da viatura da área. Ele ressaltou, porém, estar satisfeito, pois os policiais omissos, por ele apontados, estavam, segundo ele, “se enrolando um a um”, e ele, que realizava seu trabalho, apesar de admitir fazer “coisas erradas”, até então, jamais havia se enrolado.

No caso específico, SD Guálter referia-se aos processos judiciais militares movidos contra PMs, resultantes em punições e retaliações sofridas. Incluindo, também, transferências de PMs para outras cidades, através de procedimentos administrativos, convertidos em punições geográficas.

¹¹⁸ Sigla da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança. Trata-se da Central de Informações da Polícia Militar no estado do Ceará, estabelecendo as conexões entre as informações, repassadas através do telefone 1-9-0 e as viaturas que realizam o patrulhamento de rua.

Enquanto conversávamos, pelo rádio, os policiais ouviram a ocorrência de um assalto empreendido contra esposas de dois PMs. Por tratar-se de uma área vizinha, tomaram a liberdade de rondar a região fronteira, identificando, através da descrição do suspeito, um homem com uma tatuagem no braço, como descrevia a ocorrência repassada. Após revistar o morador, checar as informações e perceber não ser o acusado, o PM desabafou: “tá vendo a diferença? A gente já achou um suspeito, enquanto eles nem deram sinal ainda”.

A sublimação da diferença, entre as ações da composição, passou a chamar a atenção, pois ambos os policiais estavam suscetíveis a “se enrolar” na construção de suas carreiras. O SD Guálter, algumas vezes, me confidenciou já ter se envolvido em agressões contra assaltantes menores de idade, desde seu ingresso na força policial. No entanto, pelo fato de não se omitir, segundo ele, até então, não havia se complicado, “se enrolando” de forma mais grave em comparação a outros colegas de farda.

Algumas formas específicas de omissão estão entrelaçadas ao disparo das punições contra policiais. Esses processos estão acoplados a desdobramentos situacionais, nos quais a omissão é registrada e relaciona-se a algum crime, cuja realização poderia ser evitada caso a composição envolvida desempenhasse os truques adequados.

O SD Ben, ao tratar das formas de enrolar, toca nesse ponto de uma forma bastante peculiar:

A questão da omissão, acho que... A questão da omissão é onde mais você não se enrola, nem na lei ela... Quando a própria comunidade, né? A partir do momento que a população decretar o policial, né? E ele não corresponde a ela, né? Ou qualquer outra profissão, né? Você tem um técnico de futebol que não corresponde à torcida e nem os seus comandados né? Você não vai responder, começaram a dar em cima de você, ó cara não tá dando resultado não, a mesma coisa é o nosso trabalho, a gente não está dando resultado, aí vai cair em cima também, né? Tanto na forma, vamos dizer que nem que não seja diretamente na lei, né?

“Se enrolar”, segundo ele, é responder por algo, mas nem sempre essa resposta se dá na forma da lei. Quando se trata de uma omissão, há um registro gerado através do CIOPS que a comprova, tornando-se prova do desvio. Uma vez a composição do turno não tendo ido ao local atender a ocorrência, ou mesmo tendo ido e não efetivado os *truques* que “desenrolassem” a ocorrência no local, esta poderá engrandecer de complexidade. Um conflito entre vizinhos, até então designando trocas de agressões verbais, pode tornar-se uma lesão corporal ou homicídio em decorrência da omissão da composição — pois não agiram antes do

nível de complexidade ascender. Os PMs envolvidos passarão, por conta disto, a responder na corporação, podendo sofrer represálias com base em sanções normalizadoras.

Outro interlocutor, o SD Dário, nos relata como isto se manifesta nas atividades ordinárias da realização do patrulhamento:

Teve uma ocorrência no Triângulo certa vez que era, simplesmente, uma louca varrida brigando com uma vizinha, que também era doida, simplesmente, duas doidas brigando. Aí você ri da cara delas se você quiser, fica dando risada, acha graça e vai embora. Só que no caso eram duas casas que eram parede com parede e era família de um lado e família do outro, e estava havendo conflito por conta de uma besteira, besteira mesmo, coisas ridículas, como se fosse briga de crianças, só que estava uma bagunça tão grande, mas tão grande, que estava oferecendo risco e nessa época, a polícia civil estava de greve, a delegacia local estava fechada, a gente ia ter que ir pro Crato, para ficar na delegacia do Crato, sair de Juazeiro pra lá. E sair da área no turno B, o horário mais crítico e que a viatura da área mais crítica, no horário mais crítico por conta de uma besteira, mas a gente teve que fazer. Por que se deixássemos lá, ia haver problema maior para nós. Elas iam acabar se matando mesmo. Por que elas não estavam em pleno uso das faculdades mentais, mas a família se ressentia uma com a outra por que houve agressão nessa história toda, tinha gente machucada e tudo. Quando chegou na delegacia, se resolveu, mas a gente teve que levar, era uma doida e outra mais pirada ainda, a gente ia na viatura aí uma puxou umas três ou quatro cartelas de comprimido, e a outra mostrou uma sacola maior ainda de remédio. Entendeu? Era besteira? Era, mas se a gente não levasse, ia ser pior. (SD Dário)

As formas de “não se enrolar”, diante de impasses como esse, foram acionadas pela composição de policiais designada para o patrulhamento de rua, em acordo com avaliações *in situ* realizadas pelos PMs. Esta é uma das conexões entre polícia e população, reveladora da possibilidade de reviravoltas acusativas. Ou seja, a acusação contra os moradores, “conflito entre vizinhos”, poderia se tornar uma acusação de omissão para os PMs envolvidos na ocorrência. As formas de *accounts*, neste sentido, estão perpassadas por jogos de reciprocidade, prevendo possíveis reversibilidades dos “rolos”, perpetrados enquanto acusações mobilizadas no plano da interação.

Ao prosseguir em nossa conversa, sob forma de entrevista em profundidade ele próprio reflete acerca desta condição reificada depois sob a máxima: “*quem mais tem medo de se enrolar é quem mais se enrola*”.

Outro dia, a ocorrência mais bizarra que eu já fui, e chata, não sei nem como mandaram uma ocorrência daquela pra viatura, que eram duas mulheres brigando. Quando nós chegamos lá eram duas mulheres brigando por causa de uma calcinha, mas o pior é que a gente teve que ir porque estava à beira de acontecer uma tragédia. Elas eram vizinhas, tinha parentesco e tal e estavam feridas, machucadas de faca. Nós

tivemos que resolver, conseguimos resolver na conversa né? Aquela coisa foi lá onde a outra estava que era para devolver a calcinha para ver se ela se acalmava. Tem ocorrência de todo tipo.

Se você fizer o trabalho direito, correto, você não se enrola. Agora eu não vou levar pra delegacia porque é besteira, porque não tem nada a ver, é só uma calcinha, aí as pessoas vão lá esfaqueia a outra e mata, aí chega lá consta que a viatura foi no local e depois saiu, aí você está enrolado, pois por uma omissão sua aconteceu uma tragédia. Ai é onde você se enrola, você não faz uma coisa com medo de se enrolar ai depois acontece e aí? (*SD Dário*)

“Desenrolar” ou se enrolar? Esse pode ser o impasse, em alguns casos, tornados ocorrências policiais. Contudo, isto não prescreve uma regra geral, alguns casos podem enrolar os policiais, ainda que não se omitam e “façam o que deveriam fazer”. Se omitir, ante estas situações, seria, exatamente, o meio de não se enrolar. O SD Garcia é graduando em Direito e possui uma interpretação atrelada a uma análise jurídica das atividades policiais. Ao tratar do assunto, relata como se dão estas relações, com base em casos ocorridos na corporação local, apresentando o dilema: “se enrolar” e “não se enrolar”.

Existe, sem dúvida, na sua grande maioria, existem (formas de não se enrolar), é só você fazer de forma legal. Fazer amparado normalmente, ou seja, quando na abordagem policial usar da força, só quando necessário usar da força, de forma proporcional legítima, tanto da abordagem como de uma prisão por exemplo. E o complicado para se trabalhar que eu acho assim, que nem sempre dá certo pra você evitar de se enrolar, é quando envolve pessoas influentes. Sejam empresários, sejam políticos nós temos exemplos aqui. O colega de farda ele fez seu trabalho de forma legal, seguindo todos os preceitos legais e mesmo assim ele se prejudicou, se enrolou. Ele não foi, *não se enrolou criminalmente, vamos dizer assim*. Não respondeu processo, mas no nosso meio tem um problema antigo, enraizado, que é a questão das transferências, que embora você tenha feito seu procedimento de forma legal, às vezes, por ter mexido com uma pessoa influente, um parente, um amigo, às vezes, **você é transferido, do seu local de trabalho para um local bem longe**. O que, na maioria das vezes, pra o policial é pior que uma prisão, porque ali vai ficar longe da família, vai ficar longe, muitas vezes, do estudo, de todo o seu ciclo social de amizade.

Em nossa conversa, o SD Garcia descreve a rede de punições extralegais, chamadas de “punições geográficas”, promovidas no interior da instituição policial, alocada por trás das transferências de policiais de uma tropa para outra. Trata-se de um problema delicado, pelo qual, tanto oficiais quanto praças, podem passar ao longo de suas carreiras, acabaram se enrolando, justamente, por não se omitirem. Na história recente da polícia local, ocorreu de um oficial, por ter decretado voz de prisão ao familiar de um famoso político da cidade, ser transferido para a tropa de Iguatu como retaliação. A influência do político da cidade acionou

uma rede de relações com os superiores do oficial, transferindo-o, efetivando a punição. Ainda que extralegais, acontecimentos como esse são bastantes corriqueiros dentro das forças policiais.

Neste sentido, há relações extrapolando os limites da legalidade entre polícia e população, por redes de influência, daqueles possuidores de recursos privilegiados de poder. “O certo” e o “errado” são redimensionados pela definição da situação, envolvendo esses aspectos. Mesmo os PMs fazendo o “correto” e o “legal”, são acionadas formas de reversibilidade das acusações e a efetivação de punições.

Do mesmo modo, pode ocorrer com os praças da PM. Caso se envolvam em ocorrências com amigos de seus superiores, políticos ou membros das elites econômicas locais. Nestes casos, se identificarem delitos e infrações desses atores, precipitando acusações ou prisões, na realização de sua atividade, os PMs, eventualmente, poderão ser transferidos para outra cidade, caso não “deixem passar” suas contravenções e crimes, efetivando, assim, a “punição geográfica”, justamente por “aplicar a lei” a quem não deviam.

5.3. Perseguição contra policiais

No universo imaginativo do policial, são bastante conhecidas as perseguições veiculares, ou a pé, contra suspeitos que fogem. A ação consiste em deter o suspeito e averiguar a sua situação com a justiça ou o delito que ele pretende esconder dos PMs ao empreender fuga. Assim como em outras profissões, segundo os PMs, dentro das relações de poder de uma tropa existem as chamadas “perseguições sofridas por praças”, investidas por seus superiores no comando hierárquico. Ao dirigir uma severa rede de vigilância àqueles considerados indisciplinados, contestadores e imprudentes, transformam seus deslizes em punições. Em alguns casos, os policiais dizem, simplesmente, que seus superiores “não foram com a sua cara” e passaram a persegui-los.

A produção do “rolo” *ex-nihilo* foi mencionada pelo SD Ben:

É porque existem muitas situações cara, a gente não pode definir isso porque são situações rotineiras que, o policial ele acaba sendo chamado, entendeu? Ele não cometeu nenhuma transgressão entendeu, seja a nível administrativo dentro da corporação ou qualquer outro que seja, se ele tá dentro da instituição ele acaba sendo chamado por conta de uma perseguição mesmo, entendeu? *Algo que não tem nada a*

ver, alguém vai, entra, denuncia ele por algo que não existiu, entendeu? É mais por esse ponto entendeu, então eu acho que todo policial sim ele, eu não digo o termo enrolar, mas ele é chamado para dar um depoimento entendeu, pra ser ouvido, não é? E pra isso tem um aparato, vai precisar de advogado para tentar defender, né? Porque a gente não cai muito disso não, a gente infelizmente, a gente tem muita gente aí que é envolvida com algo do crime e poder, que querem sempre prejudicar o serviço da polícia, é o sistema [...] É o sistema, é mesmo assim.

Esse é o tipo de relação passível de ser classificada como “perseguição”. No entanto, a perseguição é uma categoria de percepção do PM, supostamente, vitimado. A percepção pode ser compartilhada com outros policiais, ao perceberem a construção de tais acontecimentos o entendendo do mesmo modo — por serem, prováveis futuras, vítimas, ou mesmo por terem já enfrentado situações semelhantes em sua carreira. Conforme ocorre a perseguição, acionam-se formas de “se livrar” do policial indesejado, deslocando ele para outro batalhão, ou expulsando-o da PM, caso ele tenha cometido algo considerado “grave”. Até que se efetive a punição, realiza-se uma relação de subordinação e humilhação regular, acionada entre um oficial e um praça¹¹⁹ da PM, envolvendo mandos, maus tratos e aviltamentos.

Em meados de 2013, o caso do suicídio de um policial da tropa de Fortaleza - CE demonstrou a que ponto esses casos podem chegar. É obrigatória a utilização da boina, como condição do uso adequado do fardamento, segundo os códigos militares, na apresentação dos policiais para o serviço de rua ou administrativo.

O Policial Lima Junior era tido, entre os colegas de farda, como um policial “vibrador”, se destacando no patrulhamento de rua por buscar o “combate ao crime”, sendo proativo e considerado “operacional” entre os colegas. Ele, em razão de adquirir seborreia, por recomendação médica não poderia utilizar o item do fardamento, pois isto resultaria no agravamento de sua patologia capilar. Pelas imagens gravadas no interior da viatura, um major da PM, comandante da tropa, ao perceber a “falta” do soldado, ordenou-o a utilizar o equipamento — ainda que, sob aviso da recomendação médica feita ao policial, em virtude de sua patologia. Ao ter recusado obedecer as ordens, recebeu uma advertência seguida da sua reclusão no presídio militar, efetivando uma punição, humilhante, contra o soldado.

O abuso cometido pelo major causou sérios danos psicológicos ao policial. Ele, sequer, conseguiu reverter sua situação, em virtude da ocultação das provas da violência institucional cometidas pelo oficial (entre elas, o áudio da conversa e os registros visuais das

¹¹⁹ São mais comuns as perseguições contra soldados, o que não significa dizer que outras patentes, também, não podem ser perseguidas.

câmeras providencialmente desapareceram). Poucos dias após o ocorrido, depois de um processo de adoecimento psíquico, o PM entrou em estado de depressão e acabou suicidando-se¹²⁰.

Estas relações, na verdade, não estão destacadas uma da outra, as punições extralegais¹²¹ estão permeadas por tramites similares às realizadas amparadas legalmente. A organização das etapas, até o policial “se enrolar” e “ser punido”, são as mesmas. A forma como a transgressão é mobilizada como inadequada, passando a ser engrandecida ou diminuída para efetivação da punição, escapa à normatização de tais práticas de punição. São descontínuas e reguladas por princípios morais, construídos a partir das relações, nem sempre, baseados em princípios de equivalência humana.

Em contrapartida, por terem bom relacionamento com os seus superiores e comandantes, alguns PMs, mesmo quando cometem infrações ou ações inadequadas, desfrutam de regalias, podendo ser dispensados de punições maiores tendo seus deslizes justificados e desculpados, produzindo o esmaecimento das sanções. Alguns casos podem ser abafados, outros externados e punidos com maior rigidez. Esta linha divisória é definida pela construção da relação de “amizade” com o comando, em alguns casos, implicada, inclusive, na vida pessoal dos policiais.

Tudo acontece como se os regimes de justificação e de desculpas estivessem, na verdade, atrelados ao intercâmbio de trocas e constituição de laços sociais, para além da rede profissional dos policiais, entrelaçando valores, nem sempre, relacionados ao dever profissional e suas competências específicas. Assim, a construção das relações interpessoais no quartel, e para além dele, desempenham um papel importante na carreira dos PMs. Alguns policiais costumam brincar ao dizer: “o tenente é meu peixe”, tal ato de fala remete justamente ao caráter intrínseco entre as relações de amizade e de poder. Essas relações acabam entrecruzando-se nas formas de “*se enrolar*”, ou não, ao longo das suas carreiras.

¹²⁰ O caso narrado foi acessado inicialmente por notícias circuladas na internet sobre o caso do soldado destaco a seguinte fonte: (CEARÁNEWS, 2013). Entretanto tive ajuda de alguns interlocutores para entender o acontecimento, pois, a rede de policiais militares do estado se comoveu com o acontecido. Alguns dos PMs compartilharam entre si mais informações sobre o caso. As informações a respeito do adjetivo “vibrador” direcionado ao PM foi acessada através de informações privilegiadas do meu interlocutor SD Garcia a respeito do caso. Encontrei justamente nesta condição de repercussão do caso na rede de policiais desdobramentos das relações entre Praças e Oficiais nas formas de “se enrolar” e “enrolar”.

¹²¹ Podemos entender o emprego do termo “extralegal” como um aporte correlacionado as transições entre as punições, em relação a lei, para as punições, em relação a norma, como pensa Foucault (2012, p.176).

O SD Garcia me contou ser punido, certa vez, pois usara uma roupa de outra cor por baixo da farda (o que nos códigos militares representa uma indisciplina). O capitão Gomes conseguiu visualizar seu deslize, numa das ocasiões, quando estava de serviço no turno C. O PM passou, então, a ser alvo de retaliações diante dos colegas de farda. Na oportunidade, ele levou o “pincel”¹²² perante toda a tropa, sendo humilhado e obrigado a retornar à sua casa, trocar a roupa e chegar ao local e horário indicado pelo capitão, requerendo a conferência de seu fardamento. Contudo, tal acontecimento não se converteu em relação de perseguição.

Há um fluxo de acontecimentos envolvendo estas relações, manifestando-se no plano da imponderabilidade. O esforço analítico resulta na coleção das peças que se conectam e efetivam as disputas em torno da definição do real, em que os policiais se engajam em sua vida social. Entretanto, as conexões estão, quase sempre, atreladas à cultura policial local (não tão diferente de outras), extravasada em muitos de seus aspectos na dinamicidade da realização do patrulhamento de rua. A partir desta imersão específica, esse universo de possibilidades surge e é investigado.

5.4. Cometendo uma ação inadequada: O caso do soldado Jáder

“Tirar o serviço”¹²³ junto com policiais de hierarquia superior, por exemplo, uma composição de dois policiais, sendo que um deles é cabo ou sargento, enquanto o outro é soldado, pode aumentar as possibilidades de “se enrolar”. Jáder, soldado, é um policial que tem relacionamento difícil com um dos comandantes do programa de policiamento local, não por acaso. Ele contou, certa vez, estar no patrulhamento com Lauro, cabo, na época, responsável por ser o fiscal do turno. Na ocasião o soldado estava no papel de motorista da composição, quando dirigindo anunciou: “segura! ”. Ao seu ato de fala precedeu a aceleração brusca do

¹²² O “pincel” é o termo designado para as lições envolvendo tratamentos hostis e disciplinares dos superiores militares para aqueles cometedores de deslizes. “O pincel” pode se dar em público ou de forma privada.

¹²³ Os policiais costumam utilizar o termo para se referir aos sorteios das escalações, que resultam na designação daqueles que realizarão o patrulhamento em determinado turno.

veículo, que, ao passar por um buraco, jogou o corpo do fiscal para cima, lançando sua cabeça de encontro ao teto da viatura¹²⁴.

Nos dias seguintes ao episódio, o cabo informou aos superiores, responsáveis pelo comando, o ocorrido. De acordo com o cabo “o SD Jáder fazia piadas e não conduzia a viatura com perícia”. Desde então, o policial desperta a antipatia de um dos comandantes do programa contra sua pessoa, desencadeando a relação de “perseguição”. Esse foi um típico caso de “cruzetagem”. A relação potencializada pelo desentendimento interpessoal denunciou o ocorrido como “incompetência profissional”, ilustrada pelo deslize.

Por conta disto SD Jáder passou a ser vítima de retaliações dentro da corporação, envolvendo formas de humilhação profissional acionada por seus superiores. Em algumas ocasiões, percebi os maus tratos de um dos comandantes para com ele. Após a entrevista concedida pelo oficial da PM a um programa de telejornal local, a respeito de uma operação policial contra o tráfico de drogas, ele chamou SD Jáder para recolher o material de cima do carro (contendo quantidade de dinheiro e drogas apreendidas no flagrante), ordenando-o de forma ríspida a retirada rápida do material sem erros (o superior prometeu certificar-se depois se a quantidade de drogas e dinheiro estava correta). SD Jáder mal respondeu o tenente, obedecendo-o prontamente.

Depois de um período de, aproximadamente, seis meses, em decorrência do fato, o policial sofreu a chamada “punição geográfica” sendo transferido à tropa da cidade de Iguatu - CE. Gradualmente, o policial foi “se enrolando” passando a ser condicionado a um *status* moral indesejado entre os superiores, apesar de ser querido entre os seus colegas praças por seu espírito contestador, insubordinado e bem humorado.

O Soldado Garcia, ajudou-me a pensar, analiticamente, o caso, desvelando o caráter normativo que extrapolou os limites legais da punição aplicada ao policial. Segundo ele, a punição aplicada remetia ao direito administrativo. Explicou-me que a punição foi efetivada, na oportunidade, em virtude da chegada de um PM de outra tropa. Isto resultaria na transferência de um policial local para outra tropa, a de Iguatu-Ce. Nos códigos normativos e morais das redes militares — cujo, um de seus princípios é a hierarquização das posições e das patentes, códigos mobilizados para efetivação de punições como essas —, impera a noção de que, caso alguém deva ser transferido, por conta de um acontecimento desta natureza, será o

¹²⁴ Curiosamente os “aplicadores da lei” deslocam-se na viatura sem o uso do cinto de segurança, item considerado de uso obrigatório de acordo com o CTB. Os policiais entendem que o cinto pode atrapalhar caso haja necessidade de alguma ação mais rápida na qual os policiais necessitem desembarcar do veículo rapidamente.

soldado mais “moderno”; ou seja, aquele com menor tempo na tropa, o que não ocorreu neste caso.

Prevaleceu o mau relacionamento do soldado com um dos comandantes do programa, inaugurada pela *cruzetagem* do CB Lauro. O comandante, segundo o SD Garcia, fez uma operação do seguinte tipo: “se é para mandar alguém que vá Jáder já que ele é muito rebelde, contestador e imprudente na realização do serviço de polícia”.

A sanção contra SD Jáder se deu sob a mobilização de ações consideradas inadequadas, desempenhadas por SD Jáder ao longo de sua carreira como policial militar, potencializada por um caso específico, convertidas, gradualmente, em forma de “punição geográfica”. A punição ocorreu mediante a operação administrativa, “passando por cima” dos códigos da tropa para esse tipo de ocasião.

5.5. Acidentes acontecem? Responsabilização, desculpas e infalibilidade na cultura policial

O Estudo de Scott e Lyman (2009), no clássico da Etnometodologia “*Accounts*”, demonstrou a importância, do ponto de vista sociológico, dos atos de fala na produção das desculpas e justificações na vida social. Pode-se pensar, neste sentido, as formas de acusação, enquanto acionadoras de processos de responsabilização e *accountability* sincronicamente. Isto não é diferente no universo de percepções policiais. Tal condição, porém, é imediatamente contraposta pela cobrança compartilhada coletivamente pelos policiais, da “necessidade de infalibilidade” que, em casos extremos, se rompida, podem custar suas próprias vidas ou as de outrem.

É certo que, o ofício de policial agrega, potencialmente, mais do que em outras profissões o risco de morte relacionada a possibilidade de eventuais falhas. Assim, a mobilização do “enrolar-se”, enquanto categoria nativa e analítica, dilata-se em razão dos prejuízos possíveis à própria vida, deixando meramente seu caráter punitivo relacional com os comandantes superiores, para uma relação de consequência das suas próprias ações para si, mesmo no sentido de uma autodestruição.

De uma maneira geral, esse entendimento é circulado entre os policiais ao longo da formação da carreira militar, estendendo-se desde o período de suas formações na Academia de Polícia à realização do trabalho nas ruas e a suas vidas ordinárias. Os deslizes menores entram,

também, nestes circuitos enquanto formas de disciplinamento, agregando, progressivamente, mapas de recursividade e aprendizado contínuos dos PMs. Depois de longa interlocução com policiais, pude acessar determinadas narrativas compartilhadas a respeito desta condição, difundidas e dissolvidas, profundamente, nas maneiras de fazer, falar e ver dos PMs.

Tais narrativas estão marcadas por formas de redundância e repetição¹²⁵, de aspectos que acionam instâncias mais simples e complexas das implicações da falibilidade. Cada acontecimento conhecido, que reforça esta dimensão do trabalho policial, passa a ser engajado nas categorizações simbólicas e racionalizações acerca do funcionamento da vida social do PM.

Assim, alguns policiais entendem que devem abordar moradores indistintamente na realização do seu trabalho, pois, a princípio, não sabem com “quem estão lidando”, afinal, em tais circunstâncias — ao abordar um “criminoso perigoso” que passara despercebido enquanto tal, ele poderia reagir contra os policiais atentando contra suas vidas. Desta forma, ações consideradas abusivas nas abordagens rotineiras, nas quais, as armas são apontadas para “cidadãos comuns” de maneira incisiva, na verdade, funcionam, justamente, enquanto dispositivos morais. Tais dispositivos são disparados pelo entendimento da coletividade de policiais, compartilhadora destes códigos, aglutinados em suas narrativas.

As histórias narradas das contingências situacionais, resultantes na morte de policiais, confirmam esta possibilidade, agregando ensinamentos para a tropa, remanejando suas agências ordinárias, seus interditos e mapas recursivos. Assim, constrói-se, acumuladamente, a interface de reciprocidade envolvendo espelhamentos e reverberações na economia de alteridade: polícia-população / policial-morador.

No contexto da realização do patrulhamento em bairros de geografia acidentada, vias mal pavimentadas, condições urbanas precárias e mal sinalizadas, caso especial da Zona de Policiamento *Noir*, ampliam-se as ocorrências daquilo que pode ser tratado enquanto “acidente de trabalho”. Nestas ocasiões, não há admissão da culpa pelo acontecido por parte dos envolvidos, implicando, ainda sim, sérios danos aos policiais e a população envolvidos na eventual possibilidade.

¹²⁵ Leach (1983) define o mito enquanto dotado destas duas características. O mito é uma forma de interconhecimento na vida social dos policiais, reavivando a cada narrativa, determinados elementos do que pode significar a falha na carreira profissional dos policiais. De modo que, os esquemas de cognição discutidos anteriormente, tem como motor o aprendizado contínuo a respeito do significado das falhas profissionais na constituição da carreira do policial. Evitar a própria morte, ou a de outrem é um uso simbólico constante nestas narrativas nas quais os esquemas de pensamento, percepção, cognição e ação dos PMs são acionados cotidianamente.

O SD Dário exemplificou-me essa possibilidade pragmaticamente, imaginemos pois que ao cruzar uma via mal pavimentada, o movimento brusco do veículo fizesse com que a arma de um dos policiais disparasse acidentalmente. O projétil lançado poderia transfixar o corpo de um morador ceifando sua vida e “enrolando” o policial por suposta “imperícia”.

No trabalho policial não há espaço para erros acidentais, considerados graves como o descrito acima. “O policial pode acertar mil vezes, mas se errar uma, já era...” esta máxima repetida, insistentemente, pelos interlocutores ilustra bem tal condição. Sob todas estas intempéries e possibilidades negativas, os policiais realizam seu trabalho. Em muitos casos, pressionados por controles externos e formas de autocontrole.

Desse modo, é importante frisar que as possibilidades de reversibilidades acusativas no universo simbólico-prático dos PMs são relativas, não são um caso geral de possibilidades, mas cada caso possível está construído e contornado, ou não, a partir das situações. As negociações são tramadas e repercutem em desfechos diferentes.

5.6. Reciprocidades envolvendo regimes morais de acusação e punição: conexões entre polícia e população

Com base nas interações cotidianas entre polícia e população — diante dos acontecimentos dos bairros tornados caso de polícia, com os quais, os policiais se envolvem, sejam eles chamados realizados pela população, ocorrências de campo, encontradas em plena execução, ou abordagens policiais realizadas a partir da criação da suspeita — são acionadas formas de reciprocidade atreladas profundamente a percepção e as possibilidades de acionamento das categorizações simbólicas, “desenrolar”, “enrolar” e “se enrolar”.

Ao lembrar um caso de abordagem, que se tornou uma ocorrência de campo, o SD Dário “tirava” o serviço junto ao SD Ben na Zona de Policiamento *Noir*, a narrativa explicita a iminência da possibilidade de “enrolar-se” conforme a ocorrência se construiu, depois, a tentativa de equivaler o rolo, “enrolando” o morador, no modo como a composição “desenrolou” a ocorrência desvelando os mecanismos de rivalidade e de ricochete.

Na abordagem a gente não pode errar, porque só temos uma vida. Se errar não dá pra *resetar* e jogar de novo. É muito melindroso, como no caso de uma arma que eu até peguei com o SD Ben... a gente vinha aqui no Bairro 1 e era por volta de vinte e uma horas, tinha um cara passando de moto a gente achou suspeito, ele passou sozinho e nós fomos atrás pra fazer a abordagem, ele percebeu que ia ser abordado, conseguiu ainda dar a volta no quarteirão e parou em frente à casa da namorada, assim que ele parou a gente deu a voz de parada pra ele

- “Eu estou aqui, eu moro aqui eu moro aqui” (disse o morador)

- Desce, desce, desce. (Dissemos)

Quando ele botou o pé dentro de casa o SD Ben já tinha saído da viatura, pegou ele pelo colarinho e puxou pra fora de casa. Quando puxou esse cara, não sei o porquê, talvez problema de saúde que ele tenha, ele estava de capacete ele caiu duro no chão, caiu com a cabeça dentro da lama, como da calçada pro meio fio, era alto tinha no mínimo uns trinta centímetros, ele caiu e ficou ali... Pensei: pronto, acidentalmente, ele puxou o cara, o cara caiu e quebrou o pescoço, empacou o cara, “*foi hoje que eu me enrolei*” pensei.

Ai eu lembrei de uma ocorrência que foi uma das primeiras armas que eu peguei, o cara que tinha sido assassinado, mataram um cara, que ficou estirado no chão, em vias de morrer, a gente pegou e jogou dentro da viatura, e escutamos alguém dizendo, ele tá armado, a gente então abriu o camburão (Xadrez), de novo o outro policial meteu lá as mãos na calça do cara, e estava lá o revólver dentro da cueca dele, aí eu lembrei disso foi a primeira coisa que me veio na cabeça, *se esse cara tiver armado, pelo menos a gente pode falar morreu mas estava armado*, e ele lá desmaiado de bruços, aí quando eu fui lá meti a mão na cintura dele o que que tinha? Um revólver, *graças a Deus que ele morreu, mas estava armado*, pensei. A namorada dele saiu lá, junto com a mãe “ah ele mora aqui, é meu filho” gritando o que foi, é um menino tranquilo não faz nada pra ninguém aí eu mostrei, “aqui o que é que ele tem?” aí o pessoal já fez a cara assim... muitas vezes a família não sabe o que o cara apronta, é sempre um inocente, “meu bebê” “minha criança”, no que a gente mostrou a arma já pararam de ir pra cima, aí ele teve um ataque epilético, a gente socorreu, levamos para o hospital ele voltou a si, não sabia nem onde era que estava, chegando lá ele assumiu que tinha comprado essa arma, que tinha alguém ameaçando ele, de todo jeito ele foi pra delegacia, foi preso, autuamos ele, depois foi solto, pagou fiança, por que a lei permite.

O acontecimento narrado, tendo como desfecho a prisão do morador sob o flagrante do porte ilegal de arma de fogo, apresenta diferentes níveis de transição, na medida em que as probabilidades vão sendo modificadas pelas formas de agir da polícia diante de cada impasse surgido. Primeiro efetiva-se a suspeita sobre o morador, por uma maneira de fazer da dupla de policiais. Depois a composição persegue-o, ao ouvir a voz de parada, impetrada pelos PMs, o morador tenta adentrar numa casa e é puxado pelo colarinho, caindo ao chão desacordado, os policiais pensaram então ter matado, acidentalmente, o suspeito. Diante da eminência de “se enrolar”, um dos policiais encontrou uma arma com o morador, o que permitiria a contra-acusação: “morreu, mas estava armado”. Descobriu-se, porém, a epilepsia do morador, através de seus familiares. O morador foi socorrido e depois levado à DPC para ser preso por “porte ilegal de arma de fogo”.

Caso cada uma dessas possibilidades fosse o desfecho possível da interação, em detrimento das outras, a abordagem de rotina poderia ter diversos desfechos, acionando as três

categorizações simbólicas: “enrolar”, “se enrolar” e “desenrolar”. Esse caso é exemplar para demonstrar, justamente, a confluência entre interação, recursividade policial e reversibilidade acusativa, entrelaçando-se na análise da vida social local da Zona de Policiamento *Noir*.

No cotidiano da área, porém, podem ocorrer outros arranjos no que concerne aos acontecimentos de interações, ações e relações envolvendo policiais e moradores. Através do “teatro de operações” os policiais se tornam “antigos”¹²⁶ numa área em particular, passando a conhecer os moradores associados ao “crime”. Ao tomar conta pelas notificações do dia ocorrências de assalto, cuja, características dos suspeitos e seus veículos permitem sua identificação por conhecerem seu endereço de morada e sua rotina, os policiais podem escolher a forma de “enrolá-los”.

Eles tão lá em cima da moto, sem capacete, de chinela com a placa amaçada, sem habilitação; que que a gente faz? Perdeu. A gente tenta fazer o que dá. Se ele tá fazendo assalto naquela moto, vamos tirar a moto dele. Mas tem hora pra tudo, às vezes, a gente sabe que o cara faz assalto naquela moto e queremos pegar ele assaltando. Então, a gente sabendo que é a moto dele e ele não sabendo que a gente sabe que é ele, é uma vantagem nossa, pois quando tiver um assalto no bairro tal, e nós sabemos que ele mora no Bairro 2, na rua tal, por exemplo. Aí tem um assalto na avenida tal, aí ele vai pra lá e pegamos ele no caminho.

Ele não sabia que nós já sabíamos que era ele, e nem vai saber, mas nós já tínhamos informações que era ele, através da placa da moto, de alguma característica dele. Se a gente simplesmente tirasse a moto dele talvez, ele arranjasse outra moto e fizesse assaltos do mesmo jeito e a gente não ia saber que era ele. Tem hora pra tudo, tem hora que você pega e tem hora que você deixa para pegar mais na frente. É preciso usar da esperteza, pois caso o contrário, não dá para trabalhar. *SD Dário*

“Tem horas que você pega e tem horas que você deixa para pegar mais à frente”. Existem formas exemplares das manobras decisórias, com as quais, os PMs realizam seu trabalho durante o patrulhamento de rua. No dia-a-dia, Eles estão diante de multiplicidades com relação a produção das formas locais de sanção, tanto no que diz respeito à aplicação da lei, quanto das normas. Algumas ocasiões são abalizadas e resultam na dispensa da punição em ventura da promoção da prevenção.

¹²⁶ O termo está empregado aqui com base no entendimento compartilhado entre policiais que tornar-se antigo, além de corresponder a uma ascensão nas patentes, e por isto na hierarquia da rede militar, também, pode relacionar-se ao acúmulo de conhecimentos específicos sobre cada área, incorporado ao ofício policial dos agentes. Nem sempre, porém, o mais antigo ascende, em razão da descontinuidade entre as graduações dos praças e as patentes dos oficiais. Um Praça com 20 anos de PM pode ser mais antigo do que um oficial e, ainda sim, ser subordinado.

Há outros casos, por exemplo, que a gente resolve no local, o cara, numa vida tranquila financeira, advogado, seis horas da manhã, no sábado pro domingo (o pessoal adora amanhecer já bebo nos postos de gasolina) o cara lá, advogado, estava bebendo e as pessoas paravam a viatura e disseram: “ó o cara ali tá bêbado e vai sair dirigindo.” O cara não aguentava nem ficar em pé direito, aí a gente podia fazer o que esperar o cara sair, abordar, chamar o DEMUTRAN conduzir pra delegacia, pedir o bafômetro. Só que temos que trabalhar de acordo com a experiência que temos. A questão do bafômetro, prendemos gente caindo da moto de tão bêbada, já levou pra delegacia, fomos até o IML, não tinha bafômetro, mas o cara atestou embriaguez, só que não valeu, pois eu fiquei impressionado, mesmo atestado pelo médico legista, não pode ser feito o auto, eles não foram autuados em flagrantes. São coisas que não dão para fazer, e podem ser feitos do modo legal de uma forma, apenas, punitiva ou resolver de fato. O cara, ainda, não tinha nem ligado o carro, só estava tentando entrar, aí eu desci da viatura, falei com o cidadão lá, já um senhor,

- O senhor não acha que tá bêbado demais não para dirigir?

- Não... eu estou bêbado aqui não sei o que.

-Vamos fazer o seguinte, tem alguém que possa vir buscar o senhor?

- Tem, tem minha filha.

-Pois faça o seguinte, ligue pra sua filha que eu falo com ela, peço pra ela vir lhe buscar.

Peguei o telefone dele, liguei, chamei a filha dele no lugar, falei que ele não tinha condições de dirigir, e que caso ele sáísse, teríamos que agir na forma da lei. Pois faça o seguinte, venha buscar seu pai.

- Chegaram lá, a mãe habilitada e a filha, também, chegaram em outro carro, botaram o pai dentro do carro e foram embora.

A gente poderia usar de outros meios desnecessários até. Nosso trabalho não é só para punir, é para prevenir, é melhor prevenir que não aconteça. (SD Dário)

Outros casos, também, podem assumir contextos plurais de interação provocando ou interrompendo formas de punições secundárias, como o uso da força progressiva desnecessariamente.

A gente abordou um cara, e vimos que ele dispensou a arma, só que arma estava perto, quando achamos a arma, e um de nós perguntou se o artefato estava com ele, o policial então já ia bater nele, aí eu me entrepus ... não cara, ele tá é ajudando a gente, a gente pegou a arma e vamos receber gratificação. O cara não tentou atirar na gente, o cara não reagiu, não tem por que bater. É questão de lógica, é agir com o bom senso. Se você agir com bom senso você tem a consciência tranquila. Eu tenho a consciência tranquila. Eu sei que eu já erre, eu já perdi a paciência, vez ou outra a pessoa acaba abusando se excedendo, mas a experiência faz você saber tirar o pé do acelerador, a hora de frear entendeu. Tudo é a experiência e o bom senso. (IDEM, *Ibidem*)

Poderia até ser o caso da utilização progressiva da força, caso ele tentasse reagir contra a composição ou irritá-los de alguma outra forma, caso quisesse “inchar”¹²⁷ etc. Isto, provavelmente, não “enrolaria” os policiais. É preciso, do ponto de vista analítico, o esforço de relativização das categorias nativas “*se enrolar*”, “*enrolar*” e “*desenrolar*” a partir da situação, dos contextos e das interações. Trata-se de uma definição centrada nos esquemas de pensamento, percepção e ação dos policiais.

Mediante cada caso, em acordo com instâncias de negociação desenroladas, os moradores “são tratados como merecem”, em trocas simétricas e assimétricas, sendo enrolados ou dispensados, usando das provas flagradas, para tanto, ou as ignorando.

Há um caso muito interessante, narrado pelo SD Dário, retratando a negociação da ocorrência entre a polícia e a vítima, a despeito do caso de furto de um estabelecimento comercial. O uso da criatividade para “enrolar” o furtador foi digno de nota. Depois de contar que os policiais, para realizarem seu trabalho e punir os responsáveis, têm de driblar a lei¹²⁸, relatou um caso que explica o que isto quer dizer na prática:

A gente costuma dizer assim: “fulano tá ficando antigo” é a boa malandragem, é a malandragem inteligente, é para fazer o criminoso ser preso pelo motivo justo e você se safar. Não estou dizendo que agimos de forma ilícita e nem fora da lei, não é isso. Mas há momentos em que temos que usar da criatividade, para conseguir a coisa certa, porque se não, não rola. Não acontece nada.

Porque assim, você vai prender o cara...você precisa usar a criatividade pra que a coisa der certo. Por exemplo, houve um furto num mercantil aqui perto, aqui no Bairro X perto da área do mercado, no dia tal, vamos dizer assim dia vinte seis, o cara foi lá e furtou, levou desodorante, perfume, escova de dentes, fez uma ferinha, colocou tudo nas calças e foi embora, o dono viu as imagens lá, viu ele levando tudo lá, mas relevou, não chamou nem a polícia, “fulano tá precisando eu não vou fazer nada não, eu vou deixar passar”. Quando foi no dia seguinte, o cara foi lá furtou de novo, “não, pera aí agora eu não vou liberar não”, aí chamou a polícia, chamou a viatura. Quando chegou lá ele mostrou a imagem só que o cara tinha sido pego, e não ia configurar o furto, mas como ele não concretizou nessa segunda vez, não configuraria furto, só seria furto

¹²⁷ Termo nativo utilizado para referir-se à ruptura de aceitação da autoridade policial, durante a interação com moradores. As dimensões, em torno da autoridade policial, ganharam contornos especiais, no que diz respeito aos “policiais da boa vizinhança”. O slogan do programa produziu, segundo os interlocutores da pesquisa, consequências quanto ao questionamento do exercício cotidiano no poder de polícia pelos moradores. Esta contestação produziu reações dos policiais utilizando mais energeticamente o uso excessivo da força, com o intuito de restaurar a condição de obediência.

¹²⁸ “Driblar a lei” pode ser um agenciamento pensado enquanto forma especial da “arte do contornamento”, ou seja, como transição entre fronteiras sociais do legal e do moral (Cf. TELLES, 2010). É a negociação entre a norma legal (moral) superior quebrada e a circunstância, particular que a justifica (Cf. WERNECK, 2009). Remete ao contornamento da lei pelo “moralmente correto”. Pois, supostamente, caso fosse cumprida, produziria uma injustiça circunstancial.

a partir do momento que ele pusesse os pés na calçada, mas não deixaram ele sair de dentro. Ele poderia alegar que ia pagar, não queria a sacola e ia levar no bolso. Então, perante a lei o que acontece, ele não fez nada, só que ele praticou o crime, isso é notório todo mundo viu. Só que havia as imagens dele do dia anterior furtando, o que que a gente fez, para levar ele preso? Pegamos a filmagem do dia anterior, que por sorte, o cara estava com as mesmas roupas do dia anterior, a gente levou as imagens lá dele furtando, ó está aqui as imagens e o cara que fez o furto. E o cara se enrolou e responde por furto. Será que a gente vai pro inferno por causa disso? A gente usou da criatividade, entendeu? Não existe exemplo melhor, eu acho, só que o cara fez, e o cara estava fazendo, pela lei, por ser muito seca e dura, o cara não ia responder o crime que cometeu.

Práticas como essas remontam à inventividade policial nas maneiras de enrolar o morador flagrado cometendo o crime de furto. Após a dispensa inicial da vítima, seguida de reincidência pelo furtador, policiais e vítima se aliaram desenvolvendo um arranjo de recursos (gravação de vídeo do crime, rendição do criminoso que se encontrava com a mesma roupa do dia anterior), efetivando as condições para enrolar o acusado “driblando a lei”. Fizeram-no pagar pelo crime cometido, mesmo da maneira “errada”. Se “safaram” e “enrolaram” o rapaz.

Ainda que, qualquer advogado, minimamente informado, caso solicitasse a perícia da gravação fílmica, facilmente descobriria a ação dos PMs. No caso, porém, o morador enrolado, continua respondendo criminalmente pelo furto que não cometeu, do ponto de vista legal.

De fato, em certas ocasiões os PMs podem neutralizar as possibilidades de ricochete, a não ser que fatos novos surjam e casos antigos sejam revistos, sofrendo reviravoltas, “enrolando” os policiais. Tais manobras requerem estratégias discursivas e práticas competentes. Envolvendo, nesses processos, a ativação dos recursos disponíveis no fluxo dos acontecimentos, de forma a produzir o ocultamento dos elementos agregadores de reversibilidade.

5.7. Perseguindo os “vagabundos”: Caçada moral, multiplicidades acusativas

No patrulhamento cotidiano, conforme se constroem as interações, pode-se instaurar uma interação de rivalidade entre um policial e um morador. Trata-se a produção de um adversário situacional, envolvendo eventuais formas de “enrolar” e “se enrolar” conforme se produzem seus prováveis desfechos. O início de uma perseguição policial veicular contra um

suspeito é o exemplo mais forte deste tipo de ação performática. Em outros casos, por disputas entre policiais, o adversário torna-se um par, quando um deles percebe o deslize do outro e passa a disseminá-lo em relações de *cruzetagem*.

Uma perseguição veicular contra um suspeito é uma multiplicidade acusativa instantânea, os policiais costumam descrever a produção destes eventos iniciadas quando alguém foge. O morador pode fugir, simplesmente, por não estar portando sua documentação obrigatória (CNH/licenciamento do veículo), ou por possuir multas em seu veículo, assim como, pode ter um mandato de prisão contra seu nome e por isto empreender fuga da viatura. Assim, se instaura a caçada contra o suspeito, tendo como motor uma pluralidade de razões possíveis não definidas, *a priori*, para a efetivação da relação de perseguição.

Caso 1: Motoqueiro “alterando” acabou todo “enrolado”

Ao avistarem, de uma das esquinas, a passagem do motociclista deslocando-se pelas ruas do Bairro 1 em alta velocidade, impulsionados pelo reflexo do motorista da viatura, iniciou-se uma perseguição consentida pela composição. Ao contrário do que manda o protocolo, o motorista da viatura desligou o alerta sonoro e luminoso da sirene, perseguindo a distância de um quarteirão o suspeito.

Após entrecortar as vias dos bairros por cerca de dois minutos quando, aparentemente, tinham perdido de vista o suspeito, os policiais identificaram o morador desembarcando da moto na Avenida X, próximo ao local. Rapidamente, a viatura se aproximou e os policiais dirigiram a ordem de “encostar” iniciando energicamente a “revista corporal”, realizada pelo próprio motorista, aparentemente, o mais afetado pela adrenalina, durante a perseguição. Logo após a revista, decretou: “agora você se enrolou todinho, direção perigosa...”.

A abordagem realizada pelo SD Hollanda, motorista da viatura, se deu com braçadas fortes entre as pernas do suspeito, uma revista mais forte que o comum, realizada propositalmente¹²⁹. Após conferir a documentação do veículo e a Carteira Nacional de Habitação (CNH) do morador, descobriram haver pendências com o departamento de trânsito

¹²⁹ Em outro momento, o policial do patrulhamento, em conversa com a composição envolvida, que contou com minha participação, fez referência ao forte golpe aplicado na virilha do rapaz, supondo, inclusive, a dor provocada.

responsável. Apesar dos pedidos insistentes do rapaz, implorando ajuda dos policiais, justificando, inclusive, estar correndo, pois precisava imprimir alguns documentos com urgência, reconhecendo repetidamente o seu erro, os PMs não “deixaram passar”.

Os policiais, porém, já haviam solicitado a presença dos agentes de trânsito, coincidentemente, deslocando-se em sua viatura nas proximidades da interação. Através da sua participação, duas multas foram lavradas e retendo a motocicleta. Após ser multado e ter o veículo apreendido, o morador contou ser ex-guarda municipal, dizendo conhecer os “meninos”, citando nomes de policiais. O motorista contou-lhe já não haver maneiras de voltar atrás. Uma vez iniciado o processo (perseguição, abordagem, solicitação da placa), não havia como dispensá-lo.

Neste caso, o desenrolar da ocorrência envolveu técnicas do corpo de abordagem, calculadas para machucar o motociclista imprudente, como recurso para punir os atos do morador. A justificação do ato enquanto *account* (SCOTT e LYMAN, 2009) por parte do morador, não foi suficiente no caso para evitar o rolo, pois ainda sim, os policiais poderiam ter sido punidos após passarem os dados do veículo pelo rádio, encontrando a irregularidade, e não punido o infrator. A perseguição funcionou enquanto um dispositivo iniciador da rivalidade, tendo como consequência o rolo para o morador com base em suas infrações.

Depois de “enrolar o morador todinho”, os policiais continuaram realizando o patrulhamento, após alguns minutos, foram surpreendidos com uma “baixa frequência”¹³⁰ realizada pelo CB John. A ligação informava aos PMs as acusações do morador “enrolado” contra eles realizados no quartel. O morador contactou a Companhia Militar local, afirmando supostas agressões físicas e verbais dos PMS. Sua ação deixou o comandante da composição, SD Cesar, bastante irritado, vocalizando seu descontentamento:

— “Esse cara está mentindo e difamando a composição, se ele continuar dizendo isso eu vou na casa dele prendê-lo”.

O morador mudou de ideia, ligando, novamente, para reconhecer seu exagero. Por sorte dos policiais a informação chegou aos ouvidos de um cabo— também praça — e não para um oficial. A operação crítica, realizada pelo morador, foi uma tentativa de vingança, mostrando-se conhecedor dos esquemas morais de punição no circuito militar, sua atitude não foi bem sucedida.

¹³⁰ Expressão que remete ao repasse de informação, diretamente nos telefones celulares pessoais dos policiais, pois, até então, a frequência da polícia não é criptografada, e outras pessoas tem acesso à frequência. Neste caso, porém, a preocupação era não difundir a denúncia do morador contra a polícia dentro do próprio círculo militar.

Caso 2: Motoqueiro “alterando”, perseguido, dispensado e ameaçado.

Diferentemente deste acontecimento, num caso parecido, o desfecho foi totalmente diferente. Certa vez, um jovem empreendeu fuga deslocando-se de moto, foi perseguido e rendido pelos policiais. No entanto, momentos antes de acionarem o DEMUTRAN, um morador aproximou-se dos policiais repassando o seu telefone celular para um dos PMs. Na linha estava um dos oficiais da PM, comandante do programa, ordenando a liberação do jovem naquela oportunidade. Os policiais, após dispensarem o jovem, disseram-no que ele “não corresse mais ‘feito um doido’, pois, poderia levar um tiro na cabeça por acidente”. Se afastando do local, os policiais comentaram: “você acha que se fossemos nós *alterando* na moto, o tenente iria dispensar a gente? ”. Provavelmente não, no entanto, caso eles não atendessem ao pedido do tenente, dispensando o jovem, estariam, possivelmente, “enrolados”.

Caso 3: Motoqueiro perseguido, informado de suas infrações e dispensado

Em alguns casos, os “rolos” podem ser negociados entre os policiais e o morador, sendo dispensados por não serem considerados graves. Deslocando-se após o sinal verde do semáforo, da viatura os SDs Ignácio (motorista) e Cuba avistaram dois rapazes, um deles sem capacete saindo nas proximidades do Bairro 3 suspeitando, de sobressalto, tratarem-se de assaltantes. Depois de acelerar o veículo e fazer uma ultrapassagem pela esquerda, os policiais acompanharam a moto suspeita e deram a ordem para o início da abordagem. A moto continuou seu percurso, como se não percebesse a aproximação da viatura. Ignácio, então, ameaçou derrubar a moto e chamou um dos rapazes de “filho da puta”. No mesmo instante, a moto parou e o piloto ressaltou: “filho da puta não...”, se justificando, em seguida, não ter ouvido a ordem dos policiais. Ignácio, irritado, bradou: “você está pensando que eu sou palhaço? ”, rapidamente a abordagem foi realizada, não confirmando a suspeita.

Após pedirem informações sobre os moradores pelo CIOPS, através de suas documentações, os dois não possuíam “ficha na polícia”. O SD Ignácio questionou os moradores a respeito do cano de escape da motocicleta, pois, segundo ele, era ilegal. O proprietário do veículo tentou reverter a situação dizendo possuir “um documento, autorizando o escapamento dela, emitido pelo DEMUTRAN”, apresentando-o, em seguida, ao policial. Ao

checar a autorização, o policial recomendou a troca da peça, pois, do contrário, poderia “se enrolar’ numa próxima oportunidade”, dispensando os moradores, sem maiores problemas.

Uma vez instanciados, os mecanismos de rivalidade repercutem gerando efeitos de poder acusatório e punitivo. Se, acidentalmente, os policiais atropelarem um motociclista contra o qual empreenderam perseguição ao longo de sua caçada, eles podem “se enrolar” seriamente. A própria perseguição é um ato acusativo ou pré-acusativo, pois sua efetivação necessita de tal condição. Caso não haja qualquer suspeita contra quem empreendeu fuga, não há sentido em perseguir o morador — isto não quer dizer, porém, haver a dedução da gravidade da acusação previamente — os policiais produzem, dessa maneira, uma “quase acusação”.

Quase sempre envolvem técnicas do corpo (Cf. MAUSS, 2003). As perseguições veiculares, em particular, costumam alterar o clima de adrenalina, que chega ao êxtase, quando o suspeito é capturado. Por mais que ocorram *accounts*, o pontapé inicial para a lógica punitiva está dado. Se o veículo estiver irregular, será apreendido, uma vez iniciada a perseguição. Outrossim, podem haver reviravoltas e, por razões determinadas caso a caso, os “acusados” podem ser liberados.

5.7.1. A iminência do assalto, perseguição mal sucedida ao assaltante

Era por volta das 19h40min quando os policiais aproximavam-se de um posto de combustíveis para lavar o rosto. Após o desembarque da viatura, o SD Ben, motorista, percebeu a “atitude suspeita” de um jovem e a compartilhou rapidamente com a composição por um golpe de olhares. Ele deslocava-se de moto, chegara ao estabelecimento poucos segundos antes da viatura. Era um jovem negro, de sobrancelhas expressivas, olhou direto para mim, no banco de trás da viatura. Percebendo a presença dos policiais, cancelou o abastecimento e fugiu. Rapidamente o PM retomou seu posto e juntos iniciaram uma perseguição. Deslocamo-nos em alta velocidade, nas proximidades do posto, alcançando os 80 KM/h. O SD Ben, motorista, reduziu a velocidade ao avistar uma lombada, permitindo o suspeito abrir vantagem, adentrando uma das ruas em direção ao “miolo” do Bairro 2 despistando os PMs.

Apesar do insucesso, os policiais não cansaram de repetir as características do suspeito: O modelo da moto, “titã” preta; a cor verde da sua camisa e uma tatuagem no braço convertendo tais elementos na “descrição do suspeito”. As características foram repassadas ao CIOPS, mas de nada adiantaram O SD Cain, patrulheiro, estava faminto, sedento por pegá-lo,

fazendo o esforço de retomar a cena na memória para colecionar mais detalhes. Repetia para si mesmo: “eu vou, ainda, pegar esse vagabundo! se eu ver ele eu conheço”.

Os PMs retornaram a cena do encontro. Considerando “esse posto é bom demais de roubar, só tem eles dois aqui e, ainda, tem essas ruas, aqui, que são todas rotas de fuga. ”. Segundo SD Cain, caso a viatura chegasse depois, durante a realização do assalto “ele tinha morrido ali mesmo, porque eu não ia esperar ele atirar em mim, ele ia morrer bem ali no cantinho”. O SD Ben transformou sua frustração no acirramento do conflito com o suspeito: “se eu pegar esse vagabundo eu vou estourar ele... ele tem cara de pilantra mesmo, vocês viram a cara que ele fez pra viatura? Ele tem cara de ousado...”.

A construção relacional das performances da polícia suscita os seus encontros e desencontros possíveis com moradores, criminosos ou não. Os casos estão marcados pelo fator “surpresa” emergido nas interações simbólicas e suas assimetrias de poder. Essa é uma marca de diferenciação, acionando a sublimação da diferença, ou melhor, do “errado” pelo “certo”. O que vai acontecer após isso, passa a envolver as possibilidades recursivas, disponíveis durante a produção de disputa agonística entre os adversários situacionais.

5.7.2. As provas do Rolo

Agir conforme a ocorrência, prevendo ganhos para os policiais, nem sempre pode ser um sucesso. Alguns policiais acabam “se enrolando” por usarem de meios ilegais, como o abuso de poder, por exemplo. Um interlocutor policial contou-me estar preocupado, pois no dia anterior a conversa, havia “dado uns tapas” num morador, acusado pela mulher de violência doméstica, deixando marcas visíveis e causando indignação no acusado/vítima.

Nem sempre agir na ilegalidade se converte em “rolo” para os policiais. A questão está mais relacionada com as provas deixadas no local das ações inadequadas ou incriminadoras. Existe, nesse processo, a participação decisiva do morador envolvido, vitimado em representar, judicialmente, uma ação contra os policiais.

O desenrolar da ocorrência pode envolver técnicas corporais, utilizando formas de violências dolorosas¹³¹ e eficazes para deter/punir acusados/suspeitos, ou atos de fala com

¹³¹ Entre os policiais militares são compartilhadas técnicas que, apesar de dolorosas, não deixam marcas nos corpos das vítimas, com a intenção de puni-las corporalmente, sem produzir provas. (SÁ e SANTIAGO,2011).

efeitos similares. Contudo, esta não é uma prática aleatória, mas sim, dotada de seletividade. Essa seletividade, porém, não se baseia, tão somente, na pirâmide socioeconômica. Ela é, também, mediada por contextos interacionais, situacionais envolvendo a possibilidade de reviravoltas e reversibilidades.

5.8. “Se deixar pela metade, o rolo volta contra a gente”

Na percepção dos policiais, em alguns eventos, caso as ocorrências “ficarem pela metade”, não sendo desenroladas, “o rolo pode voltar para eles”, sendo acusados de abuso de autoridade ou uso excessivo da força, por exemplo. Nessas ocasiões, é preciso “enrolar” os acusados para não “se enrolar”.

Descobri essa prática durante o trabalho de campo. Foi o desdobramento de uma ocorrência policial na cidade. Três homens envolveram-se numa confusão generalizada, num famoso restaurante da cidade. O proprietário do estabelecimento chamou a polícia acusando-os de promover a confusão para não pagar a conta. No linguajar policial, estas denúncias são conhecidas como “botar um boneco”.

Acompanhei o caso quando os moradores já haviam sido algemados e levados até a DPC. Os policiais estavam do lado de fora da delegacia, comentando entre si o que se passara. Eles afirmavam, repetidamente: “a peia foi pouca”.

Algemados, do interior da viatura, os acusados proferiam suas versões dos fatos. Um deles disse em claro e bom som.

— Eu sou sujeito homem, é certo um policial me dar um tapa na cara? Aqui só tem cidadão, não tem vagabundo não. Cadê que polícia faz isso com um vagabundo? É assim que um cidadão de bem vira vagabundo.

De dentro da delegacia, os acusados pediam, insistentemente, para serem soltos das algemas, enquanto maldiziam os PMs. Um deles estava com a perna sangrando bastante, em decorrência do corte aberto após ter acertado um pontapé na porta de vidro da delegacia, quebrando-a. Antes disso os “T-A-Ns” já haviam quebrado o xadrez da viatura com chutes no caminho até a delegacia.

O chão da delegacia estava vermelho de sangue, enquanto sangravam, os acusados passaram a ameaçar os policiais de morte, citando inclusive seus nomes. Enquanto isso, os policiais planejavam “enrolar” os acusados de todas as formas.

Incomodado com as ameaças do acusado contra um dos PMs envolvidos na ocorrência, o SD Cain passou a aconselhar o policial ameaçado, ensinando-lhe uma importante lição: “O vagabundo lhe ameaça, se você mostrar medo ele cresce pra cima de você¹³². Já se você não mostrar medo ele vai se intimidar: ‘pera aí, eu ameacei esse cara e ele não teve medo’ a intimidação vai se voltar contra ele”

Os rapazes diziam, aos gritos, terem “apanhado na cara” e terem recebido jatos de *spray* de pimenta no rosto. Prometiam procurar seus direitos para acusar os policiais e se vingar. Visivelmente embriagados, os acusados proferiam toda sua insatisfação ameaçando os policiais e danificando a estrutura física da delegacia.

Os PMs envolvidos na operação reuniram-se com a vítima acompanhada de alguns funcionários (seguranças e garçons do estabelecimento). Um dos policiais dirigiu-se aos demais. Segundo ele, caso os homens não fossem acusados de todos os crimes formalmente, através do boletim de ocorrência, quem acabaria “se enrolado” seriam os policiais e a vítima. Os policiais poderiam ser acusados de “abuso de poder”, já a vítima, por “danos morais”. Durante o preenchimento do boletim de ocorrência, os homens foram acusados de danos ao patrimônio público e privado, desacato e ameaça.

5.9. Se enrolar com mulheres

O envolvimento com mulheres da área é comum. A interação e a possibilidade de vinculação afetiva não acarretam perda de status moral na profissão. Porém, em alguns contextos, o envolvimento com mulheres pode resultar em policiais enrolados. Nesse caso, o rolo pode transbordar de sua carreira profissional para a vida pessoal dos PMs¹³³.

¹³² As estaturas morais são acionadas, também, nas interações face-a-face entre PMs e moradores. A fala do PM evoca as implicações da classificação entre interactantes. Ele revela, assim, estratégias de desempenho para redefinir o engrandecimento, convertendo-o no encolhimento do actante adversário. Esse processo é revelador das relações de poder entre o “policial” e o “vagabundo”, produzidos como figuras adversárias, em certas ocasiões, engajadas nos usos simbólicos dos PMs.

¹³³ Alguns dos policiais envolvidos nas “operações de paquera” são casados. Eles podem “se enrolar” em decorrência das traições serem descobertas por suas companheiras. Esta, no entanto, não é única possibilidade desse tipo de acarretamento.

Alguns escândalos flagrados pelas câmeras das viaturas noticiados pela mídia impressa e digital em circulação no estado do Ceará, revelaram “atos libidinosos em plena viatura”. Os episódios resultaram no afastamento dos policiais envolvidos da PM, sob a acusação de “desvio de função”.

Cotidianamente os policiais podem se enrolar quando há relação entre se envolver com mulheres e alguma forma de “omissão”. Se envolver com mulheres ligadas ao crime também pode agregar riscos em termos de envolver-se com atividades ilícitas, ser descoberto e se enrolar.

Cara, assim, esse negócio de mulher se atrair pela farda existe. Eu sabia que existia, mas não que era tanto. E cada dia que passa me convenço mais que é uma questão de mágica, a mulher quando vê a farda ela não vê o policial que está dentro. Aí, é que explica o cara ser muito feio e, mesmo assim, conseguir muita coisa. Realmente, é uma coisa impressionante, a atração natural que as mulheres sentem pela farda. E do ronda mais ainda, só que é diferente. Agora, já acostumaram com a gente, mas no começo cara, no começo... é porque eu não era muito fã dessas coisas, se eu quisesse, no começo, era uma por dia ou até mais.

Como acontece?

De toda forma que você imaginar, elas param a viatura, chamam para tomar café, às vezes, inventa ocorrência pra você ir. Ou você para. Porque, dentro do programa, tem a visita comunitária, né? Aí né...o cara solteiro, vamos dizer os solteiros para não comprometer os casados, aí você para, tem uma moça bonita, ela olha pra você e dá um sorriso, chama você para tomar o café, dá o telefone, pede o telefone. Aí você não vai dar por que? Você é solteiro. Só não pode é fazer assim: “vem aqui pra você passear na viatura, pra eu lhe mostrar a área” aí não tem lógica. Mas aí, se ela quer dar o telefone pra você, será que a gente não tem direito de achar uma mulher bonita, de se encantar com uma mulher? Moça, oi tudo bem, tu moras aqui, pois aqui o telefone da viatura, se precisar da gente, meu telefone aqui, também, se você quiser. O cara não é casado... não tá desviando da função, até porque somos obrigados a parar. Se a gente para nesses trailers para lanchar, aí a garçonete é bonita, ela sorri pra você, você não pode dar um bilhetinho pra ela convidando pra se verem mais tarde depois do trabalho. Não há lógica em você querer condenar isso. Achar um argumento que vá contra a naturalidade da vida. Só por que somos militares e estamos trabalhando? Se nós pararmos para deixa de atender ocorrência, pra tá pegando o telefone de alguém ou estar paquerando aí está errado, se você, no momento não está em ação, não tá em abordagem, e você pode marcar, pedir, ou sei lá o que, algo depois, não vejo problema nenhum, desde que a pessoa não seja, criminosa, envolvida com o crime... “ah a filha do traficante ali é tão bonitinha...” aí não rola. Naquele trecho só o que tem é gata, são gatas que você não pode se aproximar, por que não dá certo. Às vezes, dá até para encontrar uma joia no meio do lixo, mas é difícil, entendeu? Aí entra a questão de preconceito social, quer dizer que só por que a menina mora ali perto de onde não presta que ela não presta também. Pode estar lá a sua futura esposa, mas isso é uma coisa do destino, ninguém sabe. Uma coisa não tem nada a ver com outra. [SD Dario]

Existem classificações sobre “a beleza” das mulheres escolhidas para investidas afetivas dizendo respeito ao seu estatuto moral. Envolver-se com algumas mulheres e de

maneiras “erradas” pode enrolar os policiais. Eu conversei em certa ocasião com um interlocutor, cuja identidade não revelarei nem ficticiamente. Ele desabafava comigo, descontente com alguns de seus colegas, após conversarmos sobre sua curtição na noite anterior. Ele mencionou ser diferente dos outros policiais e não gostar de “usar a farda para pegar mulher”. Prosseguiu: “isso é coisa de gente com a cabeça fraca, sem falar que só traz problema, você pode se enrolar”. Ao dizer isto relatou o caso de um colega seu, o PM aproximou-se de uma mulher do Bairro 2, trocando contatos e marcando o encontro futuro. Depois da troca de carícias entre os dois a mulher revelou sua identidade “eu sou mulher do fulano de tal”. O seu esposo era um “vagabundo”, traficante, homicida e assaltante conhecido do PM. Eles haviam, inclusive, brigado numa das situações de flagrante do morador inaugurando uma “rixa” entre o “vagabundo” e o PM. Ao tomar conhecimento disto o policial comentou ter “brochado na hora”, finalizando o encontro e nunca mais se encontrando com a mulher em questão.

Além de se envolver com uma “mulher do crime”, o policial acirraria a “rixa” já inaugurada com o “vagabundo” rival. Traria o conflito agora para o campo das relações de honra, cuja dimensão é ainda mais violenta e consequencial para o PM. Ele corria o risco duplo de se enrolar, tanto pela parte profissional como pessoal.

As formas de “se enrolar” expandem-se, em alguns casos, da carreira moral profissional para a esfera privada da vida dos PMs, agregando igual significado, ressignificando as percepções do seu modo de vida, modulando as apresentações do *self*, suas relações recíprocas através das categorizações obtidas no meio profissional.

5.10. Truques da pesquisa *versus* truques dos policiais: Desenrolar

A dimensão analítica “truque” está empregada aqui com base numa multiplicidade ficcional de alteridade entre o desenrolar da pesquisa e o acesso à categoria nativa policial “desenrolar” mobilizada pelos policiais militares. É preciso no manejo analítico entender como tal categoria conecta-se situacionalmente. O termo pode ser empregado antes, durante e após aos acontecimentos em que se conectam, assumido significados polissêmicos e essencialmente imbricados entre si.

Esta dinâmica de alteridade não diz respeito apenas a interlocução entre mim e os policiais do ponto de vista da realização da pesquisa mas, como uma extensão, nos termos de

um rizoma (Cf. DELEUZE & GUATTARRI) entre os devires de policiais e das populações locais permeados por economias de alteridade específicas:

Em alguns casos a categorização “desenrolar” pode relacionar-se a obtenção de “vantagens” durante a realização do trabalho no cotidiano, por exemplo, ao aperfeiçoar o tempo de resolução da ocorrência sem prejudicar a composição de policiais nela envolvida, resolvendo as ocorrências no local ou enrolando os suspeitos e acusados. Em outros casos pode ocorrer ainda a necessidade da composição de policiais desenvolverem mecanismos de rivalidade com moradores/acusados/suspeitos envolvidos na ocorrência de acordo com a situação.

Nestes casos, os policiais podem se ver obrigados a “enrolar” os moradores, por crerem de algum modo no ricochete do “rolo” para eles, em eventuais acusações dos moradores ou dos comandantes do programa contra a composição de policiais envolvida ou na corregedoria. Outrossim, a expressão pode remeter à fatalidade, como determinados acontecimentos se deram em alguma situação ulterior de suas carreiras ao desempenhar seu trabalho. Dessa forma, “enrolar”, “desenrolar” e “se enrolar” são categorizações mediadas pelas ações desempenhadas pelos policiais, desencadeando diferentes probabilidades no cotidiano dessas relações.

No atendimento as ocorrências, os policiais mobilizam estratégias discursivas para revidar acusações enrolando moradores adversários no jogo situacional e podem, do mesmo modo, serem contra-acusados. Estas relações dinamizam o fluxo de alteridade entre polícia e população entre eventuais formas específicas de interdependência e reciprocidade. Desse modo, os casos de polícia quase sempre têm desfechos surpreendentes, sendo que um mesmo caso tipificado como regularidade pode ter uma multiplicidade de possibilidades conforme as situações se constroem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escrita foi uma empreitada complexa desde sua idealização inicial, quando me vi sob os desígnios da “experiência distante” (Cf. GEERTZ, 1997). O desafio de fundar o problema no, pelo e sobre campo de pesquisa foi o motor de cada palavra engajada nas narrativas e cada reflexão teórica sobre os dados. O conflito como categoria sociológica foi a grande inspiração teórica deste estudo resultante do empreendimento etnográfico.

A produção intersubjetiva de práticas policiais agregou centralidade na construção da análise dos dados. Pensei essa dinâmica investindo na compreensão do universo simbólico de reciprocidades conflituosas entre polícia e população. As consequências da permanência da polícia em territórios habitados por camadas mais pobres da população foram acessadas através desta chave analítica. Disto pude lançar-me ao ponto de análise das práticas policiais através de seus mecanismos de produção locais.

Assim, pude pensar sob outros ângulos os aspectos do trabalho dos policiais de rua. A interface da polícia da boa vizinhança, programa de policiamento propagado como comunitário, e o cotidiano de sua prática, permitiu a riqueza empírica de explanar os desdobramentos situacionais de seu fazer. Já havia discutido anteriormente as dificuldades em classificar os policiamentos desconsiderando os contextos locais de sua produção. Pontuei, no entanto, a transição do programa entre os dilemas do policiamento tradicional e da polícia comunitária (BARBOSA, 2012).

Seria nadar contra a corrente concentrar os esforços da pesquisa numa classificação ou avaliação empírica da eficácia do programa. A riqueza empírica dos dados etnográficos montava o quebra-cabeça do cotidiano da polícia e suas relações com populações locais.

A construção do acesso empírico ímpar, participando de um espaço cujas relações são esquadrihadas quase completamente, difundindo a cisão entre o espaço social e o espaço disciplinar do quartel, foi um desafio. Por vezes, não dei a devida atenção às condições de conquista do lugar do pesquisador no campo. Talvez esse estudo não seja aquilo que alguns de meus interlocutores esperava. A honestidade intelectual, valor determinante para algumas das revelações trazidas aqui, me conduziu à explicitação dos dados cujo valor antropológico e sociológico julguei necessário para a discussão. Assim como os PMs realizam sua atividade com todos os seus sentidos e significados agregando a legitimação de suas práticas, a prática da

pesquisa e o esforço analítico descritivo é perpassada do mesmo modo de sentidos e significados legitimadores.

Na Parte I tratei das relações de conhecimento construídas com os policiais paralelamente a minha inserção no trabalho de campo. Neste percurso fiz amigos, interlocutores sagazes, cujas relações de conhecimento ensinaram-me sobre a humanidade comum e sobre as humanidades plurais e seus sentidos de justiça igualmente múltiplos. As categorizações simbólicas dos PMs permitiram-me, além da inserção numa pequena parte no universo de percepção, pensamento, cognição e ação deles, a interface com os usos simbólicos de operações atravessantes da condição de pesquisador. Aprendi novos idiomas, novas formas de comunicação e de “modular” conversações sob linguagens operacionais, acompanhadas do engajamento engenhoso de seus sentidos investidos em cada ato de fala.

O estudo revelou as conexões entre as classificações simbólicas do outro, onde engaja-se o *self* policial e a produção das economias de alteridade com os moradores. Expliquei como isto relaciona-se às economias de punição, legais e extra-legais, no cotidiano do afazer da polícia, produzidas no seio das relações de poder do local.

As conexões entre humanos e não humanos na produção das práticas policiais é uma descoberta empírica, transformada em hipótese, para estudos futuros. É um aspecto quase não levado em conta nas análises sociológicas sobre a instituição policial e sua atividade. A conversão do atributo de objetos em atributo de humanos ressignifica o panorama da classificação do outro e as relações de poder subjacentes as taxonomias. Produzindo, além de estigmas e indexadores, assimetriações radicais de relações cujas consequências revelam e alimentam a produção social do inimigo-objeto nas relações humanas.

Durante a análise empreendida aqui, a discricionariedade do trabalho policial ganhou contornos encarnados nas narrativas episódicas construídas. Na Parte II foi construída a imersão etnográfica através da descrição das camadas envolvidas na produção de reciprocidades entre policiais e moradores. Discuti no Capítulo II os processos atrelados às “redefinições da condição do morador”. A forma como “a rua” é compreendida como um “teatro de operações” pelos PMs, foi a chave de leitura para entender as transações entre papéis, classificação, objetos e humanos no cotidiano das relações de policiais e moradores. Discuti as relações entre a concepção de uma “polícia de ordem” e as práticas decorrentes das relações entre os “criminosos” e a polícia. Busquei revelar o entrecruzamento entre as relações de ordem e obediência, decorrentes do quartel, e a atividade policial desempenhada nas ruas através da categoria nativa “bicho”. Refleti sobre os sentidos legitimadores e produtores de punições

secundárias paralelas às penas já previstas em lei para crimes, aos moradores classificados como “vagabundos”, em certos casos.

Ousei dedicar algumas páginas às relações em torno da paquera e aproximação entre policiais e “mulheres da área”, por vislumbrar nestas relações um desdobramento especial entre afetos e práticas policiais. As operações de paquera, entre policiais e mulheres da área patrulhada, relacionam-se aos redimensionamentos das aproximações entre polícia e população nos contextos locais e elucida formas não capturadas pelo discurso estatal de coprodução de segurança pública.

Esmiucei no Capítulo III os dilemas entre buscar e fugir da ação dos PMs no cotidiano de patrulhamento. Além de ser fruto do universo simbólico no qual várias concepções de policiais são engajadas — “policial moita”, “policial matador”, “policial operacional”, “policial comunitário” — evidencia forças centrípetas e linhas de fuga do fazer policial e seus sentidos. Busquei relacionar esses dilemas evocando a dimensão relacional das ações da polícia com as populações locais. Esmiucei como a escolha do armamento revela conexões importantes entre os sentidos investidos na ação e as relações desdobradas da escolha. Refleti como as abordagens policiais produzem interações entre a polícia e população acionando conflitos, implicados ou não pelo contexto criminal. Descrevi como se procedem as formas de elaborar índices de suspeição dos moradores e como essa é uma dimensão fundamental nas maneiras de conhecer, ver, fazer e dizer da polícia.

No Capítulo IV, debrucei-me sobre as ocorrências policiais. A intenção foi compreender como os acontecimentos no interior dos bairros patrulhados tornam-se caso de polícia. Investiguei os processos pelos quais a polícia pode ser acionada pelas populações locais. Descrevi como os policiais, por conta própria, produzem diretamente a suspeita e fundam o caso de polícia *in situ*, ou se deparam com o acontecimento em plena ocorrência: “ocorrência de campo”. Dediquei-me a pensar sobre as manobras morais em torno das acusações para a polícia. Problematizei as razões de nem todos os crimes cometidos converterem em incriminações contra seus autores. Discuti como a resolução dos casos, com base nos recursos de poder disponíveis, pode envolver o aprofundamento das tensões entre os interactantes ou, ao contrário, seu esmaecimento. Propus uma discussão em torno da dimensão sociológica da denúncia, pensando ao fim da discussão, um modelo actancial para as denúncias realizadas à polícia.

A Parte III destinou-se a uma discussão minuciosa em torno da categorização nativa “enrolar” e seus desdobramentos. A ferramenta analítica “acusação” perpassou toda a discussão desta dissertação, possibilitando a compreensão de vários dos motores simbólicos das

atividades cotidianas da PM. No Capítulo V ela é conotada de um sentido ainda mais especial, pois permite analisar as reciprocidades conflituosas em torno das acusações e contra acusações produzidas localmente entre policiais e moradores. Estas relações revelam as formas de *accounts* e seus desdobramentos no fazer da polícia. As formas dos policiais se enrolarem ou de enrolarem outrem — seja um outro policial ou um morador — são dimensões simbólicas importantes de sua atividade e os significados a ela atribuídos. Por vezes estas dimensões revelam reversibilidades acusativas e formas de ricochete e o policial “enrolador” pode acabar “enrolado”. Descrevi como os policiais percebem as ações inadequadas, cujo desempenho os torna ainda mais suscetíveis ao desvio considerado negativo, e suas provas. Fiz o esforço interpretativo em torno das conexões entre o “quartel” e as “ruas” redimensionando uma leitura sobre o fazer policial acumulado nas experiências profissionais compartilhadas. Discuti os acidentes e a infalibilidade na cultura policial e a conversão do “enrolar” como auto destruição. Os aspectos relacionais entre polícia e população acionada pelas categorizações “enrolar”, “se enrolar” e “desenrolar” foram descritas e analisadas ao longo das narrativas envolvendo perseguições veiculares, incriminações e o envolvimento afetivo com mulheres na área de operações.

Muitos dos achados etnográficos apresentados nesta dissertação serão levados adiante em hipóteses de pesquisas futuras. É natural que o trabalho possua lacunas, esforcei-me, todavia, para construir uma escrita totalmente ancorada nos materiais empíricos produzidos. Eventualmente os processos de captura durante a imersão no universo perceptivo dos interlocutores podem ter produzidos pontos cegos, lacunas e precipitações.

Reforço, por fim, a honestidade intelectual refletida na produção da análise e explicitação dos materiais e sua estimação sociológica e antropológica como valores centrais na construção deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 1, n. 10, p.19-47, 1 maio 1998.

AQUINO, J. P. D. **Príncipes e castelos de areia**: Performance e liminaridade no universo dos grandes roubos. 2009. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ARAÚJO, O. S. **O controle da atividade policial** - um olhar sobre a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, L. S. **Entre Vigilâncias e Ilegalismos**: Cotidiano e práticas Policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - Ce, 2014.Cruz (2013)

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Massachusetts: Havard University Press, 1955.

_____. A Plea for excuses. In: URMSON, J. O.; WARNOCK, G. J. **Philosophical papers**. Londres: Oxford University Press, 1979.

BABOUR, R. **Grupos Focais**. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARBOSA, W. **A Polícia da Boa Vizinhança**: Denúncias e práticas policiais. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Regional do Cariri, Crato, 2012.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

_____. **Em nome da lei e da ordem**: A propósito da política de segurança pública. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 77-86, Janeiro/Março 2004.

_____. **Cotidiano Despedaçado**: Cenas de uma violência difusa. Fortaleza: Pontes, 2008.

_____. Violência difusa, medo e insegurança: As marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.219-242, 1 jan. 2013.

_____; RUSSO, Mauricio Bastos. O Ronda do Quarteirão: Relatos de uma experiência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p.282-295, ago. 2012.

Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/121/118>>. Acesso em: 10 out. 2013.

BAUMMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento: Uma análise internacional comparativa**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia Para Pesquisa de Campo: Produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, H. Problemas de inferência e prova em observação participante. In: _____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 47-64.

_____. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2008.

_____. **Falando da Sociedade: Ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BENGOCHEA, J. L. P. et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadão. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 119-131, Março 2004.

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

BOLTANSKI, L. **L'amour et la justice comme compétences: Trois essais de sociologie de l'action**. Paris: Métailié, 1990.

_____; DARRÉ, Y.; SCHILTZ, M.-A. La dénonciation. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 51, n. 51, p. 3-40, Março 1984.

_____.; THÉVENOT, L. **The Sociology of critical capacity**. *European Journal of Social Theory*, 2 mar. 1999. 359-377.

BOURDIEU, P. **Outline of theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. Marginalia: Algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 7-20, Outubro 1996.

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Efeitos de Lugar. In: _____. **A Miséria do Mundo**. 5. ed. Petropolis: Vozes, 2003.

_____. **A economia das trocas linguísticas - O que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. Comprender. In: _____. **A Miséria do Mundo**. 5. ed. Petropolis: Vozes, 2003

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969b**. Código Penal Militar. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> acessado em 10 de outubro de 2013.

BRETAS, M. L. **Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRUBAKER, R. **The Limits of rationality: An essay on the social and moral thought of Max Weber**. Londres: Routledge, 1984.

CAVALCANTE, R. M. B. Polícia Civil e Serviço Reservado da PM: campo de tensões. In: **37º Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de Lindóia - SP, Anais do Encontro. 23 de 9 de 2013.

CASTRO, E. V. D. **A inconstância da alma selvagem** - e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2011

_____. o nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, Abril 2002.

CEARÁ NEWS. Morre no IJF policial atingido por tiro na cabeça - Soldado do Ronda do Quarteirão atirou contra a própria cabeça, após discussão com oficiais. **Ceará News**, 15 maio 2013. Disponível em: <http://www.cnews.com.br/cnews/noticias/33787/morre_no_ijf_policial_atingido_por_tiro_na_cabeca>. Acesso em: 10 Outubro 2013.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petropolis: Vozes, 2007.

CICOUREL, A. V. As manifestações institucionais e cotidianas do habitus. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 169-188, Junho 2007.

CLASTRES, P. **Cronica dos indios Guayaki**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. **A sociedade contra o estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. **Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo : Cosac Naify, 2011.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COSTA, A. T. M. **Entre a lei e a ordem: Violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 220 p.

CRAPANZANO, V. A cena: lançando sombra sobre o real. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 357-383, Outubro 2005.

CRUZ, Lara Abreu. **Currículo e Contra-currículo uma análise da formação profissional dos soldados do Ronda do Quarteirão**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Políticas Públicas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - Ce, 2013.

DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, 1 set. 2011. 9-41.

DURÃO, S. **Patrulha e Proximidade**: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa. Coimbra e São Paulo, Almedina, 2008.

_____. **Polícia, segurança e crime em portugal**: ambiguidades e paixões recentes. *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, n.5 p. 129-152, Janeiro 2011.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 2, 1993.

_____. **Teoria Simbólica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

_____. **Os Alemães**: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Escritos e Ensaios**: Estado, Processo e Opinião Pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EILBAUM, L. **“O Bairro Fala”**: Conflitos, Moralidades e Justiça no *Conurbano Bonaerense*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010,

_____. Só por formalidade: a interação entre os saberes antropológico, jurídico e judicial em um “Juízo Penal”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 38, p. 213-339, Dezembro 2012.

FAVRET-SAADA, J. **Les mots, la mort, les sorts**. Paris Gallimard. Paris: Gallimard, 1977.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras da tensão**: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Helder Rogerio Sant Ana. **Classes populares, polícia e punição**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **A ordem do discurso:** Aula inaugural do College de France. Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2010.

_____. **A História da Loucura.** Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **Vigiar e Punir:** Nascimento da Prisão. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Ditos e Escritos:** Segurança, penalidade e prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

FREITAS, J.F.G. **Implantação do Policiamento Comunitário na cidade de Juazeiro do Norte através do programa “Ronda do Quarteirão”:** Possibilidade para redução dos Índices de Violência. Monografia (Especialização em Polícia Comunitária), Universidade do Sul de Santa Carina, Santa Catarina, 2009

FREITAS, G. J.; MELLO, P. D. A.; ALMEIDA, R. O. **Organizações Policiais em Revista.** Campinas: Pontes, 2009.

GARFINKEL, H. **Estudios en Etnometodología.** Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.

_____. Ethnomethodology's program. **Social Psychology Quarterly**, v. 59, p. 5-21, Março 1996.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabras Koogan S.A., 1989.

_____. **O Saber local:** novas ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

_____. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, Janeiro 1999.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **O Estado-Nação e a Violência.** São Paulo: EDUSP, 2008.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory:** strategies for qualitative ressearch. New York: Aldine, 1967.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **A apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias.** Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1993.

_____. **Comportamento em lugares públicos.** Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Ritual de interação:** Ensaio sobre o comportamento face a face. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

_____. **Os quadros da experiência social:** Uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOLDMAN, M. **Alguma Antropologia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

_____. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. *Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia*. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 2, p. 445-476, Fevereiro 2003.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo:** revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo, v. 14, n. 13, p. 149-153, 2005.

_____. O fim da antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 89, n. 2, Março 2012.

HIRATA, Daniel Veloso **“Sobreviver na adversidade”:** entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado em Sociologia). -: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bancos de dados Agregados** - Sistema de Recuperação Automática. Disponível em: < HYPERLINK “http://www.sidra.ibge.gov.br/” \t “_blank” http://www.sidra.ibge.gov.br >. Acesso em: 13 de março de 2013.

KALBERG, S. Max Weber: **Uma introdução.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

LEVI-STRAUSS, C. **A moral dos mitos.** In: LEVI-STRAUSS, C. *Mitológicas: As origens dos modos à mesa.* [S.l.]: Cosac Naify, v. 3, 2006.

LIMA, R. K. D. Polícia, Justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 15, n. 13, p. 23-38, novembro 1999.

_____. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 25-51, Janeiro 2011.

LIPSET, D. O que faz um homem? Relendo Naven e The Gender of the gift. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 33, n. 1, Dezembro 2009.

LUCIANO, T. M. P. **O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

MALINOWSKI, B. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília/São Paulo: Editora UNB, 2003.

MATOS JUNIOR, C. C. **Violência, Cidadania e Medo: Vivências Urbanas em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. **Ofício de etnógrafo, método sociológico**. In: OLIVEIRA, R. C. D. Marcel Mauss. Rio de Janeiro: Editora Ática.

MILLS, C. W. Situated Actions and Vocabularies of Motive. **American Sociological Review**, Washington, v. 5, n. 6, p. 904-913, Dezembro 1940.

MINGARD, G. **Tiras, Trutas e Gansos - Cotidiano e Reforma na Polícia Cível (1983-1990)**. São Paulo: Estado e Sociedade, 1992.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, 12 out. 2010. 15-38.

_____. O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p.15-27, 1 jan. 2011.

_____. O rio como um bazar: A conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p.12-16, 1 jan. 2002.

MOTA BRASIL, G. As crises na segurança pública: Mudanças e Permanências. **Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza - Ce, v. 6, n. 1, p.89-106, jan. 2003.

MUNIZ, J. O. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, New York, v. 1, n. 1, p. 177-198, Janeiro 2001.

_____.; MACHADO, E. P. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno CRH, Salvador**, v. 23, n. 60, Dezembro 2010.

_____.; SILVA, W. F. D. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. **Cadernos CRH, Salvador**, v. 23, n. 60, Dezembro 2010.

OLIVEIRA, A. Polícia e Direitos Humanos no Brasil. In: RATTON, J. L.; BARROS, M. **Polícia, Democracia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Lúmens Juris, 2007.

PEIRANO, M. **Uma antropologia no plural**: três experiências contemporâneas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

PINHEIRO, A. S., **Polícia Comunitária e Cidadã** – entre velhas e novas práticas policiais. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

_____. A Polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.28, n. 2, agosto de 2013

_____.; BARREIRA, C. O controle democrático das práticas policiais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 10, p. 95-1-4, 2008.

_____.; BARBOSA, W. F.; SOUSA, D. H. S. **Juventude, violência e drogas**: os desafios às políticas de segurança. Fortaleza: Funcap, 2013.

PINHEIRO, P. S. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: AL, M. C. P. E. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 57-91.

POLLAK, M. Des mots qui tuent. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 41, n. 13, p. 29-45, Março 1982.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento Suspeito**: abordagem policial e discriminação na sociedade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RATTON, J. L. Aspectos Organizacionais e Culturais da Violência Policial. In: _____.; BARROS, M. **Polícia, Democracia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2007. p. 139-151.

RUGGIERO, V.; SOUTH, N. The late modern city as bazar: drugs, market, ilegal enterprises and the “barricades”. **British Journal Of Sociology**, Londres, v. 48, n. 1, p.54-70, 1 mar. 1997.

SÁ, L. **Guerra, mundo e consideração**: Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. **Os Filhos do Estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar no Ceará. Rio de Janeiro : Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

_____. A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': uma etnografia de jovens armados em favelas à beira mar. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, Novembro 2011.

_____.; SANTIGO, J. P. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O Público e o Privado(UECE)**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 147-163, Março 2011.

SANTOS, B. D. S. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 2.

SANTOS, J. V. T. D. **Violência e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SCHUTZ, A. The Problem of rationality in the social world. **Economica**, New Series, Washington, v. 38, n. 10, p. 130-149, Janeiro 1943.

SCOTT, M. B.; LYMANN, S. Accounts. **Dilemas: Revista de Estudos de conflito e controle social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, Novembro 2009.

SIMMEL, G. **Sociología** - Estudios sobre las formas de socialización. 2. ed. Madrid: Revista de Occidente, v. 1, 1977.

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 11-25.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SILVA, Antonio Marcos da. **Agentes públicos na segurança privada: a configuração do bico na cidade de Fortaleza**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SOUSA, E. B. **Ronda do Quarteirão: Um "acontecimento" na política de segurança pública**. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE, 2008. Todorov (2013)

SKOLNICK, J. **Justice without trial: Law enforcement in Democratic Society: Police an the excessive use of force**. New York : John Wiley&Sons, inc, 1966.

_____.; BAYLEY, D. H. **Policamento Comunitário: Questões e Práticas através do mundo**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUSA, D. H. **Entre o "cair" e o "derrubar": A dinâmica dos conflitos violentos envolvendo jovens nas redes do tráfico de drogas**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Regional do Cariri, Crato, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida et al. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STORANI, Paulo. **"Vitória Sobre A Morte: a Glória Prometida"**. O "rito de passagem" na construção da identidade do Batalhão de Operações Especiais do BOPE/PMERJ. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TODOROV, T. Tipologias do Romance Policial. IN: _____ **As Estruturas Narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

VELSEN, V. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN, B. **Bela Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 345-374.

WACQUANT, L. **O que é um gueto?** Construindo um conceito Sociológico. Revista de Sociologia Política, Curitiba, p. 155-164, Novembro 2004.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. Tradução de Marcela Coelho e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: Editora UNB, v. 1, 1999.

_____. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: Editora UNB, v. 2, 2009.

_____. **A Objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política**. In: _____. Metodologia das Ciências Sociais, Parte 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 107-154.

_____. **Ciência e Política duas vocações**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais e econômicas**. In: _____. Metodologia das Ciências Sociais, Parte 2. São Paulo: Cortez, 2001.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2008**: Os municípios brasileiros. Rio de Janeiro: FLACSO, 2008.

_____. **Mapa da violência 2011**: Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2008.

WERNECK, A. **O invento de Adão**: O papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais. 2009. 287 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. “Moralidade de Bolso: A 'manualização' do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de 'bem' nas relações sociais. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 107-141, Novembro 2009.

WHYTE, W. F. Sociedade de Esquina: **A estrutura social de uma área pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, A. **A Máquina e a Revolta**: As organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ZAVERUCHA, J. Poder Militar: Entre o autoritarismo e a democracia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, Dezembro 2001.

ANEXO
LINGUAGEM OPERACIONAL UTILIZADA PELOS POLICIAIS
MILITARES NO PATRULHAMENTO

Código “S”

- S 13 – Ocorrência
- S 15 – Fazer deslocamento
- S 17 – Diga sua localização
- S 19 – Informe o Km
- S 21 – Socorro! Urgente!
- S 23 – Intensidade de sinais
- S 25 – Fique em alerta
- S 27 – Ciente
- S 31 – Tudo normal
- S 33 – Na escuta
- S 35 – Rendição
- S 37 – Defeito da viatura
- S 39 – Retorno
- S 41 – Estou Ocupado
- S 43 – Reboque
- S 45 – Missão cumprida
- S 47 – Nome da pessoa
- S 49 – Rancho
- S 51 – Faça fiscalização na área
- S 53 – Residência
- S 55 – Hora
- S 57 – Dinheiro

Código “T”

- AA – Solicito reforço urgente

TAB – Desloque-se para o local “x”
TAC – Informe o local onde se encontra a viatura
TAD – Ordem cumprida
TAE – Trânsito interdito
TAF – Colisão
TAG – Solicito Reboque
TAJ – Equipamento em boas condições
TAK – Furto ou roubo
TAM – Informe a quilometragem
TAN – Viatura em pane
TAO – Retorne ao local “x”
TAP – Encontro-me na escuta
TAQ – Serviço sem alteração
TAR – Rendição de viatura
TAS – Ciente da mensagem
TAT – Chamada para o rancho
TAU – Informe como está recebendo a mensagem
TAV – Chamada simples do COPOM
TAX – Comunicado para todas as viaturas
TAZ – Natureza da ocorrência

Código do “Q” (INTERNACIONAL)

QAP – Vou ficar na escuta
QRA – Nome do operador e da estação
QRG – Frequência ou código que está operando
QRH – Está havendo variação de frequência na estação
QRI – Tonalidade de transmissão
QRK – Legibilidade dos sinais
QRL – Estou ocupado, não interfira por favor
QRM – Interferência de outra estação
QRN – Interferência estática e efeitos atmosféricos
QRO – Aumentar a potência da estação
QRP – Diminuir a potência da estação

QRS – Manipular mais lentamente
QRT – Parar de transmitir
QRU – Você tem algo para mim?
QRV – Estou a sua disposição
QRW – A estação tal me chama em tantos kc/s
QRX – Aguarde um pouco na frequência
QRY – Quando posso transmitir?
QRZ – Quem está chamando?
QSA – Intensidade de sinais:
1- Apenas perceptíveis
2- Débeis
3- Bastante bons
4- Muito bons
5- Ótimo
QSB – Há “fading” em seus sinais (ou nos meus)
QSD – Minha transmissão é defeituosa
QSJ – Taxa ou dinheiro
QSL – Confirmo tudo – tudo entendido
QSM – Repita o ultimo câmbio
QSN – Você me escutou?
QSO – Comunicado direto ou indireto
QSP – Servir de ponto entre duas estações que não se ouvem bem
QSU – Transmita a resposta em tantos Kc/s
QSY – Mudar de frequência
QTA – Cancele a mensagem anterior
QTC – Mensagem ou notícia
QTH – Endereço da estação ou do operador
QTO – Toailete
QTR – Hora certa

Código Numérico

1 – Primo
2 – Segundo

3 – Terceiro

4 – Quarto

5 – Quinto

6 – Sexto

7 – Sétimo

8 – Oitavo

9 – Nono

0 – Negativo

• Quando os números forem duplos, diz-se “dobrado”

• Quando os números forem triplos diz-se “triplo”.

Alfabético nacional

A – Afir N – Nega

B – Bala O – Onda

C – Cruz P – Prep

D – Dedo Q – Quer

E – Elmo R – Rata

F – Face S – Solo

G – Gato T – Tupi

H – Hora U – Urso

I – Inter V – Viga

J – Jóia W – Vevé

K – Kilo X – Xará

L – Luar Y – Yole

M – Maré Z – Zaga